



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
MESTRADO EM GEOGRAFIA – MEG**

THAYSSLORRANNY BATISTA REINALDO

**FRONTEIRA E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA LEGAL: a
experiência da Cooperativa Agropecuária Portuense LTDA - CAPPOL – Porto
Nacional/TO (1963-2016)**

PORTO NACIONAL – TO

2016

THAYSSLORRANNY BATISTA REINALDO

**FRONTEIRA E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA LEGAL: a
experiência da Cooperativa Agropecuária Portuense LTDA - CAPPOL – Porto
Nacional/TO (1963-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal do Tocantins –
UFT, Campus Universitário de Porto Nacional, como
requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Atamis Antonio Foschiera

Linha de Pesquisa: Estudos Geo-territoriais

PORTO NACIONAL – TO

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins
Campus Universitário de Porto Nacional

R364f Reinaldo, Thaysslorranny Batista.
Fronteira e modernização agrícola na Amazônia Legal: a
experiência da Cooperativa Agropecuária Portuense LTDA - CAPPOL –
Porto Nacional/TO (1963-2016). / Thaysslorranny Batista Reinaldo. – Porto
Nacional, TO: UFT, 2016.
206f.; il.

Orientador: Prof. Dr. Atamis Antonio Foschiera.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1. Geografia. 2. Políticas territoriais. 3. Cooperativa
Agropecuária Portuense Ltda. (CAPPOL) 4. Porto Nacional - TO. I. Título.
II. Tocantins.

CDD 21. ed. - 338.190 981 17

Bibliotecária: Núbia Nogueira do Nascimento CRB-2 /1393

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

THAYSSLLORRANNY BATISTA REINALDO

**FRONTEIRA E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA LEGAL:
A experiência da Cooperativa Agropecuária Portuense LTDA - CAPPOL – Porto
Nacional/TO (1963-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Câmpus de Porto Nacional, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 26 de setembro de 2016

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Atamis Antonio Foschiera (Orientador)
Universidade Federal Tocantins - UFT



Prof. Dra. Rosane Balsan
Universidade Federal Tocantins – UFT



Prof. Dr. Elias da Silva
Universidade Federal do Tocantins – UFT

DEDICATÓRIA

Primeiramente, dedico esta pesquisa a Deus, que por tantas vezes, foi meu único companheiro ao longo desta árdua trajetória, de uma maneira especial, ao meu bem mais precioso, meus pais, Adão Renato e Maria Lize, que sempre me incentivaram e foram/são meu maior exemplo de vida e, á toda minha família irmãos, sobrinhos (as) tios (as), avos, primos (as) e ao querido Gilvan Alves Costa (In Memória) a qual jamais esqi

AGRADECIMENTOS

“Você nunca sabe a força que tem, até que a sua única alternativa é ser forte” (Johnny Depp).

Chegar aos agradecimentos de uma pesquisa de mestrado é emocionante, ainda mais, tendo passado por tantos desafios, como passei. A trajetória desde o ingresso na Universidade Federal do Tocantins, no Programa de Pós Graduação em Geografia em março de 2014, até a concretização da pesquisa, em 2016, foi um período cheio de desafios, acontecimentos e imprevistos. Adversidades da vida que foge do nosso controle e até mesmo do nosso entendimento.

As metamorfoses da vida fazem parte do crescimento pessoal, enquanto ser “humano”, e do crescimento intelectual, pois o amadurecimento intelectual não ocorre apenas nos laboratórios, nas leituras acadêmicas e nos corredores da Universidade. Esse crescimento, também ocorre nos acontecimentos do dia-a-dia e nos desafios da vida, na medida em que você não desiste dos sonhos mesmo com os imprevistos, e foram muitos imprevistos, a morte de uma pessoa muito querida, duas cirurgias de emergência com risco de vida, e sem nem ao menos meus familiares e amigos saberem.

Desistir nunca é o caminho, é preciso lutar e enfrentar com muita força de vontade as dificuldades da vida. É preciso usar esses momentos ruins para crescer e acrescentar, de alguma maneira, na vida de quem cruza os nossos caminhos. É difícil morar longe da família, enfrentar duas cirurgias de emergência, lidar com a ausência de uma pessoa querida e, no meio de tudo isso, ter uma dissertação para dar conta.

É por tantos motivos, que não posso deixar de agradecer a:

A Deus...

Acredito em uma força superior que move tudo e todos, independentemente de religiões. É preciso ter emoção no palco da vida e não apenas a razão, e foi crer nesse Deus que tudo pode e que tem o impossível como uma das suas especialidades, que não perdi a fé e nem desisti dos meus sonhos diante dos desafios, pois quando todos sumiram, Deus continuou ao meu lado, dando-me forças e colocando no meu coração a certeza que tudo daria certo.

À família, especialmente aos meus pais que tanto amo!

Meu porto seguro, minha base, meu refugio, minha inspiração, minha fonte de energia para lutar todos os dias, independentemente das situações, família...

Meus pais, Adão Renato Alves dos Santos e Maria Lici Batista de Moraes, que tanto amo e respeito. É para vocês e por vocês que cheguei até esse momento. Lembro-me bem da frase que ouço desde criança, proferida por vocês “meus filhos o bem mais precioso que podemos lhes dar é o estudo, pois este é a única coisa que ninguém vos toma”. Mesmo eles, que não tiveram a oportunidade de estudar quando jovens, sempre nos incentivaram a continuar estudando e crescendo enquanto pessoa.

A vocês, pai e mãe, não tenho como descrever o quanto os amo e vos agradeço por tudo. Vocês são meu maior exemplo, é por vocês é para vocês! Obrigada por tudo.

Não posso deixar de agradecer aos meus irmãos Laisa e Mateus, que tanto estimo, e aos meus sobrinhos, Layane, Larysa Emanuely e Pedro Neto, os quais não pude acompanhar de perto em seus primeiros passos, devido à distancia. Agradeço também aos meus avós, tios, tias, primos (as), que mesmo distante, nunca deixaram de se preocupar e de incentivar-me. A todos vocês minha amada família, obrigada por tudo.

À Universidade Federal do Tocantins

Primeiramente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu a bolsa de estudo do mestrado, pois sem esse recurso, teria sido muito difícil concluir esta etapa.

Agradeço à Universidade Federal do Tocantins, que desde a Graduação proporcionou-me a oportunidade de estudar e de crescer intelectualmente. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFT, Campus de Porto Nacional-TO, por fornecer todas as condições para minha formação.

Agradeço de uma maneira especial, ao meu orientador Prof. Dr. Atamis Antonio Foschiera, por quem tenho muito apreço e respeito. Os diálogos nas orientações, as discussões à cerca das leituras teóricas, o trabalho conjunto, foram peças essenciais para chegar a este momento. Não posso deixar de registrar aqui, também, o apoio que o meu orientador sempre me deu, tanto na Universidade quanto nas horas difíceis que passei no hospital a na morte do meu namorado. Por tantas vezes, tanto ele quanto sua esposa Eugenia, foram amigos e parceiros.

Tenho uma grande admiração também pela Prof. Dra. Rosane Balsan, que foi mais que uma professora, foi amiga, parceira, confidente, conselheira, uma pessoa sensacional, que mi ajudou no momento em que eu mais precisei. Sempre serei grata a você por tudo, por cuidar-me no hospital, por ter tido a oportunidade de morar próximo a vocês por um ano, pelas conversas ate tarde, pelas brincadeiras, pelas contribuições para com a pesquisa, tanto na banca do projeto como na qualificação.

Agradeço de uma maneira especial também aos professores Prof. Dr. Roberto Sousa Santos e Prof. Dr. José Pedro Cabrera Cabral, pelas contribuições nas bancas de projeto e qualificação. Agradeço também ao Prof. Dr. Elizeu Lira e Prof. Dr. Tito Oliveira Coelho, pelas contribuições em diálogos nos corredores da Universidade.

Todas as vezes que precisei, a Prof. Dra. Carolina, atenciosa e prestativa, ajudando-me sempre que necessário e na medida do possível. O prof. Dr. Sandro, pessoa atenciosa e paciente, sempre muito preocupado com o bem estar de todos, obrigada. Ao Prof. Ms. Rafael do curso de Biologia, os meus sinceros agradecimentos pelas conversas e contribuições valiosas na minha pesquisa. A vocês, obrigada!

Não posso deixar de agradecer a todos os professores do Campus de Porto Nacional-TO, pelas contribuições no crescimento intelectual, sem vocês dificilmente esse momento chegaria.

Obrigada também a todos os funcionários do campus de Porto Nacional (UFT), que por tantas vezes foram amigos e não apenas funcionários. Em cada processo, um vinculo de afeto foi criado e muitas foram às conversas e diálogos, principalmente com a vigilante Iolanda, e a Poliana, da Coordenação do mestrado. Sem vocês, funcionários de todos os setores da Universidade, com certeza esse momento também não ocorreriam, pois todos são essenciais na manutenção da Universidade e, conseqüentemente, do ensino.

Estimo muito os professores do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína – TO, onde cursei Licenciatura Plena em Geografia, sob a orientação do Dr. Prof. Eliseu Pereira Brito, a quem tanto admiro e agradeço, pois todas as vezes que precisei, tanto na graduação, quanto no mestrado, foi muito atencioso e, mais que professor, foi amigo. Ao professor Dr. Aires José Pereira, o meu muito obrigado, porque este, com seu jeito carismático, sempre me incentivou a continuar os estudos.

Não posso deixar de agradecer ao Prof. Dr. Elias da Silva, que sempre esteve presente na minha vida acadêmica, tanto com contribuições teóricas, quanto com palavras de incentivo. Aos professores, Carlos Augusto, Alberto Pereira Lopes, Jean, Fátima Lima e todos os outros professores do curso de Geografia, obrigada por tudo.

Agradeço também aos bibliotecários, que por tantas vezes auxiliaram nas pesquisas bibliográficas, especialmente à Núbia e a Janira.

Às pessoas as quais entrevistei

Foram muitas pedaladas de bicicleta, a fim de encontrar os sujeitos que vivenciaram muitas das transformações ocorridas na Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda. (CAPPOL), sem os quais essa pesquisa não seria possível.

Agradeço, de maneira especial, a Sra. Hercília de Sousa Rodrigues, que por tantas vezes foi mais amiga que entrevistada, amizades foram formadas nesse processo. Os diálogos com o Sr. Willian foram bastante construtivos, auxiliando-me em todas as etapas da pesquisa de campo. Agradeço ao Sr. Djaime Aires da Silva, por todo o tempo disponibilizado à minha pessoa, e por todas as fotos concedidas.

Agradeço também ao Prof.Ms. Rafael, pelas ricas contribuições e documentações cedidas. Ao José Henrique que levou-me em todas as estruturas da CAPPOL, em Porto Nacional, e mostrou-me onde funcionava cada objeto (maquina, silos, moega) e como era organizado. A professora Iarirene, pelo carinho e a atenção concedidas. Ao Sr. Clemente Barros, Olegário, Valdivino, Erazine, Marcelino Maia, Joaquim Maria e todos os demais entrevistados, pelas contribuições.

Não posso deixar de agradecer a todas essas pessoas, tanto as que autorizaram divulgar seus nomes, quantos as que não autorizaram, pois sem elas dificilmente esse momento chegaria.

Aos colegas de turma

Mesmo convivendo pouco tempo com eles (as), cresci muito com todos. Agradeço de uma maneira especial, à amiga Marlucy, pelas risadas e as conversas descontraídas. À Sheryda, pela visita no hospital e pelas conversas construtivas. Ao Ricardo Marcilio e sua esposa Luciana, pela tarde descontraída na praia, e as conversas na academia. Ao Iann, pela ajuda prestada com os mapas e discussões. Ao Messias e ao Aldaires, pelo carinho e atenção. E aos demais colegas de turma, Gilney, Daniel, Lucas, Marcely e Ricardo Miranda.

À pequena Milena

Veio dela o abraço mais sincero, o sorriso mais doce, a amizade mais bela, a Mileninha que quando conheci, tinha só três aninhos e logo mi apaixonei por ela. Muito dos meus sorrisos na hora da dor deve a essa pequena princesa, filha da professora Rosane Balsan. Seu abraço pequenino apertado, mi confortava, acalentava, suas brincadeiras me distraíam entre uma leitura e outra. Pequena princesa que Deus te ilumine sempre. Não posso deixar de agradecer a dona Adelina, mulher de fibra, exemplo de mãe, obrigada dona Adelina por tudo.

Aos “anjos” que me ajudaram

Chamo de anjos as pessoas que muitas vezes não lembro o nome, mas que me ajudaram no momento que eu mais precisei. Mesmo sem conhecer-me, essas pessoas se solidarizaram com minha dor e com a situação no hospital, e cuidaram-me até minha família chegar e, muitos destes, hoje são grandes amigos. Amizades construídas na dificuldade.

Como não sei o nome de todos, pois foram muitos que me deram uma palavra amiga, que enxugaram minhas lágrimas, abraçaram-me quando soube que ia operar e minha mãe estava tão longe, a mais de 400 Km de distância e nem deu para avisá-la sobre o que estava ocorrendo. Foram essas pessoas que me confortaram e me ajudaram.

Alguns anjos eu sei o nome, como a Prof. Rosane Balsan, que me ajudou o tempo todo nas duas cirurgias, sempre estava presente. Á ela serei eternamente grata. A amiga Patrícia Ayres, que sempre esteve presente na minha vida e que também me acompanhou o tempo todo no hospital e em casa. A querida Poliana, que mesmo sem conhecer-me, cuidou-me no hospital, quando eu nem sequer conseguia tomar água só, ela foi tudo naquele momento. A doce irmã Nilce, que também cirurgiada, fez-me rir por tantas vezes, e as outras irmãs que não lembro o nome, mas que me ajudaram.

Agradeço à minha prima Alexandra, por ter vindo cuidar-me, ao enfermeiro Luzimar, pela força e ajuda. Ao Dr. Jonas e à Dr. Lorena, pelo incentivo constante, essa última de uma maneira especial, cujas palavras de encorajamento nunca me deixaram desistir e que, por tantas vezes, foi mais que médica, foi amiga.

Obrigada Prof. Atamis, por se preocupar e visitar-me no hospital e ao prof. Eliseu Pereira de Brito, que foi em Carmolândia – TO, quando ficou sabendo do ocorrido e passou uma tarde conosco, apoiando e incentivando, e à pessoa que mais amo nessa vida, minha mãezinha, que chorou e sorriu comigo, a cada dor e a cada conquista e evolução na recuperação. Mãe você é meu maior tesouro, te amo...

Aos amigos (as)

Foram tantos, que corro o risco de esquecer o nome de alguns. Os que, mesmo longe estiveram perto, Jairo, Sebastião, Adriana, Maria Aparecida, Divino, Daniela, Lidia, Reges, Leane, Edna, Miriam e tantos outros, obrigada.

As novas amizades formadas, Edinaura, Kenia, Claudiney, Thalyta, Luan, Poliana, Patricia, Helder, Débora, Matheus, Andréia, Rosane, Max Willian e tantos outros que conheci em Porto Nacional – TO, obrigada.

De uma maneira especial, agradeço ao Max Willian e à toda sua família, pelo carinho e atenção.

E a você vida, obrigada, pois, independentemente das adversidades enfrentadas e que ainda enfrento, eu cresci!

Porto Nacional – TO, 2016

RECOMEÇAR

Não importa onde você parou...

Em que momento da vida você se cansou...

O que importa é que sempre é possível e necessário recomeçar.

Recomeçar é dar uma nova chance a si mesmo...

É renovar as esperanças na vida e, o mais importante...

Acreditar de novo.

Sofreu muito nesse período? Foi aprendizado...

Chorou muito? Foi limpeza da alma...

Ficou com raiva das pessoas? Foi para perdoá-las um dia...

Sentiu-se só por diversas vezes? É porque fechou a porta até para os anjos...

Acreditou que tudo estava perdido? Era o início da sua melhora...

Onde você quer chegar? Alto? Sonhe alto...

Queira o melhor do melhor...

Se pensarmos pequeno... Coisa pequena teremos...

Mas se desejarmos fortemente o melhor e, principalmente, lutarmos pelo melhor...

O melhor vai se instalar em nossas vidas.

Porque ou sou tamanho daquilo que vejo, e não do tamanho da minha altura...

Recomeçar é sempre preciso! (Carlos Drummond de Andrade)

Superação!



RESUMO

Existe uma relação entre fronteira, modernização agrícola e cooperativismo. Na expansão da fronteira, a fronteira agrícola é um dos elementos e o que se busca é a modernização agrícola dessas áreas. Uma das estratégias dessa modernização é o incentivo ao cooperativismo. A Amazônia Legal é uma área de expansão da fronteira, tendo políticas de fomento à modernização agrícola e ao cooperativismo. O município de Porto Nacional e áreas circunvizinhas inserem-se na Amazônia Legal e faz parte desse processo de expansão da fronteira agrícola, tendo a Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda. (CAPPOL) como uma das referências. O objetivo desta pesquisa é analisar a relação da CAPPOL com a expansão da fronteira agrícola e com a modernização da agricultura nas áreas de sua abrangência. Em relação à metodologia, utilizou-se: a) pesquisa bibliográfica, com base em teóricos que já trabalharam com a temática; b) reconhecimento do campo; c) entrevistas semi-estruturadas; d) pesquisa documental (vídeos, sites, fotos, jornal, desenho, etc.); e) mapeamento da área de estudo com obtenção dos pontos de GPS; f) visitas a órgãos públicos e privados relacionados à pesquisa. A CAPPOL nasce na década de 1960, incentivada por técnicos do Banco de Crédito da Amazônia, atualmente Banco da Amazônia S. A. (BASA), tendo como função principal, as atividades voltadas para apoiar à pecuária, principalmente a criação de gado. Posteriormente, já com instituição da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás (ACAR-GO) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) em Porto Nacional ocorre um incentivo à modernização da agricultura. A CAPPOL passou por uma fase de modernização que, em um primeiro momento, se deu com a introdução da lavoura de arroz mecanizada e, em um segundo momento, com o arroz e a introdução de plantações de soja. nesse período, ocorreu a expansão da infraestrutura da CAPPOL que, ao se modernizar-se, também passa a ser um agente/elemento de modernização. Posteriormente, a CAPPOL entra em decadência, ligada tanto a fatores externos à cooperativa, como à crise agrícola e à crise cooperativista, e a fatores internos, como a perda de produção armazenada, o descredenciamento da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), o endividamento, devido a financiamentos já consolidados, quebra técnica da produção, diminuição da produção na área de abrangência, entre outros. Na atualidade a CAPPOL existe apenas juridicamente, e sua infraestrutura está alugada a terceiros, sendo que seu destino ainda é incerto.

Palavras-Chave: Fronteira, políticas territoriais, modernização agrícola, cooperativismo, Cappel.

ABSTRACT

There is a relationship between border, agricultural modernization and cooperativism. In the expansion of the border, the agricultural frontier is one of the elements and what is sought is the agricultural modernization of these areas. One of the strategies of this modernization is the incentive to cooperativism. The Amazon is a frontier expansion area, which supports policies for agricultural modernization and cooperativism. Porto Nacional and surrounding areas are part of the Amazon and are part of this expansion of the agricultural frontier process, having the Agricultural Cooperative Portuense Ltda. (CAPPOL) as one of the references. The objective of this research is to analyze the relationship of CAPPOL with the expansion of the agricultural frontier and the modernization of agriculture in their areas of coverage. Regarding methodology, it was used: a) references, based on theoretical authors who have worked with the theme; b) field recognition; c) semi-structured interviews; d) documentary research (videos, websites, photos, newspaper, design, etc.); e) mapping the study area to obtain the GPS points; f) visits to public and private agencies related to the research. CAPPOL was born in the 1960s encouraged by technicians from Banco da Amazonia SA (BASA), the main function activities aimed to support livestock, especially cattle. Later on, with the institution of the Credit Association and Rural Goiás State Assistance (ACAR-GO) and Enterprise Technical Assistance and Rural Extension (EMATER) in Porto Nacional there is an incentive to modernization of agriculture in this county. CAPPOL underwent a modernization phase which at first was with the introduction of mechanized rice farming and in a second time with the rice and the introduction of soybean plantations. In addition, there was an expansion of infrastructure at CAPPOL. CAPPOL modernizes itself and also happens to be an agent / element of modernization. Later, CAPPOL decays, linked both to external factors to the cooperative, as the agricultural crisis and the cooperative crisis, and internal factors such as the loss of stored production, the disqualification from Production Financing Company (PFC), debt due to financing already consolidated, breaking technical production, decreased production in the coverage area, among others. At present, CAPPOL exists only legally and its infrastructure is leased to third parties, and its fate is still unclear.

Keywords: Border.Territorial policies.Agricultural modernization.Cooperativism.

RESUMEN

Hay una relación entre la frontera, la modernización agrícola y el cooperativismo. La expansión de la frontera agrícola es uno de los elementos y lo que se busca es la modernización de la agricultura. Una de las estrategias de esta modernización es el incentivo para las cooperativas. La Región Amazónica es un área de expansión de la frontera, por eso tiene políticas de apoyo a la modernización de la agricultura y del cooperativismo. El municipio de Porto Nacional y las zonas circundantes son parte de la Región Amazónica Legal y son parte de este proceso de expansión de la frontera agrícola, teniendo la Cooperativa Agropecuaria Portuense Ltda. (CAPPOL) como una referencia. El objetivo de esta investigación es analizar la relación de CAPPOL con la expansión de la frontera agrícola y la modernización de la agricultura en sus áreas de cobertura. Utilizamos la siguiente metodología: a) la literatura, basada en autores que han trabajado con el tema; b) el reconocimiento del campo; c) entrevistas semiestructuradas; d) la investigación documental (vídeos, sitios de la web, fotos, prensa, diseño, etc.); e) la cartografía de la zona de estudio para obtener los puntos GPS; f) las visitas a las agencias públicas y privadas relacionadas con la investigación. CAPPOL nació en la década de 1960, alentada por técnicos del Banco da Amazônia S.A. (BASA), teniendo la función principal a las actividades dirigidas a apoyar la creación de ganado. Más tarde, con la institución de la Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás (ACAR-GO) y de la Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) en Porto Nacional, hubo un incentivo para la modernización de la agricultura. La CAPPOL se sometió a una fase de modernización que, en un primer momento, fue con la introducción del cultivo de arroz mecanizado y, en una segunda etapa, con la introducción de plantaciones de soja. Durante este período, ocurrió la expansión de la infraestructura de la CAPPOL, que pasó a ser un agente de modernización. Posteriormente, CAPPOL decae, tanto a factores externos a la cooperativa (crisis agrícola y del cooperativismo), como a factores internos, tales como la pérdida de la producción almacenada, la descreditación de la Companhia de Financiamento da Produção (PPC), endeudamiento debido a la financiación, interrumpiendo la producción técnica y la producción en el área de cobertura, entre otros factores. En la actualidad la CAPPOL sólo existe legalmente, su infraestructura es arrendado a terceros, y su destino todavía no está claro.

PALABRAS CLAVE: Frontera. Políticas territoriales. Modernización agrícola. Cooperativismo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Abertura da Belém Brasília BR-153 no município de Araguaína – TO.....	61
Figura 2 - Área de ocupação das Cooperativas do Projeto Rio Formoso	99
Figura 3 - Dia de campo com agricultores para divulgação da cultura do arroz em Porto Nacional	109
Figura 4 - Dia de campo, conhecendo a monocultura da soja em Porto Nacional	111
Figura 5 - Local aonde funcionou o primeiro armazém da Cappol em 1963.....	123
Figura 6 - Parte externa do mercado da Cooperativa CAPPOL-1972/1974	126
Figura 7 - Prédio da CAPPOL alugada para a Universidade Aberta do Brasil, no centro da cidade.	127
Figura 8 - Visão externa do mercado	127
Figura 9 - Visão interna do mercado da.....	127
Figura 10 - Visita a Capital Brasília – DF, para conseguir apoio do Ministério da Agricultura, primeiros anos da década de 1970	132
Figura 11 – Dialogo com o Ministro da Agricultura Alisson Paullinele, buscando recurso para a construção do primeiro armazém da Cappol	132
Figura 12 - Lançamento da pedra fundamental da construção do 1º armazém da Cappol em 1975.....	132
Figura 13 - Lançamento da pedra fundamental da construção do 1º armazém da Cappol em 1975.....	132
Figura 14 - Embarcação transportando materiais para a construção do armazém da CAPPOL	133
Figura 15 – Armazém improvisado	134
Figura 16 – armazém improvisado	134
Figura 17 – Inauguração da ponte sobre o rio Tocantins e do armazém da CAPPOL em 1979	135
Figura 18 - Inauguração do armazém	136
Figura 19 – Inauguração do armazém.....	136
Figura 20 - Manifestação durante inauguração da ponte sobre o rio Tocantins e do armazém da CAPPOL	136
Figura 21- Inauguração da ponte e do armazém da Cappol em 1970.....	137
Figura 22 - Armazém convencional da CAPPOL em 1979 depois de inaugurado	137
Figura 23 - Diretores e trabalhadores da Cappol em 1979.....	138

Figura 24 - Produtores de Porto Nacional.....	145
Figura 25 - Reunião de técnicos da EMATER.....	145
Figura 26 - Colheita mecanizada de arroz.....	145
Figura 27 - Dia de Campo na Fazenda do Sr. Deijayme, para divulgação da curva de nível	145
Figura 28 - Plantação de arroz sequeiro.....	147
Figura 29 - Produtores visitando plantação de arroz	147
Figura 30 – Arroz armazenado a céu aberto no pátio da CAPPOL.....	148
Figura 31 - Técnicas utilizadas por técnicos	149
Figura 32 - Reunião de técnicos da.....	149
Figura 33 - Plantação de soja em Porto Nacional.....	149
Figura 34 - Plantação de soja em Porto Nacional.....	149
Figura 35 - Armazém da CAPPOL em Porto Nacional e, à esquerda da imagem, os dois silos	151
Figura 36 - Prédio da CAPPOL alugado para a UAB	152
Figura 37 - Estrutura onde funciona a Unidade Básica de Produção, UBS, de Sementes CAPPOL.....	153
Figura 38 - Reportagem do Jornal Paralelo 13 sobre Unidade Básica de Produção de Sementes, UBS	154
Figura 39 - Comercialização e transporte da soja na década de 1980	158
Figura 40 - Parte interna do armazém alugada para a Prefeitura Municipal	172
Figura 41 - Prédio da CAPPOL alugada para a Universidade Aberta do Brasil, UAB	173
Figura 42 - Visão interna da parte do galpão alugada para o Dil produções	173
Figura 43 - Terceirização do Prédio da CAPPOL	174
Figura 44 – Localização das estruturas da CAPPOL em Porto Nacional - TO.....	177

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QADRO 1 - Principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953-1988).....	50
QADRO 2 - Cooperativas no Tocantins registradas na OCB-TO.....	96
QADRO 3 - Processos envolvendo a CAPPOL	178
QADRO 4 – Características e acontecimentos nas áreas da Cappel desde sua criação em 1963	182
TABELA 1 - Cooperativas Brasileiras por ramo e participação	77
TABELA 2 - Numero de cooperativas existentes no Tocantins em 2014	95

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Sub-regiões da Amazônia Legal.....	59
MAPA 2 - Localização de Porto Nacional – TO.....	105
MAPA 3 - Evolução histórica na do município de Porto Nacional – TO.....	112
MAPA 4 - Localização da Área de abrangência e atuação da CAPPOL.....	161

LISTA DE SIGLAS

ACAR-GO - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás

ACI - Aliança Cooperativa Internacional

AGF - Aquisição do Governo Federal

BASA - Banco da Amazônia S.A

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAN - Correio Aéreo Nacional

CAPPOL - Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda.

CAMPO - Companhia de Promoção Agrícola

CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento

COAPA - Cooperativa Agropecuária de Pedro Afonso

COOPERFORMOSO - Cooperativa Agroindustrial Rio Formoso Ltda.

COOPERGRAN - Cooperativa Mista Rural Lagoa Grande Ltda.,

COOPERJAVA - Cooperativa Mista Rural Vale do Javaés Ltda.

COOPERFORMOSO - Cooperativa Agrícola Industrial do Rio Formoso

COOPERLUCAS - Cooperativa Agropecuária do Lucas do Rio Verde Ltda.

COOPERNORTE- Cooperativa Agropecuária Tocantinense Ltda

COOPERSAN - Cooperativa Agropecuária Mista de São João Ltda

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COMICEL - Cooperativa Agrícola Mista Celeste Ltda.

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

CFP - Comissão de Financiamento da Produção

DAC - Departamento de Assistência ao Cooperativismo

DACs - Departamento de Assistência ao Cooperativismo

EFA - Escola Família Agrícola

EGF - Empréstimo do Governo Federal

EMATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

GEBAM - Grupo Executivo Para a Região do Baixo Amazonas

GETAT - Grupo Executivo de Terras Araguaia – TO

GITE - Grupo Inteligência Territorial Estratégica

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAGO - Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás

INCRA - Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária

JICA - Japan International Cooperation Agency

MATOPIBA - Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCB - Organizações Cooperativas Brasileiras

OCEs - Organização Cooperativas Estaduais

PAC - Projeto de Assentamento Conjunto

PADAP - Programa de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba

PCI - Programa de Crédito Integrado

PIC - Projeto Integrado de Colonização

PDA - Plano de Desenvolvimento Agropecuário

PDRI - Programa de Desenvolvimento Integrado

PCN - Projeto Calha Norte

PDA - Matopiba - Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba

PIB - Produto Interno Bruto

PIN - Programa de Integração Nacional

PGC - Programa Grande Carajás

POLOCENTRO - programa de Desenvolvimento dos Cerrados

POLOMAZONIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras

PRODECOOP - Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor de Produção Agropecuária

PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Tocantins

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos e Agroindústria do Norte e Nordeste

RECOOP - Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor de Produção Agropecuária

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SEPLAN - Secretaria de Desenvolvimento Regional Integrado

SINOP - Sociedade Imobiliária do Nordeste do Paraná

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônia

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UBS - Unidade Básica de Produção de Sementes

I PND - I Plano Nacional de Desenvolvimento

I PND - NR - I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova Republica

II PND - II Plano Nacional de Desenvolvimento

9° BEC - Nono Batalhão de Engenharia e Construção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
CAPÍTULO I - AS METAMORFOSES DA/NA FRONTEIRA	28
1.1. Estudos teóricos sobre a categoria fronteira	28
1.2. A concepção de fronteira no Brasil: diferentes conceitos	31
<i>1.2.1. Frente de Expansão e Frente Pioneira: os diferentes tempos da/na fronteira na visão de José de Souza Martins</i>	<i>35</i>
1.3. Organização territorial da/na fronteira e as relações de trabalho na Amazônia Legal	38
<i>1.3.1. Heterogeneidade do conceito fronteira</i>	<i>42</i>
CAPÍTULO II - POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL	46
2.1. I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND – 1972/74)	51
2.2. II Plano de Desenvolvimento- II PND 1975/1979	56
2.3. Política de ocupação no Tocantins e a fronteira agrícola	59
CAPÍTULO III - PELOS MEANDROS DO ESPAÇO-TEMPO DO COOPERATIVISMO	67
3.1. Primícias do Cooperativismo	68
3.2. Cooperativismo no Brasil	74
3.3. Cooperativismo e o Estado	78
3.4. Destrinchando a crise na agricultura brasileira que impactou no cooperativismo	85
3.5. Cooperativas agrícolas	90
3.6. Cooperativismo agrícola no Tocantins – Projeto Rio Formoso e PRODECER III	94
<i>3.6.1. Projeto Rio Formoso</i>	<i>97</i>
<i>3.6.2. PRODECER III e COAPA</i>	<i>102</i>
CAPÍTULO IV -COOPERATIVA AGROPECUÁRIA PORTUENSELTDA -CAPPOL: desdobramentos e discussões	105

4.1. Breve histórico do município de Porto Nacional - TO.....	105
4.2. Organização agrária no município de Porto Nacional- 1960/1970	113
4.3. Gênese da CAPPOL: delineamento dos seus primeiros passos.....	120
CAPÍTULO V - MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A NOVA DINÂMICA DA CAPPOL	130
5.1. A CAPPOL e a produção de arroz mecanizada	130
5.2. A CAPPOL e a produção de soja mecanizada.....	148
5.3. Organização geral da CAPPOL com base no Estatuto Social reformulado.....	160
CAPÍTULO VI - DELINEAMENTOS DA DECADENCIA DA CAPPOL À ATUALIDADE	166
6.1. Decadência da CAPPOL	166
6.2 A CAPPOL no século XXI	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS.....	184

INTRODUÇÃO

A proposta inicial para a pesquisa de Mestrado tinha como tema “Cidades Locais em Área de Fronteira Agrícola de Ocupação, a partir do município de Carmolândia – TO”. Um modo de fazer isso seria por meio de um estudo das frentes pioneiras e sua estruturação na região, produzindo o povoado para, a partir desta delimitação, analisar o povoado/cidade na região de fronteira de ocupação. A organização do município, na atualidade, seria estruturada por meio de uma análise enquanto cidade local.

Esta temática tinha sido delineada a partir de experiência própria com o município de Carmolândia - TO e se fortaleceu com a conclusão da Monografia, no curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal do Tocantins/Campus de Araguaína, a partir dos estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa intitulado “Estudos Geográficos da Amazônia e do Tocantins (GEGATO).

Entretanto, o ingresso no Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG), no primeiro semestre de 2014, na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Porto Nacional –TO, juntamente com as disciplinas cursadas no período de créditos do mestrado, o melhor contato com o tema fronteira, os diálogos com o orientador, o aconchego do município de Porto Nacional e suas amplas possibilidades de pesquisa, proporcionaram uma reavaliação do projeto de pesquisa inicial.

Nessa reavaliação, decidiu-se manter o tema principal, que era fronteira, porém relacionando-o com a modernização agrícola e o papel do cooperativismo, tendo como referência a Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda. (CAPPOL). Tomou-se como referência temporal, o período de criação da cooperativa (1963) até a atualidade (2016), e como referência espacial a área de abrangência da CAPPOL.

Os estudos fronteiriços são amplos e podem ocorrer nas mais variadas perspectivas. No Brasil, segundo Huertas (2009), os estudos fronteiriços ganharam maior destaque na segunda metade do século XX, e foi uma das bases teóricas utilizadas pelo Estado para promover a ocupação da Amazônia Legal. Na Geografia, a categoria fronteira possibilita a compreensão de diferentes processos econômicos, políticos, urbanos, agrícolas, sociais, culturais, dentre outros. Um dos elementos de estudo da fronteira é a expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal, e ligada à esta, ocorre à modernização agrícola, com a introdução de novas tecnologias no campo.

Para fomentar a expansão da fronteira na Amazônia Legal, de acordo com Becker (1990), o Estado implementou políticas de ocupação territorial, incentivando o processo migratório e a ocupação de novas áreas. Dentro da ideia da modernização da agricultura e da expansão da fronteira agrícola, o cooperativismo emerge como umas das possibilidades que o Estado encontrou para promover também essa ocupação. Foi a partir da leitura destes três elementos – fronteira, modernização agrícola e cooperativismo, que se escolheu como objeto de pesquisa, a área de abrangência da CAPPOL.

A presente pesquisa pode ser considerada como exploratória, pois segundo Severino (2007), enfoca o entendimento e análise de processos, tendo como referência, a atuação da CAPPOL e sua relação com a expansão da fronteira agrícola e a modernização da agricultura.

Enquanto procedimento utilizou-se observação direta e indireta, já que muitas informações foram colhidas em campo e outras por meio de pesquisas bibliográficas e dados secundários, levando em consideração o recorte temporal, desde sua gênese. Em relação às técnicas, a pesquisa realizada utilizar-se de:

1. Pesquisa bibliográfica: baseando-se em diferentes autores que já trabalham com os elementos elegidos nesta pesquisa;
2. Pesquisa documental: utilizaram-se diferentes tipos de documentos, como, jornais, Estatuto Social da CAPPOL, sites, fotos, documentos legais, etc.;
3. Pesquisa de campo: reconhecimento das seguintes estruturas da CAPPOL, Unidade Básica de Produção de Sementes (UBS), armazém de Porto Nacional, antigos locais onde foram instalados os mercados da CAPPOL; Cartório.
4. Entrevistas semi-estruturadas (Anexo b, c e d): foram realizadas 35 entrevistas com sujeitos que vivenciaram muitas das transformações da CAPPOL. Nas entrevistas existiam perguntas pré-elaboradas, que serviam para direcionar a conversa, sendo elaboradas novas perguntas, à medida que os entrevistados colocavam novos elementos na conversa. Antes de se iniciarem as entrevistas, era apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo a), que apresentava a temática da pesquisa, a justificativa da mesma e se o sujeito aceitava ou não ser divulgado seu nome na dissertação. Dos 35 entrevistados, apenas 19 assinaram o referido termo. Os demais 16, optaram por não se identificar e foram enumerados, garantindo o sigilo dos mesmos. A enumeração das entrevistas ocorreu seguindo a ordem cronológica, realizadas com um público bastante heterogêneo. Dos 9 ex-presidentes da CAPPOL, foram entrevistados 7 que ainda estão vivos, 6 membros do setor técnico; 8 pessoas ligadas ao setor administrativo; 8 pessoas

ligadas aos serviços gerais e 6 pessoas que não tinham vínculo direto, mas que vivenciaram parte de sua história.

5. Mapeamento da área de abrangência da Cooperativa: elaboraram-se mapas geo referenciados, com ida a campo para colher os pontos de GPS.

Elegeu-se como objeto de estudo, a área de abrangência da Cooperativa Agropecuária Portuence Ltda. (CAPPOL), e sua inter-relação com a expansão da fronteira agrícola e com a modernização da agricultura em Porto Nacional – TO, na segunda metade do século XX. Esses três elementos de pesquisa, fronteira, modernização agrícola e cooperativismo, estão diretamente interligado na área de pesquisa.

O objeto de pesquisa localiza-se numa área de expansão da fronteira agrícola, e na Amazônia Legal, situação esta, que a insere no interior de políticas de ocupação promovidas pelo Estado, principalmente a partir da década de 1960, momento em que o governo investe também na modernização agrícola, sendo o cooperativismo um dos elementos, um dos braços de sustentação, para promover essa modernização.

A pesquisa está organizada em 6 capítulos, divididos em tópicos e subtópicos, que contemplam a temática:

1º capítulo: “As metamorfoses da/na fronteira”, discute o conceito de fronteira, mostrando suas amplas abordagens teóricas e utilização na geografia;

2º capítulo: “Políticas de Ocupação na Amazônia Legal”, explora as políticas de ocupação na região amazônica, delineando fatos importantes nesse processo de ocupação da Amazônia, desde o Brasil colônia até as políticas de ocupação que se deram a partir da década de 1950-1960, destacando-se os Planos Nacionais de Desenvolvimento, programas implantados pelo Estado, dentre outros.

3º capítulo: “Pelos meandros do espaço-tempo do Cooperativismo”, trabalha o tema cooperativismo, mostrando seu surgimento, conceitos, e principais modificações, ao longo do tempo, principalmente no Brasil. O último tópico deste capítulo, fala de forma breve, sobre as cooperativas agropecuárias no estado do Tocantins, tomando como referência, o Projeto Rio Formoso e o Prodecir III.

4º capítulo: “Cooperativa Agropecuária Portuence Ltda (CAPPOL) desdobramentos e discussões”, em um primeiro momento, faz um breve histórico do município de Porto Nacional – TO, desde seu surgimento. Depois tece direcionamentos sobre a organização fundiária de Porto Nacional nas décadas de 1960 e 1970 e, por fim, fala do surgimento da CAPPOL e o delineamento de seus primeiros passos.

5º capítulo: “Modernização agrícola e a nova dinâmica da Cappol”, mostra as principais modificações da CAPPOL e sua modernização para atender a demanda da expansão da fronteira agrícola.

6º capítulo: “Delineamentos da decadência da CAPPOL na atualidade”: mostra o processo de decadência da CAPPOL, bem como sua situação na atualidade.

E por fim, nas considerações finais, faz-se uma síntese dos acontecimentos, chamando a atenção para novos temas de pesquisa.

CAPÍTULO I - AS METAMORFOSES DA/NA FRONTEIRA

Neste capítulo, serão expostas algumas concepções da categoria fronteira, nas mais variadas interpretações. Não será eleita uma única leitura da fronteira, levando em consideração que, na área de estudo (área de expansão da Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda., CAPPOL), ocorreram diversas realidades, que remetem às mais diferentes leituras.

As revisões bibliográficas fundamentam-se em vários pesquisadores que já trabalham com a temática fronteira, muitos deles pesquisam os espaços fronteiriços na Amazônia Legal como, Bertha K. Becker, Lia Osório Machado, José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e outros.

Há uma ampla produção literária acerca da categoria fronteira, sendo difícil abordar todas em uma única pesquisa. Os estudos fronteiriços levam à uma temática de infinitas abrangências e possibilidades de pesquisa, tanto na Geografia, quanto em outras ciências. Existem diferentes perspectivas de interpretação e compreensão sobre fronteira, dependendo muito do objetivo de cada pesquisador (a) e da sua própria maneira de olhar os fatos e processos da sociedade.

1.1. Estudos teóricos sobre a categoria fronteira

Na ciência geográfica, a categoria fronteira é concebida de diferentes maneiras, isso porque, vai depender muito da forma como o pesquisador lida com o tema, do objetivo dele com a pesquisa, da área que ele (a) atua e do arcabouço teórico metodológico por ele (a) escolhido. De acordo com Ferrari (2014), o conceito de fronteira modificou-se ao longo do tempo, à medida que a sociedade também sofreu alterações tecnológicas, políticas, econômicas, sociais, ideológicas, etc.

Segundo Albuquerque (2010), a fronteira tem distintos significados, principalmente no mundo contemporâneo. Para Ferrari (2014), o entendimento sobre fronteira já existia nas sociedades primitivas e tradicionais e ao longo do tempo, recebeu diversos significados e incorporou novos elementos pelo próprio avançar das sociedades.

Fazendo uma revisão na literatura acerca da origem do termo fronteira, é possível afirmar, a partir da leitura de Ferrari (2014), que a palavra fronteira tem sua origem no século XIV na França, originada inicialmente como adjetivo feminino do substantivo “*front*”, “*frontière*”. Inicialmente o termo fronteira foi utilizado pelos militares que iam ao *front* defender seus territórios contra possíveis invasores, conforme Ferrari (2014, p. 2-3):

O *front* ou *frontière* assumiria inicialmente duas funções estritamente militares: uma espacial, como frente entre duas organizações, e a outra, como linha de defesa marcada pela construção de casas denominadas fortificações e equipadas militarmente.

Albuquerque (2010, p. 579), afirma que “a origem do termo fronteira está relacionada ao universo militar, front, conquista territorial estabelecimento de limites”, e o termo fronteira, nesse contexto, resumiu-se a duplo sentido, primeiramente como movimento de conquista, e também como delimitação e demarcações efetivadas.

De acordo com Ferrari (2014), a ideia de fronteira, enquanto limite territorial, já estava presente, mesmo que de maneira figurada, nas sociedades primitivas e/ou tradicionais, ressaltando que, estudos arqueológicos, têm demonstrado que o entendimento da fronteira nas sociedades tradicionais da América, Ásia, África e Oceania, ocorriam de maneira simbólica, na qual cada grupo tribal percorria um território, delimitado por fronteiras místicas, rigorosamente respeitadas, pois segundo Ferrari (2014, p. 5), “Na crença de certos grupos, a fronteira era denominada por forças mágicas, lugar de oferendas às divindades protetoras do grupo, e também lugar da expulsão de males do seio de alguma tribo ou comunidade [...]”

Contribuindo com o entendimento da fronteira na pré-história, de maneira simbólica, Ferrari (2014), explica que, nas sociedades primitivas, ainda não havia separação entre sociedade particular e pública, o uso da terra se dava de maneira coletiva pelos grupos tribais que estavam em constante movimento. Esse uso coletivo temporário se dava à medida do que a natureza podia lhes oferecer. Mesmo as tribos usando a terra de maneira coletiva e temporariamente, havia a preocupação de defender seus territórios de possíveis invasores e, segundo Ferrari (2014, p. 5-6):

[...] a noção da fronteira era inicialmente sustentada pelas crenças que cada grupo da sociedade primitiva mantinha em relação ao seu domínio espacial, ao contrário do que ocorre na Antiguidade, quando a fronteira assume, além de significado religioso, caráter de rigidez, observando-se o início do processo de estabilização da fronteira.

De acordo com Ferrari (2014), na Grécia, a noção de fronteira era sustentada, basicamente, pelas crenças dos gregos nas divindades. Porém, no período clássico, a Grécia começa a dar um novo sentido para a fronteira, de acordo com Ferrari (2014, p. 8), “[...] passando de um espaço religioso diferenciado e hierarquizado a um espaço homogêneo do tipo geométrico”. Com isso, a fronteira passa de um entendimento místico, religioso, para uma concepção mais político-administrativa.

Ainda segundo Ferrari (2014), no período renascentista, com o avanço de algumas ciências, como Matemática, Astronomia, Geografia, Cartografia, etc., o termo fronteira passa

a ser instrumento de poder, representando, simbolicamente, a apropriação do espaço territorial, pois agora o espaço estava sendo dividido geograficamente. E, segundo Ferrari (2014, p. 9-10):

[...] é graças ao aperfeiçoamento e desenvolvimento da cartografia moderna surgida no Renascimento, que as fronteiras seriam representadas e projetadas por meio de traçados precisos entre duas soberanias; é a fase da representação da fronteira por meio da linearização. Assim com o avanço das ciências e com o Estado moderno, o conceito de fronteira tende a ser associado ao limite político territorial, sendo caracterizada como “fronteira linear”.

O debate contemporâneo sobre a fronteira, de acordo com Ferrari (2014), emerge centrado, basicamente, na Europa, na qual a fronteira é vista como limite político territorial. Enquanto isso, no continente Americano, mais especificamente nos Estados Unidos da América, Ferrari (2014, p. 16) explica que “[...] é o termo *boundary* que expressa o limite político entre dois países enquanto a *frontier*, passa a significar a expansão da civilização ou movimento humano em direção a terras livres ou espaços selvagens”. Essa definição foi afirmada no final do século XIX, a partir das teorias desenvolvidas pelo historiador Frederick Jackson Turner (1861-1932).

Frederick J. Tuner, conforme destaca Huertas (2009), foi um importante estudioso do tema fronteira, pois pesquisou a expansão dos Estados Unidos e, a partir dos seus estudos, formulou a hipótese da fronteira em sua tese de doutorado, sobre o oeste americano. Essa experiência dos Estados Unidos da América com a fronteira, no século XIX, de acordo com Albuquerque (2010, p. 279-289), produziu um novo significado de fronteira, “[...] vista agora como frente de expansão dos pioneiros que passaram a ocupar os ‘espaços vazios’ do território nacional na famosa Marcha para o Oeste”.

A fronteira na concepção de Tuner, na análise de Ferrari (2014), seria o lugar onde nasce o território e a identidade, não seria algo fixo (como fronteira geográfica através dos delineamentos dos mapas), mas uma frente pioneira em expansão (uma fronteira em movimento). Na ideia de Tuner, segundo Ferrari (2014, p. 17), a concepção de fronteira “[...] se desenvolve sobre a região do Oeste americano, região interna ao país e dá senso a fronteira como margem geográfica na qual nasceria o centro identitário e os valores da sociedade. [...]e, o Oeste americano, seria o berço da alma americana [...]”. Um lugar aonde todas as nacionalidades teriam que lutar pelo recuo da natureza selvagem.

Os estudos de Tuner, afirma Albuquerque (2010), influenciaram outros estudiosos do tema por todo o continente, inclusive no Brasil e sua obra principal é intitulada “*The significance of frontier in the American History*”. Os trabalhos desse autor possibilitaram,

segundo Albuquerque (2010), os estudos sobre as frentes de expansão interna em vários países, como por exemplo, no Brasil e na Argentina. Para Tuner, segundo Albuquerque (2010, p. 580), a fronteira podia ser interpretada:

[...] a partir do movimento de ocupação da fronteira interna por parte dos agentes portadores do ideal do individualismo e da democracia. A fronteira é uma zona de transição entre a civilização e a selvageria, um território ocupado pelos pioneiros que dilatam as fronteiras da nação e vêem o outro lado dessa linha movediça como espaços vazios, desertos, *wilderness*, embora existam outras formas de vida e cultura humana sendo exterminadas em nome do progresso da civilização nacional.

Na segunda metade do século XX, de acordo com Albuquerque (2010), os estudos fronteiriços ganham um novo sentido nos estudos antropológicos, culturais e pós-coloniais. A obra clássica de Frederick Barth - Os grupos étnicos e suas fronteiras -, de acordo com Albuquerque (2010, p. 580) “[...] veio consagrar, deslocar e disseminar o uso do termo fronteira relacionando-o às formas de organização social e política dos grupos a partir de suas zonas de contato e diferenciação em relação aos outros grupos”

Com base na visão de Ferreira (2014), é possível dizer que, em âmbito nacional, os estudos fronteiriços sofreram influências tanto europeias, quanto americanas, afirmando que, em um primeiro momento, foi adotado o conceito europeu de fronteira, influenciado pela teoria francesa, concebendo a fronteira como senso unicamente político, por linha divisória entre países. Somente por volta de 1950-60 que adere a teoria de Tuner, que influenciou tanto sociólogos, quanto geógrafos e historiadores e serviu, de acordo com Ferrari (2014, p. 17), para nortear a “[...] expansão pioneira em regiões internas ao país, sobretudo das regiões a Oeste, como a Amazônia, caracterizada como frente pioneira, nos moldes da fronteira do Oeste Americano”.

1.2. A concepção de fronteira no Brasil: diferentes conceitos

Na concepção de Huertas (2009), a fronteira no Brasil tem como precursor, o francês Pierre Monbeig¹, que pesquisou o avanço da cultura cafeeira no Planalto Ocidental Paulista e no Norte do Paraná, analisando a entrada do capital financeiro internacional no Brasil. Para Pierre Monbeig, que segundo Huertas (2009, p. 108):

¹Pierre Monbeig nasceu em Marissel – França, em 1908, e faleceu em 1987. Geógrafo e professor formado em Paris, em 1931. Chegou ao Brasil em 1935 contratado pela recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP para assumir a cátedra de geografia humana, substituindo o professor Pierre Defontaines. Em sua permanência na USP (1935-1946) orientou toda uma geração que se iniciava nos estudos geográficos, estimulando em especial a investigação sobre cidades e áreas de colonização. Com outros professores, segundo Alves (2010), criou a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

[...] uma espécie de fascínio exerce sobre os espíritos a presença de terras desocupadas, cujas frentes pioneiras, são marcadas pelo nascimento de cidades, construção de uma rede de comunicação, mistura de raças e elaboração de uma mentalidade regional .

Outro estudioso sobre o tema fronteira, no Brasil, conforme destaca Huertas (2009) foi o alemão Leo Waibel², que estabeleceu relações entre o caso norte-americano e as observações que realizava em Goiás, em 1946. Huertas (2009) afirma ainda que Waibel influenciou no planejamento territorial brasileiro, sendo responsável por fornecer informações concretas para elaboração de grandes projetos de organização territorial no Brasil, como por exemplo, o programa “Marcha para o Oeste”³.

Em seus estudos, Huertas (2009), trabalha a fronteira a partir da organização de “fluxos – fluxos materiais, compostos pelo entrelaçamento de vetores hidroviários e rodoviários em pontos estratégicos – e redes”, sendo as regiões Amazônicas e Centro-Oeste, focos de interesse do Estado e de capitalistas nacionais e internacionais, cujo objetivo maior é o crescimento e implantação de circuitos produtivos, principalmente a soja, madeira, recursos minerais e a pecuária bovina. Este autor trabalha com a fronteira técnica.

Huertas (2009) discute a fluidez territorial na região Amazônica e Centro Oeste, pesquisando a ligação entre o Planalto Central e a Bacia Amazônica, baseando-se na constituição das redes técnicas, na abertura de eixos rodoviários, e relacionando os binômios – psicofera e tecnofera – para explicar a relação do local para o global e vice-versa. Seus estudos são inspirados na teoria do espaço geográfico de Milton Santos.

Machado (1992) compreende a fronteira como um espaço que viabiliza o novo (formas de ocupação, usos da terra) mediado pela ação do Estado e do setor privado. O objeto de estudo dessa pesquisadora, foi/é a região Amazônica e o papel do Estado na (re) organização territorial da região e nos espaços fronteiriços.

A tese utilizada pelo Estado para justificar a ocupação da região Amazônica, conforme enfatizam Machado (1992) e Huertas (2009), foi a dos “espaços vazios”, proposta por Tuner nos Estados Unidos. O Estado destacava que era preciso ocupar a região Amazônica para não entregá-la ao capital estrangeiro, incentivando o processo migratório de

² O geógrafo Leo Heinrich Waibel nasceu no dia 22 de fevereiro de 1888 e faleceu em 4 de setembro de 1951. Durante seu período no Brasil, de 1946 a 1950, desenvolveu diversas pesquisas a cargo do Conselho Nacional de Geografia, principalmente acerca da colonização e do uso da terra pela agricultura em áreas de expansão, consideradas, de acordo com Alves (2010), vazias em termos populacionais, como as regiões Sul, Centro-oeste e Norte.

³ A Marcha para Oeste foi um programa que apresentava uma concepção econômica da fronteira relacionada à expansão do mercado interno brasileiro. Se fosse estimulada a ocupação do interior, de acordo com Machado (1992, p. 33), “seria possível expandir o mercado interno e criar bases mais sólidas para o desenvolvimento industrial”.

várias regiões do País, para os espaços fronteiriços amazonenses. Nesse sentido, a fronteira seria um espaço onde o Estado, com toda sua ideologia e organização geopolítica, (re)organiza o território, de acordo com os interesses capitalistas e particulares. Oliveira (1991) destaca o discurso do Estado por meio da idéia de “integrar para não entregar”.

A fronteira, na visão de Becker (1990), não é um acontecimento isolado, pelo contrário, é um espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado, sendo definido em relação à sua estrutura e potencialidade de recursos. A fronteira poderia assim, ser compreendida numa perspectiva espaço-temporal, como um espaço não totalmente estruturado e capaz de gerar novas realidades. Essa seria uma fronteira móvel.

A forte influência do Estado, e da “alta-tecnologia” na (re)organização territorial da/na fronteira, é destacada por Becker (1990, p. 60) que afirma que “[...] O Estado e a alta-tecnologia são os determinantes históricos da produção da fronteira, espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado, não plenamente estruturado e dotado de alto potencial político”.

O conceito de fronteira deve ser analisado, segundo Becker (1990), não apenas de forma tradicional, “fronteira linear”, mas tentando contemplar nas pesquisas, as várias vertentes dos estudos fronteiriços e suas articulações, destacando sempre, o papel do Estado, na organização territorial na fronteira, afirmando ainda que as condições atuais de produção da fronteira são principalmente:

[...] a apropriação monopolista do espaço por várias frações do capital; a mobilidade da força de trabalho; as redes de ordenação do espaço, especialmente a rede urbana, fase logística da integração econômica e ideológica; a fragmentação do espaço e a formação de regiões, como um poder local (BECKER, 1988, p. 60).

De acordo com Lopes (2009), a fronteira é uma das primeiras categorias de análise da Geografia, destacando que a fronteira não se limita à delimitação de país, estado ou região, ela vai além dessa simples definição. Um espaço de fronteira é complexo e contraditório, pois há uma gama de articulações e jogos de interesses entre Estado e poder privado, contribuindo para uma (re)organização territorial neste espaço. É na fronteira que os diferentes sujeitos se encontram e que o homem também busca criar e fortalecer sua identidade com o lugar.

Silva (2007) enfatiza que no senso comum quando se fala em “fronteira”, geralmente as pessoas logo pensam em limite geográfico, no entanto a fronteira também pode ser à borda de processos singulares de integração e conflito, assim como pode ser área de contato social, cultural, de etnias, econômica, dentre outros, numa sociedade extremamente capitalista, que chega “impondo” seus modos de produção à população local.

Segundo Silva (2007), a fronteira é resultado das contradições socioespaciais de reprodução da sociedade capitalista. “A busca de novas áreas por produtores e empresas no interior do país reflete processos de exclusão social, reprodução ampliada do capital inserção precária de grupos sociais e difusão de valores culturais e ideológicos” (SILVA, 2007, p. 285). Segundo o autor a fronteira é reflexo da sociedade e tem também uma dinâmica interna própria, assentada principalmente nas relações capitalistas. Para Silva (2007):

A fronteira é aberta e fechada ao mesmo tempo como traço das contradições socioespaciais e transformadoras do capitalismo sobre o campesinato, comunidades de quilombolas, indígenas, ribeirinhas etc. De fato, a fronteira capitalista é um fenômeno não somente espacial e histórico, mas de confrontação cultural e ideológica e de expansão econômica .

Dentre os estudiosos da fronteira, Martins (2009), se destaca por trabalhar a fronteira por uma concepção abrangente que coloca o indivíduo nas inter-relações e nas contradições da fronteira e do sistema capitalista, trabalhando com a fronteira do humano. Para ele a fronteira é um lugar onde “tudo acontece”, sonhos, tramas, discursos, conflitos, mortes, interesses políticos e capitalistas. É um espaço onde o conflito cultural, étnico, social ocorre, pois o imigrante que chega (trans)forma e influencia a cultura já existente no lugar e vice-versa.

Para Martins (2009, p. 150), “o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social [...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular”. A fronteira é um lugar de encontros e desencontros, aonde os sonhos de quem chegam pode se realizar ou não. Para ele a última grande fronteira da América Latina, é a Amazônia que tem sido foco de conflitos, tensões entre os residentes do lugar e os migrantes.

Esses conflitos ocorrem em várias escalas, podem ser de cunho violento ou não, podem ser ideológicos. Na visão de Martins (2009, p. 150), a fronteira é criada “pela expansão territorial do grande capital e da sociedade civilizada”, sendo constantes os conflitos nestes espaços fronteiriços entre camponeses e fazendeiros, índios e não-índios, jagunços, caboclos dentre outros, e “[...] o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro”.

São encontros e desencontros em relação a diferentes concepções de vida e visões de mundo, sem falar nos desencontros das temporalidades históricas, entre os que chegam e o que já estão no lugar. É na fronteira, segundo Martins (2009, p. 11), que se encontra o humano no seu limite histórico, e é neste espaço que se cria o “novo”, uma nova

sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. Ele afirma que é “[...] a fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos civilizados que se situam ‘do lado de cá’, um cenário de intolerância, ambição e morte” (MARTINS, 2009, p. 9).

A fronteira é na verdade, segundo Martins (2009, p. 10), ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos”, e é nos espaços fronteiriços que melhor pode ser observado a forma como a sociedade se forma, organiza-se, desorganiza-se e se reproduz. Em relação ao fim da fronteira, Martins (2009, p. 134) destaca:

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e moral dá lugar á alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica de nós. Quando a história passa a ser a nossa história, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos já nos devorou).

A fronteira, na análise de Moura (2000), reflete o exercício da dominação e da autoridade de um povo em particular. Os espaços fronteiriços são também áreas de conflito e tensão social, religiosa, ideológica, política e cultural. Em relação ao processo de globalização da economia e da integração de blocos regionais, as fronteiras foram tidas como espaços de criação de possibilidades de desenvolvimento, áreas de transição, contato, articulação, especial vivacidade e dinamismo próprio.

1.2.1. Frente de Expansão e Frente Pioneira: os diferentes tempos da/na fronteira na visão de José de Souza Martins

Nos estudos fronteiriços, duas importantes designações surgiram: *a zona pioneira*, conhecida também como frente pioneira (utilizados pelos geógrafos⁴ a partir de 1940), e a frente de expansão (utilizada pelos antropólogos a partir de 1950). Martins (2009), afirma que ambas as definições são modos diferentes de ver e compreender a fronteira.

Na primeira concepção, segundo Martins (2009), os geógrafos falam da dimensão ampliada de reprodução do capital e da conversão da terra em mercadoria. *A zona ou frente pioneira*, utilizada pelos geógrafos, é observada a partir da ótica do pioneiro empreendedor, tendo como referência, o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e a implantação de instituições políticas e jurídicas. Nesta concepção, não se leva em

⁴A concepção de fronteira dos geógrafos, criticada por Martins (2009), está relacionada, principalmente, à corrente geográfica denominada Nova Geografia, que se utiliza do método neo-positivista, que trabalha numa perspectiva de planejamento, de classificação, de quantificação etc.

consideração a população indígena e outros diferentes grupos de populações tradicionais, não dando a essas, a atenção necessária para seus anseios e necessidades. A frente pioneira pode ser entendida como uma situação espacial e social, que convida e induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social e, nas palavras de Martins (1996, p. 29):

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregam essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas .

A frente pioneira reduz a vida na fronteira à articulações e aspectos econômicos, já na segunda concepção, da fronteira como frente de expansão, Martins (2009.p.135), destaca que ela vai além do deslocamento de agricultores empreendedores, comerciantes, cidades, instituições políticas e jurídicas, considerando também, as populações pobres rotineiras, não indígenas ou mestiças, como garimpeiros, seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça e no limite do mercado. Este último grupo citado refere-se a uma fronteira demográfica (fronteira do humano) que leva em consideração todos os indivíduos do lugar, sendo organizada numa lógica inversa da expansão do capital, vinculada a uma economia simples e economia de subsistência.

Um dos pontos chaves na diferenciação da frente pioneira para frente de expansão, para Martins (1996), é que quando os geógrafos se referiam à frente pioneira, faziam menção a uma das faces da reprodução ampliada do capital:

[...] a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma (MARTINS, 1996, p.30).

Sendo assim, estavam falando de uma das dimensões da reprodução capitalista do capital, entretanto, quando os antropólogos falavam da frente de expansão, se referiam á uma forma de expansão do capital que, originalmente, não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista e, de acordo com Martins (1996, p. 30-31),“Essa expansão é essencialmente expansão de uma rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente [...]” e diz que, nesse caso:

O mercado opera, através dos comerciantes dos povoados, com critérios monopolísticos, mediados quase sempre por violentas relações de dominação pessoal, tanto na comercialização dos produtos quanto nas relações de trabalho (sendo aí característica a peonagem ou escravidão por dívida). Portanto, muito longe

do que tanto Marx quanto Weber poderiam definir como capitalista (MARTINS, 1996, p. 30-31).

As definições de *frente pioneiras* ou *zona pioneira* e de *frente de expansão*, segundo Martins (1996), dependem da visão e do objetivo do pesquisador com a pesquisa e com o objeto de estudo. Portanto, ambas as definições são, na verdade, formas de ver e compreender a fronteira, sendo por este motivo, classificadas como designações e não como definições. Elas são percebidas a partir do vínculo que cada um tem com a fronteira.

No interior das fronteiras políticas, dois grupos distintos, Neiva (1949, *apud* Martins, 1996), identifica a fronteira demográfica e a fronteira econômica, que muitas vezes não são coincidentes. É mais comum ocorrer um processo de povoamento (fronteira demográfica) antes de uma ocupação econômica (fronteira econômica), ou seja, de acordo com Martins (2009, p. 138), “Quando os geógrafos falam de frente pioneira, estão falando dessa fronteira econômica. Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica” .

Apoiado em Neiva (1949, *apud* MARTINS, 1996, p. 31), destaca a possibilidade de fazer uma datação histórica na questão da fronteira:

[...] adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização” estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. Digo que se trata de uma primeira datação histórica porque cada uma dessas faixas está ocupada por populações que, ou estão no *limite da história*, como é o caso das populações indígenas; ou estão inseridas *diversamente na história*, como é o caso dos não índios, sejam eles camponeses peões ou empresários.

A diferença na interpretação das designações acima citadas, dos geógrafos e dos antropólogos, na opinião de Martins (1996), “é produto de observações feitas em desiguais lugares sociais nas áreas fronteiriças”. A fronteira mostrava a estes estudiosos, o que eles queriam ver a partir do vínculo que cada pesquisador tinha com a mesma. Portanto o que há na verdade é um desencontro de perspectivas, marcadas por tempos histórico-temporais diversos, e afirma:

O desencontro de perspectiva é, nesse caso, essencialmente expressão da contraditória diversidade da fronteira, mais do que produto da diversidade de pontos de vista sobre a fronteira. Diversidade que é, sobretudo, diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos, e ao mesmo tempo, contemporâneos (MARTINS, 1996, p. 30).

A distinção entre as designações de *frente pioneira* ou *zona pioneira* e de *frente de expansão*, de acordo com Martins (1996, p. 32), não são distinções conceitual nem classificatória, pelo contrario, são instrumentos auxiliares na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira, sendo, portanto, um instrumento útil quando as concepções são trabalhadas na sua unidade, quando se destaca a temporalidade própria da situação de cada grupo social da fronteira e permite estudar a sua diversidade histórica não como diversidade estrutural de categorias sociais, mas também como diversidade social relativa aos diferentes modos e tempos de sua participação na História.

1.3. Organização territorial da/na fronteira e as relações de trabalho na Amazônia Legal

A organização territorial da Amazônia Legal, de acordo com Becker (1994), está, direta ou indiretamente, ligada às praticas de ocupação na Amazônia, principalmente mediada pelo Estado.

O monopólio da terra na Amazônia, para Becker (1994), pertence às empresas agropecuárias e fazendeiros. As empresas agropecuárias predominaram, principalmente, a partir de 1970 e o Estado forneceu subsídios para que essas se instalassem na região. Nesse momento, ocorre a apropriação e concentração de terras nas mãos de empresas nacionais e multinacionais e a expulsão dos posseiros de suas terras. A implantação de tais empreendimentos levou à exploração intensiva dos recursos naturais e a expropriação de camponeses, comunidades quilombolas, índios, etc. que, muitas vezes, foram forçados a saírem de seus territórios.

A partir da implantação de tais empreendimentos, Becker (1994) destaca que o território é (re)organizado, para atender os interesses de tais empresas e, em relação aos fazendeiros, ressalta que geralmente suas propriedades são relativamente grandes (mais de 1.000 alqueires) e tem como principal atividade a pecuária. Nem sempre a aquisição das terras dos latifundiários é realizada por vias legais, por vezes essa aquisição se dá por meio da grilagem, da expulsão dos camponeses e posseiros.

Essa situação é destacada por Martins (2009), como uma área de conflito, na qual se fazem presentes diferentes interesses e realidades, ficando, de um lado o migrante que chega e quer reorganizar o território a sua maneira, e de outro o camponês, o índio, o posseiro, os quilombolas, a comunidade local, que lutam por seus interesses e, principalmente, pela terra, seu meio de subsistência.

Em relação aos pequenos produtores, Becker (1994) enfatiza que estes são formados por proprietários, posseiros, colonos, meeiros e rendistas, que constituem uma parcela significativa em numero, mas não em área apropriada de conjunto de produtores. Muitos dos pequenos produtores, eram migrantes oriundos de diversos pontos do Brasil, à procura de uma vida melhor que, geralmente, ficavam ao longo das rodovias federais e estaduais (áreas destinadas à expansão da fronteira).

Essa realidade muda, conforme salienta Becker (1994), à medida que o Estado direciona diversos projetos de ocupação econômica na Amazônia (serão trabalhados no capítulo II), dando abertura para o mercado mundial adentrar na região. Quando ocorre essa abertura para grandes empresas nacionais e internacionais atuarem na região, surge a disputa por territórios com migrantes espontâneos que para lá se dirigiam.

Em relação à organização territorial das terras amazonenses, Oliveira (2007) destaca a concentração fundiária e os intensos conflitos na luta pela terra, em consequência da expansão do capital e da implantação de novos modos de produção. O cultivo de monoculturas, como a soja por exemplo, tem sido outra realidade nos espaços fronteiriços da Amazônia. Fato este que tem provocando uma (re)organização territorial, tanto no meio natural como na sociedade e no espaço geográfico local e nas relações trabalhistas.

Os avanços dessas monoculturas, conforme enfatiza Oliveira (2007), são excludentes, beneficiando, basicamente, o capitalista, e explorando a mão-de-obra do trabalhador, sem falar que, muitos camponeses, são desterritorializados do seu lugar, geralmente de forma violenta, para dar espaço às grandes propriedades fundiárias e ao desenvolvimento do capitalismo.

As relações de trabalho na Amazônia Legal, ocorrem de diferentes maneiras, e por diversos sujeitos e atores sociais e em diferentes contextos e, de acordo com Becker (1982), é o mercado de trabalho regional amazonense foi formado a partir da atuação de diversos agentes, tais como: o Governo Federal, as empresas agropecuárias, os grandes fazendeiros individuais, a pequena produção agrícola, a mobilidade espacial da população, a urbanização rural espontânea e/ou incentivada pelo Estado.

Em relação à mobilidade do trabalho na região amazônica, Becker (1982), desta que as condições básicas para que houvesse essa mobilidade, fundamentam-se em dois aspectos principais:

- 1) a acumulação acelerada do capital pelas indústrias do Centro-Sul, associadas ao capital internacional, induzindo à mobilidade de capital para outros setores da economia e para outras regiões do País;

2) o papel crescente do Estado como sócio, organizador e avalista de investidas pioneiras e, no caso específico da Amazônia, ideólogo de sua integração.

Outra relação na organização do trabalho, ocorre com o monopólio da propriedade da terra na Amazônia. A este respeito, Becker (1994), ressalta que, geralmente, os pequenos produtores locais não conseguem resistir à essa nova organização territorial, ditada pelo capital, e vendem suas propriedades migrando para as cidades, submetendo-se a trabalhos exaustivos e que exigem uma força de trabalho maior, devido à sua baixa qualificação técnica-educacional e, quando esses camponeses conseguem resistir e ficar na sua propriedade, podem exercer uma atividade paralela de trabalho nas cidades, para ajudar no orçamento familiar, ou mandar os filhos para trabalharem na cidade e contribuir, monetariamente, com as despesas da família.

As propriedades fundiárias representam uma “fonte” de emprego para muitos sujeitos, de forma temporária, no período de desmate e queima da vegetação (ocorre de maio a outubro) e, posteriormente, durante a colheita de arroz (ocorre de dezembro a fevereiro), os cujas diferenças, são explicadas por Becker (1984, p. 193):

O desmate e a colheita se diferencia a tal ponto, em termos das formas e da escala das contratações, que é possível afirmar a existência de dois circuitos de mão-de-obra. Essa diferenciação relaciona-se ao fato de desmate ser a atividade exigida pelas empresas e pelos grandes fazendeiros, enquanto a colheita de arroz se faz predominantemente na pequena produção. Uns e outras têm em comum, porém, a sazonalidade da demanda de trabalho.

No desmate (maio a outubro), quanto maior o empreendimento, maior é a área a ser desmatada e, conseqüentemente, a mão-de-obra empregada. Nos empreendimentos médios, trata-se diretamente com os trabalhadores, já no grande empreendimento (fazendeiros capitalizados) essa mediação é feita por uma cadeia de intermediários, conhecidos como gatos, ou subempreitada de mão-de-obra, que Becker (1984, p. 193) esclarece:

Grosso modo, os intermediários da cadeia se diferenciam pelo tipo e preço do trabalho e pelo grau e tipo de informação que possuem sobre o mercado de trabalho. Informações sobre o mercado de trabalho são de importância vital para o funcionamento da cadeia de mão-de-obra. A mobilidade da força de trabalho surge como principal condição da importância assumida pelos intermediários.

A sazonalidade do trabalho agrícola, segundo Becker (1994), faz com que os trabalhadores não se fixem no emprego e mudem constantemente de patrão e de local de trabalho, já que eles são contratados exclusivamente nas épocas do desmate da colheita por diferentes fazendeiros. O contrato é feito verbalmente entre patrão e empregado, podendo

mudar o acordo inicial a qualquer momento. Quanto ao pagamento pelo trabalho, é feita uma proposta pelo patrão sob a forma de arrendamento da terra ou com a possibilidade de emprego permanente.

Em relação a jornada de trabalho, Becker (1994) acrescenta ainda que a mesma tende a ser exaustiva e, nem sempre, os trabalhadores tem tempo de descanso diário adequado e nem folga aos domingos, isso vai depender do acordo feito previamente. O desmate exige, em geral, que o trabalhador fique no seu local de trabalho, confinado no interior da mata por dois ou três meses, tendo folga no máximo duas vezes ao mês. O deslocamento do trabalhador, do acampamento para o trabalho, é relativamente extenso, podendo variar de 50 a 200 km. A comida que o trabalhador consome também é descontado do seu salário e, Becker (1994, p. 195) afirma que:

A contratação sazonal conduz à dispersão dos trabalhadores, reduzindo sua chance de trabalharem sempre ao mesmo patrão. Isso impede que eles se conheçam e dificulta sua organização para qualquer tipo de reivindicação. Por outro lado, à medida que se acentua a organização empresarial ou que se consegue reunir uma turma eficiente de trabalho, a dispersão se torna menos conveniente. É possível prever, a longo prazo, que se torne importante para a própria empresa a organização mais eficiente dos trabalhadores temporários .

Em relação a colheita, Becker (1982) destaca que ela ocorre de dezembro a fevereiro, empregando muitos indivíduos, porém, sua organização e forma de pagamento se diferencia do período de desmate. Na colheita de arroz, os trabalhadores contratados recebem em forma de diárias. O valor pago aos trabalhadores se diferencia, dependendo da região na Amazônia. O pagamento também pode ser feito por saca de arroz ou por troca de serviços – os trabalhadores revezam-se para a colheita. Diferentemente do período do desmate, na colheita a mão-de-obra é constituída pelos peões locais e pelos próprios rendistas. Nessas condições é que muitas vezes ocorre o trabalho análogo ao trabalho escravo.

Na fronteira, Becker (1982) comenta que há uma forte tendência à proletarização da força de trabalho, justamente devido a mobilidade que ocorre entre o campo e a cidade, na incansante procura por trabalho. Essa mobilidade das pessoas no espaço geográfico, configura uma nova organização nos espaços fronteiriços e, principalmente, no campo, devido à expansão do capital, havendo uma ruptura do modelo baseado na produção de subsistência, para um modelo de acumulação do capital e produção industrial.

Em relação a expansão do capital na Amazônia, Becker (1982, p. 208-209) analisa que:

A expansão do capital na região baseia-se numa gama variada e complexa de relações de trabalho que indicam a existência de contradições no curso dessa

expansão. Mesmo assim, é possível afirmar que, ao contrário do que ocorreu na expansão de outras frentes pioneiras no Brasil e em algumas regiões do mundo, onde a figura do *farmer* era primordial, a fronteira amazônica está sendo integrada à base da proletarianização ou semiproletarianização da população. Essa especificidade se deve ao fato de a Amazônia constituir uma imensa fronteira agrícola mundial, em processo de integração não apenas em relação ao núcleo de acumulação capitalista do país, mas também – principalmente – ao capital internacional.

Nesse processo de proletarianização do trabalho nos espaços fronteiriços, Becker (1982) salienta o papel dos migrantes – principalmente os oriundos do Nordeste, Goiás e do Centro-Sul – indivíduos, que tornaram-se rendistas, posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores temporários e permanentes, provocando uma (re)organização territorial nos espaços fronteiriços. Essa nova organização territorial culmina em conflitos entre os chegantes os residentes do lugar, que tem suas vidas transformadas a partir dessas novas formas de produção no espaço, o que leva Becker (1982, p. 208), a afirmar:

A Amazônia é o novo pólo espacial de investimento capitalista, e é para concretização desses investimentos que se mobiliza o trabalho. A migração para essa região não pode ser considerada espontânea, a não ser a nível de aparência, isto é, da decisão individual, nem se reduzida a um movimento no sentido do equilíbrio do mercado de trabalho. A migração é condição de valorização do espaço.

A (re)organização territorial nas áreas fronteiriças foi/é proporcionada, tanto pelos projetos de ocupação dirigida promovidos pelo Estado e pelo setor privado, como, pelos migrantes espontâneos que se deslocam de vários pontos do Brasil para a região amazônica.

1.3.1. Heterogeneidade do conceito fronteira

Há diversas denominações e classificações em relação à categoria Fronteira, segundo Costa (1988): agrícola, industrial, agroindustrial, urbana, de povoamento, de infraestrutura regional, etc. Os estudos fronteiriços são amplos, e das mais diversas naturezas e epistemologias, sendo difícil abarcar todas em um único trabalho.

Para tanto, elencar-se-à algumas visões e acepções sobre o tema, a partir da visão de alguns autores como: Becker e Miranda (1990), Silva (2007), Martins (2009) e outros., que discutem diferentes designações sobre a Fronteira, como: fronteira urbana, fronteira tecnológica, fronteira agrícola/capitalista, fronteira da soja. É preciso salientar que existem outras interpretações sobre a fronteira, que não estão presentes neste texto.

A fronteira urbana, segundo Becker e Miranda (1990), foi condicionada a partir do avanço da fronteira em relação à Amazônia brasileira e das políticas de ocupação subsidiadas pelo Estado e por empresas privadas. A mesma contribuiu para o surgimento de muitas cidades, emancipação de povoados e formação de novo povoados, e para a (re)estruturação

de muitas cidades localizadas às margens das principais rodovias: Cuiabá-Santarem (BR-163), Belém-Brasília e a rodovia Transamazônica (BR-230).

Em relação à fronteira urbana, Becker (1994, p. 44) afirma que:

Uma fronteira urbana é a base logística para o projeteo de rápida ocupação da região, acompanhando e mesmo se antecipando à expansão de várias frentes. Trata-se de uma feição orginal da fronteira original da fronteira conteporânea. A urbanização não é aí uma consquência da expansão agrícola; a fronteira já nasceu urbana, tem um ritmo de urbanização mais rápido que o resto do Brasil. E está intimamente associada à migração.

O processo migratório para a fronteira amazônica, conforme Becker (1994) enfatiza, aumentou o número de pessoas nas cidades e, conseqüentemente, os poblemas sociais. Esses migrantes também formam a reserva de mão-de-obra nas cidades e proporcionam a mobilidade do trabalho⁵ nas áreas fronteiriças. Essa mobilidade atende as condições de produção nas empresas e fazendas, que buscam sempre se apropriar da terra sem ter o mínimo de gastos possível, explorando a mão-de-obra do trabalhador, expropriando pessoas de suas terras e investindo cada vez mais na industrialização e tecnificação das suas produções no campo e, de acordo com Becker (1994, p. 48), “Ela é também uma estratégia de sobrevivência para o campensinato, que mantém o vínculo com a terra, complementando sua renda através de empregos sazonais ou eventuais”

Essa mobilidade do trabalho, segundo Becker (1994), também é uma forma de organização da/na fronteira urbana, e sua interligação com o rural, enfatizando ainda que os indivíduos que migram, aventurando-se rumo às áreas fronteiriças, incentivados pelos programas de colonização ou por conta própria e que ao chegarem no lugar desejado não conseguem uma posse de terras para morar, cultivar e tirar seu sustento e é expropriado por mecanismos burocraticos e creditícios, tem que se adaptar à outras formas de sobrevivência, submentedo-se a trabalhos altamente explorativos.

A política urbana, na análise de Becker (1994 p. 49), cria condições para a circulação intra-regional e a transformação social dos migrantes e esses migrantes, são contratados, principalmente, para as tarefas de desmatar as fazendas.

Em relação à fronteira tecnológica, Becker (1994) fala que a Amazonia brasileira tem sido um importante foco de interesse nacional e internacional, realizando investimentos em pesquisas tecnológicas e de tecnificação no campo. Quanto à fronteira energética, destaca a construção de usinas hidreletrias (UHE), como a UHE-Tucuruí e o Plano 2010 da Eletrobrás,

⁵Mobilidade do trabalho: é entendida como o processo especializado de fracionamento social, que transforma o camponês em trabalhador assalariado rural e/ou urbano e, além disso, participa da formação das camadas intermediárias que complementam a configuração capitalista (BECKER, 1994, p. 48).

que prevê a construção de mais 79 UHEs, ao longo dos principais afluentes do rio Amazonas. Aqui encaixa-se, também, o uso da floresta como combustível, usando a madeira e o carvão vegetal oriundo da Amazônia em siderurgias e metalurgias.

Na fronteira mineral, destaca-se a implantação o Projeto Carajás, no Pará, onde exporta-se a matéria prima, o ferro, por preço baixo, e importa-se o produto industrializado a preço elevado.

A fronteira agrícola, segundo Huertas (2009), está pautada, principalmente, na industrialização e mecanização no campo, onde as empresas agrícolas e pecuárias estão cada vez mais desenvolvidas e ocupando a Região Centro-Oeste no cerrado brasileiro e a região amazônica. Em relação à modernização do campo, um dos principais modos de produção é a produção de grãos.

O avanço da fronteira agrícola em direção a Amazônia Legal e o Centro-Oeste, De acordo com Silva (2006), ocorreu paralelamente à introdução e mecanização do/no campo, ou melhor, o avanço dessa fronteira agrícola trouxe consigo a tecnificação no campo. Em contrapartida, houve um processo de desterritorialização de grupos sociais como camponeses, garimpeiros, indígenas, comunidades quilombolas, dentre outros, sobre o que Silva (2006, p. 2) complementa dizendo:

A Fronteira Agrícola capitalista brasileira é um processo social que reflete e condiciona a (re)produção de um espaço geográfico através da incorporação de terras e mão-de-obra em áreas selecionadas pelas forças sociais representantes do processo de reprodução do capital em direção a espaços até então periféricos e marginalizados .

Nesse processo de tecnificação do campo, a produção de grãos vem ganhando mais espaço nesses últimos anos, principalmente a soja, e Silva (2006, p. 4) salienta que:

A dinâmica territorial promovida pela expansão da fronteira da soja na Amazônia constitui processo de apropriação privada de enormes chapadas, campos abertos e de matas, de modo a inserir lugares às redes de modernização agrícola de conexões globais vinculadas às práticas das corporações do agronegócio.

O avanço da soja na Amazônia e no Centro-Oeste brasileiro, provoca inúmeras modificações territoriais, dentre estas: potencializa o desmatamento, empura a fronteira da pecuária e os grupos sociais para áreas marginalizadas pelo grande capital, explora o trabalhador, expulsa o camponês de sua terra, aumenta a concentração fundiária e faz crescer ainda mais as desigualdades sociais no País.

A fronteira política, que em sua visão clássica, discutida por Silva (2008), consistia-se em separar estados, cidades e países, ou seja, a fronteira era concebida unicamente como limite territorial. Portanto, a fronteira política seria um lugar privilegiado e de afirmação e

reconhecimento de poderes políticos, e, de acordo com Silva (2008, p. 8), “a fronteira portanto, é um perímetro instaurado por um *poder* cujo projeto político é de afirmar e distinguir-se das outras entidades territoriais”. A fronteira política é um atributo de poder que fixa limites, que por muitas vezes é imposto em um determinado território

Almeida (2005) pesquisa a fronteira social, que separa e delimita uma realidade da outra, como qualquer outro limite social. A fronteira social é inerente à condição humana. Para a autora a fronteira tende a provocar uma dicotomia entre as identidades territoriais conforme pertence ou não a um território. A autora trabalha com fronteira e identidade.

CAPÍTULO II - POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL

De acordo com Prado Júnior (2004), inicialmente a ocupação da região Amazônica ocorreu ainda no primeiro período da história brasileira ocupando-se a foz do rio Amazonas, onde atualmente localiza-se a cidade de Belém, fundada em 1616. Os motivos desta ocupação foram principalmente políticos, já que holandeses e ingleses tentavam ocupar a região, os quais foram expulsos pelos portugueses. A base econômica, inicialmente, era a cana-de-açúcar, que não prosperou e logo foi substituída pela extração de produtos naturais como cravo, canela, castanha, salsaparrilha, cacau, madeiras, peixes dentre outros.

A penetração pelo vale acima do rio Amazonas, conforme destaca Prado Júnior (2004), inicia-se na segunda metade do século XVII pelos jesuítas e carmelitas que usavam como justificativa a catequização indígena. Os jesuítas realizavam uma importante atividade econômica no vale amazônico, desbravavam o território, implantando suas missões entre a população. As missões constituíam importantes empresas comerciais, os índios eram reunidos em aldeias e submetidos a um regime disciplinado e rigoroso de trabalho e vida geral, sob influência dos padres, conforme destaca Prado Júnior (2004, p. 70):

Quanto aos jesuítas, parece fora de dúvida que tinham na América um plano de grandes proporções: nada menos que assentar nela um imenso império temporal da Igreja Católica e sob sua direção. [...] os jesuítas realizavam o objetivo tradicional de todas as missões religiosas, isto é abrir caminho entre populações indígenas para o avanço dos colonos europeus.

Diante do forte poder dos jesuítas, Prado Júnior (2004) enfatiza que a corte portuguesa se liberta de sua influência, sob a iniciativa de Marques de Pombal, ministro de D. José I. Em 1755 é abolido o poder temporal dos eclesiásticos nas missões indígenas e as aldeias são entregues a administradores leigos e, em 1759, os jesuítas foram expulsos de todos os domínios portugueses. O Marques de Pombal também aboliu a escravidão indígena em 1755, que passam a receber salários equivalentes ao valor pago aos não-índios e, de acordo com Prado Júnior (2004, p. 72), “A exploração de que os índios serão vítimas daí por diante, já não é de escravos, mas de semi-assalariados, embora com muitos traços servis”

Desde o período colonial, segundo Mattos (1980), houve algumas tentativas objetivando incorporar a Amazônia ao espaço econômico brasileiro, sendo algumas bem sucedidas e outras não. A primeira formulação estratégica (política e econômica) de ocupação e exploração da região amazônica, foi elaborada pelo Marques de Pombal, quando, de acordo com Mattos, (1980, p. 82), “A Amazônia estruturou-se em dez circunscrições

político territoriais, entre capitânicas gerais e secundárias, estabelecendo-se a administração e a ação militar lusa”, concluindo que:

No século XVIII, sob a inspiração da política mercantilista portuguesa, sob a ação dinâmica do Marques de Pombal, foi criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), cuja finalidade era a de estabelecer o monopólio da navegação, do comércio exterior e do tráfico de escravos. Várias tentativas de valorização econômica datam dessa época, tais como a introdução do cultivo do arroz em Carolina, no vale do Tocantins, do café no Pará, trazido da Guiana, do cacau no baixo Amazonas, a criação de pesqueiros no Solimões e a introdução do boi no vale do Rio Branco (MATOS, 1980, p. 81).

Outro momento importante na ocupação da região amazônica ocorreu no século XIX, com o advento da borracha e, segundo Loureiro (1992), as seringueiras nativas na Amazônia, principalmente na faixa de terras que vão do Pará ao Acre, foram descobertas em meados do século XVIII. Nessa época os índios já faziam uso do látex, extraído da seringueira de forma artesanal. Com a descoberta da borracha na Amazônia e com a revolução industrial, a borracha passou a ser comercializada, tanto no mercado interno como no exterior e Becker (1982, p. 59), acrescenta informações sobre o ciclo da borracha:

A valorização da borracha em fins do século XIX, como decorrência da Revolução Industrial, traz à região forças mais poderosas, representadas pelos centros dinâmicos de então – Inglaterra e Estados Unidos. Resultou daí uma intensificação da economia extrativista, capaz de, com a mão-de-obra nordestina, ultrapassar as corredeiras dos afluentes da margem direita e conquistar o Acre. A maior intensidade de exploração deixou marcas mais profundas do que as decorrentes dos quatro séculos anteriores; implantou-se uma economia colonialista mais violenta, grandes desníveis na área, as terras foram apossadas em grande escala, embora não povoadas, e um processo de crescimento urbano se desencadeou em Belém e Manaus, centros que incharam com o refluxo da população, após a decadência da borracha .

Com a decadência do Ciclo da borracha, em meados do século XX, Loureiro (1992) afirma que se inicia, na região amazônica, uma nova atividade econômica, advinda dos castanhais, nativos principalmente nas mediações de Marabá e São José do Araguaia. Os castanhais, inicialmente, foram explorados por coletadores de castanha, que coletavam seus ouriços e comercializavam, diretamente nos barracões, por um preço muito baixo, ou trocavam por alimentos e objetos de trabalho. Os barracões comercializavam estas castanhas com empresários de Belém, que exportavam para o exterior e Loureiro (1992, p. 43) destaca:

O saldo que se tem do período que se estende até o fim dos anos 50, simplificada, pode ser assim reduzido: a economia da castanha, estabelecida à base do aforamento, do barracão no interior e da fábrica na cidade, apresenta como um dos aspectos básicos o favorecimento da burguesia regional pelo Poder Público. Este possibilitou grande concentração de terras em mãos de alguns poucos empresários que, mesmo descumprindo seguidas vezes as cláusulas contratuais fixadas, acabaram por se converterem em proprietários, de fato, da terra e das riquezas naturais, além de omitir-se quanto à exploração do trabalho do coletador de castanha que nunca foi regularizado e fiscalizado. [...] A economia da castanha, como a da borracha, provocou acumulação de capital e poder, criando assim uma

oligarquia local, ao lado de uma grande massa de trabalhadores despossuídos de terras.

Houve várias tentativas de (re)organizar territorialmente a região Amazônica, algumas foram frustradas e outras tiveram êxito, porém, segundo Mattos (1980), foi somente em 1953, no contexto da decadência da borracha e início do ciclo da castanha e a descoberta de minérios na região Amazônica que foi aprovado à nova subdivisão política da região Amazônia, denominada de Amazônia Legal⁶, Lei 1.806 art. 199. Carta 16 em 1953.

A ocupação da Amazônia pelos militares, de acordo com Oliveira (1991), era baseada na doutrina/ideologia de segurança nacional – “segurança e desenvolvimento”. Essa ideologia foi gestada na Escola Superior de Guerra, pautada em acordos militares assinados entre o Brasil e os Estados Unidos. Nessa estratégia três regiões geoeconômicas brasileiras receberam destaque (Centro-Sul, Nordeste e Amazônia), e Oliveira (1991, p. 29) afirma:

[...] O Centro-Sul deveria ter o processo de industrialização solidificado e sua agricultura modernizada, além de participar do esforço nacional de “desenvolvimento do Nordeste” via industrialização e da ocupação, via “Operação Amazônia”, da região Norte do País [...].

Para subsidiar as estratégias de desenvolvimento regional e atender aos interesses do Estado brasileiro, de acordo com Oliveira (1991), o Governo reestruturou os órgãos de planejamento regional, tais como a SUDENE e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, criada para suceder a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. SPVEA⁷. Como justificativa o Governo alegou que esses projetos incentivariam o processo migratório para a região Amazônica (colonização dirigida) e solucionaria a tensão social que ocorria no Nordeste, conforme esclarece Oliveira (1991, p. 31-32):

Definida a estratégia, começou a ação. Estava deflagrada a “Operação Amazônia”, consubstanciada na ideologia que serviu de lema ao Projeto Rondon, “*integrar para não entregar*”. Na realidade, na lógica da ideologia da Escola Superior de Guerra estava escrita a passagem dos tempos das “fronteiras geográficas” para os da “fronteiras ideológicas”. Era necessário entregar aos americanos para não entregar aos comunistas” (*sic*). Dessa forma, o lema “integrar” significava abrir caminhos, criar condições para que fosse possível a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios multinacionais. [...] O Estado autoritário criou toda a sorte de políticas para implementar a internacionalização da economia brasileira e, conseguinte, entregou e continua entregando a forma vil os recursos naturais do País.

⁶A Amazônia Legal, de acordo com Becker (2007), abrange uma área de aproximadamente 5.217.423 Km², compostos pelos Estados: Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima e parte dos estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

⁷Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953, pelo Decreto – Lei 08/1953, segundo Costa (1988), foi um órgão criado para direcionar a ação do Estado na região Amazônica.

Um dos elementos chaves nessa política de ocupação da Amazônia Legal, de acordo com Costa (1988), foi à abertura das rodovias Transamazônica – BR/230 (migração de leste para oeste) e a Cuiabá-Santarém – BR/163 (migração do Sul para o Norte). As construções dessas rodovias criaram a possibilidade de uma integração nacional, colocando a Amazônia em contato direto por vias terrestres com as demais regiões brasileiras e, segundo Becker (1982), a criação de uma rede rodoviária que interligue as regiões, foi elemento primordial para reduzir a distância física e permitir o acesso à região amazônica.

Alguns elementos que contribuíram para a ocupação da região Amazônica, usado de forma estratégica pelo Estado, são pontuados por Becker (1982), como na integração física proporcionada pelas construções e aberturas das rodovias que interligam o País, e em relação à integração psicossocial, destacam-se a influência ideológica, onde o Estado atua por meio das redes de telecomunicações, levando “os valores do centro do País, para as áreas periféricas”, principalmente na faixa fronteiriça da região Amazônica.

A força política, na análise de Becker (1982), atuou diretamente sobre a ocupação da região amazônica, e o Estado forneceu incentivos fiscais, para que muitas empresas se instalassem nas áreas fronteiriças, objetivando atrair o setor privado para a região. Essas ações foram coordenadas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com o apoio do Banco da Amazônia S.A, BASA. Em relação aos incentivos econômicos, vários componentes se fizeram presente, como: investimentos públicos, investimento privado nacional, os técnicos e a mão-de-obra, conforme esclarece Becker (1982, p. 73):

- a) O componente de maior intensidade da força econômica é o investimento público, que, para atender aos elevadíssimos custos da integração física, psicossocial e da captação de recursos, utiliza recursos em parte orçamentários, em parte retirados dos incentivos fiscais e em parte financiados pelo exterior. O investimento público também responde pela implantação da indústria base.
- b) Um segundo componente é o investimento estrangeiro, representado pelos financiamentos de bancos internacionais como por um empresariado privado que atua muitas vezes associado, principalmente nos setores da exploração mineral e madeireira, com vistas à exportação.

Outra forma de mobilização para ocupação da região amazônica, na visão de Becker (1982), ocorreu por mediação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como parte integrante do Programa de Integração Nacional (PIN - 1970), que previa “planos de colonização e reforma agrária” em faixas de 100 km às margens da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém.

Os principais projetos de ocupação na região amazônica, o ano em que eles foram criados e seus objetivos, estão especificados no Quadro 1, porém, nem todos serão expostos ao longo dos próximos tópicos. Os projetos de ocupação que serão citados nos próximos

subtopicos são: Programa de Integração Nacional, PIN; Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, PROTERRA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA); Programa Grande Carajás, PGC.

QADRO 1 - Principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953-1988)

Ano	Programas, projetos e órgãos executores	Objetivos
1953	SPVA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia/Presidência da Republica	Elaborar planejamentos quinquenais para a valorização econômica da Amazônia.
1958	Rodovia Belém – Brasília (BR – 010)/Ministério dos Transportes, DNER	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao resto do país
1960	Rodovia Cuiabá – Porto Velho (BR – 364)/Ministério dos Transportes, DNER	Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia
1966	SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia/Ministério do Interior	Coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais.
1967	SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus/Ministério de Minas e Energia.	Integrar a porção ocidental da Amazônia, mediante criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos.
1968	Incentivos Fiscais/Sudam	Promover investimentos na região, por meio de deduções tributárias significativas
1970	PIN – Programa de Integração Nacional	Estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da Sudene e Sudam.
1970	PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste	Promover a capitalização rural.
1970	INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Ministério do Interior	Executar a estratégia de distribuição controlada da terra.
1974	POLOMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia/Min. Int., Agric. e Transp.	Concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infra-estrutura urbana.
1980	GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia – TO GEBAM – Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas SGCN/PR	Regularização fundiária, discriminação de terras e distribuição de títulos.
1980	PGC – Programa Grande Carajás	Explorar de forma integrada, em grande escala, recursos minerais e agroflorestais da região.
1981	Polonoroeste Ministérios da Agricultura, Transportes e Interior	Pavimentar a BR-364; promover a colonização.
1985	PCN – Projeto Calha Norte SGCSN/PR	Oficialmente, assegura a soberania nacional, fiscalizar a circulação e assistir índios.
1987	Projeto 2010 Ministério das Minas e Energia, Eletronorte	Implantar rede hidrelétrica para estimular o desenvolvimento industrial da região.
1988	Programa Nossa Natureza Ministério do Interior, AS – DEN/PR	Oficialmente, rever legislação ambiental para a região e zoneamento agroecológico na Amazônia.

Fonte: Becker(1990)

Percebe-se no Quadro 1, que houveram vários projetos e criação de órgãos para subsidiar a ocupação da Amazônia pelo Estado e por empresas multinacionais, que chegam e (re)organizam a região, de acordo com seus interesses e do grande capital.

2.1. I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND – 1972/74)

O I Plano Nacional de Desenvolvimento, I PND -1972-1974, de acordo com Gonçalves Neto (1997), foi divulgado no governo do General Médici, e tinha como principal objetivo, colocar o Brasil na categoria dos países desenvolvidos e expandir a economia nacional, além de propor e planejar políticas de integração nacional na região amazônica.

Um dos principais pontos de debate no I PND, conforme Gonçalves Neto (1997), era a modernização no setor agrícola e empresarial, principalmente no Centro-Sul, e de tornar viável a agricultura nordestina, a partir da introdução de novas tecnologias no campo. Essas ações seriam pautadas pelo PROTERRA, e na modernização e distribuição de produtos agrícolas. Essa política agrícola, segundo Gonçalves Neto (1997, p. 133), estava assentada em três pontos fundamentais:

- 1) No sistema, já montado, de incentivos fiscais e financeiros ao aumento da produção, ao investimento, à comercialização e à transformação tecnológica no setor agrícola.
- 2) Na disseminação do uso de insumos modernos, de forma diversificada para o Centro-Sul e Nordeste, atentos os seus efeitos sobre a absorção da mão-de-obra.
- 3) No programa, já em curso, de pesquisa agrícola em grande dimensão a fim de obter, para os produtos básicos do Centro-Sul e do Nordeste, os resultados alcançados, por exemplo, no caso do trigo.

O Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, juntamente com o PIN e o PROTERRA, foram peças fundamentais no projeto do Governo Federal de colonização na Região Amazônica. O PROTERRA, segundo Oliveira (2007, p. 81), tinha como objetivo e estratégia, promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão-de-obra, de fomentar a agroindústria nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE, e afirma que:

A segunda pedra movida, no tabuleiro da Amazônia, pelos estrategistas da geopolítica do governo militar foi a da promulgação do Decreto-Lei nº. 1.179, de 6/7/71, também pelo General Médici que instituiu o “Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste- PROTERRA”, com o objetivo de promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego, de mão de obra, de fomentar a agroindústria nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE”. Esta era a estratégia do programa (OLIVEIRA, 1991, P. 81).

O proprietário que não aderisse ao programa PROTERRA espontaneamente, conforme destaca Oliveira (2007), era ameaçado de desapropriação e o pagamento poderia ser efetuado em títulos de dívidas públicas (resgatáveis num prazo de 5 a 20 anos). Diante da ameaça, grande parte dos proprietários aderiu ao programa, sendo que o PIN, o INCRA e o PROTERRA, formavam um projeto articulado nos bastidores do Governo Militar e, ainda de acordo com Oliveira (1991, p. 82):

“[...] criava o governo do General Médici um programa que simplesmente contrariava o Estatuto da Terra, que previa a desapropriação através de pagamento com ‘Títulos da Dívida Agrária’. Entretanto, agora através do PROTERRA, passava esta desapropriação a ser feita “mediante prévia e justa indenização em dinheiro” (alínea “a” do artigo 3). Estava estabelecido mais um elo da “contra-reforma agrária”, ou seja, uma reforma a favor dos latifundiários.

Durante o I PND, houve vários projetos/programas de colonização dirigidos à Amazônia brasileira, tanto por iniciativa pública como privada. Dentre esses, se destacam o Projeto Integrado de Colonização - PIC e o Programa de Integração Nacional -PIN. Os projetos de colonização dirigida, segundo Miranda (1990), não ocorreram de forma igualitária na região Amazônica, já que os espaços onde esses projetos eram implantados eram estudados e selecionados previamente.

Os projetos de iniciativa governamental, conforme enfatiza Miranda (1990), aparecem de forma dispersa na Amazônia Oriental, e de forma concentrada na Amazônia Ocidental, principalmente em Rondônia, e apresentam-se em três formas de organização: os integrados de colonização, os de assentamentos dirigidos e os de assentamentos conjunto. Na Amazônia Oriental, destacam-se os projetos ao longo da rodovia Transamazônica, principalmente o Projeto Integrado de Colonização, PIC Altamira, sendo esse, um projeto de colonização oficial, organizado a partir de assentamento em conjunto.

O PIC Altamira foi implantado, a partir da política de ação definida pelo INCRA, e acordo com Miranda (1990, p. 38), “[...] estabeleceu uma sistemática de operacionalização que envolvia as organizações fundiárias e agrárias, e a promoção agrária, visando criar condições para a fixação de trabalhadores rurais e suas famílias, do ponto de vista econômico e social”.

A organização do PIC Altamira, de acordo com INCRA (1972, *apud* MIRANDA, 1990, p. 39), acontecia da seguinte forma:

Em sua base urbana, o projeto adotou o sistema que idealizava três tipos de urbes rurais – agrovila, agrópole e rurópole – formando uma hierarquia urbanística segundo a infra-estrutura social, cultural e econômica, e tendo cada qual sua função específica. Dessa forma a agrovila representava a menor unidade urbana, destinada essencialmente a residência dos colonos que concomitantemente à propriedade rural,

possuiriam um lote urbano. A agrovila constituía a base para a socialização do meio rural, oferecendo serviços básicos de suporte à comunidade: escola, posto de saúde, pequeno comércio, recreação e administração. A agrópole representava um pequeno centro urbano agroindustrial, cultural e administrativo destinado a dar apoio à integração social no meio rural. A rurópole é o centro principal de uma grande comunidade rural constituída por agrópole e agrovilas possuindo funções diversificadas, que compreendem comércio, indústria, serviços sociais, culturais, religiosos e administrativos, para servirem não só a comunidade local, mas principalmente, sua área de influência.

Os projetos de colonização particular, segundo Miranda (1990), ocorreram de forma mais incisiva no Estado de Mato Grosso, a partir de iniciativas privadas e, para ilustrar essa situação, cita o exemplo de uma colonização dirigida particular, que ocorreu em Sinop, que foi ocupada, principalmente, por migrantes oriundos do Sul do País, na maioria, do Estado do Paraná. Muitos desses migrantes, vendiam suas propriedades no local de origem e compravam seus lotes (glebas) em Sinop, por um preço relativamente acessível (um valor simbólico).

Entretanto, nem sempre as coisas ocorriam como desejadas e Miranda (1990), ressalta que, em Sinop, muitos colonos vendiam suas terras e realizam outras atividades paralelamente, na indústria, comércio ou como servidores públicos, para conseguir manter-se e sustentar suas famílias. Em relação aos produtos cultivados nas colônias, pode-se citar o café, devido a seu valor comercial, a mandioca que era usada na usina de álcool do grupo Sinop e o arroz, que era comercializado pela Cooperativa Agrícola Mista Celeste Ltda., COMICEL.

A cooperativa COMICEL fornecia utensílios, maquinários e insumos, e armazenava a produção em seu armazém ou nos armazéns da Companhia Brasileira de Armazenamento, CIBRAZEM, isso mediante adiantamento em dinheiro, sobre o valor dos produtos e, segundo Miranda (1990), mesmo os colonos sendo donos dos lotes e cooperados, nem todos utilizavam os serviços da cooperativa e muitos optavam em comercializar seus produtos por conta própria sem mediação da cooperativa, com comerciantes locais ou particulares. Devido ao fato de muitos colonos não concordarem com a forma de atuação da cooperativa, por não acreditarem no trabalho cooperativo, ou por não terem boas experiências anteriores e, segundo Furtado (2014, p. 79):

Ressaltamos que mesmo com a exigência legal de que as colonizadoras cumprissem com seu papel, não raras eram as empresas que abandonavam os adquirentes de lotes à própria sorte e sem assistência de nenhum tipo, desestimulando progressivamente a sua permanência sobre a terra. Aliás, isso não foi prática apenas dos empreendimentos particulares, o próprio governo federal abandonou seus assentados nas chamadas agrovilas ao longo da Rodovia Transamazônica, BR 230, no Estado do Pará, no início dos anos 1970. Das 70 agrovilas projetadas apenas duas foram implantadas pelos militares, e mesmo estas sofreram com o descaso, falta de infraestrutura e acompanhamento técnico para a produção; uma quantidade

significativa de assentados deixou seus lotes ou permaneceu em condições degradantes e subumanas sob completo abandono governamental.

Um exemplo de colonização oficial, citado por Moreno (1998/1999), é o núcleo Lucas do Rio Verde, implantado na década de 70, localizado na região do Alto Teles Pires, Norte mato-grossense, às margens da BR – 163. Em 1970, o 9º Batalhão de Engenharia e Construção, 9º BEC, montou acampamento das obras da rodovia Cuiabá - Santarém (BR-163) onde atualmente localiza-se o município. A partir de 1977, começam a chegar os primeiros colonos, cerca de vinte e seis famílias oriundas de Lago Azul – Paraná, e outro grupo composto de 40 famílias, de São Paulo, denominado de Itambiquara, onde iniciaram atividades agrícolas pelo sistema cooperativista, dando origem, mais tarde, à Cooperativa Agropecuária do Lucas do Rio Verde Ltda., COOPERLUCAS.

A gleba Lucas do Rio Verde abrangia cerca de 200.000 ha e, de acordo com Moreno (1998/1999), objetivava dar início a projetos oficiais de colonização, ao longo da rodovia BR-163 e foi criado para receber os “Sem-Terra”, pessoas que foram expropriadas e expulsas de áreas de tensão e conflitos no campo, no Rio Grande do Sul. O Estado passava por um processo de expropriação e reconcentração de terras, dando início ao maior movimento de luta pela terra no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST e, Moreno, (1998/1999, p. 25-26), explica que, visando desarticular este e outras organizações, foram criados pelo INCRA, projetos emergenciais de assentamento, destinados a atender as populações removidas, compulsoriamente, de áreas conflitadas por ação do Governo Federal.

O PEA não deu muito certo e, de acordo com Moreno (1998/1999), os motivos foram vários, desde o isolamento, falta de assistência social, técnica e financeira, desvio de recursos adquiridos junto ao banco, até a má administração do projeto, que tem origem nos escandalosos esquemas de corrupção envolvendo executores e trabalhadores do INCRA/MT. Perante o fracasso da PEA, o INCRA tentou estabelecer uma parceria com a cooperativa COOPERLUCAS, em 1982, mudando a concepção original do projeto, passando a ser agora um Projeto de Assentamento Conjunto, PAC. O projeto foi ampliando para 972 lotes, com objetivo de atender 40 associados da COOPERLUCAS, conforme explica Moreno, (1998/1999):

Esses projetos garantiram a vinda de outros produtores, mais capitalizados, mudando definitivamente a fisionomia do município. Em meados de 20 anos, Lucas do Rio Verde se tornou um dos maiores produtores de grãos do Estado, com tendências à diversificação da produção. A criação da agrovila se deu em 1982, passando a distrito de Diamantino em 1988 (Lei nº 5318).

É importante frisar que os programas de colonização dirigida, de cunho particular, basearam-se nos projetos de colonização oficial, dirigidos pelo Governo Federal, produzidos e subsidiados pelo INCRA. Cabe lembrar que o INCRA, foi fator crucial no desenvolvimento do PIN, programa de colonização dirigida oficial, promovido pelo Governo Federal, na década de 1970.

OPIN, instituído em 1970 e implantado a partir de 1971, no Governo do General Emilio Garrastazu Médici, pelo Decreto lei nº. 1.106, de acordo com Machado (1992), tinha como principal objetivo, desenvolver um programa de colonização dirigida na Amazônia Legal, incentivando a migração de indivíduos de diversos pontos do Brasil para a região e Oliveira (2007, p. 123), destaca que os objetivos do PIN eram:

- 1) Deslocar a fronteira econômica, e, notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas, realizando, em grande escala e numa região com importantes manchas de terras férteis, o que Belém-Brasília e outras rodovias de penetração vinham fazendo em pequena escala e em áreas menos férteis.
- 2) Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste, rompendo um quadro de soluções limitadas para ambas as regiões.
- 3) Criar as condições para a incorporação à economia de mercado, no sentido da capacidade de produção e no sentido da aquisição de poder de compra monetário, de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenada à estagnação tecnológica e à perpetuação de um drama social intolerável.
- 4) Estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semi-árida do Nordeste.
- 5) Reorientar as emigrações de mão-de-obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e a nova fronteira agrícola, evitando-se o seu deslocamento no sentido das áreas metropolitanas e superpovoadas do Centro Sul.

O PIN objetivava, segundo Furtado (2014), incorporar as regiões consideradas economicamente atrasadas do Brasil (Norte/Nordeste), à modernidade já encontrada nas outras regiões brasileiras. O PIN previa a construção de várias rodovias pelo País, dentre essas a Rodovia Transamazônica (BR 230), e abria caminhos para que, em suas margens, fossem implantados os projetos de colonização oficiais e particulares. Nesse caso, as estradas serviriam de ponto de acesso à região, facilitando o acesso das empresas colonizadoras na aquisição das terras, e seria “aliada” do Governo, em relação ao desenvolvimento econômico da região.

O PIN ocorreu em duas etapas, sendo a primeira de 1971-1974, chamada de *assentamento oficial*, já que os fluxos migratórios foram incentivados e a infraestrutura necessária, para que houvesse essa ocupação, foi subsidiada com recursos advindos do poder público, conforme explica Miranda (1990, p. 40):

Nessa época paralelamente à implantação da rodovia, foram abertas estradas vicinais, demarcados lotes rurais, demarcados e construídos os primeiros núcleos urbanos – agrovilas e agrópoles – com as edificações destinadas à morada dos colonos, escola e posto de saúde e com a alocação dos primeiros equipamentos para fornecimento de água e luz. Durante todo esse período, pela ação do Incra, foram trazidas, mediante intensa propaganda e processo de seleção, famílias das varias regiões do Brasil, principalmente das áreas de tensão do Nordeste, cabendo ao Incra não só prover a instalação dessas famílias, determinando qual terra ocupar, mas também ajudá-las financeiramente durante o período de adaptação. Essa ajuda financeira expressou-se com o pagamento de um salário e o fornecimento de sementes para o cultivo inicial da terra.

A segunda etapa do PIN, ocorreu a partir de 1974, sendo caracterizada, principalmente devido à uma colonização espontânea, ou seja, o movimento espontâneo, onde as pessoas migravam por conta própria e, segundo Miranda (1990, p. 40):

Movimento esse consequência, por um lado, do próprio processo desencadeado na área, que, concretizando uma ocupação, estimulou a vinda de outros migrantes à procura de terras desocupadas, e, por outro, também de processos externos relacionados com situações estruturais em outras regiões.

2.2. II Plano de Desenvolvimento- II PND 1975/1979

O II PND, lançado no Governo do General Ernesto Geisel, de acordo com Gonçalves Neto (1997), tinha como objetivos manter o crescimento acelerado no Brasil, como vinha ocorrendo nos anos anteriores, conhecido como “milagre econômico”, e, também, de fomentar o processo industrial, tanto no setor empresarial como no setor agropecuário, aumentar as exportações e colocar o Brasil, incisivamente, na economia mundial, como um país desenvolvido.

O governo investia na modernização do setor agrícola e agropecuário e, para isso, de acordo com Gonçalves Neto (1997), incentivava a ocupação de terras nas regiões fronteiriças (principalmente na Amazônia), fornecia estímulos à agroindústria, promovia programas de redistribuição de terras, e estratégias de ocupação de novas áreas (Centro-Oeste, Amazônia, Vales úmidos do Nordeste) e, principalmente, investia na modernização do setor rural.

No II PND, consta que os principais objetivos eram:

1. Manter o crescimento acelerado dos últimos anos, com taxas de aumento das oportunidades de emprego da mão-de-obra superiores às da década passada, que já superaram a do crescimento da mão-de-obra que ocorre ao mercado de trabalho.
2. Reafirmar a política de contenção da inflação pelo método gradualista.
3. Manter em relativo equilíbrio o balanço de pagamentos.
4. Realizar política de melhoria da distribuição de renda, pessoal e regional, simultaneamente com o crescimento econômico.
5. Preservar a estabilidade social e política, assegurada a participação consciente das classes produtoras, dos trabalhadores e, em geral, de todas as categorias vitais ao desenvolvimento, nas suas diferentes manifestações.

6. Realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e, em particular, sem devastação do patrimônio de recursos naturais do país.(BRASIL, 1974, p. 28-29)

É importante analisar até que ponto esses objetivos do II PND, levavam em consideração, o cidadão brasileiro, pois o Estado brasileiro, deslumbrado com o poder econômico, deixa à mercê a população que realmente necessitava de atenção. Nesse sentido, Lacerda Junior (2011, p. 95), destaca:

[..] o lado social ficou à margem do desenvolvimento, principalmente com um achatamento da renda, via uma rígida política de arrocho salarial, diante da qual os trabalhadores e os sindicatos não podiam reagir.

[...] o Brasil iria se notabilizar no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, que medem a qualidade de vida de um povo.

Como II PND, aprofundava-se cada vez mais o processo de internacionalização da economia brasileira, principalmente, segundo Oliveira (1991, p. 91), porque no cerne, acontecia a entrega da “Amazônia ao grande capital estatal/nacional e estrangeiro” e, para Costa (1988), o II PND, trabalhava com os “polos de desenvolvimento”, principalmente nas regiões previamente selecionadas, como por exemplo, a Amazônia Legal, sendo que essa ocupação se dava, principalmente, por projetos de desenvolvimento agropecuários, agroindustriais e minerais.

Para facilitar esse processo de ocupação, de acordo com Oliveira (1991), vários projetos foram criados, como: o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOMAZONIA - Decreto nº. 74.607 de 25/09/1974), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO - Decreto nº 75.320 – 29/01/1975), o Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado (PRODECER), dentre outros.

O principal objetivo do POLOMAZONIA, na análise de Oliveira (1991, p. 91), era “promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais, em áreas prioritárias da Amazônia”. Dentre as áreas de atuação do POLOMAZONIA encontram-se: Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruema, Aripuanã, Marajó.

Colaborando com a análise, Furtado (2014, p. 85) fala que o objetivo do POLOAMAZONIA era “[...] desenvolver regiões da Amazônia com base em suas potencialidades minerais e agropecuárias, ocupando espaços vazios e investindo em projetos de infraestrutura”. Já na visão de Tavares *etal* (2006), o POLOMAZÔNIA “propunha

dezesesseis polos de desenvolvimento para a Amazônia, alguns deles voltados para associação entre produção de energia, indústria e extrativa mineral”, e complementando a ideia, afirmam:

A novidade básica deste Programa foi selecionar áreas de investimento prioritários (os 16 pólos de crescimento econômico) voltadas para o aproveitamento integrado das potencialidades agrícolas, pecuárias, industrial, mineral e florestal da região. Nestes pólos concentrar-se-iam os esforços de desenvolvimento de infra-estrutura e de investimentos destinados a subsidiar projetos de capital intensivo, alguns dos quais ficaram conhecidos como ‘grande projetos’, voltados, principalmente para a exportação de matérias-primas semi-elaboradas. (TAVARES *et al*, 2006, p. 109).

O POLAMAZÔNIA ia de encontro aos objetivos propostos pelo II PND, no que refere, de acordo com Tavares *et al* (2006), principalmente, aos incentivos de projetos de modernização agrícola, pecuária, industrial e mineral na Amazônia Legal. Dentre estes pode-se citar alguns, como: a construção da Usina hidrelétrica de Tucuruí, a implantação do complexo de alumínio na Amazônia, o polo minero-metalúrgico em Barcarena, a industrialização do alumínio.

Houve, também, a implantação de outros projetos minerais, como o Projeto de Ferro de Carajás, Sudeste do Pará, da Companhia Vale do Rio Doce, CVRD, que tinha como missão, desenvolver o pólo minerador de Carajás, em um audacioso projeto denominado de Programa Grande Carajás, PGC, em 1980, assim como se tentou implantar siderúrgicas na região cortada pela Estrada de Ferro Carajás. O PGC, de acordo com Tavares *et al*, (2006, p. 109), também estimulou polos emergentes de desenvolvimento, em Belém, Marabá e São Luís, interligação da rede de energia do Sudeste do Pará com a Região Nordeste e, na perspectiva de Aracrietal (2011, p. 3):

De modo geral, o POLOCENTRO foi um programa que fracassou, pois não atingiu os objetivos modernizantes que o governo almejava. Estendeu-se do ano de 1975 até 1984 e especula-se que seu término se deu principalmente por dois fatores: um ligado às crescentes negociações do governo brasileiro com o governo japonês, que deu origem ao PRODECER; e o outro fator diz respeito à intensificação do processo inflacionário pelo qual o Brasil passa.

Quanto ao PRODECER, Inocêncio e Calaça (2009, p. 3) destacam que:

Os Estados Unidos em 1970 impuseram uma barreira dificultando a exportação da soja. Como o Japão era dependente desse mercado e possuía um consumo elevado desse produto, houve a necessidade de se buscar outras áreas que pudessem suprir o abastecimento. Como o Brasil já havia implantado programas como O POLOCENTRO, PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), e o PCI (Programa de Crédito Integrado do Cerrado), todos voltados para o Cerrado, o PRODECER foi como que uma continuidade desses programas.

O PRODECER, segundo Inocêncio e Calaça (2009), ocorreu em três etapas: na primeira etapa – PRODECER I, iniciou em 1980 (implantada no Oeste de Minas Gerais); a segunda etapa – PRODECER II, foi implantada em 1987 (em Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia); e a terceira etapa – PRODECER III, ocorreu a partir de 1995, sendo implantada nos estados de Maranhão e Tocantins.

2.3. Política de ocupação no Tocantins e a fronteira agrícola

O estado do Tocantins, localizado na região Norte do Brasil, é um dos nove estados que compõe a Amazônia Legal⁸, conforme demonstra o Mapa 1, sendo que os outros são: Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Roraima, Rondônia, e parte dos Estados do Maranhão na Região Nordeste e Mato Grosso, na Região Centro-Oeste. A Amazônia Legal é dividida em três subdivisões: Amazônia Ocidental, composta pelos estados do Acre, Amazonas e Roraima, Amazônia Meridional, incluindo Rondônia e parte do Mato Grosso e Amazônia Oriental, que inclui Pará, Amapá, Tocantins, parte do Maranhão.

MAPA 1 - Sub-regiões da Amazônia Legal



Fonte: Brito (2009, p. 30)

⁸ A Amazônia Legal foi instituída em 1953, pela Lei N.º1.806, e tem uma área de cerca de 5.217.423 km², correspondendo a 61% do território brasileiro. A Lei N.º1.806 a princípio, criava a SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e anexava ao seu território o Estado do Maranhão, Goiás e Mato Grosso, passando a região a ser chamada de “Amazônia Legal”.

O Tocantins, antigo Norte Goiano, foi o último Estado criado pela federação brasileira, aprovada na Assembléia Constituinte de 1988, pela divisão territorial do Estado de Goiás. Durante a constituinte, Barbosa (1999) destaca que foram lançadas seis propostas de criação de novos estados, porém, aprovou-se apenas a criação do estado do Tocantins, além da transformação dos territórios de Amapá, Rondônia e Roraima em estados. Em 1989, de acordo com Santos (2013), foi promulgada a primeira Constituição do estado, bem como ocorreu a criação de mais 44 municípios, além dos 79 já existentes.

É importante destacar os interesses que estavam por traz do movimento separatista do Norte Goiano, movimento este, encabeçado pela elite agrária da região que, em 1949, elaborou o projeto de criação do estado do Tocantins, que abrangeria o Norte de Goiás e a parte meridional do Maranhão. Como discurso ideológico, os responsáveis pelo movimento separatista, falavam que esse desmembramento viabilizaria o desenvolvimento socioeconômico da região, conforme explica Cavalcante (2003, p. 73):

A proposta de desmembrar o Norte de Goiás para instituir o Território do Tocantins sustentava-se na situação de desamparo em que se encontrava “tão vasta e rica região”, além da sua enorme distância em relação ao centro administrativo do Estado, impossibilitando-lhe uma assistência administrativa direta e contribuindo para a demora na solução dos seus problemas. O caminho mais viável para superar os efeitos prejudiciais causados pelo “desamparo administrativo” seria a conquista da autonomia política-que só se concretizaria com a criação do Território.

Os militantes do movimento separatista do Norte Goiano usavam como discurso que o norte de Goiás era isolado e subdesenvolvido em relação ao restante do Estado. Até então, o único meio de ligação do Norte goiano com o território nacional, era por meio das vias fluviais, rios Tocantins e Araguaia. A abertura da BR-153, na década de 1950, quebra o referido isolamento e, de acordo com Brito (2009, p. 76):

Ao tratar sobre a Belém-Brasília, remete-se à questão da Política de Integração Nacional. Ligou-se a capital federal, Brasília, e Belém (PA), no norte do país, cortando áreas isoladas que se comunicavam apenas por meio da navegação dos rios Araguaia e Tocantins. A dificuldade de escoar a produção e o ônus que se tinha com os desvios das cachoeiras, desestimulava em proporções a dinâmica econômica regional.

A abertura da rodovia Belém-Brasília, ilustrada na Figura 1, proporcionou uma nova reorganização territorial no antigo Norte Goiano, atual estado do Tocantins, intensificando o movimento migratório de vários pontos do Brasil e contribuiu também para o crescimento e surgimento de muitas cidades em torno da BR-153, como: Araguaína, Colinas, Guaraí, Miranorte, Paraíso, Gurupi e outras.

Figura 1 - Abertura da Belém Brasília BR-153 no município de Araguaína – TO



Fonte: Centro Histórico UFT/Araguaína – TO

Contribuindo, com a análise sobre o (re)ordenamento territorial nos núcleos urbanos do antigo Norte Goiano, Bessa (2013) destaca que a origem dos embriões urbanos no Tocantins, está diretamente associada ao processo de ocupação e povoamento deste território, havendo uma ligação entre aspectos históricos e geográficos. Dentre estes, destacam-se os processos ligados a mineração, nos séculos XVIII e XIX, as atividades agropastoris tradicionais e às missões religiosas que propiciaram a abertura de caminhos e picadas pelo território.

Nesse período o principal meio de ligação da região com outros locais, era por vias fluviais, sobretudo, os rios Tocantins e Araguaia. Por volta de 1791, destaca-se Porto Real, atual município de Porto Nacional – TO, com seu desenvolvimento influenciado pela mineração e pelas interações comerciais, sobretudo com o Pará. O rio Tocantins, de acordo com Santos (2013, p. 158), foi o principal eixo de penetração para o povoamento e desenvolvimento da região através da navegação.

Nessa fase, segundo Bessa (2013), destacaram-se, também, a atividade agropastoril, que emergiu a partir do declínio da mineração. Esse tipo de atividade produzia principalmente bens de primeira necessidade para subsistência, como arroz, feijão, carne, farinha, etc. A ocorrência de sobra desta produção possibilitou sua comercialização. Esse comércio contribuiu para o surgimento de novos núcleos urbanos no antigo Norte Goiano e, complementando Bessa (2013, p. 69-70) explica:

A atividade agropastoril tradicional desenvolveu-se, em fins do século XVIII e no século XIX, no vale do Tocantins e na porção sudeste do Estado, com correntes vindas do planalto central, sobretudo do vale do São Francisco, e do meio norte, especialmente dos sertões do Maranhão e Piauí, determinando a ocupação do território. Esse movimento promoveu o surgimento de alguns núcleos urbanos, dentre, os quais Tocantinópolis, Filadélfia, Itaguatins, Marianópolis, Araguaína, Taguatinga, Lizarda, Ponte Alta do Bom Jesus e Ponte Alta do Tocantins.

No período de 1940 a 1950, do século XX, o Norte de Goiás é marcado, na visão de Bessa (2013), pela atividade de garimpagem de pedras preciosas e semipreciosas, principalmente diamante e cristal de quartzo. Essa atividade resultou no surgimento de novos núcleos urbanos, dentre estes: Pium, Dois Irmãos do Tocantins, Cristalândia, Pequizeiro, Araguaçu, Dueré, Itaporã, Formoso do Araguaia, Xambioá, Araganã, Arapoema, Araguantins, e Ananás.

A lógica de organização no espaço Norte Goiano, é alterado no século XX, com importantes modificações, como por exemplo, a expansão dos eixos rodoviários, em especial da BR-153, conhecida também como BR-14 ou Transbrasiliana. Como consequência, os rios deixam de ser o único meio de escoamento de produção e de interligação com o território nacional, e as vias terrestres contribuem diretamente para um novo padrão embrionário na rede urbana da região (antigo Norte Goiano).

Aqueles núcleos urbanos localizados nas áreas ribeirinhas, como, Pedro Afonso, Tocantinópolis, no rio Tocantins, Araguacema e Araguatins, no rio Araguaia, que alcançaram certa relevância regional no antigo norte de Goiás, com a abertura do eixo rodoviário, conforme destaca Bessa (2013), perdem consideravelmente essa relevância, e outros núcleos urbanos como Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Guaraí, Colinas ganham um novo destaque, por localizarem-se às margens da rodovia.

Numa análise temporal, pode-se destacar que até meados do século XX, por volta de 1960, o Norte de Goiás tinha um tipo de organização territorial, baseado, sobretudo, nas atividades agropastoris, ligadas principalmente à pecuária bovina, e à atividades extrativistas. Muda-se a lógica de locomoção no território, que até então se dava essencialmente por vias fluviais, e passa a ocorrer por vias terrestres, com a construção da rodovia BR-153, e Bessa (2013, p. 75) comenta:

Nesse momento, os meios de transporte rodoviários surgiram como os motores da reorganização espacial, atuando como um imperativo para reorganização da rede, colocando, inclusive, a região sob a influência direta da capital estadual, Goiânia. Tais centros, contudo, caracterizavam-se como lugares centrais, primordialmente, pelas funções de comercialização da produção rural e pela atuação na distribuição de bens e de serviços, com uma discreta estrutura industrial, marcadamente, no ramo da indústria alimentar e de beneficiamento dos produtos agropecuários e extrativistas regionais.

A partir de 1960, no entendimento de Bessa (2013), ocorre um novo momento na organização territorial do Norte de Goiás, marcado pela presença de políticas de integração nacional desenvolvida pelo Estado. Houve nesse contexto, também, os impulsos ao processo de interiorização e a construção da nova capital federal – Brasília – o que promoveu

mudanças no arranjo espacial, emergindo dois importantes centros urbanos, Araguaína e Gurupi e, segundo a análise de Bessa (2013, p. 76):

Assim, verificam-se mudanças na rede urbana, notoriamente marcadas pela criação de novos centros, estagnação dos centros preexistentes, sobretudo os com localização ribeirinha, e alteração na organização interna dos núcleos, com a ascensão de Araguaína e Gurupi. Desse modo, desenhou-se uma nova geografia dos comandos e das decisões da vida regional, marcadamente pela existência de uma rede hierarquizada de localidades centrais.

A luta pela divisão do então Norte Goiano ocorre paralela ao momento em que o Estado brasileiro incentiva a ocupação da região Amazônica, por meio da expansão da fronteira, que ocorreu com as frentes de expansão e frentes pioneiras. Na década de 1960, o projeto de criação do Estado do Tocantins, estava sendo analisado e tramitando entre as lideranças políticas. Enquanto isso, no espaço Norte Goiano, as frentes pioneiras já se faziam presente, sobretudo no setor agrícola e na pecuária.

A década de 1960 foi marcada por profundas mudanças no cenário nacional, a partir da implantação do regime ditatorial no País, por meio da Ditadura Militar, no período de 1964-1985, que incentivou os projetos de ocupação da Amazônia Legal. Foi nesse contexto, de expansão da fronteira agrícola, que foi criado o Estado do Tocantins, em 1988.

O estado do Tocantins, possui uma extensão territorial de 277.620,9 km², divididos em 139 municípios. A construção e criação estratégica da capital estadual, Palmas, localizada a 973 km de Brasília, situada, geograficamente, no centro do Estado, a leste do rio Tocantins, objetivava, na visão de Brito (2009, p. 87), impulsionar o desenvolvimento da região.

A construção de Palmas na porção leste do rio Tocantins não foi aleatória, obedeceu a certos interesses políticos e forma de desenvolver o Estado a partir de sua capital. No dia 29 de janeiro ficou definida a área entre o rio Tocantins e a serra do Lajeado para a construção da nova capital, sendo aprovada em plenária na Assembléia Constituinte em fevereiro de 1989, e publicado no Diário Oficial em 16 de maio de 1989, através do decreto n° 006 de 09 de fevereiro de 1989.

Em relação à criação do estado do Tocantins e da capital, Palmas, Bessa (2013) destaca que sua construção exerce certo controle sobre o espaço e sobre as parcelas da produção regional, inclusive no campo. Assim, com a criação do Estado, proporcionou-se a ampliação de infraestruturas, como: aeroporto de Palmas, rodovias de ligação intermunicipais, ferrovia Norte-Sul e seus pátios modais, projetados para Arguanópolis, Araguaína, Colinas do Tocantins, implantação de projetos hidrelétricos, projetos agropecuários e a chegada de incorporações agroindustriais e outros.

No que tange ao setor agropecuário no Tocantins, pode-se destacar vários projetos agrícolas e agroindustriais como: o Projeto Javaés e o Projeto Rio Formoso, nos municípios de Formoso do Araguaia, Dueré e Lagoa da Confusão; Projeto Sampaio, nos municípios de Carrasco Bonito, Sampaio e Augustinópolis; Projeto Gurita, em Itapiratins e outros. Em relação à chegada e crescimento de corporações agroindustriais, no Estado, Bessa (2013, p. 79), destaca as seguintes empresas: Bunge Alimentos, em Gurupi, Porto Nacional, Guaraí, Pedro Afonso e Campos Lindos; a Cargill Agrícola, em Pedro Afonso e Campos Lindos; Multigran, em Porto Nacional, Guaraí e Fortaleza do Tabocão; CEAGRO, em Campos Lindos, Porto Nacional e Guaraí e outras.

O avanço da fronteira agrícola no Tocantins é uma realidade, sabendo que a fronteira consiste, sobretudo, na mecanização e na introdução de avançados recursos tecnológicos no campo. O Estado não fica alheio à essa nova organização territorial e tem o agronegócio no bojo dessa expansão da fronteira. Na fase de sua criação, quando este ainda pertencia a Goiás, o Estado já promovia projetos de desenvolvimento dos cerrados, e paulatinamente o agronegócio vai adentrando em meio à região.

Na visão de Santos (2013), o crescimento do agronegócio e a modernização da agricultura do Tocantins se dá, principalmente, nos municípios de Pedro Afonso por meio do PRODECER III, em Barra do Ouro, Bom Jesus Campos Lindos, Centenário, Goiatins, Gurupi, Itacajá, Itapiratins, Lagoa da Confusão, agricultura irrigada, Palmeirante, Formoso do Araguaia, Mateiros, Porto Nacional e outros municípios.

A mudança no espaço agrícola tocantinense, na análise de Santos (2013), ocorre devido ao incentivo de políticas estaduais e federais, por meio do desenvolvimento de projetos agropecuários e agroindustriais pelo Estado. Dentre tais projetos, tem-se a produção de grãos, como soja, milho e arroz, no município de Campos Lindos, considerado a mais recente fronteira agrícola do Estado. No Jalapão, destaca-se o ecoturismo, a silvicultura, o desenvolvimento de hortifrutigranjeiros e floricultura. Na região Sudeste do Estado, destaca-se a pecuária. A região do Bico do Papagaio desenvolve o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado - PDRI, que tem por objetivo, aproveitar as potencialidades locais.

Na Região Sudeste do Estado, o Projeto Javaés abrange os municípios de Formoso do Araguaia, Dueré e Lagoa da Confusão. Este projeto consiste, sobretudo, na lavoura tecnificada, com a plantação de arroz, através do sistema de irrigação por inundação e na sub irrigação, cultiva-se milho, soja, feijão e girassol. O vale do Javaés ou vale do rio Araguaia, localizado as margens do rio Formoso, afluente do rio Javaés, desenvolve o projeto do Rio Formoso. Esse projeto é destinado à produção de grãos, sobretudo arroz, por meio da

irrigação. Ambos os projetos, segundo Santos (2013), constituem-se na fronteira agrícola do cerrado tocantinense.

Tecendo considerações sobre o projeto Rio Formoso, Barbosa (1996), destaca que este foi concebido no sistema de cooperativas, na qual o Governo criou a Cooperativa Agroindustrial Rio Formoso Ltda., COOPERFORMOSO, cuja constituição obedeceu a critérios estabelecidos pelo próprio Estado. A este também, cabia desapropriar a área do projeto, promover o desmatamento, preparar o solo, e sistematizar a área. Após essa fase, o Estado vendia a área aos cooperados, cada hectare custava cerca de R\$ 4.000 reais.

Na fase inicial do projeto Rio Formoso, segundo Barbosa (1996), o mesmo foi dividido em três etapas⁹, nas quais os lotes estavam vinculados a integrantes de cooperativas: COOPERFORMOSO, COOPERJAVA e COOPERGRAN.

No vale do Javaés, de acordo com Santos (2013), desenvolve-se também o Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Tocantins, PRODOESTE, que objetiva beneficiar 14 municípios da região sudoeste, através da construção de barragens, de acumulação de água da chuva e de elevações para controle de nível dos rios Formoso, Xavante, Dueré, Urubu, Pium e Riozinho. Com esse projeto, o Governo objetiva incentivar o desenvolvimento de um grande pólo de produção hidroagrícola e agroindustrial na região, por meio da agricultura irrigada.

Entre as políticas de desenvolvimento, de ocupação e de modernização agrícola do Tocantins, destaca-se o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados na sua terceira etapa, PRODECER III, a partir de 1996. Este, segundo Santos (2013), foi implantado nos municípios de Pedro Afonso, TO, e em Balsas, MA. Do total dos investimentos, 60% dos recursos foram provenientes do Japão e 40% do Brasil. No Tocantins, a gestão do projeto ficou sob a responsabilidade da Companhia de Promoção Agrícola, CAMPO¹⁰.

O principal objetivo do PRODECER III, de acordo com Santos (2013), era expandir o agronegócio no domínio do Cerrado, sobretudo na produção de grãos. A implantação deste projeto em Pedro Afonso no Tocantins e em Balsas, no Maranhão, teve um custo aproximado

⁹O projeto Rio Formoso foi dividido em três etapas propostas na gestão do Governador de Goiás Ary Valadão, no período de 1979-1982, iniciado em 1979, no então Norte Goiano. Com a divisão de Goiás em 1988, de acordo com Santos (2013, p. 206), a região ficou localizada no sudoeste do estado do Tocantins.

¹⁰CAMPO é uma empresa *joint venture* que associa participação brasileira e japonesa, de acordo com Santos (2013), criada com a função específica de coordenar e administrar o PRODECER.

de US\$ 137 milhões, sendo US\$ 83 milhões provenientes do lado japonês, JICA¹¹, e bancos privados, e US\$ 55 milhões pelo lado brasileiro, arrecadados do Tesouro Nacional, agente financeiro e colonos.

A cooperativa inserida pelo projeto era a COOPERSAN, que passou pela avaliação da CAMPO, Ministério da Agricultura e Banco do Brasil, porém, por dificuldades financeiras, não consegue se manter e os produtores formam uma associação e fundam a COAPA, em 1998.

No que tange ao crescimento da cultura de grãos no estado do Tocantins e no Cerrado, sobretudo da soja, Silva (2010), fala que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA teve papel fundamental neste crescimento, principalmente por meio de estudos sobre a variedade de soja em diversos lugares do cerrado.

¹¹JICA é a sigla *Japan International Cooperation Agency* (Agência de Cooperação Internacional do Japão), de acordo com Santos (2013, p. 216), um órgão do Governo Japonês encarregado de coordenar a implementação da Assistência Oficial para o Desenvolvimento.

CAPÍTULO III - PELOS MEANDROS DO ESPAÇO-TEMPO DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo emerge na sociedade, como meio de fazer frente e superar o capitalismo industrial, com destaque na Inglaterra. No Século XVIII, a Europa vivenciava o auge da Revolução Industrial e os problemas sociais eram uma realidade que se faziam presente nas péssimas condições de trabalho, na longa jornada de trabalho, no pagamento de baixos salários, no trabalho infantil, entre outros. Foi nesse cenário, que surgiu o cooperativismo na Europa, que com o passar do tempo se expandiu para outros continentes.

O cooperativismo passou por transformações ao longo da história. A forma cooperativa que se expandiu pelo mundo foi baseada em Rochdale¹², porém, este foi antecedido por diversos debates e a criação de outras cooperativas e seus princípios disseminaram e serviram de referência para outras cooperativas.

Definindo o que seria o cooperativismo, Serra (2008, p. 13), afirma que “é um sistema universal que se sustenta nos princípios da ajuda mútua e da ajuda própria”. Na concepção de Gonçalves (2005, p. 8) “o cooperativismo pode ser definido como, uma associação de pessoas que se unem de modo a satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida”, e complementa ainda que “a cooperativa é um instrumento de organização social e econômico, cujo objetivo não é o conjunto das pessoas, mas o indivíduo através do conjunto de pessoas”.

Em relação às cooperativas Velloso e Locatel (2011, p. 11), definem que:

As cooperativas são organizações de pessoas que buscam, em bases democráticas atender as necessidades econômicas de seus membros e prestar-lhes serviços, de forma a sair da lógica dos processos de equilíbrio e de leis econômicas que maximizam os interesses individuais e o lucro. E assim, o *homo cooperativo*, embora considere as limitações ambientais, procura encarar a realidade como um conjunto dinâmico de possibilidades emergentes, de forma coletiva para tornar-se forte no enfrentamento dos problemas socioeconômicos de seu meio.

A cooperativa, segundo a definição de Brasil (2012, p. 12) é “uma associação autônoma de no mínimo vinte pessoas, unidas voluntariamente para atender necessidades

¹²Rochdale representou um importante passo para o cooperativismo. Criada em 1844 por 28 operários – 27 homens e 1 mulher, em sua maioria tecelões, no bairro de Rochdale - Manchester, na Inglaterra, e reconhecida como a primeira cooperativa moderna, a “Sociedade dos Probos de Rochdale”, Rochdale Quitable Pioneers Society Limited, de acordo com o Portal do Cooperativismo Financeiro (s. d.), forneceu ao mundo os princípios morais e de conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico.

econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e de controle democrático dos associados”, e complementando ainda que, “as empresas cooperativas estão baseadas em valores de ajuda mútua, responsabilidade, participação e o que diferencia as cooperativas dos demais tipos de sociedade é o fato de ser ao mesmo tempo uma associação não apenas de pessoas, mas também de negócios”.

3.1. Primícias do Cooperativismo

As primícias do cooperativismo, na análise de Schneider (1991), manifestam-se timidamente ainda no início do capitalismo industrial¹³, representado pelas manifestações dos socialistas utópicos¹⁴, vários deles percussores do cooperativismo, no século XVIII, onde se destacaram C. Plockboy e John Bellers; no século XIX: Robert Owen, Willian King na Inglaterra, Charles Fourier, Michel Derrion, Philippe Buchez e Louis Blanc, na França

É nesse contexto de lutas¹⁵ e reivindicações da Primeira Revolução Industrial, que surgiram às primeiras experiências cooperativistas, opondo-se ao individualismo centrado no capitalismo. Essas experiências se deram no setor de consumo, na Inglaterra, no setor de produção industrial, na França, e no setor de crédito, na Alemanha, conforme explica de Schneider (1991, p. 29):

O Cooperativismo surge num contexto de afirmação extremada do predomínio do interesse em termos de concentração de poder e de renda, como é próprio do capitalismo industrial nascente. Tentando superar a absolutização do interesse privado e suas consequências, a cooperação institucional e sistemática então emergente se empenhará por resgatar e reforçar o interesse coletivo e comunitário.

O surgimento do cooperativismo, de acordo com Schneider (1991), ocorre no auge de uma grave crise econômica e social do capitalismo, identificando esse período, como à faminta década dos anos 40 do século XIX, uma fase de instabilidade, reivindicação e de luta por melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

O historiador econômico e social inglês, George D. H. Cole, segundo Schneider (1991), afirma que esta crise ocorreu de 1836 a 1850 e, na pós-criese, iniciou-se um período de prosperidade comercial e de maiores oportunidades de emprego para a população.

¹³Capitalismo Industrial, de acordo com Cavalcante (2011), teve início com a primeira Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII, estendendo-se até a segunda metade do século XIX.

¹⁴O socialismo utópico foi idealizado pelos pensadores: Conde de Saint-Simon, François-Charles Fourier e Robert Owen. Esta é uma corrente de pensamento que, na análise de Walter (2011), acredita na criação de uma sociedade ideal que seria alcançada de forma pacífica, graças à boa vontade da burguesia. Essa foi à primeira fase do pensamento socialista.

¹⁵Neste período também ganha destaque o sindicalismo.

Isso, devido à luta da classe dos proletários, que constituíram sindicatos da classe operária e conseguiram, com a atuação militante, reduzir a jornada de trabalho de 16 horas para 10 horas/dia, e um pequeno aumento salarial. Foi nesse período de crise e de luta, que viveram os principais percussores do cooperativismo, principalmente aqueles que disseminaram a ideia de cooperativismo fundando a cooperativa de Rochdale.

O surgimento do cooperativismo, de acordo com Basso (1990), ocorre devido ao caráter conflitivo e desigual do desenvolvimento capitalista e suas particularidades em relação ao meio rural. Nesse sentido, o cooperativismo emerge como um elemento atenuador de desigualdades, no caso dos pequenos produtores, e pontencializador do desenvolvimento capitalista na agricultura, no que tange aos médios e grandes produtores.

A primeira ação baseada na cooperação ocorreu ainda na segunda metade do Século XVIII. A união dos trabalhadores das docas estatais de Woolwich e Chatan, na Inglaterra, em 1763, com o objetivo de criar uma indústria moageira e uma padaria é citada como exemplo por Bertuol (2012) e Schneider (1991). Em 1796, os trabalhadores de Hull também passaram a adquirir uma indústria moageira de uso coletivo, pois o pão e a farinha estavam acima do preço. Cooperativas para a venda de mercadorias, bem como, cooperativa de produção integrada por alfaiates, também surgiram nesse período.

O início do Século XIX, também foi marcado pela criação de várias cooperativas, em seus diversos ramos, conforme explica Schneider (1991, p. 32):

No período de 1826 a 1835 surgiram pelo menos 250 cooperativas de consumo, das quais 50 só em Londres, chegando em 1835 a um total de 300 cooperativas. Esta rápida multiplicação foi acompanhada por um movimento de articulação nacional, através da realização de oito congressos entre 1827 e 1835.

Em 1830, segundo Schneider (1991), foi organizada a Rochdale Friendly Cooperative Society, com sessenta tecelões como sócios, os quais participaram dos congressos cooperativos de 1832. Três dos pioneiros que formariam a futura (nova) cooperativa de Rochdal¹⁶ estavam presentes nesse congresso e participaram dessa organização cooperativista previa.

Uma pequena amostra da situação social da população Rochdaliana no contexto de fundação da cooperativa de Rochdale, feita por Schneider (1991), estabelece o marco histórico do movimento cooperativista. A crise da fome, a carência de alimentos, o desemprego, as péssimas condições habitacionais eram uma realidade freqüente em

¹⁶Em 1844, criou-se a cooperativa de Rochdale, que vai ser considerada a matriz do cooperativismo.

Rochdale em meados de 1830, quando a cidade atraía muitos imigrantes do interior rural da Inglaterra e da Irlanda por causa do apogeu da indústria têxtil na região.

Os pioneiros de Rochdale defrontaram-se com várias situações na implantação de discussões e disseminação das ideias sobre o rumo do cooperativismo em Rochdale. Dentre as alternativas possíveis, Schneider (1991, p. 36) destaca:

Muitos dentre a população de Rochdale, cansados de suportar o peso maior da crise, planejavam em migrar para os Estados Unidos, engrossando a corrente migratória de ingleses e especialmente de irlandeses que nesta época se dirigiam para aquele país. Outros se comprometiam integralmente com o movimento cartista, alimentando a esperança de que com a vitória do movimento, algum dia, a situação melhoraria para a classe operária. Outros, enfim, acreditavam que a criação e multiplicação das cooperativas, especialmente de consumo, poderiam ser um importante instrumento para libertar o proletariado da dependência e da exploração capitalista, ou ao menos para minorá-la.

Os pioneiros de Rochdale estudaram várias experiências de cooperativas e de associativismo que os antecederam, a fim de ver os pontos positivos e os pontos negativos de cada uma delas, visando desenvolver um sistema cooperativo que pudesse, de fato, conseguir sobreviver à situação econômica e social da época. Assim, foi formada a cooperativa de Rochdale, em 1844 na cidade de Manchester, na Inglaterra.

As opiniões sobre a data de criação da cooperativa de Rochdale são divergentes. Gonçalves (2005), fala que foi criada em 24 e outubro de 1844, denominada Cooperativa Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Já Schneider (1991), afirma que essa criação se deu em 15 de agosto de 1844, recebendo o nome de *Friendly Society*.

O modelo adotado pelos pioneiros de Rochdale, segundo Schneider (1991), foi o de cooperativas de consumo, baseado unicamente na autoajuda, e aos poucos foi sendo delineada a criação da cooperativa, inicialmente com a arrecadação de contribuições para a formação de um fundo comum. O valor era de dois peniques¹⁷, semanais, passando, posteriormente, para três peniques semanais. Ao juntarem 28 libras esterlinas, abriram então o armazém cooperativo de consumo, conforme explica Schneider (1991, p. 37):

A cooperativa foi oficialmente registrada como Friendly Society, a 15 de agosto de 1844 e, após alugarem uma sala num prédio da rua “Beco Sapo”, com o recurso restante adquiriram uma modesta quantidade de farinha, de azeite, açúcar e de outras mercadorias e, a 21 de dezembro, com o comparecimento de vizinhos e dos 28 associados, segundo uns, ou de 32, segundo outros autores, se inaugurou o armazém cooperativo. Destes, sabidamente vinte eram tecelões, os restantes eram alfaiates, carpinteiros e marceneiros.

¹⁷Peniques é a moeda da Inglaterra no Reino Unido. Um peniques equivale a um centésimo da libra esterlina.

A cooperativa de Rochdale foi baseada nos ideários de Willian King¹⁸, baseado numa “ [...] cooperativa equitável, ou seja, justa, igualitária, sincera, contrária a qualquer fraude na apresentação dos serviços aos membros e a terceiros e ao mesmo tempo, calcada numa cooperação que respeitaria a igualdade de direitos e a liberdade de cada membro” (SCHNEEIDER, 1991, p. 39). Foi baseado nesses fundamentos, que se passou a elaborar o marco estatutário que se enquadraria a nova cooperativa de Rochdale, incluindo os princípios e as normas que normatizariam a cooperativa e atividades dos associados, conforme explica Schneider (1991, p. 41):

As normas ou os princípios formulados pelos Pioneiros nos estatutos primitivos foram seis: Democracia, livre adesão, liberdade para sair da cooperativa, compras e vendas à vista, juro limitado ao capital, retorno das sobras. Nas emendas aos estatutos de 1845, se reafirma a democracia, a livre adesão (mas se fixa provisoriamente um limite de 250 associados), juro limitado ao capital, distribuição dos excedentes primeiramente para finalidades sociais e depois, sob forma de retorno aos associados, venda a não membros, aperfeiçoamento intelectual dos associados, através de descontos dos excedentes para a educação e devolução desinteressada do ativo líquido.

Os princípios que orientavam a cooperativa de Rochdale, na visão de Serra (2008), eram:

1. Liberdade de associação para aqueles que estejam dispostos a operar de boa fé, sem distinção de raça, cor ou credo.
2. Direito a um voto assegurado a cada associado.
3. Possibilidade de representação.
4. Neutralidade política e religiosa.
5. Distribuição de sobras líquidas aos associados, segundo a proporção do uso dos bens e serviços da sociedade.
6. Operações a dinheiro e por preços justos.
7. Atribuições de juros de capital, limitados, módicos.
8. Reuniões freqüentes dos associados para estudar a marcha da sociedade e seu desenvolvimento.

Os princípios do cooperativismo, conforme Brasil (2012), constituem um conjunto de normas que norteiam a constituição e o funcionamento de cooperativas. Para Bertuol (2012), os princípios do cooperativismo, inicialmente, eram fundamentados na ideologia da

¹⁸Willian King (1786-1858), inglês, de acordo com UNIMED (s. d.), tornou-se médico famoso e dedicou-se ao cooperativismo de consumo. Engajou-se em prol de um sistema.

igualdade, do combate a exclusão social, na eliminação dos atravessadores e na humanização das relações de comércio e trabalho.

Com os resultados positivos dessa experiência de Rochdale, várias outras cooperativas foram criadas, por toda Europa, seguindo seus princípios e, de acordo com Bertuol (2012, p. 23):

O sucesso de Rochdale foi exemplo para vários grupos que já ansiavam pelas mesmas mudanças na estrutura social. As cooperativas de consumo multiplicaram-se pela Europa de tal forma que em menos de 40 anos da fundação de Rochdale já existiam cerca de mil sociedades e 550 mil cooperantes.

O sucesso do cooperativismo nesta fase, repercutiu por vários países, inclusive nos países socialistas, servindo como uma alternativa de organização de trabalho entre a população, podendo gerar um crescimento econômico intermediário. Para tanto, os governantes dos países onde esse sistema se faz presente, segundo Bertuol (2012, p. 24) aceitam e reconhecem o cooperativismo como uma fórmula democrática para a solução dos problemas socioeconômicos.

O cooperativismo cresce e se expande por toda Europa e por outros continentes, ao mesmo tempo em que ocorrem, em escala mundial, transformações econômicas, políticas e sociais, sendo preciso então, repensar e readaptar os princípios básicos do cooperativismo, formulados pelos pioneiros de Rochdale. Para tanto, Serra (2008), destaca que esses princípios básicos, foram revisados e reformulados nos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional - ACI.

Em relação à criação da ACI, Schneider (1991), ressalta que esta foi precedida de um caloroso debate entre duas correntes de pensamentos diferentes. Uma influenciada pelo cooperativismo de produção industrial e pelo cooperativismo agrícola, sendo que essas já tinham proposto, previamente, um plano de organização internacional para as cooperativas, pois já mantinham uma interligação com cooperativas congêneres de outros países. A segunda corrente era liderada por seguidores do cooperativismo de consumo.

A primeira corrente do pensamento cooperativista era liderada por antigos militantes do socialismo cristão inglês, que eram a favor da prioridade das cooperativas de produção, como critério de referencia a ser adotado para a adesão da futura organização cooperativa internacional. Isto se justificava, pois, segundo Schneider (1991, p. 47):

Entendiam os partidários dessa corrente, que o processo de transformação da sociedade se daria prioritariamente através das cooperativas de produção, onde se aboliria o trabalho assalariado e onde os trabalhadores participariam nos excedentes das empresas.

A segunda corrente era liderada por partidários das cooperativas de consumo, encabeçada por Michel, presidente da União Cooperativa Inglesa. Para a segunda corrente de pensamento, que defendia as cooperativas de consumo, de acordo com Schneider (1991, p. 47), “[...] todas as pessoas são consumidoras e nem todas são trabalhadoras, as cooperativas de consumo são mais universais nos objetivos que defendem, portanto, atendem aos interesses de todas as pessoas”. Acreditavam que com a expansão dessas cooperativas de consumo, passariam a assumir, progressivamente, os setores produtivos industriais e agrícolas, com empresas sob seu controle, entretanto usando os trabalhadores assalariados sem participação nos excedentes.

Em 1895, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional, ACI, seguindo a orientação da primazia das cooperativas de produção e a participação dos trabalhadores em seus excedentes, tendo sua sede em Genebra, na Suíça. Após a criação da ACI, houve vários congressos da entidade, como o de 1900 (4º Congresso), em Paris, na França, que normatizou o fim de filiações individuais, aceitando apenas as dos indivíduos que residissem em países onde o cooperativismo não era estruturado. O quinto Congresso da ACI ocorreu em Manchester, na Inglaterra, onde definiu-se por seguir a corrente da primazia do consumidor, o que enfraqueceu os sindicatos operários.

O sexto congresso da ACI foi em Budapeste, na Hungria, em 1904, onde ocorreu a desfiliação de várias cooperativas agrícolas e de crédito, por desentendimento dos rumos a serem seguidos. Este decidiu pelo distanciamento do Estado e o fortalecimento do consumo socializado, numa ação anticapitalista. Os representantes das cooperativas agrícolas ficaram insatisfeitos, pois entendiam que o Estado poderia ser um parceiro importante no seu desenvolvimento. Já os representantes das cooperativas de crédito, que financiavam a classe média industrial, segundo Schneider (1991), entendiam que perderiam importante grupo que utilizavam de seus financiamentos.

No décimo quarto Congresso da ACI, realizado em Londres, Inglaterra, em 1934, de acordo com Schneider (1991, p. 50), decidiu-se pela manutenção de sete princípios de Rochadale e acréscimo de três normas adicionais:

Sete princípios de Rochadale, divididos em duas categorias: como essenciais: adesão aberta, controle ou gestão democrática, dividendos sobras às compras, juros limitados ao capital; como secundários ou como métodos de ação: neutralidade política e religiosa, pagamentos a vista nas compras e promoção da educação. As três normas adicionais eram: as cooperativas devem operar exclusivamente com sócios; a cooperação seja voluntária; e, como apêndice, vendas a preço de mercado (SCHNEIDER, 1991, p. 50).

Em 1966 houve uma nova reformulação dos princípios cooperativistas, no Congresso da ACI realizado em Viena, na Áustria, época esta em que o governo incentivava a difusão do cooperativismo como importante instrumento de articulação e de modernização da população e da economia rural. Neste período, segundo Schneider (1991, p. 53) destaca que vivia-se uma nova revolução industrial, com profundas mudanças econômicas, tecnológicas e industriais em âmbito mundial e o cooperativismo ganhava força e, ainda de acordo com Schneider (1991, p. 57):

Foram três as principais modificações introduzidas em 1966:

- 1) O anterior princípio de neutralidade política e religiosa é inserido no primeiro princípio da adesão voluntária e livre – como, aliás, nos estatutos originais de 1844 – quando este princípio devia ser aplicado sem quaisquer discriminações.
- 2) Eliminação da norma de compras e vendas à vista, ainda tão enfatizado no Congresso da ACI em 1930, como essencial ao espírito dos pioneiros.
- 3) Introduce-se um novo princípio, que é o da cooperação e integração intercooperativa.

A última revisão aconteceu durante o Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, na cidade de Manchester (Inglaterra), em 1995, que, de acordo com Brasil (2012), definiu os seguintes princípios do cooperativismo: 1) Adesão voluntária e livre; 2) Gestão democrática pelos membros; 3) Participação econômica dos sócios; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, formação e informação; 6) Intercooperação; 7) Interesse pela comunidade.

3.2. Cooperativismo no Brasil

As opiniões sobre o surgimento do cooperativismo no Brasil são divergentes. A cultura cooperativista no Brasil, conforme destaca Bertuol (2012), é observada desde a colonização portuguesa, entretanto, o movimento cooperativista concretizou-se somente no fim do Século XIX.

O cooperativismo no Brasil, de acordo com Gurgacz (2013), sofreu influência da cultura alemã e italiana, principalmente na área agrícola, e esses migrantes trouxeram consigo, de seus países de origem, suas experiências com o trabalho associativo, basicamente em atividades familiares e comunitárias, experiências estas, que contribuíram e motivaram a se organizarem em cooperativas.

O cooperativismo no Brasil, na análise de Lago (2009), originou-se na implantação das primeiras cooperativas de consumo em Limeiras (SP), em 1891; no Rio de Janeiro (RJ), em 1894; em Camaragibe (PE), em 1895; e em Campinas (SP), em 1897. Já na visão de Pinho

(2006), a primeira cooperativa criada no Brasil foi em 1889, na cidade de Ouro Preto, denominada de Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto.

O movimento cooperativista brasileiro, segundo Gonçalves (2005, p. 2), emergiu em 1847, quando o Francês Jean Maurice Faivre, juntamente com um grupo europeus, fundou a colônia Teresa Cristina no sertão do Paraná, organizada em bases cooperativistas, e diz ainda que “Essa organização apesar de sua breve existência, contribuiu para a memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro”.

O cooperativismo no Brasil, de acordo com Velloso e Locatel (2011), não seguiu um movimento uniforme, expandindo-se de forma diferente pelo espaço geográfico nacional, dependendo dos modelos de desenvolvimento adotados no Brasil e complementam que as primeiras experiências com o cooperativismo no Brasil surgiram após a Constituição de 1891, legislação essa, que assegurou a liberdade da associação, antes inexistente. Por volta de 1902 emergiu, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, o cooperativismo de consumo e, no Rio Grande do Sul, surgiu uma cooperativa de crédito na zona rural, conforme explicam Velloso e Locatel (2011, p. 2):

Esse período prevalecia no Brasil o modelo de desenvolvimento agroexportador marcada pela exportação, como variável exógena, geradora de importante parcela da renda nacional; e as importações, como supridoras de significativa parte da demanda interna. Acentuou-se o caráter de dependência no país, com a população à margem da economia monetária.

Na visão de Coradini (2009), grande parte das cooperativas brasileiras surgiu na região Sul, citando como exemplo o estado do Rio Grande do Sul, que teve “como marco inicial do cooperativismo o ano de 1902, quando foi fundada a primeira ‘Caixa Econômica e de Empréstimos’ (sistema Raiffeisen) em uma colônia de imigrantes, tendo como objetivo básico a ajuda financeira mútua” (CORADINI, 2009, p. 63). Para esse autor, a partir de então o cooperativismo se desenvolveu, destacando-se as cooperativas de pequenos produtores rurais, com mínima dependência do Estado, por possuírem uma relativa independência do mesmo e autonomia em relação às agroindústrias.

Muitos dos sujeitos pensantes do movimento cooperativista no Brasil, inclusive fundadores das primeiras cooperativas brasileiras, segundo Oliveira (2006), eram acadêmicos, técnicos ligados a alguma estrutura do Estado ou por governantes, ou por patrões, principalmente latifundiários, que mantinham uma estreita relação com o Estado, sobretudo nas questões rurais. Do outro lado tinha-se os trabalhadores brasileiros, a ação dos imigrantes anarquistas que fazia parte dos sindicatos, no início do século XX, conforme Oliveira (2006, p. 31), destaca:

A ação direta e explícita do Estado no cooperativismo brasileiro possui uma data base: 19 de dezembro de 1932, dia em que foi publicado o Decreto 22.239. A partir desta data, nunca mais o governo deixou de atuar nesta área, sempre considerando a estratégia para elaboração e aplicação de seus projetos e programas de desenvolvimento.

Com o crescimento do cooperativismo no Brasil, de acordo com Gurgacz (2013), há a necessidade de se criar um órgão maior que pudesse gerir os seus interesses no país, surgindo então, em 1969, a Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB, que formou-se a partir da junção da Associação Brasileira de Cooperativas, ABCOOP, e a União Nacional de Cooperativas, UNASCO, criada em 2 de dezembro de 1969, conforme histórico fornecido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (2015):

A unificação foi uma decisão das próprias cooperativas. Entre suas atribuições, a OCB é responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais. É de sua responsabilidade também a preservação e o aprimoramento desse sistema, o incentivo e a orientação das sociedades cooperativas

Ligadas a OCB estão as organizações Cooperativas Estaduais (OCEs), que são responsáveis por representar os interesses do cooperativismo nacional conforme critérios geográfico-administrativo.

Em 1971, de acordo com Gurgacz (2013), houve um marco importante no cooperativismo brasileiro, ano esse, que foi sancionada e aprovada no Congresso Nacional a Lei nº 5.764 (BRASIL, 1971), através da qual, o Governo Federal definiu a Política Nacional do Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas brasileiras, que estabelece, no Capítulo I:

Art. 1º: Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º: As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma desta lei e das normas que surgirem em sua decorrência.

Parágrafo único: A ação do Poder Público se exercerá principalmente mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas

A partir de 1971, segundo Schneider (1991), ficou estabelecido que os órgãos que apoiariam, fiscalizariam e acompanhariam o cooperativismo brasileiro seriam: o Conselho Nacional de Cooperativismo, criado pelo Decreto nº. 46. 438 de 1859, como instância máxima do cooperativismo nacional, o Banco Central, responsável por supervisionar e

interferir nas cooperativas de crédito, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, subordinado ao Ministério da Agricultura, criado para ser um banco das cooperativas, entretanto o governo entraria com 54% do capital e as cooperativas com 46%, assegurando o controle oficial sob o banco.

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, subordinado ao Ministério da Agricultura, de acordo com Schneider (1991), era responsável por autorizar o funcionamento, fiscalização, apoio e acompanhamento de todas as cooperativas, com exceção das cooperativas de crédito e habitacionais. A nível estadual, as cooperativas são acompanhadas pelo Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC). Em 1998, segundo Gurgacz (2013) o Governo Federal criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, SESCOOP, para aprimorar e profissionalizar a autogestão das cooperativas.

No Brasil, existem treze ramos de cooperativas, sendo eles: agropecuário, trabalho, crédito, transporte, saúde, educacional, habitacional, produção, infraestrutura, consumo, mineral, turismo e lazer, e especial. Segundo a Organização das Cooperativas do Brasil (2009), no ano de 2009, em todo território nacional, existia um total de 7.261 cooperativas, sendo o maior percentual de cooperativas agrícolas, com um total de 1.615, tendo 942.147 associados e empregando cerca de 138.829 pessoas. Em segundo lugar, vem o ramo de trabalho, com 1.408 cooperativas, tendo 260.891 associados e 4.243 trabalhadores. Em seguida, vêm os ramos de crédito e transporte, tendo cerca de 1.100 cooperativas cada. Em menor percentual, ficaram os ramos de atividade mineral, com 58 cooperativas, de turismo e lazer, com 29, e o ramo de atividade especial, com 15, conforme demonstrado na Tabela 1.

TABELA 1 - Cooperativas Brasileiras por ramo e participação

Ramo de Atividade	Cooperativas	%	Associados	Empregados
Agropecuário	1.615	22,24	942.147	138.829
Trabalho	1.408	19,39	260.891	4.243
Crédito	1.100	15,15	3.497.735	42.802
Transporte	1.100	15,15	107.109	8.660
Saúde	871	12,00	225.980	55.709
Educacional	304	4,19	55.838	3.716
Habitacional	253	3,48	108.695	1.406
Produção	226	3,11	11.396	2.936
Infra-estrutura	154	2,12	715.800	6.045
Consumo	128	1,76	2.304.830	9.702
Mineral	58	0,80	20.031	103
Turismo e Lazer	29	0,40	1.489	30
Especial	15	0,21	469	9
T O T A I S	7.261	100	8.252.410	274.190

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2009)

O ramo com mais associados, até 2009, foi o de crédito, com 3.497.735 associados, mesmo ficando em terceiro lugar no que tange ao número de cooperativas existentes no território nacional. O ramo do cooperativismo que mais empregou foi à agropecuária, com de 138.829.

Algumas informações mais recentes sobre o cooperativismo no Brasil são apresentadas por Gurgacz (2013, p. 3):

Atualmente, existem no Brasil cerca de 7.680 cooperativas, que geram aproximadamente 250 mil empregos diretos e movimentam 6% do PIB nacional. Elas reúnem cerca de 10 milhões de associados, o que representa 5% da população brasileira. Em 2011, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o cooperativismo superou em 39,8% o valor exportado em 2010, atingindo a marca histórica de 6,17 bilhões de dólares em vendas ao exterior.

O cooperativismo no Brasil, assim como no mundo, passou por mudanças ao longo do tempo, onde o Estado foi e é fator crucial nessa modificação, questões que serão melhor abordadas no próximo subtópico.

3.3. Cooperativismo e o Estado

O cooperativismo no Brasil recebeu apoio do Estado, conforme destaca Schneider (1991), afirmando que, sem o apoio técnico e financeiro do Estado, especialmente na fase de implantação nos países de Terceiro Mundo, como é caso do Brasil, a criação das cooperativas passaria por maiores dificuldades. A presença do Estado nas fases iniciais de criação gera uma situação de interdependência entre cooperativa e Estado, que se prolongam até mesmo quando estas já conseguem se autogerir administrativamente e financeiramente, conforme explica Schneider (1991, p. 332):

[...] o Estado desde o final da década de 1930, passou a influir de forma marcante no cooperativismo, visando não apenas enquadrar as cooperativas nas metas nacionais de desenvolvimento, mas principalmente como alternativa de desenvolvimento. E o Estado brasileiro apresentou, em relação ao movimento cooperativo, atitudes diferentes e, não raro paradoxais .

O Estado, gestor maior de um país, bancava os gastos das cooperativas através de empréstimos a bancos, projetos e programas que beneficiava o associado. Nos países em desenvolvimento, como países de terceiro mundo, segundo Schneider (1991), o incentivo e apoio do Estado, representam, possivelmente, a única possibilidade de nascimento e desenvolvimento de muitas cooperativas. Em contrapartida, as cooperativas e sua estrutura integrada, de acordo com Schneider (1991, p. 334), serviam de apoio à ideologia de quem controlava o Estado:

Em alguns países, as cooperativas, através de suas estruturas integradas, eram meros braços auxiliares do governo na implementação de suas políticas de produção, comercialização, exportação, pouco ou quase nada contribuindo para a melhoria econômica e social dos sócios e mantendo as cooperativas numa total dependência em relação ao Governo.

É importante salientar, que o Estado não exerce apenas pontos positivos sob o cooperativismo, pelo contrário, a estrutura centralizadora do Estado, dificulta a consolidação e autonomia do cooperativismo, porque o Estado não é neutro, uma vez é composto por pessoas e classes sociais distintas, com visões de mundo, ideologias e objetivos diferentes e, na maioria das vezes, prevalece o interesse da classe dominante. Por mais que o Estado tente manter uma parceria com o cooperativismo, na análise de Schneider (1991), sempre há dificuldades, pois nem todos que fazem parte do aparelho constituinte do Estado, estão engajados neste objetivo.

Os pontos positivos da formação de cooperativas, para o Estado, na visão de Basso (1990), consistem em minimizar as consequências sociais do processo de desenvolvimento capitalista, incentivando as pessoas, empresas e alguns setores da economia, a superarem seus problemas de reprodução, como também, leva à criação de instrumentos para modernização das produções nos setores de baixa lucratividade, com importância decisiva para o desenvolvimento geral. Sendo assim, para Basso (1990, p. 40) “o cooperativismo, portanto, é uma alternativa de organização de pessoas, empresas e setores que vão ficando à margem do processo de desenvolvimento”.

Já em relação aos trabalhadores, de acordo com Basso (1990, p. 34), os pontos positivos de se associarem em cooperativas, seriam:

Para os trabalhadores, a associação em cooperativas pode permitir um maior poder de compra ao salário (via cooperativas de consumo), acesso à moradia e assistência médica (via cooperativas habitacionais e cooperativas médicas), bem como maior facilidade para vender sua força de trabalho (via cooperativas de trabalho). Nestes casos a cooperativa teria por finalidade precípua melhorar as condições de reprodução da força de trabalho de seus associados.

O Estado exerceu e exerce influencia no cooperativismo, entretanto, Pinho (2006), destaca que essa relação foi modificada ao longo do tempo, concordando com Schneider (1991), quando afirma que o Estado desempenhou um importante papel na criação e fortalecimento das cooperativas, salientando que esta relação foi modificada devido a interesses capitalistas ocorridos ao longo da história econômica brasileira.

Numa escala nacional, Pinho (2006), destaca que o cooperativismo brasileiro passou por fases, denominando a primeira de passado cooperativo, que vai de 1889, data da primeira

cooperativa fundada em Ouro Preto¹⁹, até o final da década de 1970. A segunda fase seria o presente cooperativo, que se inicia a partir de 1980.

Na primeira fase, nomeada de Passado Cooperativo, Pinho (2006) cita a organização política e econômica presente no Brasil, destacando, que no início do século XX, a política brasileira era comandada pelos grandes proprietários de terra, que apoiavam o presidente da República, por intermédio dos governadores dos estados. Num segundo momento, na década de 1930, o Brasil é marcado por uma revolução, que leva a deposição do Presidente da República e Getúlio Vargas assume seu cargo. Destacando esse segundo momento Pinho (2006, p. 34) destaca:

Nos estados em que a agricultura foi se tornando promissor, o Governo Federal, nas primeiras décadas do século XX, assumiu o papel de promotor do cooperativismo e, ao mesmo tempo, de controlador de todas as formas de associativismo temeroso do fortalecimento político dos trabalhadores nos centros urbanos, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A partir de 1932, com o Decreto Federal nº 22.239, de acordo com Schneider (1991, p. 331), consolidam-se, juridicamente, as cooperativas, definindo-as, independentemente do ramo, como “[...] sociedades de pessoas e não de capital e com forma jurídica *sui generis*, inserindo-as fielmente, como empresa e como sociedade, na filosofia da cooperativa pioneira de Rochadale”. Porém, as cooperativas usufruíram, por pouco tempo, dessa autonomia, já que, em 1938, o Estado Novo, por meio do Decreto Federal nº. 581, estabelece que a fiscalização das cooperativas deveria ser exercida pelos Ministérios da Agricultura, Fazenda, Trabalho, Indústria e Comércio, ficando sob tutela do Estado.

Em 1941, de acordo com Schneider (1991), com o Decreto nº. 6.980 e a Lei. 5.154, ocorre uma mudança nas instituições controladoras, sendo que a fiscalização, controle, intervenção e os registros das cooperativas ficaram sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e de 1932 a 1966, houve uma consolidação parcial do Estado para com o cooperativismo, após a grande depressão de 1929/1930, que afetou a economia brasileira. Assim, na análise de Schneider (1991, p. 333), “as cooperativas passaram a ser encaradas como um instrumento de política agrícola, cuja dinamização se pretendia fazer segundo uma visão corporativista, empenhando os sindicatos na sua criação e expansão”.

Nessa fase, o Estado via o cooperativismo, como meio de enfrentar as dificuldades para vencer a crise econômica que o País atravessava. O Estado, por meio dos governos

¹⁹Cabe salientar que existem divergências quanto ao surgimento da primeira cooperativa no Brasil, como já foi apresentado anteriormente.

estaduais, sobretudo na Região Nordeste, segundo Schneider (1991), fomentava o desenvolvimento de cooperativas agropecuárias, de crédito e consumo.

No período de 1938-1942, houve um crescimento significativo do cooperativismo no Brasil, sendo implantados os Departamentos de Assistência ao Cooperativismo, DACs, em vários estados brasileiros. Este órgão devia fomentar a implantação e o acompanhamento de cooperativas de produtores rurais, crédito, consumo dentre outros ramos do cooperativismo brasileiro. Nesse período, Schneider (1991), acrescenta ainda, que foram fundadas no Nordeste, cerca de 558 cooperativas, sobretudo rurais.

Desde 1955, o presidente da república Juscelino Kubitschek, segundo Schneider (1991), lançou uma série de estímulos oficiais, como financiamento para a produção, construção de silos e armazéns graneleiros, assistência técnica para o aumento da produção, etc., objetivando criar e expandir as cooperativas tritícolas na região Sul do Brasil. Essas cooperativas, conforme ressalta Schneider (1991), se fortalecem economicamente e empresarialmente com o passar dos anos, modernizando o processo produtivo, quando ingressam no setor da sojicultura.

Em 1964, é implantado o regime ditatorial militar, de 1964 a 1985, de acordo com Oliveira (1991), o País adentra numa fase de endividamento externo, crise, conflitos na sociedade, implantação de políticas de ocupação, sobretudo em direção à região Amazônica, com a expansão da fronteira agrícola e, nesse contexto, ocorre um reordenamento no cooperativismo brasileiro.

Contribuindo com essa análise, Pinho (2006), enfatiza que, a década de 1960, foi um momento conturbado para o Brasil, decorrente da implantação da Ditadura Militar e destaca que, nesse contexto, devido à reforma do sistema bancário brasileiro, promulgado na Lei 4595, de 1964, e as normas de política financeira do Governo Federal, muitas cooperativas de crédito desapareceram e, por outro lado, o Estado permaneceu custeando as cooperativas de crédito agrícola das regiões Sudeste e Sul, que eram importantes para o suprimento do mercado nacional e internacional.

Na década de 1960, de acordo com Pinho (2006, p. 38), o cooperativismo foi marcado por fortes disputas internas, principalmente do ponto de vista legal, com o Decreto-lei 59 de 1966 e seu regulamento, que impuseram intenso controle estatal às cooperativas.

Em relação às cooperativas de Consumo, Schneider (1991), destaca que, muitas faliram porque, antes o governo as financiavam, e nessa fase do cooperativismo, o Estado se exime dessa responsabilidade e ainda cobra um imposto de 17% sobre o valor agregado na

circulação das mercadorias, o ICM²⁰. Como muitas destas cooperativas de Consumo não tinham uma boa estrutura empresarial e financeira, não conseguiam concorrer no mercado com outras grandes cooperativas, em conseqüência muitas desapareceram, conforme analisa Schneider (1991, p. 335):

Esta medida provocou uma reação em cadeia de extinção de cooperativas de consumo no País: Se em 1960 havia 2.420 cooperativas de consumo com 1.022.167 associados, em 1970 se registravam apenas 252 cooperativas, com 349903 associados. Portanto na mesma época em que o governo foi o principal responsável pela destruição ou diminuição de um tipo de cooperativas, tornava-se o principal estimulador do crescimento das cooperativas rurais. Para compensar de certa forma esta ampla intervenção no Cooperativismo, o Estado cria alguns incentivos fiscais novos, mas que, algum tempo depois, suspende abruptamente.

No entendimento de Schneider (1991) nessa fase de centralismo estatal na década de 1960, a interferência do Estado no cooperativismo, manifestou-se, principalmente, através das políticas de crédito rural, mediante mecanismos de incentivos econômico-fiscais e de créditos e, segundo Schneider (1991, p. 340) “É isso comprova em relação às cooperativas agrárias, cujo apoio interessava ao governo, para poder instrumentalizar estas cooperativas em função de suas políticas de modernização e desenvolvimento da economia rural e das políticas de exportação” e, em contrapartida, o que dava à essas retirava das cooperativas urbanas, sobretudo as de consumo.

Sob este aspecto Schneider (1991), frisa que, quando o Estado começa a se eximir da responsabilidade de custear certas cooperativas, por muitas destas terem sido formadas e implantadas de forma desordenada, sem trabalho de base e sem as mínimas condições estruturais, começam a ter dificuldades de gestão e entram num estágio de falência, já que não conseguem se manter por conta própria.

No início da década de 1970 esse controle estatal é relativizado, com a promulgação da Lei Federal 5.764/71, conforme analisa Pinho (2006, p. 39):

A lei Cooperativa 5.764/71 reformou a estrutura do cooperativismo brasileiro, definiu sua política nacional e criou a representação única das cooperativas pelo Sistema OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. Estavam superados o forte centralismo estatal de 1966 a 1970 e as desavenças internas das cooperativas. O cooperativismo atingiu a maturidade, com base em sua renovação legal, estrutural e instrumental. Pode então abrir-se a internacionalização.

Durante o governo dos militares no Brasil, Schneider (1991), afirma ainda, que o Estado instrumentalizou as cooperativas produtoras de grãos, para servir às políticas de

²⁰ICM é a taxa cobrada sobre o valor da mercadoria das cooperativas de consumo. Aprovado em 05/12/1965 e complementado pela lei n.º 15.712 de outubro de 1966 sendo incorporada, segundo Schneider (1991), à Constituição de 1967.

exportação do Governo, exportando, basicamente, produtos primários, com o objetivo de diminuir a dívida externa do Brasil, que só crescia. Para isso, o Governo fomentava a monocultura do trigo, da soja, do café e arroz, facilitando a aquisição dos recursos pelos associados, fornecendo assistência técnica, investindo em pesquisas agrícolas, construindo graneleiros e terminais portuários para escoar a produção.

O Estado financiava cerca de 80% dos gastos das cooperativas que produziam grãos, que chegaram a ser responsáveis, segundo Schneider (1991, p. 343), em 1976, por 49,6% da produção agrícola brasileira, afirmando que as cooperativas agrícolas organizam o setor “[...] permitindo uma introdução mais rápida da revolução tecnológica na agricultura tradicional”.

Com isso, as cooperativas agrícolas ficavam cada vez mais dependentes do Estado e, na medida em que os juros de empréstimos e financiamentos aumentavam, muitas delas entravam em crise por não terem condições de pagar suas dívidas. Essa crise, conforme Schneider (1991), veio acompanhada de dois ou três anos de preço ruim na comercialização no mercado de grãos, provocando o desaparecimento de várias cooperativas agrícolas, por volta de 1980. Assim, tem-se uma ruptura do cooperativismo com o Estado, impactando de forma acentuada o cooperativismo, conforme explica Schneider (1991, p. 338):

[...] o Estado usou as cooperativas produtoras de grãos como ‘filhas prediletas, mas não emancipadas’, exercendo seu caráter autoritário sobre elas, na medida em que as mantinham financeiramente dependentes do Estado e criava uma série de obstáculos para que não constituam seus próprios organismos financeiros.

É nesta decadência do cooperativismo agrícola, que inicia a fase chamada por Pinho (2006), de presente cooperativo, marcada pelas cooperativas empresas, com pouca ligação com o Estado. O final da década de 1970 e início de 1980, na visão de Pinho (2006), foi marcado pela presença das cooperativas empresas (cooperativas capitalistas), que são aquelas cooperativas que conseguiram se enquadrar a nova realidade econômica e, nesse sentido, Medeiro e Padilha (2014, p. 189), destacam:

Com a elevação da inadimplência dos produtores associados, as cooperativas começam a assumir as dívidas, o que leva muitas organizações a falência durante esse período. Além disso, pequenas e médias cooperativas eram obrigadas a fundir-se com outras instituições, assim como houve a incorporação por parte de cooperativas maiores de outras empresas que estavam em dificuldades nesse momento.

O marco mais importante do cooperativismo na década de 1980, na análise de Pinho (2007, p. 44), foi “a proibição constitucional de interferência do Estado em associações e a outorga constitucional da autogestão ao próprio sistema cooperativo”. Houve um crescimento

significativo do crescimento das cooperativas urbanas, especialmente as de crédito e de trabalho e ampliou-se a educação cooperativa.

Na década de 1990, segundo Medeiros e Padilha (2014), o Estado busca uma reaproximação com as cooperativas, depois desse período de ausência, desde 1980, isso porque, muitas cooperativas estavam endividadas e não conseguiam pagar suas dívidas, precisando da ajuda do Estado. Para tanto, foi criado em 1998, o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária, RECOOP, facilitando a abertura da linha de crédito destinado a reestruturar e capitalizar as cooperativas de produção agropecuária, cuja importância é analisada por Medeiros e Padilha (2014, p. 190):

O RECOOP foi importante para garantir a segurança financeira de muitas cooperativas que estavam comprometidas com altas dívidas, e marca a reaproximação entre o setor e o governo. De acordo com dados do STN, entre 1998 e 2003, período de vigência desta política, foram desembolsados cerca de R\$ 1,25 bilhões.

A década de 1990 e início do século XXI, foi marcada pela internacionalização da economia, que também influenciou o cooperativismo brasileiro e, de acordo com Pinho (2006, p. 44):

Na década de 1990 e no início dos anos 2000: o cooperativismo brasileiro internacionalizou-se, dois Bancos privados de crédito cooperativo foram fundados, criou-se o SESCOOP (Sistema S) para a educação cooperativa, emergiram as vertentes de cooperativas de crédito sindical e de economia solidária. Surgiram a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, junto ao MTE) e a União Nacional da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), confirmando o fim da unicidade de representação política do cooperativismo pela OCB, contestada há anos pelo emergente cooperativismo sindical.

Nos anos 2000 do século XXI, na análise de Medeiros e Padilha (2014), também há uma reaproximação do Estado com as cooperativas, voltando a facilitar a obtenção de créditos nos bancos e bancando a dívida de muitas, e criando programas de desenvolvimento, que. Ocorreram durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 2003, foi lançado pelo Governo Federal, o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária, PRODECOOP, tendo como principal objetivo, instigar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e da comercialização da produção. O governo também investiu na construção de silos de armazenagem, estruturas de recebimento de grãos e agroindustrialização, além de aumentar os recursos destinados, exclusivamente, para as empresas cooperativas, possibilitando a recuperação econômica e causando impacto no setor.

3.4. Destrinchando a crise na agricultura brasileira que impactou no cooperativismo

Atendo-se mais ao cenário rural da década de 1980, Lucena e Souza (2001), descrevem algumas políticas agrícolas presentes nesse período. Se, na década de 1970, o Estado incentiva de forma mais presente o setor agrícola, por meio de financiamento e facilidade de acesso ao crédito rural, na década seguinte, os cortes nos investimentos nesse setor, se dão de forma acentuada.

As principais mudanças ocorridas na década de 1980, de acordo com Lucena e Souza (2001), foram à adoção de limites ao crédito rural, a cobertura do seguro rural foi reduzido para apenas 80% do valor financiado, mudanças nas taxas de juros, nas quais os créditos para investimento e comercialização passaram a receber as mesmas taxas de juros de mercado praticados no resto da economia.

Na crise de 1980, Gonzales e Costa (1998, p. 15), destacam que o setor agrícola brasileiro foi fortemente afetado, pois “os incentivos via crédito, principal pilar de sustentação da modernização do setor, teriam que ser cortados já que o país não mais poderia depender de poupança externa”, e afirmam ainda, que foi nesse contexto que o setor agrícola, baseado no crédito rural, começou a dar sinais de esgotamento.

A partir de 1980, de acordo com Delgado (2012), a economia brasileira se defronta com uma intensa estagnação econômica, em parte imposta pelas condições de ajustamento à crise do endividamento externo. Essa década foi marcada por rupturas e constituição de novos momentos na economia e na sociedade brasileira, tendo um reordenamento no cenário político nacional, com o fim da Ditadura Militar, e o processo de redemocratização brasileira, e a criação da Constituição Federal em 1988, como um dos principais marcos dessa década.

O aumento da dívida externa, a redução do Produto Interno Bruto, PIB, o aumento disparado da inflação, a diminuição das/nas exportações, o arrocho salarial, a falência de várias empresas nacionais, as altas taxas de desemprego, os problemas sociais dentre outros fatores, segundo Souza (2007), foram elementos que contribuíram para a aprovação do Decreto-lei nº 2065 no Congresso e, a partir dele, inicia-se uma campanha no Brasil, conhecida como “diretas-já”, objetivando por fim na Ditadura Militar no Brasil.

O governo da “nova República”, de acordo com Souza (2007), foi instalado em 15 de março de 1985, quando Tancredo Neves foi eleito presidente do Brasil pelo colégio eleitoral vencendo o candidato Paulo Maluf, que representava a ditadura. Porém Tancredo Neves não

chegou a assumir seu cargo de presidente do Brasil, devido a problemas de saúde²¹, sendo que o mesmo não resistiu e veio a óbito. Após a morte de Tancredo Neves o vice presidente, José Sarney, assumiu o cargo de presidente brasileiro.

Em relação às medidas iniciais tomadas pelo novo presidente, em um primeiro momento, Souza (2007), destaca que ocorreram no sentido de barrar a política de arrocho salarial e melhorar o salário mínimo dos trabalhadores, inclusive concedendo-lhes um aumento acima da inflação. Porém, no âmbito econômico os passos foram lentos e encontrando resistência entre alguns membros do próprio governo, conforme análise de Souza (2007, p. 166-167):

Esses grupos de resistência contavam, além disso, com um poderoso pólo de apoio no interior do próprio governo, representado pela equipe do então ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. Essa equipe esposava uma concepção econômica que, no essencial, se igualava à política econômica que vinha sendo adotada pela ditadura. Tratava-se, para ela, de prosseguir a política de corte dos gastos públicos e de aperto monetário e creditício. Ou seja, devia-se continuar a política de “ajuste” imposta pelo FMI.

O problema econômico da Nova Republica, para Souza (2007), era reflexo de todo o momento que antecedia a sua instauração. Algumas medidas emergenciais foram tomadas pelo novo presidente, como por exemplo, a elaboração do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova Republica, I PND-NR, organizado pela equipe da Secretária de Planejamento, SEPLAN, e encabeçada pelo ministro João Sayad, responsável pela organização do mesmo. O I PND-NR, também é conhecido como Diretrizes Gerais de Política Econômica.

O I PND – NR, conforme Souza (2007) destaca, foi um plano de reformas de crescimento econômico e de combate à pobreza. Os idealizadores do plano enfatizavam que era preciso priorizar o enfretamento da dívida externa, reduzir a taxa de juros internos, investirem na industrialização e em medidas de erradicação e diminuição da pobreza. Eles acreditavam que essas medidas resolveriam o problema de déficit público, reuniria recursos para os investimentos públicos, favoreceria a retomada do investimento privado e iria desacelerar a inflação, e, de acordo com Souza (2007, p. 170-171):

[...] o objetivo do Plano não era apenas fazer a economia voltar a crescer nos moldes antigos. O prosseguimento do crescimento dependeria da “conformação de um novo padrão de industrialização”, fundado na retomada sustentada do investimento e induzido por dois elementos principais: o aumento da eficiência do sistema industrial como um todo, como decorrência da incorporação intensiva do progresso técnico, tomando por referência padrões internacionais de competitividade, e a expansão da demanda pela recuperação do salário.

²¹Tancredo Neves passou por uma procedimento cirurgico horas antes de tomar posse, no dia 14 de março de 1985, devido à uma grave doença abdominal, falecendo 39 dias após a cirurgia.

A crise econômica no Brasil na década de 1980, na análise de Souza (2007), fez o governo de José Sarney, além de aprovar o I PND-NR, investir em tentativas de correção monetárias com a criação e aprovação de planos, como: a) Plano Cruzado I; b) Plano Cruzado II; c) Plano Bresser; d) Plano de Verão e) Plano Collor I; f) Plano Collor II.

a) Plano Cruzado I: inspirado no I PND – NR, era um Programa de Estabilização Econômica baixado em 28 de fevereiro de 1986 pelo Decreto-lei nº 2.283, substituído depois pelo Decreto-lei nº 2.284.

Nessa época, Dílson Funaro ocupava o cargo de ministro da fazenda. Esse plano foi um conjunto de medidas econômicas lançadas pelo governo federal para conter a inflação no Brasil sem recorrer ao aperto salarial. Por outro lado, deixou descontente e teve diversos conflitos com a especulação financeira e comercial. O congelamento dos preços e a extinção da correção monetária, de acordo com Souza(2007), foram às principais medidas tomadas por este plano.

O Plano Cruzado I, na análise de Lucena e Souza (2001, p. 185), provocou efeitos perversos na agricultura devido ao congelamento de preços e à liberação das importações de alimentos. Assim como ocorreu a mudança da moeda cruzeiro para cruzado, a inflação caiu em 1985 para 235,1% e em 1986 para 65%. Porém a retração da oferta e a pressão da demanda provocou o desabastecimento e o boicote do mercado ao plano cruzado deu início a um novo plano de reajuste econômico, denominado Cruzado II.

b) Plano Cruzado II: instalado em novembro de 1986 e elaborado pela equipe do Ministério da Fazenda em parceria com a equipe do Banco Central, esse plano, foi considerado por Souza (2007, p. 184) como “[...] o anti-cruzado, que veio enterrar de vez a curta e inédita experiência de combate à inflação, com engajamento popular, crescimento econômico e distribuição de renda”.

O Cruzado II, na análise de Souza (2007), aumentou os preços dos produtos e, levando outros setores da economia a aumentarem o preço. As reservas cambiais estavam se esgotando, o governo decretou a moratória dos juros, em 20 de fevereiro, pois já não se tinha alternativa. Com isso, a equipe do Cruzado começou a se desfazer e sua queda fez emergir, novamente, as ações monetárias, a privatização das empresas públicas e uma maior abertura da economia aos produtos importados.

O Cruzado II, para Lucena e Souza (2001, p. 185), descongelou os preços e elevou os encargos financeiros do crédito rural e, esse descongelamento, provocou deterioração das finanças públicas, agravando ainda mais a situação econômica do Brasil. Como consequência, houve o aumento da inflação para 415,8% ao ano, provocando aumento das taxas de juros, o

que impossibilitou o pagamento de dívidas, sobretudo dos pequenos produtores. O reajuste financeiro gerou o aumento dos preços dos imóveis rurais, rebanhos, produtos agrícolas. Com o fracasso do Cruzado I e II, a inflação disparou.

c) Plano Bresser: foi um plano de estabilização da economia, iniciado em 12 de junho de 1987, por Luiz Carlos Bresser Pereira, que assumiu o Ministério da Fazenda em abril de 1987. Visando diminuir o déficit público, adotou algumas medidas emergenciais de reajuste de preços em tarifas telefônicas, elétricas, aço, pão, leite, combustíveis, congelamento inicial dos salários, corte dos gastos públicos.

O Plano Bresser, segundo Lucena e Souza (2001, p. 186), pretendeu contornar a recessão, voltando-se, fundamentalmente, para o mercado externo. Esse plano foi lançado quando o Brasil declarou moratória da dívida externa e vigorou apenas três meses e depois a inflação voltou novamente a subir. Com o fim do Plano Bresser, Lucena e Souza (2001) afirmam que houve mudança na política agrícola brasileira, passando da administração direta dos preços, para o controle fiscal, sendo suprimidos subsídios ao plantio de trigo e ao crédito rural.

d) Plano Verão: anunciado pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, no dia 14 de janeiro de 1989, após o ministro anterior, Bresser Pereira, pedir demissão do cargo, devido a um novo congelamento na economia.

O novo ministro, segundo Souza (2007), defendeu o retorno do Fundo Monetário Internacional, FMI, e suspensão da moratória²² manutenção da política de juros altos, mais cortes nos gastos públicos; congelamentos dos preços (antes de fazer isso fez vários aumentos do preço), conversão do salário pela média real dos últimos doze meses, ensaio de uma nova reforma monetária, instituindo o cruzado novo (NCz\$), correspondendo a mil cruzados. Essa ação faz com que a inflação volte a subir no Brasil.

O Plano Verão, segundo Lucena e Souza (2001), foi considerado o pior plano de estabilização, pois o governo aplicou uma correção alta nos financiamentos (14,8%) provocando prejuízos aos produtores na safra de 1988/89 e, conseqüentemente, a área plantada reduziu em cerca de 1,3%.

e) Plano Collor I: foi lançado em 1990, no governo do presidente Fernando Collor, pela Medida Provisória nº. 168, convertida na Lei nº 8.024., que integrava uma série de

²² Disposição que, segundo a lei, conforme definição do Dicionário Online de Português (s. d.), pode cancelar o pagamento de uma dívida internacional, quando o país em questão não tem condições financeiras para cumprir com suas obrigações

medidas de estabilização econômica e reteve depósitos em conta corrente e em cadernetas de poupança.

Esse plano, conforme Lucena e Souza (2001) destacam, prejudicou a agricultura ao reduzir a liquidez, o que dificultou a comercialização da safra de produtores brasileiros, reduzindo a produtividade de diversos alimentos, como milho, soja e o arroz. Com a diminuição da produção agrícola brasileira, o governo federal liberou a importação de diversos produtos, reduzindo ainda mais o preço dos produtos brasileiros.

O Plano Collor, de acordo com Souza (2007), provocou uma violenta recessão e que o corte dos gastos públicos afetou principalmente os gastos sociais. E com isso o Brasil mergulhava ainda mais na crise econômica. A taxa de desemprego aumentou consideravelmente, e a inflação subiu provocando ainda mais problemas sociais refletindo também na agricultura que já não ia tão bem, e, segundo Souza (2007, p. 207):

Antes de cair, a 1º de fevereiro de 1991, a equipe de Zélia editou o Plano Collor II, quando adotou um forte “ajuste fiscal”, revogando subsídios, cortando despesas de custeio e o orçamento das estatais, aumentando imposto e tarifas públicas (entre 46% e 59%), além de acelerar o programa de privatização.

f) Plano Collor II: lançado em 1991, por meio da Medida Provisória nº. 294, de 31/01/1991, implementou o congelamentos de preços e salários, corte de gastos e aumento de impostos.

Collor assentou as bases para o ingresso do capital estrangeiro no Brasil e, segundo Souza (2007), para o processo de privatização do patrimônio público. Em seu governo houve a privatização da Usina Siderúrgica de Minas Gerais, USIMINAS.

A agricultura, conforme Lucena e Souza (2001) salientam, sofreu serias consequências devido ao Plano Collor II. A inflação em 1993, subiu para cerca de 2,708,6%, sendo a mais alta taxa da história econômica brasileira, passando também, a cobrar uma taxa de 12,5% por ano, a médios e grandes produtores rurais, e 6% a pequenos produtores, o que aprofundou ainda mais a crise na agricultura e, segundo Lucena e Souza (2001, p. 190):

A taxa de inflação caiu pela metade em 1994, chegando a 1,6% em 1998. As altas taxas de juros, para desestimular o consumo, penalizaram tanto o setor agrícola como o resto da economia. A valorização da taxa de Câmbio real e a política de liberalização das importações reduziram a rentabilidade das atividades agrícolas.

Os efeitos perversos da crise econômica, na análise de Souza (2007), foram acarretando um isolamento do governo de Collor, ficando sem apoio em diversos setores da

população. Com a queda de Fernando Collor, em 2 de outubro de 1992, seu o vice-presidente Itamar Franco assume a presidência.

3.5. Cooperativas agrícolas

As cooperativas agrícolas surgiram, inicialmente, na Europa, paralelo ao surgimento do cooperativismo no século XVIII, em plena Revolução Industrial. Numa escala nacional, Gonçalves (2005), destaca que as primeiras experiências de cooperativas agrícolas no Brasil surgiram em 1907, no Estado de Minas Gerais. O então Governador do Estado, João Pinheiro, lançou sua proposta de cooperativas agrícolas, objetivando eliminar os intermediários da produção agrícola e, nessa época, esse controle comercial da produção de café, era feito por estrangeiros. Nesse sentido, segundo Gonçalves (2005), criou-se uma seção exclusiva para o produto, concedendo-lhe isenções fiscais e estímulos materiais.

No ramo do cooperativismo agrícola, existem várias ramificações como, por exemplo, cooperativas de produção, crédito, trabalho etc., voltadas para o agricultor ou para as atividades agrícolas. Partindo dessa linha de pensamento, Schneider (1991) destaca que a primeira cooperativa de crédito rural do sistema Raiffesen, voltada para a agricultura, surgiu no Brasil em 1902, no estado do Rio Grande do Sul, organizada por iniciativa do padre suíço Theodoro Amstadt. Para a criação da mesma, houve encontros, reuniões e diálogos entre produtores alemães que se sentiam abandonados pelo Estado. Estes, de acordo com Schneider (1991), optaram pela criação de uma cooperativa de crédito rural, voltada para a agricultura.

A criação desta cooperativa, repercutiu e proporcionou o surgimento de várias outras cooperativas pelo Brasil, inclusive de cooperativas agrícolas, de produtores de leite e madeireiros. Essas cooperativas, eram apoiadas por *Bauernevein*, que em 1912, passou a ser denominada de Sociedade de União Popular. A criação das cooperativas agrícolas DE acordo com Schneider (1991), sofreu forte influência dos imigrantes alemães, que chegaram ao Brasil a partir de 1824, e dos italianos, que chegaram ao Brasil a partir de 1870, que traziam consigo, experiência cooperativista dos seus países de origem.

As informações sob o cooperativismo agrícola no Brasil, na fase do seu surgimento até a década de 1930, no entendimento de Schneider (1991), é escassa devido à dificuldade de encontrar dados e informações referentes a este período. Dentre as ponderações que o autor faz sob este período, é destacado o surgimento das cooperativas vinícolas agrícolas e de laticínios (1911-1913), na região de colonização italiana. Cooperativas estas criadas pela iniciativa de Stéfano Paternó, funcionário do Ministério do Exterior da Itália, que veio em missão ao Brasil junto aos imigrantes italianos. Essas cooperativas eram influenciadas pelo

cooperativismo europeu, e perduraram de 1911 a 1913, ressurgindo novamente no cenário nacional, somente em 1929, no auge da crise econômica mundial.

Na década de 1930, surgem no Brasil, na Região Nordeste, cooperativas agrícolas de crédito e consumo, a partir de iniciativas do poder público, por meio das Intendências Provinciais, governos estaduais impostos pelo governo central, e de suas secretarias da agricultura. Sob este aspecto Schneider (1991, p. 243), acrescenta, ainda, que:

Isto se verificou especialmente durante o período do Governo Revolucionário que, com Getúlio Vargas se instalou no poder central em 1930 e que desde 1937 se transformou numa ditadura de inspiração da sociedade, com uma ampla intervenção do governo nas organizações da sociedade e da economia e cuja orientação intervencionista e instrumentalizadora nos sindicatos passou a refletir-se também nas cooperativas.

O cooperativismo brasileiro, na década de 1950, sobretudo durante o Governo do presidente Juscelino Kubitschek, a partir do “Plano de Metas”, foi marcado, no entendimento de Schneider (1991), pela criação das cooperativas tritícolas. Nesse momento, o Governo tinha o objetivo de tornar o Brasil um país autossuficiente na produção de trigo e passa a financiar e a fomentar o aumento da produção, desde que esses se filiassem às cooperativas que, na década de 1960, passam a produzir soja, sendo criadas as cooperativas de sojicultura.

A partir de 1960, de acordo com Medeiros e Padilha (2014), o cooperativismo agrícola passa por alguns ciclos, tendo como referência, a maior ou menor ação do Estado:

- a) Primeiro ciclo: de 1960 a 1970, onde o Estado fornece total apoio às cooperativas agrícolas, por meio de incentivos fiscais, financiamentos, acesso ao crédito agrícola, construções de silos, maquinários, assistência técnica dentre outras regalias.
- b) Segundo ciclo: de 1980 a 1990, onde o Estado deixa de financiar muitas cooperativas agrícolas e, conseqüentemente, várias declaram falência, por não conseguirem manterem-se sozinhas.
- c) Terceiro ciclo: seria a partir da década de 2000, onde o Estado tenta uma reaproximação com o cooperativismo.

O primeiro ciclo do cooperativismo agrícola foi no momento de implantação da modernização da agricultura, por meio da introdução de recursos tecnológicos e estímulos à produção agrícola, por parte do Estado. Uma das ações do Estado, neste momento, ocorre, segundo Schneider (1991), através da criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, junto com o Banco do Brasil, sendo institucionalizado o crédito rural, em 5 de novembro de

1965, pela Lei 4.829. Esse dinheiro serviria para custear os investimentos da produção e sua comercialização.

Nos primeiros anos de repasse do crédito agrícola, conforme salienta Schneider (1991), o pequeno produtor foi bem beneficiado por meio das cooperativas, que lhes permitia fazer empréstimos, que antes não conseguia, devido às dificuldades burocráticas. Outras medidas complementares tomadas pelo Estado para incentivar o agricultor junto às cooperativas, são mencionadas por Schneider (1991):

1. A Reforma bancária introduzida em dezembro de 1964 pela Lei 4.595.
2. A criação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), responsável por estabelecer o preço mínimo para financiamentos, adquirir produção para o controle dos preços e estabelecer a obrigatoriedade da assistência técnica como condição de financiamento, constituindo a empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).
3. Criação do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) que libera o tomador rural de crédito do pagamento em caso de frustração de safras.
4. A Resolução 69 do Banco Central, que obriga todo banco privado a utilizar em crédito rural 10% dos depósitos livres dos depositantes, mudando este valor para 15% com a resolução 260/73, permitindo ao governo evitar a transferência de recursos do orçamento oficial em prol do crédito rural.
5. A concessão de crédito diretamente através das cooperativas, medida esta que favoreceu o pequeno produtor e o próprio banco do Brasil, que emitia apenas um cheque em nome da cooperativa.

Esse ciclo é considerado como o auge do cooperativismo agrícola no Brasil, devido ao crescimento, aumento e surgimento de várias cooperativas agrícolas, por todo território nacional. Essa fase é caracterizada, segundo Medeiros e Padilha (2014), justamente por esse crescimento das cooperativas, auxiliado por políticas estatais de modernização da agricultura, como a política de crédito subsidiário.

É justamente nesse momento de crescimento do cooperativismo brasileiro, que há uma tendência de muitas cooperativas agrícolas tornarem-se cooperativas empresas, já que estas estavam no auge do seu desenvolvimento, muitas inclusive, tornam-se grandes exportadoras de produtos agrícolas para o mercado mundial. Muitas destas cooperativas que se tornam cooperativas empresas, Medeiros e Padilha (2014), ainda ressaltam que passam por um processo de agroindustrialização, diversificando suas atividades produtivas.

O cooperativismo agrícola passa por um processo de metamorfose, e parte daqueles princípios que o norteavam, se perdem em meio à nova realidade econômica brasileira. Agora, muitas das cooperativas agrícolas começam, paulatinamente, a se (re)organizar, transformando-se, inclusive, em cooperativas empresas, onde a cooperativa torna-se a própria empresa. A preocupação não é mais em satisfazer a vontade do sócio e pensar no seu bem estar, mas sim entrar no mercado mundial e aumentar, sobretudo, a acumulação do capital.

O segundo ciclo do cooperativismo agrícola, para Medeiros e Padilha (2014), ocorre nas décadas 1980-1990, quando o cooperativismo entra em crise. Neste período, segundo Gonçalves e Vegro (1994), o Brasil enfrentava uma grave crise econômica, sendo este um dos motivos que levou o Estado a deixar de financiar as cooperativas brasileiras. A crise ocorre na produção agropecuária como um todo, onde o Estado redefine as políticas agrícolas, afetando, também, as cooperativas agrícolas, conforme relatam Medeiros e Padilha (2014, p. 188):

Nas décadas de 1980 e 1990 ocorreu redução das políticas voltadas à agropecuária. Não somente o crédito rural entrou em crise, outras políticas desenvolvidas até então foram reduzidas ou extintas, como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), os programas de Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimos do Governo Federal (EGF). Todo esse contexto contribuiu para instaurar a crise para cooperativas agropecuárias.

Sendo assim, a segunda metade da década de 1980 é marcada pela falência de muitas cooperativas agrícolas. Com o fim da política de crédito oficial do Estado, as cooperativas buscaram diferentes formas de financiamentos junto ao mercado financeiro, para atender suas demandas. Dentre essas formas, Belik e Paulillo (2001, *apud* MEDEIROS; PADILHA, 2014), destacam: financiamentos via título privado; certificado de mercadorias negociadas em bolsas de mercadorias e a troca de produtos por insumos.

A captação desses recursos fez com que as cooperativas agropecuárias atuassem como bancos, fornecendo recursos para associados, o que trazia consigo riscos crescentes de inadimplência e incapacidade da manutenção da integridade financeira das mesmas. Nesse sentido, Filho e Pinheiro (2008, *apud* MEDEIROS; PADILHA, 2014), destacam que, com a estagnação da economia na década de 1990, o rebaixamento dos preços agrícolas e a sobrevalorização da moeda, houve um aumento do endividamento das cooperativas, somando-se a isso, a inadimplência dos produtores associados, que não conseguiram quitar suas dívidas, o que fez com que muitas delas pedissem falência, ou fundiram-se com outras em melhores condições financeiras. Nesse processo de transformação do cooperativismo agrícola brasileiro, o fim dos anos de 1990 é marcado pela tímida tentativa do Estado, de se reaproximar do cooperativismo, sobretudo por meio de incentivo financeiro.

Somente no início do Século XXI, o cooperativismo brasileiro ingressa em um novo ciclo de desenvolvimento e, segundo Medeiros e Padilha (2014), agora novamente o Estado tenta uma reaproximação com o movimento cooperativista, e muitas das cooperativas agrícolas recebem auxílio Estado.

O crescimento das exportações agrícolas, segundo Medeiros e Padilha (2014, p. 193-194) foi um fator determinante de crescimento e fortalecimento das cooperativas. No que se

refere às exportações por intermédio de cooperativas, ocorreu um crescimento considerável, durante o qual, segundo Medeiros e Padilha (2014, p. 93-194): “entre 1990 e 2002 foram exportados pelas cooperativas cerca de US\$ 10,8 bilhões, e entre 2003 e 2011 as exportações somaram US\$ 29,9 bilhões”. O crédito rural, que passa a ser disponibilizado, preserva uma relação com o padrão existente anteriormente, concentrando-se nas regiões Sul e Sudeste.

3.6. Cooperativismo agrícola no Tocantins – Projeto Rio Formoso e PRODECER III

O Cooperativismo, no estado do Tocantins, se faz presente em seus diversos ramos, como agropecuário, crédito, educacional, habitacional, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, etc. Neste texto serão abordadas apenas as cooperativas agropecuárias, sobretudo aquelas criadas para dar suporte à expansão da fronteira agrícola no Estado, como a cooperativa a Cooperativa Agroindustrial do Tocantins, COAPA, e as cooperativas do Projeto Rio Formoso, a Cooperativa Agrícola Industrial do Rio Formoso, COOPERFORMOSO, a Cooperativa Mista Rural Vale do Javaés Ltda., COOPERAJAVA, e a Cooperativa Mista Rural Lagoa Grande Ltda., COOPERGRAN.

O órgão responsável por orientar as cooperativas no Tocantins, é a Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins, OCB/TO, fundada em 1 de setembro de 1989, durante o 1º Seminário Tocantinense de Cooperativismo, realizado em Miracema do Tocantins, capital provisória do Estado, com sede em Paraíso Tocantins .

Todas as cooperativas dos mais variados ramos, conforme o Artigo 108 da Lei 5.764 (BRASIL, 1971), aprovada em 16 de dezembro de 1971, que estabelece:

Art. 108. Fica instituída, além do pagamento previsto no parágrafo único do artigo anterior, a Contribuição Cooperativista, que será recolhida anualmente pela cooperativa após o encerramento de seu exercício social, a favor da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o artigo 105 desta Lei.

§ 1º A Contribuição Cooperativista constituir-se-á de importância correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor do capital integralizado e fundos da sociedade cooperativa, no exercício social do ano anterior, sendo o respectivo montante distribuído, por metade, a suas filiadas, quando constituídas.

§ 2º No caso das cooperativas centrais ou federações, a Contribuição de que trata o parágrafo anterior será calculada sobre os fundos e reservas existentes.

§ 3º A Organização das Cooperativas Brasileiras poderá estabelecer um teto à Contribuição Cooperativista, com base em estudos elaborados pelo seu corpo técnico.

O órgão soberano da OCB/TO é a Assembléia Geral, que analisa diferentes assuntos e situações, sobretudo as questões financeiras, prestações de contas, taxa de manutenção, planejamento do ano seguinte dentre outros, de acordo com as informações constantes no site da Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins (2014).

Outro órgão que fomenta o cooperativismo no Tocantins, e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins, SESCOOP/TO, criado em 3 de setembro de 1998, pela Medida Provisória 1.115, sendo regulamentado pelo Decreto nº 3.017 (BRASIL, 1999), implantado no Tocantins no dia 30 de setembro de 1999. O principal papel desse órgão é operacionalizar o monitoramento e o controle da gestão de cooperativas, conforme o sistema desenvolvido e aprovado em Assembleia Geral da Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins (2014):

O SESCOOP investe continuamente na capacitação e na promoção social dos associados, dirigentes e empregados, auxiliando na implantação definitiva da Autogestão. O SESCOOP tem, ainda, o objetivo de assessorar o Governo Federal em assuntos de formação profissional e gestão cooperativista e de contribuir para a formulação de políticas adequadas à criação de postos de trabalho e geração de renda pelo cooperativismo.

Está registrado na OCB/TO, um total de 43 cooperativas, especificadas na Tabela 2. O ramo agropecuário é o mais expressivo, tendo 14 cooperativas, 2.915 cooperados e 705 empregados. Em seguida vem o ramo da saúde com 7 cooperativas, tendo 609 cooperados e 602 empregados, seguida pelo ramo do trabalho com 6 cooperativas, 386 cooperados e 1 empregado.

TABELA 2 - Numero de cooperativas existentes no Tocantins em 2014

RAMO	QUANTIDADE	Nº DE COOPERADOS	Nº DE EMPREGADOS
Agropecuário	14	2.915	705
Crédito	3	10.507	127
Educacional	4	162	3
Habitacional	0	0	0
Mineral	3	255	0
Produção	1	141	0
Saúde	7	609	602
Trabalho	6	386	1
Transporte	5	647	4
Total	43	15.622	1.442

Fonte: Organização Geral das Cooperativas do Tocantins (2014)

Atendo-se apenas às cooperativas ligadas ao setor agropecuário, foi elaborado o Quadro 2, destacando a localização e a constituição (criação) de cada cooperativa agropecuária registrada na Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins (2014).

Dentre as quatro cooperativas que serão descritas neste capítulo, somente a COAPA, está registrada na OCB/TO. ACOOPERFORMOSO, a COOPERJAVA e a COOPERGRAN,

que se formaram vinculadas ao Projeto Rio Formosos não estão incluídas. O mesmo ocorre com a Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda. (CAPPOL), objeto desta pesquisa.

Do total das cooperativas ligadas à OCB/TO no ano de 2016, apenas uma foi formada antes da criação do estado, que é a COOPERNORTE, localizada no município de Paraíso – TO, criada em 27 de janeiro de 1979, quando o estado do Tocantins ainda era Norte Goiano. Outro elemento que chama a atenção é que, conforme demonstrado no Quadro 2, um total de 5 cooperativas foram criadas no ano de 1998 e, as demais, num total de 8, foram criadas dos anos 2000 em diante.

Existe uma variada gama de atividades agropecuárias a que as cooperativas estão ligadas, onde, pelo próprio nome se percebe, como: uma de carne, uma de arroz, uma de cachaça, uma de apicultores, uma agroflorestal. As demais possuem um nome generalista que não define um ramo específico dentro do setor agropecuário.

QADRO 2 - Cooperativas no Tocantins registradas na OCB - TO

Cooperativa	Ramo	Localização	Constituição
Cooperativa Agropecuária Tocantinense Ltda. (COOPERNORTE)	Agropecuário	Paraíso (TO)	27/01/1979
Cooperativa dos Produtores de Carne e Derivados de Gurupi (COOPERFRIGU)	Agropecuário	Gurupi (TO)	30/12/1998
Cooperativa dos Produtores do Sul do Tocantins (COOPERSUL)	Agropecuário	Gurupi (TO)	09/12/1998
Cooperativa dos Produtores de Arroz da Lagoa (COOPERLAGO)	Agropecuário	Lagoa da Confusão (TO)	30/06/1999
Cooperativa Agroindustrial do Tocantins (COAPA)	Agropecuário	Pedro Afonso (TO)	27/06/1998
Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Guarai (COOPAG)	Agropecuário	Guarai (TO)	14/12/1998
Cooperativa dos Produtores de Cachaça de Alambique do Sudeste do Tocantins Ltda. (COOPERCATO)	Agropecuário	Taguatinga (TO)	17/01/2004
Cooperativa dos Apicultores de Palmas Ltda. (COOAP)	Agropecuário	Palmas (TO)	10/07/2005
Cooperativa de Produtores do Vale do Araguaia (VALLECOOP)	Agropecuário	Araguaína (TO)	20/10/2000
Cooperativa Agropecuária Aparecida do Rio Negro (COPARI)	Agropecuário	Aparecida do Rio Negro (TO)	08/01/2005
Cooperativa Agroflorestal Nordeste do Tocantins (COOPERFRUTO)	Agropecuário	Santa Maria (TO)	12/11/2005
Cooperativa de Desenvolvimento de Agricultores Familiares dos Trabalhadores Agrícolas no Norte do Tocantins Ltda. (COOPAGRIFAT)	Agropecuário	Araguaína (TO)	28/09/2007

Cooperativa de Produtores Rurais do Projeto Manuel Alves (COOPROMA)	Agropecuário	Dianópolis (TO)	29/01/2010
Cooperativa dos Produtores Rurais do Tocantins (COOPERTINS)	Agropecuário	Palmas (TO)	04/12/2013
			14 Cooperativas

Fonte: Elaborado por Thayssllorranny Batista Reinaldo, com informações coletada na Organização Geral das Cooperativas do Tocantins (2014)

O Cooperativismo é utilizado em algumas situações pelo Estado como um meio de promover a ocupação do território e como um dos mecanismos para haver a expansão da fronteira agrícola. Essa situação é perceptível na implantação do Projeto Rio Formoso e do PRODECER III.

3.6.1. Projeto Rio Formoso

O Projeto Rio Formoso, segundo Barbosa (1996), recebeu esse nome, por localiza-se às margens do rio Formoso, afluente oriental do rio Javaés, braço menor do rio Araguaia, na Ilha do Bananal, no Tocantins. Esse projeto constituiu a principal meta do governador do estado de Goiás, Ary Valadão (PDS – 1979/1982). O projeto ocupa uma extensão territorial de 65 mil hectares e destes, 30 mil foram disponibilizados em módulos, para o cultivo de arroz e soja, irrigados por inundação.

Esse projeto foi concebido por meio de cooperativas criadas pelo Estado, dividido em três etapas. Na 1º etapa criou-se a COOPERFORMOSO; na 2º etapa foi criada a COOPERJAVA e na 3º etapa, criou-se a COOPERGRAN, e na perspectiva de Barbosa (1996, p. 4), “o Estado criou três cooperativas de caráter empresarial, os membros assemelham-se mais a acionistas de uma empresa, do que a cooperados de uma cooperativa”.

Para consolidar tal empreendimento, segundo Barbosa (1996, p.10), o governador de Goiás buscou apoio junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDE, atual BNDES. O controle da área do projeto, foi passado às três cooperativas, com direito real de uso por dez anos, em troca de um pagamento de arrendamento que se tornou simbólico.

Na medida em que os lotes do Projeto Rio Formoso fossem sendo adquiridos pelos cooperados, de acordo com Rodrigues (2013, p. 65), o Governo Estadual deveria diminuir, gradativamente, sua atuação no projeto. Com isso as cooperativas, enquanto empresas privadas passariam a gerir e a comercializar a produção, porem, Rodrigues (2013, p. 65-66) destaca que:

[...] essa contradição entre o gerenciamento privado e a proposta de cooperativismo, acabou por assumir o caráter de concentração dos lotes ao longo do tempo entre

poucos cooperados, beneficiando um número menor de agricultores do que aquele previsto inicialmente no plano de implantação do projeto.

O projeto, na análise de Barbosa (1996), foi excludente em relação às populações locais tradicionais, que já moravam na região, e foram desapropriadas pelo Estado, para dar espaço para a implantação do projeto, sendo que as mesmas não se tornaram sócias das cooperativas. Os principais beneficiados, segundo Barbosa (1996), foram as pessoas que tinham alguma ligação próxima com o Governo Estadual e/ou, que tinham um poder aquisitivo relevante, quando equiparado à população local do Médio Araguaia.

A criação e organização da COOPERFORMOSO, COOPERJAVA, e COOPERSAN, de acordo com Barbosa (1996), obedeceram a critérios estabelecidos pelo próprio Estado, que desapropriou a área do projeto, promoveu o desmatamento e a preparação do solo e sistematizou a área. De posse dos dados dos gastos com essas atividades, o Estado de Goiás calculou o valor a ser pago pelos cooperados, da área que seria repassada aos mesmos. O custo por hectare da área sistematizada do projeto, foi de aproximadamente US\$ 4.000 (quatro mil dólares).

O Projeto Rio Formoso, na análise de Rodrigues (2013, p. 56) foi o “maior sistema de agricultura irrigada por inundação existente no mundo”. O Estado de Goiás foi responsável pela elaboração do estudo técnico e implantação do projeto, que foi, posteriormente, transferida para a iniciativa privada.

A justificativa usada pelo Estado para promover tal investimento, de acordo com Rodrigues (2013), foi que o médio Araguaia, tendo um potencial hídrico tão relevante, ótima qualidade de solos, sobretudo na região de várzeas do entorno da Ilha do Bananal, tinha uma produtividade relativamente baixa na região, sobretudo em relação às atividades agrícolas, além da predominância da pecuária extensiva em grandes, médias e pequenas propriedades rurais.

No que tange às características do empreendimento, Rodrigues (2013, p. 60) destaca:

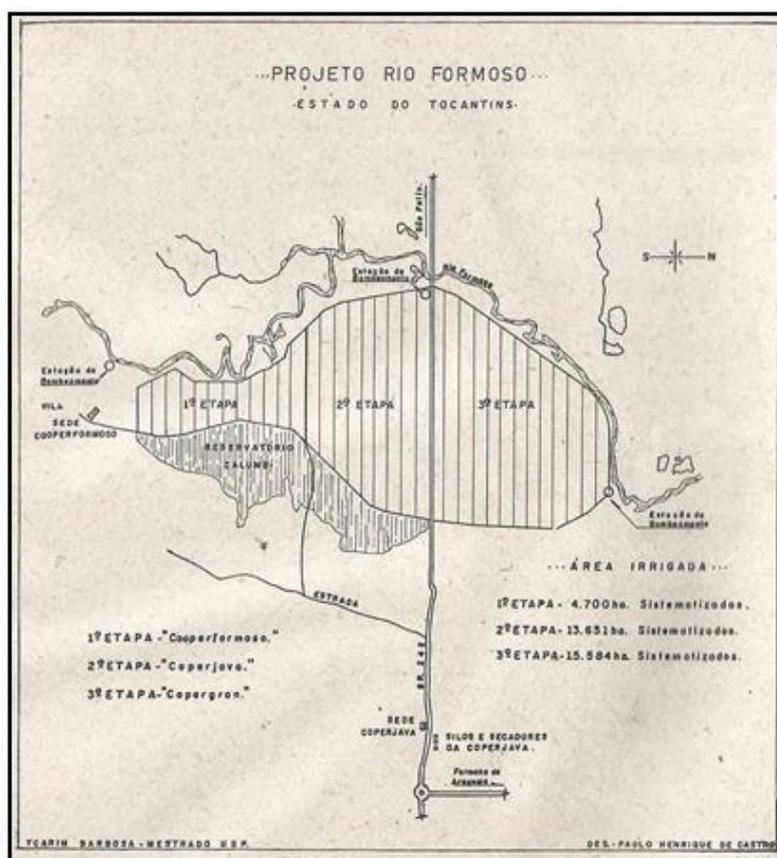
Num ambicioso projeto de irrigação foram feitos uma série de canais de irrigação principais divididos em subcanais menores, dividindo através dos canais os lotes existentes entre os seus proprietários. Foram também criados três grandes reservatórios de água para o abastecimento dos canais de irrigação, no longo período de estiagem que dura dos meses de maio a outubro naquela região, quando são verificados baixíssimos índices pluviométricos e os rios da região diminuem sua vazão de água.

As cooperativas do Projeto Rio Formoso, segundo Barbosa (1996, p. 47) “assumem o caráter de concentração e acumulação adotado no desenvolvimento da agricultura brasileira”. O governo de Goiás, por ser o principal responsável pela expansão da fronteira no

Médio Araguaia, adota um cooperativismo empresarial e, em contrapartida, impede os sujeitos desapropriados em função do projeto de se tornarem sócios das cooperativas.

A maquete da área do Projeto Rio Formoso e a área que coube a cada cooperativa, na sua fase de implantação, apresentada por Barbosa (1996), conforme Figura 2, demonstra que a COOPERFORMOSO, ocupou uma área de 4.700 ha; a COOPERJAVA, 13.651 ha; e a COOPERGRAN ocupou 15.548 ha.

Figura 2 - Área de ocupação das Cooperativas do Projeto Rio Formoso



Fonte: BARBOSA, (1996, p. 45)

O objetivo da criação da COOPERFORMOSO, segundo Rodrigues (2013), foi a manutenção do sistema, apoio à comercialização dos produtos, e assistência técnica na atividade de produção, e recebeu financiamento, diretamente do Estado de Goiás, com base na Lei 8.746 e no Decreto nº 1.787.

Para convencer as autoridades federais, de acordo com Barbosa (1996), o Estado de Goiás financiou, com recursos próprios, a primeira etapa do Projeto Rio Formoso. Para as demais etapas, buscou apoio junto ao Governo Federal, via BNDE, convidando o então presidente, João Figueiredo (1979-1985) e seus ministros, Delfim Netto, Ministro do Planejamento, e Amauri Stabile, Ministro da Agricultura, para visitarem o projeto. Todos

ficaram impressionados e empolgados, com a quantidade de arroz irrigado, numa área que, até então, só tinha uma pecuária extensiva de corte e lavoura de subsistência. A partir dessa visita, o Governo Federal autorizou o BNDE, a conceder empréstimo para a segunda e a terceira etapa do Projeto Rio Formoso.

Com a criação da COOPERFORMOSO, em sua 1ª etapa, houve transferência das terras, por meio da escritura de compra e venda o que foi possível devido aos recursos utilizados na sistematização do projeto serem oriundos de Goiás. A COOPERFORMOSO deveria pagar, em parcelas, o valor da primeira etapa do projeto, pago pelo Estado. Porém, Barbosa (1996), salienta que isso não ocorreu como o planejado, pois as parcelas ficaram defasadas e, no Governo de Henrique Santillo (PMDB, 1987/1991), o Estado de Goiás desistiu de receber as parcelas que ainda faltavam. Com a divisão do Estado, em 1988, o projeto passou a integrar o novo estado criado, Tocantins.

A segunda etapa do Projeto Rio Formoso, também foi desenvolvida, segundo Rodrigues (2013), em 1979, como objetivo de manter o sistema, apoiar a comercialização dos produtos e fornecer assistência técnica na atividade de produção, revenda de insumos, beneficiamento do arroz e aluguel de aviões agrícolas. Na segunda etapa do projeto, Barbosa (1996, p. 50), destaca que o Estado buscou financiamentos do BNDE, atual BNDES, destinado à sistematização da área, na implantação dos canais de irrigação.

Em 1981, Rodrigues (2013), enfatiza que foi desenvolvida a terceira etapa do Projeto Rio Formoso, quando foi criada a COOPERGRAN, responsável também, pela manutenção do sistema, comercialização dos produtos e fornecimento de assistência técnica na produção.

O BNDE, ao conceder empréstimos para a consolidação da 2ª e 3ª etapa do projeto, de acordo com Barbosa (1996, p. 50), exigiu que o Governo de Goiás, arcasse com parte dos custos com o assentamento de colonos, alcançando assim, um caráter social no projeto. Entretanto, essa solicitação não foi atendida. A proposta feita pelo banco BNDE para que o projeto ganhasse mais contornos sociais, era que o Poder Público Estadual, contemplasse o assentamento de famílias com a responsabilidade de explorar parcelas atribuídas, segundo critérios definidos pelo INCRA.

Sobre esta questão, Barbosa (1996, p. 51) destaca Goiás “deveria proceder estudos, visando redimensionar a capacidade dos serviços de infraestrutura econômica e social, a serem instalados, de forma a adequá-los à demanda adicional, criada com o programa de colonização”. O BNDES ficou em dúvida de quem deveria comandar o projeto e o programa de colonização, na 3ª etapa do projeto, ora referindo-se ao grupo empresarial, as cooperativas, e por vezes ao programam de colonização. Mesmo com as exigências do banco, Barbosa

(1996), afirma que o projeto Rio Formoso não foi concebido, inicialmente, com caráter social e, mesmo com tais exigências, não ocorreram mudanças, e Rodrigues (2013, p. 57), afirma:

[...] no processo de desapropriação e implantação do empreendimento agrícola, diversas irregularidades foram cometidas na aquisição de terras, favorecendo a grilagem e, deixando de lado qualquer tipo de participação no projeto de seus antigos moradores, como posseiros, indígenas, camponeses e outros.

Sobre esse processo, Barbosa (1996), aponta ainda que os conflitos acentuam-se, principalmente, na 2º e na 3º etapa do projeto, pela posse da terra e, antes da implantação do projeto Rio Formoso, já haviam focos de resistência, por parte de posseiros, nas proximidades das áreas de implantação do projeto, gerando conflitos, que foram intensificados ao longo dessa etapa, e afirma também que “No Médio – Araguaia, o que se tem são os conflitos pela expropriação da terra com a expansão da fronteira agrícola e a questão trabalhista ainda aparece incipiente, sobretudo no Projeto Rio Formoso”.

Os conflitos no Projeto Rio Formoso, ocorrem no âmbito da luta pela terra, de um lado tem-se os posseiros, indígenas e camponeses e de outro as cooperativas e, segundo ainda segundo Barbosa (1996, p. 76):

Os posseiros têm uma tendência legalista. É pouco provável que invadam uma terra onde haja resquício de trabalho, portanto, de ocupação do Projeto Rio Formoso os posseiros ocuparam área seca sem afetar a lavoura irrigada, mas a presença deles abalou o direito de propriedade.

Toda a terra desapropriada para o projeto, conforme salienta Barbosa (1996), deveria tornar-se produtiva, porem somente 17 mil dos 64 mil hectares desapropriados, eram utilizados na produção de arroz irrigada. O restante dessa área deveria ser utilizada pela COOPERJAVA e pela COOPERGRAN, para criação de gado de corte. Entretanto as cooperativas não desenvolveram tais atividades, a área ficou ociosa, e os posseiros buscaram ocupa-las, instalando-se o conflito entre cooperativas e posseiros.

As cooperativas, tiveram apoio da polícia e da justiça local, utilizando de atitudes violentas para expulsar os posseiros dessas áreas por eles ocupadas e, na análise de Barbosa, (1996, p. 77), “ A pressão contra os posseiros chegou a tal ponto de a Cooperjava e, em seguida a COOPERGRAN, colocarem guaridas em todas as estradas de acesso ao projeto, dificultando inclusive a locomoção nas áreas adjacentes”. Nessas guaridas, também havia pistoleiros armados e, para trafegar pelas estradas que cortam o projeto, as pessoas precisavam de autorização expressa das cooperativas.

Os posseiros que ocuparam a área da COOPERJAVA foram todos expulsos, e, de acordo com Barbosa (1996, p. 78), de forma inescrupulosa, exceto dois, Miguel e Benjamin,

os mais antigos, e ambos entraram na justiça para tentar ficar na terra. Benjamim cedeu à pressão da cooperativa e recebeu uma pequena indenização. Miguel, que também era posseiro, trabalhou para COOPERJAVA por um ano e foi estabelecendo sua posse, sem interferência da cooperativa, agindo como se fizesse parte da mesma e, segundo Barbosa, (1996, p. 80), “[...] Miguel passou a ser um pequeno produtor dentro da COOPERJAVA, cercou seu pasto e foi aumentando o número de cabeças de gado, dentro da área seca do Projeto Rio Formoso”. Miguel foi demitido da cooperativa, por não ter carteira assinada e por sofrer maus tratos, teve a possibilidade de ser um pequeno proprietário.

O processo de sensibilização com os posseiros, conforme explica Barbosa (1996), era realizado pela Comissão Pastoral da Terra, CPT, do município de Araguaína, TO, com o apoio da igreja, sob a orientação do padre francês Henri de Rosurs, e da irmã Vera, de Formoso do Araguaia. Sem o apoio da CPT, dificilmente os posseiros teriam resistido a esse processo de expropriação da terra, por parte das cooperativas. A CPT fornecia apoio jurídico na luta pela terra e sensibilizava os posseiros sobre seus direitos, restando-lhes, apenas, as terras que sobraram das cooperativas nas áreas secas, utilizando-as para subsistência.

3.6.2. *PRODECER III e COAPA*

Outra área que despertou um olhar do Estado para a instalação de grandes projetos agrícolas, situa-se no município de Pedro Afonso, TO, localizado à margem direita do rio Tocantins, no ponto de sua confluência com o rio Sono. Nesta área, cooperativas também foram utilizadas como meio de colonização pelo Estado, primeiramente a Cooperativa Agropecuária Mista de São João Ltda., COOPERSAN e, posteriormente, a Cooperativa Agropecuária de Pedro Afonso, COAPA, que teve seu nome alterado para Cooperativa Agroindustrial do Tocantins, mas mantendo a sigla COAPA.

No caso de Pedro Afonso, Silva (2010), destaca que as cooperativas COOPERSAN e COAPA, estão ligadas à produção agrícola no Tocantins. No caso da COAPA, destaca-se, sobretudo, a soja e, quanto à política territorial, o PRODECER, na sua terceira etapa, em 1995, abrangendo o Tocantins, e o Maranhão, o município de Pedro Afonso-TO, foi o maior “contemplado”.

Algumas cooperativas do Tocantins, foram criadas para dar suporte à expansão da fronteira agrícola no Estado, como por exemplo, a COAPA, localizada no município de Pedro Afonso-TO. Segundo a Cooperativa Agroindustrial do Tocantins (2016), a COAPA foi

fundada em 27 de junho de 1998, a partir da necessidade de organização e desenvolvimento dos produtores integrantes do PRODECER III.

A COAPA localiza-se numa área de expansão da fronteira agrícola, tendo sua implantação, justamente, por influencia dessa expansão e, de acordo com a Cooperativa Agroindustrial do Tocantins (2016), antes da implantação de sua criação, em 1998, existia a COOPERSAN, que foi criada, justamente, em conformidade com o projeto de colonização de Pedro Afonso, para dar sustentação à expansão da fronteira agrícola na região.

A COOPERSAN, era a cooperativa responsável, inicialmente, pelo projeto de colonização do PRODECER III, em Pedro Afonso, porem, a ocorreram algumas dificuldades econômicas que levou ao processo de falência, e fez com que os produtores locais se juntassem e formassem a COAPA, criada em 1998 e, quem coordenava o projeto era a Companhia de Produção Agrícola, CAMPO²³, criada com a função específica, de coordenar e administrar o PRODECER, o que, de acordo com Silva (2013, p 220), garantiria à COAPA, a execução do projeto e o Banco do Brasil viabilizaria os recursos financeiros.

Segundo o site oficial da Cooperativa Agroindustrial do Tocantins (2016), a cooperativa tem como missão “Promover a consciência cooperativista e o desenvolvimento econômico e social dos cooperados em suas comunidades, comprometida com as gerações futuras”, desenvolvendo, também, atividades em diferentes áreas como: agricultura, especificamente soja, milho e sorgo; fruticultura; viveiro de mudas; laticínio; captação de leite; comercialização; defensivos agrícolas; comercialização de sementes comercialização de adubos e produtos agro veterinários em geral; assistência técnica; Atendimento às associações do Programa Nacional de Crédito Fundiário; assistência técnica extensionista a pequenos produtores, agricultura familiar e para produtores de soja e outros grãos.

A área de abrangência da ação, segundo o site da Cooperativa Agroindustrial do Tocantins (2016), não se limita apenas a Pedro Afonso, mas abrange também os municípios de Bom Jesus do Tocantins, Tupirama, Rio Sono, Guairá, Fortaleza do Tabocão, Miracema, Santa Maria, Tocantínia, Itacajá, Itupiratin, Goiatins, Recursolândia e Centenário. A cooperativa atende produtores de soja e da agricultura familiar, reunidos ou não, em associações na região de Pedro Afonso.

A área de atuação da COAPA, de acordo com Silva (2013, p. 220), abrange cerca de 100 mil hectares e, desse total, 1/3 dos cooperados ainda pertence ao PRODECER e é, em

²³Companhia de Produção Agrícola, CAMPO, que, de acordo com Silva (2013, p. 219), surge em 1978 da associação das *holdings*, BRASAGRO, brasileira e com 51% do capital, e JADECO, japonesa com 49% do capital

grande parte, inadimplente, pelas altas taxas do Banco do Brasil, o que inviabilizou a manutenção dos pequenos produtores. A principal fonte de renda da COAPA, segundo Silva (2013, p. 220) é proveniente da secagem da soja no seu armazém, da taxa de comercialização de adubos e do gerenciamento dos financiamentos.

Na área de abrangência da COAPA, ocorrem outras relações de interesses econômicos, como a presença de empresas nacionais e multinacionais, configurando, na opinião de Silva (2013), as relações de rede política, ou de interesses, na expansão da lavoura de soja em Pedro Afonso. Dentre os atores que fariam parte dessa rede, participam a CARGIL, Bunge, Prefeitura local, sindicatos rurais, cooperativas e produtores.

Até 1998 a CAMPO, de acordo com Silva (2013, p. 222), era a responsável pela coordenação de fluxos de decisões sobre o planejamento e assistência ao PRODECER, extinto em 2003 e, com sua extinção, a COAPA centraliza as estratégias de assistência aos produtores, coordenação de fluxos de inovação tais como: dias de campo, chamada de jornadas tecnológicas, que ocorrem duas vezes ao ano, repassem de recursos à lavoura e as relações com a CARGIL e Bunge.

Em 2009, Silva (2010) destaca que a COAPA atendia 87 cooperados e outros produtores do Tocantins: Pedro Afonso, Bom Jesus do Tocantins, Tupirama, Rio Sono, Guaraí, Fortaleza do Tabocão, Santa Maria, Tocantínia, Campos Lindos, Itacajá, Centenário e Rio dos Bois, sendo que sua área de atuação abrangia cerca de 100 mil hectares e o PRODECER contribuiu para o destaque desses municípios, no cenário nacional, quanto a produção de soja.

Fazendo um contraponto entre as Cooperativas do Projeto Rio Formoso, COOPERFORMOSO, COOPERJAVA e COOPERGRAN e as Cooperativas do Programa PRODECER III, em Pedro Afonso, TO, e a CAPPOL, objeto de estudo desta pesquisa, que será mais bem discutida no próximo capítulo, é possível afirmar que a CAPPOL, diferentemente das cooperativas anteriormente citadas, que foram criadas e incentivadas pelo Estado, surgiu de um cunho particular, a partir de recursos próprios dos sócios, no caso fazendeiros da região de Porto Nacional – TO.

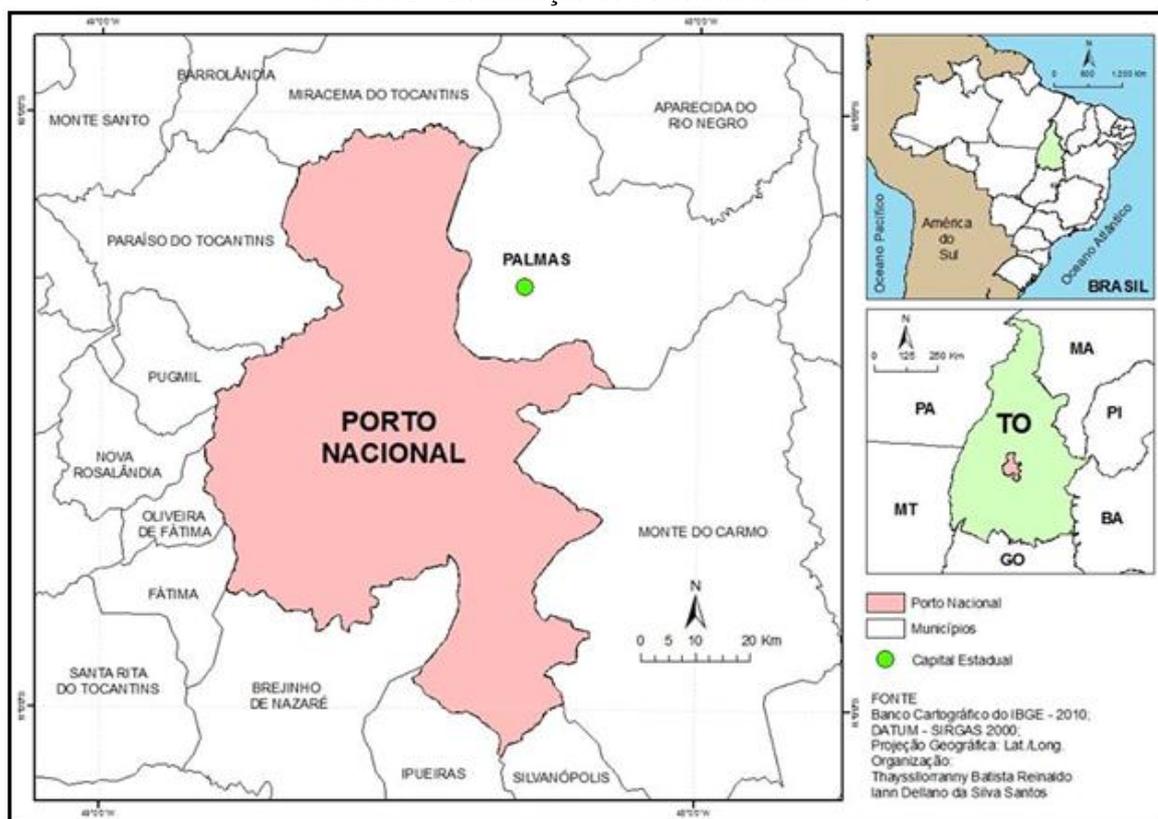
A expansão da fronteira agrícola influenciou na modernização da CAPPOL, mas não no seu surgimento, como foi o caso das referidas cooperativas, pois é oriunda de uma necessidade dos produtores de Porto Nacional, ainda em 1963, e se moderniza, para atender a demanda da expansão da fronteira agrícola e da modernização da agricultura, que ocorre mediada pelo Estado e por políticas territoriais do Governo Federal.

CAPÍTULO IV -COOPERATIVA AGROPECUÁRIA PORTUENSELTD A -CAPPOL: desdobramentos e discussões

4.1. Breve histórico do município de Porto Nacional - TO

A população do município de Porto Nacional, conforme dados do IBGE (2015), é estimada em 52.182 habitantes e o município possui uma área territorial de 4.449.917 Km², com uma densidade demográfica de 11.04 habitantes por quilômetros quadrados, localizado à margem direita do rio Tocantins, e faz limites com os municípios de Miracema do Tocantins ao Norte; Palmas e Monte do Carmo ao Leste; Silvanópolis, Ipueiras e Brejinho de Nazaré ao Sul; Nova Rosalândia, Fátima, Oliveira de Fátima, Pugmil, e Paraíso do Tocantins a Oeste, conforme demonstra o Mapa 2.

MAPA 2 - Localização de Porto Nacional – TO



Fonte: IBGE (2015), organizado por Thayssllorranny Batista Reinaldo e Iann Dellano da Silva Santos.

Oliveira (2004) destaca que é um desafio se ter uma clareza precisa sobre o surgimento do município de Porto Nacional, pois a literatura apresenta opiniões e hipóteses sobre seu surgimento que são diversas e às vezes divergentes.

Com base em dados do IBGE (2015), a gênese do município de Porto Nacional, está intimamente ligada à exploração do ouro, iniciada em 1722, na Província de Goiás. Esta exploração trouxe muitos mineradores para a província, responsáveis pela formação de muitos dos pequenos núcleos urbanos, presentes na época no antigo Norte Goiano, atual estado do Tocantins.

O local onde se situa o atual centro histórico da cidade de Porto Nacional, segundo Godinho (1988), onde se localiza era um ponto de travessia de pessoas que se dirigiam a arraial de Bom Jesus do Pontal e, essa informação, também é destacada pelo IBGE (2015):

A travessia destes mineradores, tropeiros, mascates e viajantes já era realizada no local onde é hoje o centro histórico de Porto Nacional, em barcos do português Félix Camôa, quando, em 1971, o cabo Thomaz de Souza Villa Real, que verificava a possibilidade de navegação e do estabelecimento de uma rota de comércio sul-norte, instala um destacamento militar na região.

O surgimento do atual município de Porto Nacional, para Brasiliense (1954), ocorreu devido à extinção do povoado Bom Jesus do Pontal, por volta de 1805, devido aos ataques indígenas, fato este que fez a população local migrar para o outro lado do rio, atualmente Porto Nacional, onde, geograficamente, ficariam mais protegidos. Esse novo arraial foi denominado de Porto Real.

O antigo arraial de Porto Real, de acordo com Oliveira (2007), teve sua origem intimamente ligada à existência de dois núcleos urbanos mineratórios: Bom Jesus do Pontal, em 1738, localizada à margem esquerda do Rio Tocantins, e Monte do Carmo, em 1746, situada à margens direita. Porto Real funcionava como ponto de intercâmbio entre os dois núcleos, sendo que, no Século XIX, o desenvolvimento de Porto Real estava ligado, segundo Oliveira (2007), às atividades de navegação e comércio com Belém do Pará.

Com a decadência dos Arraiais de Monte do Carmo e Bom Jesus do Pontal, Oliveira (2007), destaca que Porto Real foi o principal beneficiado, pois recebeu moradores de ambos os lugares. No caso dos moradores de Bom Jesus do Pontal, muitos fugiam dos ataques indígenas e aventuravam-se à procura de novas atividades econômicas, como por exemplo, a agricultura, já que as atividades mineratórias estavam em decadência. Em relação aos moradores de Monte do Carmo, destaca-se a mudança do Julgado, daquele arraial para Porto Real, em 1810.

Porto Real passa então, conforme observa Oliveira (2010), a desenvolver-se economicamente, por ser cabeça de Julgado, tornando-se o maior e o mais importante centro comercial do Norte Goiano, partindo de Porto Real, cerca de 30 embarcações por ano, rumo ao Pará. O Julgado de Porto Real, de acordo com Oliveira (1997), é elevado à categoria de

Vila em 1831, através da publicação de Decreto, em 14 de novembro de 1831, mudando seu nome para Porto Imperial²⁴, sendo que sua instalação como vila, ocorreu em 24 de abril de 1833.

Em relação à criação de Porto Real, Bessa e Corado (2011), chamam a atenção para o fato de ter sido estabelecido uma rota de comércio Norte-Sul no rio Tocantins, sendo este o principal meio de ligação entre Porto Real e a região de Belém do Pará e explicam que Porto Real foi privilegiado devido a sua localização geográfica, à margem direita do rio Tocantins, e sintetizam dizendo:

Desse modo, o seu desenvolvimento foi marcado pela posição privilegiada na região mineradora do antigo norte goiano, pelas interações comerciais, sobretudo, com o Pará, por via fluvial, e com a Bahia, por via terrestre, assim como pela própria navegação, uma vez que era o ponto inicial da rota no rio Tocantins, cujo maior impulso deu-se a partir de 1880. (BESSA, CORADO, 2011, p. 39)

As opiniões de Bessa e Corado (2011) vão de encontro com as idéias de Oliveira (2007) e Silva (2013), quando concordam que a localização geográfica deste município, às margens do rio Tocantins, contribuiu, direta ou indiretamente, para seu desenvolvimento e (re) organização territorial.

Outras datas importantes em relação à Porto Imperial, segundo Oliveira (2007), estiveram ligadas à sua elevação para paróquia, em 1835, e à cidade, em 1861. A mudança de nome de Porto Imperial para Porto Nacional, em 1890, conforme Decreto Lei Estadual nº 21, de 7 de março de 1890, de acordo com Silva (2013), estava vinculado à mudança de Brasil Império para Brasil República..

Contribuindo com o entendimento e análise da formação e organização territorial de Porto Nacional nessa época, o IBGE (2015), destaca que, em 1886, chegam os primeiros padres dominicanos no município. Anos mais tarde, precisamente em 1904, chegam as irmãs Dominicanas, desenvolvendo, de forma mais intensiva, os trabalhos de educação e ensino, tornando-se referência na região, atraindo alunos de diversos municípios.

Outra referência, segundo Silva (2013), foi a construção do campo de aviação em Porto Nacional, inaugurado em 1935, fato este importante, pois até então o meio de ligação com o restante do País se dava, sobretudo, pelo Rio Tocantins em direção à Belém do Pará.

A partir da implantação do campo de aviação, de acordo com Silva (2013), o transporte aéreo ganha destaque, seja pela instalação, nesse município, do Correio Aéreo Nacional, CAN, e conseqüentemente, o transporte de carne dos municípios de Porto Nacional e Cristalândia, por via aérea, para abastecer os mercados de Belém.

²⁴A mudança de nome ocorreu devido à proclamação da independência e formação do Brasil Império.

O município de Porto Nacional, era referência no antigo Norte Goiano mas, essa lógica começa a mudar com a construção da rodovia Belém-Brasília, integrante da BR 153, na segunda metade do Século XX. As cidades portuárias, como Porto Nacional, perderam, paulatinamente, a função que antes exerciam, e municípios que surgiram nas margens da rodovia Belém-Brasília, passam a se destacar, dentre os quais, estão Gurupi, Paraíso, Colinas e Araguaína e, nesse aspecto, Silva (2013, p. 109) destaca:

Porto Nacional por sua posição estratégica, a margem do rio, passa a sofrer concorrência a partir de então, do meio de transporte terrestre. Sua condicionante geográfica e importante a época, a margem direita do rio, passa a partir da abertura da BR 153 para outros municípios que são mais favorecidos, visto que a estrada corta alguns deles.

Fazendo uma análise histórica da hierarquia urbana do Norte Goiano e atual estado do Tocantins, Bessa (2015), destaca a perda da importância hierárquica do município de Porto Nacional nas últimas décadas.

Em sua análise Bessa (2015) mostra que nas décadas de 1950-60 o município de Porto Nacional era a maior referência dentro da hierarquia urbana do antigo Norte Goiano, quando tinha o rio Tocantins como principal meio de ligação na região. Na segunda metade da década de 1970 o cenário se altera e as cidades que passam a se destacar dentro da hierarquia urbana são as localizadas as margens da BR-153.

Em 2013, já criado o estado do Tocantins, Bessa (2015), enfatiza que a maior influência hierárquica foi dada à capital Palmas, seguidas por Araguaína e Gurupi. Outra cidade à beira da BR-153, Paraíso do Tocantins, se equipara a Porto Nacional na hierarquia urbana. Dessa forma fica explícita a perda de liderança de Porto Nacional na hierarquia urbana do estado do Tocantins.

Em relação às transformações econômicas, no final da década de 1960, Porto Nacional passa a ter uma nova dinâmica no meio rural, por meio da ação do Estado, com a instalação de uma unidade da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás – ACAR-GO, que tinha como finalidade, prestar serviço de assistência técnica, creditícia e fazer extensão rural para os agricultores e pecuarista do município, assistência, segundo Rocha (2015), essa fornecida por técnicos agrícolas, agrônomos e veterinários e demais funcionários da ACAR-GO.

Na época, na década de 1960, Rocha (2015), relata que não existiam máquinas nas lavouras, utilizando-se o arado com tração animal, e os investimentos geralmente eram voltados para a pecuária. Com a chegada da ACAR, são adotadas formas modernas de cultivo e incentivo à aquisição de maquinários para as lavouras.

Dentre as atividades realizadas pela associação ACAR-GO, Rocha (2015), cita a elaboração de projetos para aquisição de crédito rural. O acesso ao financiamento agropecuário se deu por intermédio do PROTERRA, criado pelo Decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971, tendo como objetivo, segundo Rocha (2015, p. 69), “[...] facilitar financiamentos fundiários destinados a projetos ou programas de colonização e de reforma agrária e o financiamento dos demais investimentos rurais, objetivando a organização e modernização das propriedades rurais”.

A ACAR foi substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Estado de Goiás – EMATER – GO, em 1975 e, de acordo com Rocha (2015), com a instalação da EMATER, ocorre uma transição de uma pecuária organizada, ainda de modo tradicional, para uma agricultura de arroz, produzida em larga escala, no fim dos anos 1970. A EMATER, segundo Rocha (2015, p. 71):

[...] começou a implantar a modernização da produção de arroz em 1975, em uma área de 50 ha, pertencente ao Ministério da Agricultura, onde hoje se encontra o ‘Parque de Exposição Agropecuária de Porto Nacional’, consorciando arroz e capim, e que servia como área teste.

Na divulgação da produção de arroz, foram realizados dias de campo, promovidos pela EMATER–GO, a fim divulgar essa produção e novas tecnologia entre os produtores, conforme Figura 3.

Figura 3 - Dia de campo com agricultores para divulgação da cultura do arroz em Porto Nacional



Fonte: Arquivo pessoal de Raimundo Dias

A introdução de uma produção de arroz em larga escala levou à fortificação da Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda – Cappol, que havia sido criada no dia 7 de agosto de 1963. Até então, o que se tinha, de modo geral, no município de Porto Nacional, era a pecuária e a produção de arroz em roça de toco, de forma bem rudimentar.

A criação da Cappol vai proporcionar ao município de Porto Nacional um destaque importante no antigo Norte Goiano e nas cidades circunvizinhas deste município. Cooperativa esta, que representava direto ou indiretamente na época, um desenvolvimento na região, pois seus sócios eram praticamente 100% proprietários de terras e lidavam com a agricultura e pecuária. Quem era sócio na época era considerada da elite portuense. (DIAS, Raimundo. Entrevista realizada em 20/02/2016)

Rocha (2015) destaca que o arroz, antes produzido de forma rudimentar, agora, com assistência técnica da Emater – GO passa a ser produzido utilizando-se de mecanização, e a plantação optada foi o arroz de sequeiro, pois a cultura seria ideal para a abertura de áreas, não sendo necessário grande manejo e aplicação de insumos, como, adubos e calcário para a correção do solo. Entretanto, o arroz ao longo dos anos enfrenta algumas dificuldades na produção e entra em decadência ao longo da década de 1980.

Dentre as dificuldades para a manutenção da produção de arroz, Rocha (2015) destaca: a) rotação de variedades não era feita regularmente, ficando suscetíveis a pragas; b) a política de preço mínimo aplicada pelo Estado não cobria os custos de produção; c) pouca presença de empresas para comercialização da produção; d) dificuldade na aquisição de insumos e implementos agrícolas; e) falta de regulação de preços.

Paralelo à produção do arroz, começa em Porto Nacional, nos primeiros anos da década de 1980, as primeiras experiências com o cultivo da soja. Nessa primeira experiência com o plantio da soja os produtores receberam suporte técnico da EMATER – GO e apoio de pesquisa por parte da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (Rocha. 2015). A partir desses experimentos foram realizados dias de campo, que tinham como objetivo conhecer mais a monocultura da soja e incentivá-la entre os produtores da região (Figura 4).

Figura 4 - Dia de campo, conhecendo a monocultura da soja em Porto Nacional



Fonte: Arquivo pessoal de Deijayme Aires da Silva

Segundo Rocha (2015), o predomínio da soja se deu de 1984 a 1996, quando se tem uma drástica redução de sua produção. A Cappol teve uma participação importante nessa produção. Dentre as dificuldades para a manutenção da produção de soja o autor destaca: a) falta de variedades de sementes próprias para a região; b) falta de empresas de originação de soja; c) falta de regulação de preços; d) produção em modo convencional; e) desestímulo dos agricultores com quebras nas safras (ROCHA, 2015, p. 76-77).

A partir de 2003 tem-se uma nova expansão da produção de soja em Porto Nacional. Esse crescimento acelerado se deu, na opinião de Rocha (2015), devido a introdução de novas tecnologias e práticas de manejo no campo, incentivadas especialmente por empresas privadas que se instaram em Porto Nacional. Dentre estas empresas, tem-se a Bunge Alimentos S/A, Multigran S/A, Granol Indústria Comércio e Exportação S/A, Agrex do Brasil S/A, Fiagril Ltda, Cargil Agrícola S/A, ADM, dentre outras. Na opinião do autor, a chegada dessas empresas nacionais e multinacionais de originação da soja fez com que a demanda por cultivar a monocultura da soja aumentasse em Porto Nacional – TO.

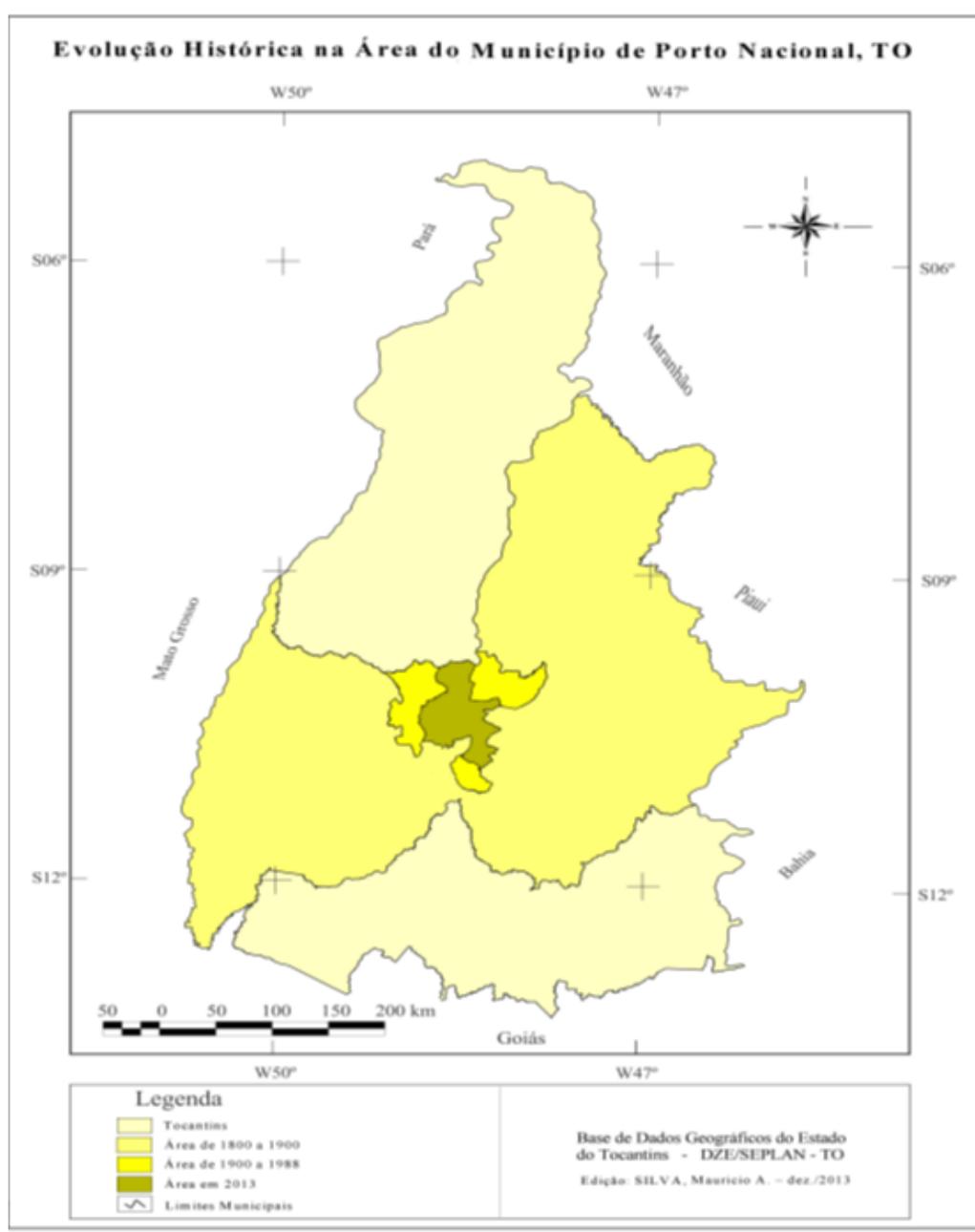
É importante destacar ainda, que muitos dos sojicultores presentes em Porto Nacional são oriundos de outros estados. Estes migraram, segundo de Rocha (2015), para por encontrar condições favoráveis para sua instalação. Dentre tais condições destacam-se o preço baixo da terra e as dificuldades de produzirem em seus locais de origem. Esses produtores vêm, principalmente, do Oeste da Bahia e de Mato Grosso onde já produziam soja. O autor destaca, também, que na sua grande maioria são naturais do sul do Brasil e estiveram envolvidos em projetos de ocupação e modernização do Cerrado nas décadas de 1980-90.

Ao longo de sua história, o município de Porto Nacional, passou por vários desmembramentos, perdendo áreas sob sua jurisdição. Nesse sentido, Silva (2013) faz

um apanhado geral sobre os limites territoriais de Porto Nacional, e afirma que em termos de territórios municipais, Porto Nacional constituía um dos maiores municípios da Província de Goiás, chegando a representar cerca de 6,46% da área do estado de Goiás. Na época Porto Nacional era maior que os estados de Alagoas e Sergipe.

O Mapa 3 organizado pelo pesquisador Silva (2013), mostra a delimitação territorial do município de Porto Nacional – TO, desde 1800 a 2013, mostrando suas principais mudanças em relação a sua abrangência territorial.

MAPA 3 - Evolução histórica na do município de Porto Nacional – TO



Fonte: Silva(2013, p. 124)

Dentre os motivos da perda de território pelo município de Porto Nacional, pode-se citar a construção da Belém Brasília, onde muitos municípios foram criados as suas margens, e devido à criação do estado do Tocantins, que levou uma nova onda de emancipação, bem como, com a criação do município de Palmas, capital do estado, que se deu em áreas pertencentes ao município de Porto Nacional.

4.2. Organização agrária no município de Porto Nacional- 1960/1970

Apesar de não ser o objetivo principal desta pesquisa, analisar o território portuense no que se refere à organização fundiária nas décadas de 1960/70, colabora com o entendimento do tema. É importante compreender como se encontrava o cenário agrário na época e, a partir dele, compreender em que contexto se deu a criação da CAPPOL.

Através de diálogos com moradores de Porto Nacional, foi possível reconstituir como se encontrava a realidade rural no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, identificando-se que, nesse período, predominavam, como fator econômico, a pecuária extensiva tradicional e as de culturas de subsistência, cultivada basicamente pelo camponês.

O Dr. Eduardo Manzano, descreve como se encontrava o cenário rural em Porto Nacional no final da década de 1960, quando ele, juntamente com sua esposa, chegaram neste município para prestar atendimento na área da saúde à população. Segundo ele, o município, bem como o Norte Goiano, era isolado do restante do país. A realidade na zona rural não era uma das melhores, moradias precárias, dificuldade no acesso a educação e saúde e, também, as terras eram desvalorizadas.

De acordo com o Dr. Eduardo Manzano, havia pequenas e grandes propriedades rurais, e também os posseiros, cada um com suas características peculiares. Em relação às grandes propriedades, geralmente os fazendeiros moravam na cidade e deixava a figura do vaqueiro morando na fazenda e o patrão ia esporadicamente à propriedade. Geralmente estes criavam gado e quando plantavam arroz nas suas propriedades era para, posteriormente, formar pasto para criação do rebanho.

Falando um pouco sobre a figura do vaqueiro, o Sr. Clemente Barros²⁵, destaca que era comum ver em algumas propriedades a figura do vaqueiro e ou agregado, este era quem cuidava do gado e das demais atividades da propriedade rural. Esse sujeito geralmente não recebia salário, recebia o valor do seu trabalho em produção, “[...] a cada cinco bezerros nascido na fazenda, o vaqueiro ganhava um, em forma de pagamento pelo seu trabalho. Eles

²⁵Foi presidente e sócio da CAPPOL.

também não tinham direitos trabalhistas e muito menos carteira assinada” (BARROS, Clemente, entrevista realizada em 11/05/2016).

Analisando ainda a realidade do vaqueiro, o Dr. Eduardo Manzano destaca que nem sempre o vaqueiro recebia a cria (bezerro) como forma de pagamento do seu trabalho. Isso porque o dono da terra descontava seu pagamento no suporte que lhes dava, como por exemplo, remédio, comida, calçado ou qualquer outro objeto que o vaqueiro solicitava ao patrão, tudo era descontado na hora do acerto.

O Sr. Joaquim Maria relata que várias das grandes propriedades rurais foram vendidas para efetuar divisão de herança entre os filhos, que por muitas vezes não davam continuidade ao trabalho nas terras já realizadas pelos pais. “[...] geralmente os filhos se formavam em outras especialidades e não tinham mais o interesse de trabalhar e investir na terra, então vendiam e repartiam o dinheiro e cada um investia no que mais lhe interessava”.

O Dr. Eduardo Manzano destaca que nas pequenas propriedades, cuidada pelos camponeses, o trabalho se dava por toda família. Suas moradias eram extremamente precárias, o acesso a educação e saúde muito difícil. A produção familiar era feita na roça de toco este, geralmente, não tinha gado ou eram poucas cabeças.

Os filhos dos camponeses estudavam em escolas na zona rural que funcionavam muitas vezes em locais improvisados e em salas multiseriadas, ou seja, uma professora ensinava vários alunos de séries diferentes na mesma sala. Quando os alunos (as) já não tinham as séries seguintes na zona rural, a tendência era ir estudar na cidade e morar na casa dos grandes proprietários rurais da região ou de conhecidos ou familiares.

Ainda segundo o Dr. Eduardo Manzano, muitas vezes esses filhos que migravam para a cidade a fim de estudar trabalhavam sem receber, não eram tão bem tratados por quem os acolhiam. Estudavam a noite ou pela manhã e no restante do tempo lavavam, cozinhavam, cuidavam da casa e das crianças dos donos da casa e nada recebia por isso. O Dr. Eduardo Manzano disse que “[...] as péssimas experiências dos filhos primogênitos contribuía para que os pais mudassem do campo para cidade, para evitar que o mesmo pudesse ocorrer com os filhos mais jovens”.

Tinha também a questão que como o trabalho nas pequenas propriedades se dava em cunho familiar, a ausência do filho deixava um déficit na família, pois os pais já não conseguiam dar conta do trabalho sozinho. Isso também podia contribuir direta ou indiretamente para a mudança do campo para a cidade na opinião do Dr. Eduardo Manzano. Como a terra também não tinha valor, muitos camponeses vendiam por um preço muito baixo

a área em que viviam, ou simplesmente deixavam lá e mudavam para a cidade, para viver na periferia. Nas palavras do entrevistado:

Os pais sem os filhos nas fazendas, não davam conta de trabalhar como antes, então juntava tudo a experiência ruim dos primeiros filhos morando na casa dos outros, a dificuldade por não ter mais o trabalho do filho na propriedade rural como antes. Então todos esses fatores faziam muitas vezes com que o pai de família largasse tudo lá, ou vendia a terra muito barato migrava para cidade construía uma casinha pequena sem muito conforto, e por não ter nenhuma habilitação profissional ficavam trabalhando esporadicamente fazendo cerca, desmatando, cozinhava, lavava roupa, fazia trabalhos temporários como forma de conseguir manter o básico para a família. Geralmente os camponeses que vinham das áreas rurais ficavam morando na periferia da cidade, com muita dificuldade (MANZANO, entrevista realizada em 17/06/2016).

O médico relata ainda que foi nesse contexto e devido o acesso das crianças camponesas a uma boa educação que surgiu a idéia de criar a Escola Família Agrícola (EFA)²⁶, na qual o filho podia vir ficar uma semana na escola e voltar no final de semana para ajudar os pais, não precisando sair da propriedade rural. Então foram vários fatores que levaram a essa reorganização no campo.

A entrevistada n°. 02 optou por não se identificar, e descreve como eram as casas nas propriedades rurais. Segundo ela, as casas nas fazendas iam de acordo com a renda do proprietário. Se for uma grande propriedade a casa era melhor, se era um pequeno proprietário que tinha menos dinheiro, a casa geralmente era de palha, adobe ou barro. Nas suas lembranças destaca que:

Naquele tempo era tudo muito difícil se comparado com o desenvolvimento de hoje. Só que tinha uma alegria, a gente banhava nos rios, subia nas árvores, no fim da tarde o pai e a mãe sentava olhando para o quintal e conversavam sobre as dificuldades. A seca da terra, a magreza do gado, a lonjura dos lugares. Já que não tinha muitas estradas. Queriam até vender a terra, mas o preço era muito barato. Nossa casa era bem pobrezinha, era de barro coberta por palha de coco babaçu. (Entrevista n° 02, realizada em 18/02/2016).

Por volta de 1968/69 à organização do campo em Porto Nacional, segundo o Dr. Eduardo Manzano, se caracteriza principalmente pela ausência de cercamento nas propriedades, e o gado era criado solto nas “gerais”, junto com o gado de outros fazendeiros, e o que diferenciava os animais entre si era apenas a marca de cada um. Nas palavras do entrevistado:

²⁶A Escola Família Agrícola de Porto Nacional é fruto dos trabalhos da COMSAUDE, Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação, uma organização não governamental, criada no município em 1969, que sempre atuou junto aos trabalhadores do campo, por meio de suas organizações, as Associações de Agricultores Familiares e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Não havia conflito de terras, pois as terras ainda não tinham valor e a produção era muito de subsistência e o gado era solto nas gerais. Ai uma vez por ano o dono da propriedade rural ia lá nas gerais com os vaqueiros e ferravam o gado, pegava o gado deles, pois cada um tinha seu gado ferrado e pegava as crias que o gado tinha tido e os ferrava também e ali já tirava a parte do vaqueiro (MANZANO, Eduardo, entrevista realizada em 17/06/2016).

O Sr. Joaquim Maria Rocha Mascarenhas²⁷ também descreve a realidade local da época, afirmando que era bem mais difícil na época (década de 1960), principalmente devido à desvalorização da terra por ser do Cerrado, pela ausência de estradas que interligasse com mais facilidade Porto Nacional ao restante do país e a falta de tecnologia, algo que não ocorria apenas neste município, mas em todo Norte Goiano e em outras regiões brasileiras.

Em relação ao não cercamento das propriedades o Sr. Joaquim Maria também concorda com o Dr. Eduardo Manzano, ressaltando que o gado era criado solto, e que mesmo assim todos se respeitavam, sem maiores constrangimentos. O Sr. Joaquim Maria destaca que os limites territoriais das propriedades eram dados por algum fenômeno ou fator geográfico, como por exemplo, um rio, morro, etc., e o documento da terra geralmente era cedido pela Paróquia.

No que se refere à documentação da propriedade rural, tanto o Sr. Clemente Barros como o Sr. Joaquim Maria e o Dr. Eduardo Manzano relatam que esses documentos eram cedidos pela Paróquia. O sujeito já residia na terra e ele ia até a paróquia para requerer o documento, denominado Registro Paroquial. Isso ainda em meados da década de 1960 e início de 1970.

Manzano e Manzano (2009) destacam que os camponeses não se preocupavam em documentar suas propriedades e o que tinha valor na época era a palavra da pessoa. Vários deles ocupavam as terras devolutas do Estado.

Somente os mais precavidos tinham os Registros Paroquiais na opinião de Manzano e Manzano (2009), entretanto nem este documento foi suficiente para garantir a continuidade desses na terra quando o “progresso” chegou à região.

É neste contexto socioeconômico que vai se originar a Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda. (Cappol), tendo como referência, principalmente, grandes proprietários rurais. A principal ligação da Cappol com a pecuária local se deu no sentido que os pecuaristas sentiram a necessidade de se unirem e buscar alguma maneira para terem mais acesso a bens de consumo para as fazendas por meio da compra conjunta.

²⁷Era funcionário da Cappol trabalhava no conselho financeiro seu pai foi um dos fundadores da cooperativa.

Na primeira metade da década de 1970 ocorre um processo de (re)organização na área rural do município de Porto Nacional. Inicia-se o cercamento das propriedades na região, isso devido principalmente a alguns fatores como os citados por Dr. Eduardo Mazano: 1) a vinda de migrantes, principalmente da região sul do Brasil que já tinham experiência com propriedades cercadas em seu local de origem; 2) a implantação do Proterra, que financiava o cercamento de propriedades rurais; 3) o início da cultura do arroz na região, onde cercavam-se as roças para o gado não passar por dentro.

O Sr. Clemente Barros destaca que cercar a propriedade rural era muito dependioso, e quem tinha mais condições eram os grandes proprietários pela sua situação financeira mais privilegiada. Esses, geralmente, cercavam apenas em torno das lavouras de arroz.

Em âmbito nacional ocorria a expansão da fronteira agrícola em direção do Cerrado e da Amazônia Legal. Porto Nacional também fez parte desse processo. Nesse contexto ocorria em escala local o cercamento das propriedades e a documentação dessas terras eram feitas, em um primeiro momento pela Paróquia com os registros paroquiais, passa a ser realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) que reconheceu muitos dos títulos paroquiais, segundo o Sr. Clemente Barros.

Junto com o cercamento das propriedades vieram à expropriação de camponeses e conflitos por terra. O Dr. Eduardo Manzano destaca que quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)²⁸, veio com o discurso da Reforma Agrária o que ocorreu na verdade “[...] foi uma substituição da terra dos lavradores (camponeses) para os fazendeiros de fora, porque o Incra pegou as terras devolutas que não tinha dono e estas foram destinadas ao leilão nacional” (MANZANO, entrevista realizada em 17/06/2015).

Isso se deu porque muitos dos camponeses²⁹ não conseguiam comprovar que aquelas terras eram realmente suas e sem a devida comprovação as mesmas iam a leilões, “[...] eram famílias que moravam a mais de cinquenta anos na terra, passando de geração para geração, chegavam a ter 100 a 200 alqueires, mas como apenas uma a parte da lavoura era cercada eles não conseguiam comprovar que o restante da terra era deles” (MANZANO, entrevista realizada em 17/06/2015).

Quando essas terras eram leiloadas e o “novo dono” chegava, o conflito se instaurava, pois quem morava, não queria sair, e quem comprava, queria usar a terra, e para isso, muitas vezes, usava da força e da violência para alcançar esse objetivo.

²⁸ Criado em 09 de julho de 1970 pelo Decreto-Lei n° 1.110, resultante da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), (Oliveira, 2007).

²⁹ É importante destacar que na maioria das vezes nessas terras, morava toda uma geração da mesma família. E a terra que parecia ter uma extensão territorial grande, na verdade eram divididas para varias famílias.

A oficialização das propriedades da terra pelo Estado levou, também, ao processo de grilagem de terras. Nesse contexto “[...] muitas foram às casas queimadas na calada da noite ou ate mesmo durante o dia, e o povo não tinha força para lutar só contra essa nova realidade, pois muitos nem conheciam seus direitos” (MANZANO, entrevista realizada em 17/06/2015). Ainda nas palavras do entrevistado:

Sempre vinha o grileiro, que tomava a terra e colocava fogo nas casas dos posseiros e depois que eles conseguiam a área ai eles usavam os documentos falsos (por isso se chama grileiros que usavam os grilos para dar o aspecto de velho no documento), e com esse documento falso comprovavam que eram os donos da terra.

Foi a partir desses conflitos e da necessidade dos mais pobres que começou um trabalho de sensibilização junto aos camponeses por parte da Consaude e da Igreja Católica, na pessoa do bispo Dom Celso, e das irmãs Dominicanas. Nesse momento de organização dos camponeses e trabalhadores rurais houve a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Nacional para defender os interesses dos pequenos produtores.

O sindicato foi importante para dar apoio ao movimento dos pequenos produtores. O ponto maior dos pequenos proprietários foi a Consaude, inclusive nos tínhamos uma sala do sindicato, os agrônomos que procuravam trabalhar com a terra, ajudar as propriedades também iam para a zona rural, reuniam na Consaude (entrevista realizada em 17/06/2015).

Foi a partir dos conflitos pela terra que os camponeses começaram a se organizar, formando então o sindicato. O sindicato seria o órgão que ajudaria/apoiaria os camponeses, e tinha também o objetivo de sensibilizar o homem do campo dos seus direitos, e que eles poderiam lutar legalmente por suas terras. “[...] Por muitas vezes o sindicato abril processo, fez palestra sobre o usocapião, arrumou advogado para defender os pequenos produtores rurais e lutava lado a lado com eles pela terra” (MANZANO, entrevista realizada em 17/06/2016).

Também se fez presente no espaço agrário portuense à figura do “gato”, segundo o Dr. Eduardo Manzano, que era aquela pessoa responsável em trazer trabalhadores de outros lugares para trabalhar em uma determinada propriedade. Porém o sujeito vinha acreditando que iria trabalhar receber, viver bem e derrepente quando chega ao lugar estabelecido a realidade era diferente da que ele esperava. Este não recebia o pagamento ou, quando recebia, era em valores inferiores do combinado, isso porque o patrão descontava valores com a justificativa de gasto feito pelo trabalhador.

O Dr. Eduardo Manzano afirma que diferentes foram às situações presentes no espaço agrário de Porto Nacional, alguns em larga escala outros em pequena escala, mas “[...] houve de tudo um pouco nessas terras” (MANZANO, 17/06/2016). A população que tinha um menor poder econômico foi a que mais teve dificuldades e foi perseguida. Dentre as situações descritas pelo entrevistado, tem-se:

- Perseguição a posseiros (pessoas que não tinha o documento da terra);
- Grilagem de terras com documentos falsos, sobretudo por parte de muitos latifundiários;
- Remoção de famílias que moravam a gerações em uma determinada propriedade, de forma violenta com incêndios nas casas e perseguição por jagunços;
- Exploração de trabalhadores;
- Fechamento de estradas que davam acesso à áreas de camponeses;
- Conflitos entre vizinhos.

A partir de meados da década de 1970 essa organização fundiária de Porto Nacional ganha novo traços, baseada na e modernização da agricultura, vinculada principalmente a produção de arroz de sequeiro. Nessa época quem dava assistência para o setor agropecuário era a ACAR – GO (1968), que depois foi substituída pela EMATER – GO (1975).

A iniciativa de modernização da agricultura no município de Porto Nacional e em outros circunvizinhos marcou uma transformação da Cappol, onde suas atividades se voltaram mais para a produção agrícola.

Outra questão que esteve presente na organização fundiária de Porto Nacional foi o arrendamento de terras. Sobre este tema o Sr. Rafael José de Oliveira e Valdivino Fraga de Melo destacam que o mesmo ocorreu muito na década de 1970 e início de 1980, devido ao processo migratório para o Norte Goiano, principalmente com pessoas vindas do sul do Brasil. Muitas dessas pessoas vendiam suas propriedades no seu local de origem por um montante e comprava áreas maiores em Porto nacional e em municípios próximos. Aqueles que não compravam arrendavam a terra dos sujeitos do local. O arrendamento das propriedades ocorria para produção de arroz, mas o real objetivo do proprietário era a abertura de novas pastagens de uma forma barata ou sem custos, pois após vencer o contrato de arrendamento o arrendatário deixaria a pastagem formada.

Por isso muitos proprietários rurais de Porto Nacional acabavam por arrendar suas terras, pois após haver o fim da lavoura o pasto já ficava formado para a criação de gado. “[...] o gado era colocado dentro das roças após a colheita e o próprio gado amassava o que ficava da plantação, no caso os pés de arroz já colhidos. Era um processo rápido e barato” (MELO, Valdivino Fraga de Melo. Entrevista realizada em 16/06/2016).

Os Srs. Valdivino Fraga de Melo e Rafael José de Oliveira relataram que outra situação que induzia o arrendamento da terra pelo migrante ou pelo grande fazendeiro, que geralmente queria expandir suas áreas de cultivo de arroz, era a realidade econômica do pequeno proprietário que não tinha condições econômicas de investir na produção modernizada. Estes geralmente arrendavam a terra para complementar a renda da família, mas em nenhum momento participava do processo de produção, venda e lucro da produção.

Nessa fase de financiamentos, na década de 1970, teve pessoas que perderam suas propriedades para o banco, pois nem sempre o dono da propriedade era o produtor rural, já que havia os arrendamentos. No arrendamento o proprietário da terra era o fiador do produtor e, se este último não pagasse a dívida para o banco, o dono da propriedade rural perdia a mesma para o banco.

De acordo com o Sr. Rafael José de Oliveira, houve alguns casos em Porto Nacional, como seu pai, por exemplo, que arrendou a propriedade, o arrendatário não quitou a dívida e o banco tomou a propriedade. Seu pai teve que comprar a terra novamente: “[...] meu pai pagou a nossa terra duas vezes. Ele confiou na pessoa que arrendou a terra para plantar arroz, a pessoa não pagou e ele perdeu a terra. Só não perdeu de fato porque comprou novamente do banco, ou seja, meu pai pagou duas vezes pela mesma propriedade” (OLIVEIRA, Rafael José. Entrevista realizada em 23/02/2016).

4.3. Gênese da CAPPOL: delineamento dos seus primeiros passos

A Cooperativa Agropecuária Portuense – Ltda (Cappol) surgiu na segunda metade do século XX, no antigo Norte Goiano, atual estado do Tocantins. De acordo com dados fornecidos pelo cartório, Tabelionato Pethion, de Porto Nacional – TO, a cooperativa foi registrada em cartório no dia 07 de agosto de 1963 (registrada no Lv. A-05; Fls: 11vº/23vº), recebendo o nome de Cooperativa Mista Agro-pecuária Portuense de Responsabilidade Limitada. A equipe administrativa da época era composta por:

1. Diretor-presidente: Dr. Francisco Mascarenhas (advogado);
2. Diretor-Gerente: Pedro Neiva Moreira (pecuarista);

3. Diretor-Secretário: Valdir José de Oliveira (professor e tinha escritório de contabilidade);
4. Conselho diretor de saúde: Dr. Gilberto Resende Rocha (Médico oftalmologista);
5. Conselho Diretor Social: Adão Vilarinho Teixeira (pecuarista);
6. Membros do Conselho Fiscal: Osias Gomes de Alencar (professor), Aquiles Maia Leite (profissional liberal) e Pedro Correia de Sá (pecuarista);
7. Suplentes: Deoctaciano Aires d Silva (agrimensor), Saameron Amaral Brito (pecuarista) e Cícero Elias Batista (pecuarista).

Os integrantes da direção tinham em comum, a atividade ligada à pecuária, mas nem todos tinham a mesma, como atuação principal. A cooperativa nasce, basicamente, de uma necessidade de acesso a produtos que não eram produzidos em Porto Nacional e o objetivo da cooperativa, era facilitar a compra e o barateamento desses produtos, dentre os quais destacam-se: cabo de machado, machado, foices, facão, sal, arames, martelo e etc.

Existem mais de uma hipótese sobre a criação da CAPPOL, citadas pelos diversos entrevistados ao longo da pesquisa. A professora Iarirene Braga³⁰, destaca alguns acontecimento pré criação da Cappol, que contribuíram direto ou indiretamente para a gênese da mesma. A entrevistada destaca que antes da cooperativa ser de fato constituída, nos primeiros anos da década de 1960, alguns acontecimentos foi importante para tal. Ela relata a participação de seu pai e tios, Adão Teixeira Vilarim; Gevarcio Teixeira Vilarim e Sebastião Teixeira Vilarim, oriundos do estado do Maranhão, como primeiros idealizadores desta cooperativa.

Na opinião da Sr. Iarirene Costa Braga, seu pai e tios, formaram no final da década de 1950 uma associação com três caminhões – um de cada irmão – que tinha como objetivo levar produtos para serem vendidos em Anápolis-GO, que na época era o maior centro comercial de Goiás. Os três irmãos formaram um comércio cujo nome era Comercio Santa Rosa, conhecido também como comércio dos três irmãos. Dentre os produtos levados para Anápolis, destacavam-se a: abóbora o arroz advindo da roça de toco, feijão, milho, o sal que vinha do Pará, e outros.

De acordo com a Sra. Iarirene Costa Braga a associação dos três irmãos foi formada com ajuda da União Artística Operaria. “[...] essa era uma agremiação/associação de todos os

³⁰Iarirene Braga, professora no Município de Porto Nacional, filha e sobrinha dos primeiros sócios da cooperativa CAPPOL, viu muitas transformações da Cooperativa ocorrerem, ao longo do tempo.

pecuaristas da região que nela estavam vinculados por meio da pecuária” (BRAGA, Iarirene Costa. Entrevista realizada em 20/02/2016).

De acordo com a Sra. Iarirene Costa Braga a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) deu suporte, a partir do Banco de Crédito da Amazônia, (deu lugar ao Banco da Amazônia /AS em 1966, pelo Decreto Lei 5.122), para criação da Cappol, com orientações aos produtores sobre o cooperativismo e com incentivos a financiamentos ao pecuarista por meio do PROTERRA. Segundo a entrevistada por volta de 1962 inicia-se o processo de cadastramento dos cooperados e um dos requisitos básicos era ser pecuarista ou produtor.

Ainda segundo a Sr. Iarirene Costa Braga, como tudo era muito difícil no município de Porto Nacional, houve a necessidade das pessoas se organizarem em conjunto a fim de buscar uma melhoria para a sociedade. Ela relata que nos final dos 1950 e início dos anos de 1960 havia pouquíssimos comércios em Porto Nacional, a economia baseava-se principalmente nas atividades agropecuárias, ou seja, na criação de gado, e no plantio de alimentos, produzidos, sobretudo pelos camponeses. Esses alimentos precisavam ser comercializados, e a dificuldade em realizar essa comercialização era relativamente grande, devido a distancia entre os grandes centros comerciais da época.

A Sr. Iarirene Costa Braga disse ainda, que desde a organização dessa primeira forma de associação inicia-se um processo de disseminação de idéias, entre a população sobre os benefícios de uma criação de cooperativa para a população. Segundo ela, muitas famílias tradicionais aderiram ao movimento, como as famílias: Pedreira, Maia, Oliveira entre outras. Houve essa fase de diálogos, reuniões e encontros, até de fato a cooperativa ser fundada em 1963³¹.

O primeiro comércio da Cappol localizava-se onde atualmente situa-se, uma casa de família, na Rua Getulio Vargas esquina com Rua Joaquim Pinheiro em Porto Nacional – TO (Figura 5³²). De acordo com a Sr. Iarirene Costa Braga, este 1º comércio funcionou onde era a sede do Comércio Santa Rosa, em uma parte da casa cedida pelo seu tio Adão Teixeira Vilarim, que era casado com Generosa Pinheiro Lemos, filha do coronel Joaquim Pinheiro de Lemos. Nesse primeiro momento o mercado da cooperativa funcionou neste local por não se ter ainda uma sede própria.

³¹ A entrevistada cita ainda, que infelizmente, todos os documentos foram queimados em acidente, ficando difícil comprovar tais fatos.

³² O local e a estrutura são a mesma, somente não funciona mais como sede da cooperativa. As mudanças na sua estrutura foram praticamente nenhuma segundo o Sr. Deijayme Aires da Silva.

Figura 5 - Local aonde funcionou o primeiro armazém da Cappol em 1963



Fonte: Arquivo pessoal da autora, fotografada em 23/06/2016

Esse primeiro comércio localizava-se na época de sua criação, na avenida principal de Porto Nacional que dava acesso ao rio Tocantins, de onde vinham as embarcações de Belém do Pará. Embarcações estas que transportavam diversos produtos, como remédios, aguardentes, sal, guaraná e outros. Nas lembranças da Sr. Iarirene Costa Braga:

Assim como nada é novo debaixo do sol, lembro-me da minha infância, quase adolescência, meu pai e meus tios pegando mercadorias e levando para serem vendidas em Anápolis - GO. Lembro ainda, que vinha e iam muitas embarcações rumo ao Pará. Principalmente Belém, trazendo mercadorias, como, sal, aguardente, guaraná, remédios químicos e homeopatas e outras mercadorias. Eu ficava lá as margens do rio Tocantins vendo todo aquele movimento de pessoas indo e vindo, embarcando e desembarcando botes, barcos. Eles descarregavam e recarregavam as embarcações aqui em Porto Nacional, porque era a última parada. A eu lembro ainda, que nós colocávamos os guaranás na areia da praia, para ficar geladinho. (BRAGA, Iarirene Costa. Entrevista realizada em fevereiro de 2016).

O Sr. Deijayme Aires da Silva³³ concorda com a Sra. Iarirene no sentido da associação ter representado um momento de diálogos sobre a criação de uma cooperativa em Porto Nacional, que na época ainda pertencia ao estado de Goiás. Para o Sr. Deijayme Aires da Silva, a associação não virou à cooperativa, mas foi importante para formação da mesma,

³³ Foi presidente da Cappol (1975-1982), um dos primeiros plantadores de arroz mecanizado na região de Porto Nacional na década de 1970. Fez, também, os primeiros experimentos de soja na região nos primeiros anos da década de 1980. Foi um desbravador no processo de modernização agrícola e de modernização da cooperativa.

pois a partir de sua experiência facilitou a criação da Cappol. O mesmo relata que os tios e o pai da Sr. Iarirene, idealizadores da associação, fizeram parte da Cooperativa, sendo sócios. O Sr. Adão Vilarinho Teixeira foi membro do Conselho Diretor Social da primeira equipe administrativa da Cappol que foi registrada no cartório em 1963.

As ideias do Sr. Jurimar Pereira de Macedo³⁴ vão de encontro com a concepção da Sr. Iarirene, no sentido que os “os homens da cidade queriam desenvolver o comércio varejista e agropecuário” de Porto Nacional. Visando conseguir consumir este objetivo, as pessoas se reuniram, e conjuntamente traçaram metas e ideias e o cooperativismo seria um dos meios mais viáveis de se chegar a esta finalidade na opinião do entrevistado.

Naquela época era tudo tão difícil, mesmo para aqueles que tinham dinheiro, porque as tecnologias eram poucas ou mesmo nenhuma. A dificuldade de levar as mercadorias para comercializar em outras cidades era grande, o comércio ainda era fraco, as pessoas não tinham como buscar esse desenvolvimento só. Então se juntaram começaram a traçar metas e constituíram nem sei se chamo de cooperativa, mas era esse momento que estava sendo traçada direto ou indiretamente os próximos delineamentos da Cooperativa Cappol. (MACEDO, entrevista realizada em 01/06/2016).

Ainda segundo o Sr. Jurimar Pereira de Macedo, nesse campo ainda de pensar a formação da cooperativa, teve-se um apoio importante do Banco de Crédito da Amazônia – o único que tinha no município – no sentido de incentivar os pecuaristas e no financiamento dos pequenos produtores. Um funcionário do Basa fazia o trabalho de promoção do cooperativismo, destacando sua importância e as possibilidades de financiamento a partir da mesma. “Formou-se a Cappol com o apoio logístico do BASA (Banco da Amazônia/SA), houve reuniões para discutir essa formação até de fato a cooperativa ser criada” (MACEDO, entrevista realizada em 01/06/2016)

A este aspecto o Sr. Olegario³⁵ afirma ainda que o apoio do BASA foi importante nesse momento de criação, no sentido de orientar as pessoas a como tramitar todo o processo de criação e registro da cooperativa. O entrevistado chama a atenção para o fato de que mesmo tendo esses encontros a fim de se pensar a Cappol, elas ainda foram insuficientes no sentido de que só falaram as vantagens, do dinheiro, mas não falaram para a população como administrar os financiamentos ou incentivos vindos do banco.

Nas palavras do entrevistado:

³⁴ Foi prefeita em Porto Nacional, e viu muitas das transformações no âmbito da modernização agrícola portuense nas décadas de 1970/80 ocorrer.

³⁵ Foi prefeito em Porto Nacional e sócio da Cooperativa

Lembro-me bem, como se fosse hoje, veio de Belém – PA, um moço e fez uma belíssima apresentação mostrando somente os pontos positivos do cooperativismo, a fim de implantar uma cooperativa na região, porém não disse ao povo a melhor maneira de administrar o dinheiro recebido dos financiamentos. Quando esses financiamentos foram sendo liberado pelo banco, muitas pessoas compraram foi moto, bicicleta, roupa e não investiram na melhoria da pecuária. (OLEGARIO, entrevista realizada em 15 de novembro de 2015)

Ainda segundo o Senhor Olegário, a realidade portuense da época era muito diferente da atualidade e a população realmente precisava de um empreendimento que ajudasse a promover o desenvolvimento na região. O entrevistado acredita que a criação da Cappol teve esse objetivo, destacando ainda, que havia na época todo um discurso político de ocupação da região Norte do Brasil, por meio de políticas territoriais já discutidas ao longo do II capítulo desta pesquisa.

Segundo o Prof.Ms. Rafael José de Oliveira³⁶, a criação da cooperativa se deu como um meio de realizar compra conjunto, já que na época as coisas eram mais difíceis (acesso, transporte, saúde, tecnologia no campo, etc.), inclusive por ainda não ser ter os recursos tecnológicos inseridos no campo.

Essa situação citada pelo Prof.Ms. Rafael, também é mencionado pelo Sr. Erazini Pinheiro Fonseca³⁷:

A Cappol surgiu de forma conjunta de alguns proprietários rurais com o objetivo de facilitar a vida deles no tocante ao que eles produziam, por exemplo, o armazém já surgiu um pouco depois da loja. Então eles tinham a preocupação e ter um mercado próprio, onde eles pudessem fazer aquisição dos produtos que eles necessitavam na sua propriedade com o custo um pouco menor (PINHEIRO, entrevista realizada em 28/04/2016)

Ainda na visão do Sr. Erazini, a principio, o principal objetivo da Cooperativa seria voltado à pecuária, desenvolvimento e melhoramento do rebanho bovino. Afirma ainda que foi um projeto totalmente visionário para a época, levando em consideração que a realidade local da época era baseada na agricultura e pecuária em modo rudimentar.

Já na opinião do Sr. Helder Luz Costa³⁸ a criação da cooperativa Cappol se deu por interesse dos pecuaristas, eles se reuniram de forma conjunta e arrecadaram recursos próprios e fundaram a cooperativa que surgiu primeiramente como uma lojinha agropecuária, que vendia produtos para os sócios.

³⁶Professor da Universidade Federal do Tocantins e filho de um dos fundadores da Cappol. Foi funcionário da Cooperativa e fazia parte da equipe de apoio técnico da Cappol, por volta de 1986-89, e trabalhando na Unidade Básica de Produção de Semente (UBS).

³⁷ Era funcionário da Cooperativa sendo responsável pela filial de Crixás na década de 1980.

³⁸ Era veterinário e sócio da cooperativa, fazia parte da equipe de assistência técnica da Cappol.

Na visão da Sra. Hercilia de Souza Rodrigues³⁹ a cooperativa foi criada com capital privado dos sócios, sendo uma das primeiras cooperativas criadas no antigo Norte Goiano, atual estado do Tocantins. Segundo a entrevistada, no início era uma cooperativa de consumo que funcionava numa lojinha que revendia vários produtos e objetos, desde alimentos não perecíveis, ferramentas de trabalho e medicamentos veterinários.

De acordo com a Sra. Iararine Costa Braga, na segunda metade da década de 1960 ocorreu a mudança do mercado da cooperativa para sua sede própria (Figura 6).

Figura 6 - Parte externa do mercado da Cooperativa CAPPOL-1972/1974



Fonte: Arquivo pessoal de Deijayme Aires da Silva

Segundo a Sra. Iaririne Costa Braga devido a doação de um terreno para a Cooperativa, feita pela Prefeitura Municipal de Porto Nacional. E a construção da estrutura física foi arcada financeiramente pelos sócios da cooperativa. Nessa nova estrutura funcionava o mercado e a sede da Cappel. Esse mercado localizava-se aonde atualmente funciona a Universidade Aberta do Brasil (UAB) na Rua Getúlio Vargas esquina com a rua Bartolomeu Bueno no centro da cidade (Figura 7). O prédio ainda pertence à Cooperativa e foi reestruturada na década de 1980.

³⁹Trabalhou de 15/09/1965 a 10/03/1994 na Cappel, na função de gerente comercial e vivenciou suas transformações e ampliações, participando desde os primeiros anos de surgimento da Cappel até seu processo de falência em 1990.

Figura 7 - Prédio da CAPPOL alugada para a Universidade Aberta do Brasil, no centro da cidade.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, fotografado em 23/06/2016

O novo mercado, de acordo com o entrevistado n. 7, sem identificação, era dividido em duas áreas, sendo que, em uma, vendiam produtos agropecuários e na outra, produtos alimentícios, atendendo a população em geral, sendo sócio ou não. Vários produtos eram vendidos no mercado, tais como óleo, biscoito, feijão, leite em pó, café, etc., utensílios em geral, para dona de casa, como panelas, copos, etc., e produtos agropecuários, como arames, peneiras, machado, martelo, inchada, facão, vacinas, remédios, adubo, etc., que davam suporte ao homem do campo, conforme demonstram as Figuras 8 e 9.

Figura 8 - Visão externa do mercado da CAPPOL década de 1970



Fonte: Arquivo pessoal de Deijayme Aires da Silva

Figura 9 - Visão interna do mercado da Cappol na década de 1970



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília de Souza Rodrigues

O Dr. Eduardo Manzano, afirma que havia um caminhão da/na cooperativa por volta de 1969/1970 que ia regularmente até Goiânia – GO e trazia para as pessoas o que precisava e mantinha o estoque do mercado da cooperativa. Inclusive trazia os medicamentos do hospital e o material utilizado nos procedimentos cirúrgicos.

A atuação da Cappol em seus primeiros anos, segundo o Sr. Djaime Aires da Silva (presidente da Cappol de 1974/82), consistia, sobretudo, na venda dos produtos do mercado e uma ou outra ação voltada para a pecuária e a agricultura local. Nos primeiros anos da década de 1970 a Cappol passa por uma primeira crise, chegando a ocorrer expulsão de sócios por ações questionáveis em relação ao bom andamento da instituição⁴⁰.

Nas palavras do entrevistado:

Quando eu assumi o cargo de presidente da Cappol, por volta de 1974, o que tinha no balanço realizado era um estoque avaliado em cerca de 4 mil cruzeiros onde encontrava-se alça de caixão funerário, espelhos e arames. Tive muita dificuldade no início, pois peguei a cooperativa em um processo de decadência, enfrentavam muita dificuldade, inclusive tinha saído inúmeros sócios da mesma, e reconquistar a confiança dos produtores não foi fácil (Entrevista, realizada ao Sr. Deijayme Aires da Silva).

Precedendo este momento o mesmo relata que a realidade da Cooperativa não era muito promissora, ela passava por um processo de crise e havia uma porcentagem considerável de desistência de sócios.

Quando eu assumi a presidência da cooperativa, foi por meio de aclamação e nesse mesmo dia quando terminou a eleição, o secretário o presidente anterior chamou-me de doido, por ter assumido uma cooperativa praticamente falida. Eu passei uma noite inteira sem dormir, preocupado e pensando no que iria fazer para reerguer a cooperativa, e ganhar novamente a confiança e credibilidade com os sócios, que nessa época estavam saindo (SILVA, entrevista realizada em 23/03/2016).

Segundo ele, na verdade entregaram a cooperativa sobre seus cuidados pensando que ele não conseguiria reerguer-la e a mesma se findaria em sua gestão, já que havia um contexto político partidário em meio a esta situação: “[...] na época eu me candidatei a prefeito, a oposição fazia muito perseguição e me entregaram a administração da cooperativa porque pensaram que eu não daria conta de administrá-la e ficaria mal perante a sociedade portuense” (SILVA, entrevista realizada em 23/03/2016).

Nesse momento, por volta de 1974/75, o município de Porto Nacional passava por um processo de (re)organização no seu espaço agrário, estava havendo o cercamento das propriedades e a ampliação das lavouras de arroz, que inclusive o Sr. Deijayme Aires da Silva foi um dos primeiros produtores a investir nesta plantação de forma mecanizada.

⁴⁰ O entrevistado ao tinha lembranças mais específicas sobre os motivos das expulsões.

Devido a essas transformações agrárias/agrícolas ⁴¹ foi preciso rever algumas diretrizes da Cappel, passando esta a investir na ampliação da estrutura para atender a demanda da produção de arroz na região. As atividades agrícolas passam a predominar entre as ações da Cappel.

⁴¹ Vale lembrar que a atuação da Emater se inicia neste momento em Porto Nacional, tendo dentre um de seus objetivos a modernização do campo. As ações da Emater e seus resultados influenciam sobre as atividades da Cappel.

CAPÍTULO V - MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A NOVA DINÂMICA DA CAPPOL

A modernização agrícola em Porto Nacional, a partir da segunda metade da década de 1970, contribuiu para uma (re)organização da CAPPOL, que até então, tinha sua atividade centrada, principalmente, na comercialização de produtos agropecuários e alimentícios, em um pequeno mercado para a população em geral.

A modernização agrícola em Porto Nacional, de acordo com Rocha (2015), ocorre centrada em duas produções agrícolas principais, o arroz e a soja. O primeiro momento, através da plantação de arroz mecanizada, observado a partir de meados da década de 1970. O segundo momento é representado pela introdução do cultivo de soja de maneira mecanizada na região, a partir dos primeiros anos da década de 1980. Neste processo de modernização do campo, a CAPPOL se torna uma das principais referências para os produtores.

O armazenamento de arroz, realizado pela CAPPOL a partir de 1975 em Porto Nacional, a criação da equipe de assistência técnica em 1986, e o armazenamento de soja nos municípios de Porto Nacional e Crixás em 1988/1989, foram marcos desse novo momento da cooperativa.

A introdução da soja não significou a substituição, em grande escala, da produção do arroz. A maior produção de soja ocorreu no município de Crixás, com produtores originários do Sul do Brasil. Nessa nova fase da cooperativa, as atividades passam a ser mais de cunho agrícola do que pecuária.

5.1. A CAPPOL e a produção de arroz mecanizada

A partir de meados da década de 1970, a cooperativa ganha novos contornos, inclusive na sua estrutura física e no seu crescimento econômico. Nesse momento a CAPPOL deixa de ser, somente aquele mercado que revendia para a população portuense alguns produtos, e passa também, a exercer outras atividades, de cunho mais agrícola, para atender à demanda da produção da época e, segundo o Sr. Rafael José de Oliveira, entrevista realizada em 3/02/2016:

A Cappol foi atrás do progresso, se modernizou para atender a demanda dos sócios e de não sócios, produtores da região que estavam indo armazenar em outros armazéns que não era no município, foi aí que veio a necessidade de expandir os negócios da CAPPOL.

Com o crescimento da plantação de arroz na região de Porto Nacional a Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda. (Cappol) viu a necessidade e a oportunidade de ampliar sua

forma de atuação, vendo na modernização agrícola uma chance de expandir a cooperativa. O então presidente, o Sr. Deijayme Aires da Silva, desempenhou um papel importante nesse processo de modernização da cooperativa e da modernização agrícola em Porto Nacional, pois ele foi um dos primeiros plantadores de arroz (1972) e de soja (1981-83) em Porto Nacional.

Com a expansão da fronteira agrícola a cooperativa funcionou como um ponto de encontro e de diálogo entre os produtores, que de forma indireta conversavam sobre as políticas de incentivo do governo, como crédito agrícola e outros benefícios que nós tínhamos enquanto produtor rural (SILVA, Aires Deijayme entrevista realizada em 23/03/2015).

Segundo informações do Sr. Deijayme Aires da Silva, presidente da cooperativa na época, uma das alternativas para buscar recursos para ampliar a cooperativa, foi buscar obter financiamentos junto a bancos brasileiros, como por exemplo: Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC)⁴². Dentre estes bancos, somente o BNCC deu suporte a ampliação da cooperativa. Buscou-se apoio também, junto ao governo federal e apoio técnico ao ministério da agricultura, porém, sem sucesso.

Foram muitas as viagens até a capital brasileira, Brasília, pois eu queria conseguir de toda maneira apoio para fazer a cooperativa dar certo. Me esforcei muito, pois realmente acreditava que iria dar certo, como deu. Foram muitos não levados, mas a cada não eu também não desistia, pois acreditava que a cooperativa poderia também trazer alguma benfeitoria para o povo portuense e não apenas para os cooperados, que inclusive eram bem poucos na época, somente depois com o sucesso da cooperativa estes foram voltando pouco a pouco (SILVA, Deijayme Aires da. Entrevista realiza em 23/03/2016).

Ainda segundo o Sr. Deijayme Aires da Silva, foram várias as tentativas e as viagens com destino a Brasília com o objetivo de conseguir financiamento para a construção do primeiro armazém da cooperativa (Figura 10 e 11). Em uma dessas viagens conseguiu um financiamento de cinco milhões de cruzeiros junto ao BNCC para a construção de um armazém com a capacidade de armazenar 150 mil sacas de produtos agrícolas. O Sr. José Henrique, afirma que “a cooperativa buscava parceria com órgãos públicos como prefeituras, Ministério da Agricultura, etc.” (entrevista realizada 15/03/2016).

⁴² Esse banco foi criado em 1951 e extinto em 1990.

Figura 10 - Visita a Capital Brasília – DF, para conseguir apoio do Ministério da Agricultura, primeiros anos da década de 1970



Fonte: Arquivo pessoal de Deijayme Aires da Silva

Figura 11 – Dialogo com o Ministro da Agricultura Alisson Paullinele, buscando recurso para a construção do primeiro armazém da Cappol



Fonte: Arquivo pessoal de Deijayme Aires da Silva

O Sr. Deijayme relata ainda que nessa ocasião houve também uma proposta da ONG Pão para o Mundo (de origem européia), que ofereceu um financiamento de 150 mil cruzeiros, uma Combi e a construção de um armazém para 150 sacas de produtos agrícolas. Houve um embate porque essa ONG insistia em financiar a cooperativa, mas a diretoria da cooperativa decidiu abrir mão e optou em ficar com o financiamento oferecido pelo BNCC de cinco milhões de cruzeiro, que logo foi liberado e deu-se o início a construção do armazém da cooperativa.

Em 1975 lançou-se a pedra fundamental no local onde iria ser construído o primeiro armazém da Cappol (Figuras 12 e 13), localizado atualmente na Av. Carlos Braga, 1498, Setor Aeroporto, Porto Nacional –TO.

Figura 12 - Lançamento da pedra fundamental da construção do 1º armazém da Cappol em 1975



Fonte: Arquivo pessoal de Deijayme Aires da

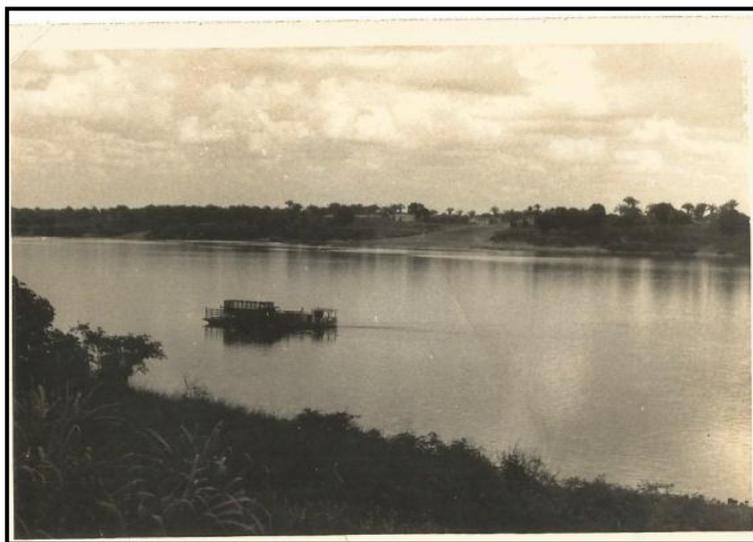
Figura 13 - Lançamento da pedra fundamental da construção do 1º armazém da Cappol em 1975



Fonte: Arquivo pessoal de Deijayme Aires da Silva

A ajuda da Prefeitura Municipal de Porto Nacional na construção do primeiro armazém da CAPPOL ocorreu, segundo o Deijayme Aires da Silva, na forma de auxílio, por cederem caminhões e por pagarem o transporte das ferragens compradas em Belo Horizonte, MG para ser usado na construção do armazém. Alguns materiais de construção como tijolos e telhas, eram transportados pelo rio Tocantins, por pequenas embarcações, ilustrado na Figura 14.

Figura 14 - Embarcação transportando materiais para a construção do armazém da CAPPOL



Fonte: Arquivo pessoal – Deijayme Aires da Silva

Tanto o Sr. Deijayme Aires da Silva quanto o Sr. Olegário José de Oliveira relatam que o material usado na construção do primeiro armazém ao ser desembarcado em Porto Nacional chamava muita atenção da população. “Os caminhões passando em meio às ruas estreitas da época no centro de Porto Nacional despertava atenção das pessoas, que iam para as portas de suas casas olhar todo aquele movimento” (OLIVEIRA, Olegário José de. Entrevista realizada em 12/02/2016).

Segundo o Sr. Deijayme Aires da Silva, ele foi alvo de muitas críticas por construir um empreendimento desse porte na região. O mesmo destaca que:

Quando eu assumi a direção da cooperativa foi muito difícil, pois recebi inúmeras críticas. Críticas estas que vinham principalmente por tentar crescer a cooperativa e por construir um armazém tão grande em uma região tão isolada em relação ao Centro do país. Foi difícil, perdi noites de sono, mas acreditei que era possível, não tive apoio de muitos, mas tive apoio de poucos, e estes poucos ajudaram e acreditaram e juntos conseguimos trabalhar em prol do melhoramento e fortalecimento da Cappol. (Entrevista realizada em 23/03/2016)

Segundo informações da entrevistada n° 8, muitas pessoas participaram do processo de construção do primeiro armazém convencional da Cappol. “Foram muitas vagas de emprego ofertadas de forma direta e indireta com a construção do armazém. Para uma cidade que não tinha praticamente nada, ver a modernização chegar foi um passo muito importante” (entrevista n° 8, realizada em 12/11/2016). A partir da fala da entrevistada é possível perceber que a ampliação da Cappol representou um novo momento na realidade econômica de Porto Nacional.

Essa ampliação na Cooperativa se deu em função da expansão da modernização agrícola e da expansão da fronteira agrícola na região. Se pensarmos que antes Porto Nacional, na questão agrícola, baseava-se na roça de toco, na criação de gado de forma rudimentar, foi um pulo qualitativo quando se passa da inchada para o trator. Isso é perceptível na fala do Dr. Eduardo Manzano que destaca que:

Em Porto Nacional o processo de modernização agrícola é interessante. Você salta da inchada e do machado direto para o trator, coisa que em outros locais ocorre de maneira diferente. Não mi recordo de ter visto aqui em Porto Nacional o arado com o boi, se teve foi muito pouco. Acredito eu que esse foi um salto importante para haver a modernização da cooperativa, que se moderniza para atender a demanda deste novo momento, ou melhor, para atender os produtores de arroz da região (entrevista realizada em 17/06/2016).

Do lançamento da pedra fundamental, em 1977, à inauguração, em 1979, funcionou de forma improvisada um armazém, para ir atendendo à demanda dos produtores, conforme ilustram as Figuras 15 e 16. A partir desse momento, a principal renda da Cooperativa, passaria a ser o armazenamento e a secagem da produção da área de atuação da Cooperativa.

Figura 15 – Armazém improvisado



Fonte: Arquivo pessoal Deiyavme Aires da Silva

Figura 16 – armazém improvisado



Fonte: Arquivo pessoal Deijayme Aires da Silva

Da busca de financiamentos até a inauguração do armazém da Cappol, segundo Deijayme Aires da Silva (2016), foram cerca de cinco anos. A inauguração do armazém da cooperativa ocorreu no dia 11 de março de 1979, ilustrado na Figura 17, na mesma data que ocorreu à inauguração da ponte sobre o rio Tocantins em Porto Nacional.

Figura 17 – Inauguração da ponte sobre o rio Tocantins e do armazém da CAPPOL em 1979



Fonte: Arquivo pessoal de Deijayme Aires da Silva

No evento se fizeram presentes vários representantes políticos da região e do Estado de Goiás, conforme Figuras 18 e 19. O ato de inauguração da CAPPOL foi marcado para o mesmo momento e local da inauguração da ponte, o que levaria a aglomeração de pessoas em um mesmo local, junto à ponte sobre o rio Tocantins. Na hora do evento, os representantes políticos, dificultavam a fala dos representantes da cooperativa, tentando deixar transparecer para a população, que a cooperativa era feita por eles, fato que segundo o entrevistado, não é verídico e o Sr. Deijayme Aires da Silva (2016), relata que:

A inauguração do armazém da cooperativa foi um evento impar em Porto Nacional. Neste mesmo dia, também houve a inauguração da ponte sobre o rio Tocantins, recordo-mi como se fosse hoje, o governador de Goiás fazendo todo um discurso sobre a cooperativa, de uma forma que dava a entender que eles tinham feito ou tinha ajudado, coisa que nunca foi verdade. Lutamos muito, nós sócios e toda a equipe da cooperativa para o crescimento dela. Eu como presidente e representante na Cappol, quase não pude falar, falei pouco e toda hora tentavam intervir e tomar a voz e vez que nós tínhamos (Entrevista realizada em 23/03/2016).

As Figuras 18 e 19 registram a inauguração da CAPPOL e da Ponte sobre o rio Tocantins.

Figura 18 - Inauguração do armazém da cooperativa, em 1979



Fonte: Arquivo pessoal de Deijayme Aires da Silva

Figura 19 – Inauguração do armazém da cooperativa, em 1979



Fonte: Arquivo pessoal de Deijayme Aires da Silva

Segundo relatos de alguns dos entrevistados⁴³, nessa data ocorreram manifestações políticas pró-criação do Tocantins, pois já se cogitava e se lutava pelo desmembramento do antigo Norte Goiano e pela criação do Estado. A inauguração da ponte sobre o rio Tocantins e do armazém da CAPPOL, foi um marco para Porto Nacional, em um evento que reuniu muitas pessoas, conforme ilustram as Figuras 20 e 21.

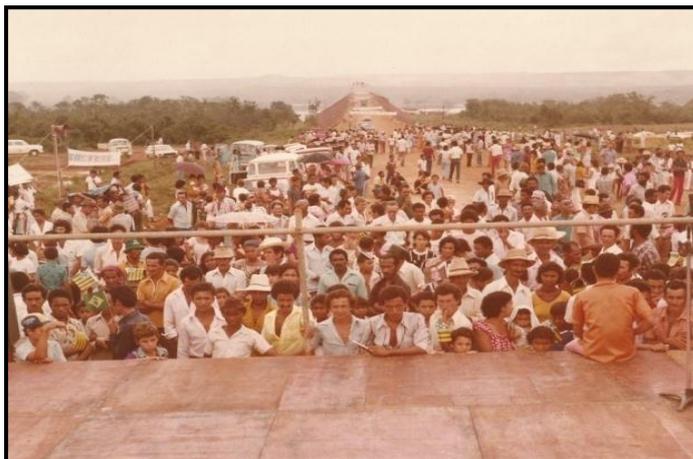
Figura 20 - Manifestação durante inauguração da ponte sobre o rio Tocantins e do armazém da CAPPOL



Fonte. Arquivo pessoal de Deijayme Aires da Silva

⁴³Solicitaram para não serem citados em relação a este assunto

Figura 21- Inauguração da ponte e do armazém da Cappol em 1970



Fonte: Arquivo pessoal de Deijayme Aires da Silva

Após a inauguração do primeiro armazém, conforme Figura 22, a CAPPOL passa a ser um agente de modernização, pois a Cooperativa, que até então tinha sua atividade centrada na comercialização em um pequeno mercado, passa a ser o centro de recebimento de arroz de Porto Nacional e cidades circunvizinhas. Após inaugurado, o novo armazém chama a atenção pela sua modernização em um município até então relativamente isolado e pouco desenvolvido.

Figura 22 - Armazém convencional da CAPPOL em 1979 depois de inaugurado



Fonte: Arquivo pessoal de Deijayme Aires da Silva

A construção do armazém da Cappol abriu novas vagas de emprego para moradores de Porto Nacional e cidades circunvizinhas. Na época da colheita vinham trabalhadores até de Anápolis – GO para descarregar e carregar caminhões⁴⁴.

Em relação aos trabalhadores da Cappol, a entrevista n° 32 destaca a existência de diversas atividades. As funções eram diversos, como vigilante, chapa, motorista, gerente comercial, serviços gerais, contador, e etc. A Figura 23 mostra trabalhadores e gestores da Cappol logo após a inauguração do armazém no final da década de 1970.

Figura 23 - Diretores e trabalhadores da Cappol em 1979



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília de Souza Rodrigues

A relevância da ampliação da Cappol para a expansão da fronteira agrícola é perceptível na fala do Sr. Raimundo Dias:

Havia uma demanda dos agricultores locais e regionais em expandir as áreas de fronteira e promover o desenvolvimento na região. Isso tudo com a ajuda direta ou indireta do Estado, pois para nós isso também representava um crescimento pessoal enquanto agricultor e pecuarista (entrevista realizada em 13/02/2015).

A cooperativa Cappol serviu como ponto de apoio para a expansão da fronteira agrícola no antigo Norte Goiano, no sentido que ela era o empreendimento mais relevante da região na época (1970-80), e dava todo o suporte na parte de secagem e armazenagem de grãos para os produtores, tanto de Porto Nacional como da área de abrangência da cooperativa.

Em relação às políticas de financiamentos promovidas pelo Estado, elas não ocorriam via cooperativa, mas sim de forma pessoal entre banco e cooperado. Neste caso a Cappol servia como ponto de apoio no sentido de ser um local de encontro entre cooperados

⁴⁴ Esses trabalhadores ficavam no aguardo da chegada ou saída de caminhões e eram chamados de “chapas”.

na qual os mesmos dialogavam entre eles sobre as políticas, empréstimos, modernização agrícola dentre outros assuntos e juntos traçavam direcionamentos sobre como expandir e crescer a cooperativa e o lucro individual de cada um.

É importante destacar que os empréstimos feitos pelos sócios da Cappol não eram responsabilidade da Cooperativa. Caso os sócios não quitassem suas dívidas a Cappol não tinha responsabilidade alguma de pagar a dívida individual de cada sócio. Já os empréstimos feitos para serem investidos na melhoria da cooperativa, como por exemplo, para ampliar sua estrutura, comprar maquinários para a Cappol, etc., era de responsabilidade de todos os sócios e caso o dinheiro vindo do armazenamento e secagem do armazém não desse para cobrir e pagar os custos o valor seria rateado entre os sócios da cooperativa.

Os empréstimos pessoais não eram feitos via cooperativa, porém o produtor tinha que está em dia com a Companhia de Financiamento da Produção (CFP)⁴⁵, hoje Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) do Governo Federal, que comprava a produção dos sócios da cooperativa. Os sócios podiam vender sua produção para terceiros, “[...] mas como naquela época (1870-80) os compradores eram escassos, vendia-se mesmo para a CFP (Conabe)” (MASCARENHAS, Joaquim Maria Rocha. Entrevista realizada em 03/05/2016).

Os empréstimos dos cooperados eram realizados, geralmente, no Banco do Brasil e de forma individualizada entre sócio e banco sem a mediação da Cappol. O nome da cooperativa era utilizado apenas como mérito de apresentação, mas sem influencia no empréstimo.

Nas palavras de Joaquim Maria da Rocha Mascarenhas:

A Cappol não tinha nada haver com os empréstimos feitos entre sócios e o banco do Brasil. A safra era vendida para a CFP, atual Conabe. Compravam pelo preço mínimo. Era uma espécie de compra casada. Se a pessoa não vendesse para a CFP ficava difícil pegar empréstimo no Banco (Joaquim Maria da Rocha Mascarenhas, entrevista realizada em 03/05/2016).

Os produtores eram contemplados pelas políticas públicas para o abastecimento alimentar promovidos pela CFP (atual Conabe). Dentre essas políticas tinha-se a Aquisição do Governo Federal (AGF) e o Empréstimo do Governo Federal (EGF). Se o produtor cooperado

⁴⁵Foi instituída a CFP - Companhia de Financiamento da Produção - Empresa Pública Federal, por meio do Decreto-lei nº 5.212, de 21/01/1943. Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conab-quemSomos.php>>. Acesso em 31/07/2016, às 18h48min.

vendia a produção direto para a CFP era por meio da AGF e se ele decidisse esperar o melhor preço do mercado e vender a produção depois que o preço melhorasse faria um EGF.

O Sr. Valdivino Fraga de Melo⁴⁶ explica essa situação do AGF e do EGF. Segundo ele, no AGF o Governo Federal comprava a produção pelo preço mínimo e deixava armazenada no armazém da Cooperativa, geralmente até a próxima safra. No período da safra seguinte essa produção era leiloada. No EGF o produtor pegava o empréstimo do Governo Federal (EGF) e deixava o seu produto no armazém da Cappol, com o objetivo de vender por um preço melhor. Caso num período de seis meses o produtor não vendesse a produção e não pagasse o CFP esse produto, ou parte dele se tornaria uma AGF, como forma de pagar o governo. Caso a produção já estocada nos armazéns da Cappol por algum motivo fosse extraviada ou perdida a cooperativa deveria arcar com os prejuízos.

De acordo com o Sr. Joaquim Maria Rocha Mascarenhas, a cada nova safra o Governo Federal fazia a remoção da safra anterior, geralmente essa safra era levada para Anápolis - GO e Itumbiara - GO para ser leiloada.

De acordo com o Srs. Valdivino Fraga de Melo e Joaquim Maria Rocha Mascarenhas, o Banco do Brasil fazia todo o trabalho de fiscalização da/na cooperativa, principalmente sobre a produção. O Banco do Brasil era o responsável por fazer a mediação entre Cooperativa e CFP (Conabe). A produção era levada até a cooperativa e passava por um Classificador Vegetal, que era funcionário CFP, e esse, liberava um documento com informações que tinham, entre outras coisas peso, qualidade do produto e quantidade do produto que foi armazenado na cooperativa.

De posse desse documento o produtor se dirigia até o Banco do Brasil e negociava a venda de sua produção, saindo com um documento atestando que aquele produto pertencia a CFP. Quando o responsável pelo CFP ia retirar o produto da cooperativa, vinha um fiscal do Banco do Brasil e fiscalizava se o produto que estava saindo tinha a mesma qualidade do produto inicial que havia sido armazenado. O CFP (Conabe) ficava responsável por pagar a armazenagem e o expurgo do produto para a Cappol.

Nas palavras do Sr. Joaquim Maria Rocha Mascarenhas:

Quando o produtor terminava de colher e o produto estava pronto para ser vendido ele ia no setor de classificação, que ficava dentro do prédio da Cappol sobre a responsabilidade da CFP, (Conabe) e pesava o produto e dizia que queria vende-lo. Depois disso o produtor ia no Banco do Brasil, que era quem fazia toda a transação com a Conabe, e levava o documento emitido pelo setor de classificação. A partir daquele momento a produção era da Conabe e a cooperativa apenas armazenava o produto. Para o comprador retirar o produto do armazém o banco também emitia o documento para ele (Entrevista realizada em 03/05/2016).

⁴⁶Foi presidente e sócio da Cappol. Atualmente trabalha no Ruraltins em Palmas – TO.

O Sr. Joaquim Maria Rocha Mascarenhas relata que a grande maioria dos produtores, sendo sócios ou não, tinham algum tipo de financiamento com o banco para auxiliar na produção. Em relação à comercialização do produto o mesmo afirma que “[...] é uma espécie de compra casada, eu compro de você, mas você fica proibido de vender para outra pessoa. E mesmo que falassem que podia ser vendido de forma individual, enquanto o produtor que tinha pegado o EGF não pagasse o banco o produto não saía da cooperativa” (Entrevista realizada em 03/05/2016). Isso porque um dos requisitos básicos para o produto sair da cooperativa era o documento emitido pelo banco afirmando que o produtor já tinha quitado sua dívida com a CFP.

É importante deixar claro que essa forma de comercialização se dava somente com a produção de arroz, pois com a soja o processo de venda ocorria de maneira diferente. Dava-se neste caso de forma particular entre produtor e comprador, já que a plantação era relativamente pequena e os compradores escassos, como serão mostrados no tópico 5.2.

Dentre as políticas e projetos que os cooperados tiveram acesso destacam-se o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste (Proterra). Este foi importante no processo de cercamento das propriedades discutido no tópico 4.2 deste capítulo. Segundo o Sr. Raimundo Dias em Porto Nacional o Proterra, que não era acessado via cooperativa, contribuiu para o melhoramento do rebanho, compra de novas matrizes, construção de currais, sedes nas propriedades rurais. Muitas pessoas pegavam o financiamento do Proterra por ser dividido em varias vezes e a juros baixos.

O Sr. Raimundo Dias relata que muitos dos sócios da cooperativa pegaram financiamentos do Proterra, principalmente para investir na pecuária local e na formação de pastagens para receber o rebanho. Isso se dava de forma especifica através de projetos, na qual cada indivíduo que tinha interesse tentava se enquadrar ao máximo nas exigências exigidas pelo programa para ter acesso ao financiamento do mesmo. Nesse sentido a Cappol era beneficiada pelo fato, dos pecuaristas comprarem na cooperativa, produtos para serem usados no rebanho bovino, com, por exemplo: vacinas, inseticidas, remédios, sal e outros.

Nas palavras do entrevistado:

Eu fui o ultimo a pegar o financiamento do Proterra, eu quando sócio da cooperativa. Com o dinheiro do financiamento, foram comprados vinte matrizes e um reprodutor. Esses projetos especiais do Proterra contribuían muito para a formação das pastagens, e para a criação do gado. E a Cappol se beneficiava disso porque comprávamos os produtos para o uso do rebanho na mesma. (DIAS, Raimundo. Entrevista realizada em 20/02/2016).

O Sr. Valdivino Fraga de Melo concorda com o Sr. Raimundo Dias, e afirma que o Proterra contribuiu para a modernização agrícola de Porto Nacional, mesmo que de forma

indireta. Já que o principal alvo do programa era a pecuária, e esta foi muito beneficiada na região por este programa do Governo Federal, na década de 1970/80. “[...] o acesso ao Proterra era fácil o pecuarista procurava se enquadrar nas normas do programa, pois seus juros eram baixos e tinha-se um longo prazo para pagar, até mais ou menos doze anos. Aqui na região muitas pessoas foram contempladas pelo Proterra” (MELO, Valdivino Fraga de. Entrevista realizada em 16/06/2016).

Os projetos agropecuários eram um dos requisitos básicos para se ter acesso ao Proterra, sob responsabilidade da ACAR/EMATER – GO, que eram os órgãos de Estado que davam assistência técnica ao produtor e ao pecuarista na época.

Sobre o tema um dos entrevistados destaca:

O acesso ao financiamento do Proterra ocorria de maneira particular, entre sócio e o fiador. A empresa de assistência técnica da época, no caso a Emater – GO, fazia o projeto e o assinava em parceria com o produtor. Era a partir desse projeto que o Banco via se era possível dar o financiamento ou não, e a Emater acompanhava o desenrolar desse financiamento, e o banco entrava com o recurso, no caso do Proterra. (MELO, Valdivino Fraga de. Entrevista realizada em 16/06/2016).

O financiamento dos produtores se deu, também, pelo programa de Crédito Agrícola. Segundo Furstenu (1987), o Crédito Agrícola foi um programa desenvolvido pelo Governo Federal na década de 1970. Um informativo técnico da Seagre (2011) destaca que ligado ao financiamento agrícola criou-se o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), em 1973, por meio da Lei nº 5.963, sob a responsabilidade do Banco Central.

O Governo Federal utilizou livremente emissões monetárias para pagamentos de sinistros, mas, com as crescentes restrições a esse tipo de “financiamento”, apareceram as fragilidades do Programa que, nos seus treze primeiros anos de operação apresentou um déficit acumulado de US\$ 1,7 bilhão. Ao longo das décadas seguintes, o Programa sofreu diversas alterações, que visaram resolver os seus crônicos déficits. O Proagro existe até hoje, sendo parte importante dos instrumentos de gestão do risco agrícola vigentes no Brasil (SEAGRE, 2011, p. 3).

O Sr. José Henrique⁴⁷ ressalta que quando os produtores perdiam a produção por algum fator climático, eles eram beneficiados pelo Seguro Proagro – Seguro Agrícola. Quando o produtor fazia um financiamento, já pagava uma taxa para o banco referente ao Proagro, caso ele não conseguisse êxito na produção o seguro era acionado.

Em relação ao seguro Proagro o entrevistado nº 21 pontua algumas situações que se fizeram presentes na área de atuação da Cooperativa e que não era atitude correta a ser tomada por parte dos produtores ao receberem o financiamento. Segundo ele houve a “indústria do Proagro” – por ele assim denominada –, que seria uma forma de burlar o

47 Veterinário e sócio da Cooperativa, era membro da equipe de assistência técnica da Cappol.

referido seguro. Nessa “indústria” encontrava-se a presença de “laranjas”, pessoas que eram nomeadas como sendo dona da produção de arroz e que na verdade não eram. Muitas vezes eram funcionários das propriedades ou outros familiares.

O entrevistado explica:

Existia a indústria do Proagro. Ocorria, por exemplo, você tinha uma propriedade e vários arrendatários rateavam entre eles para arrendar a propriedade. Só que aquele arrendamento meu era somente no papel, eram na verdade laranjas, muitas vezes eram trabalhadores dele, familiares ou conhecidos. E com o arrendamento feito eles iam até o banco pegavam o financiamento para plantar a lavoura e pagavam o seguro Proagro. Tinha proprietário que tinha mais de vinte arrendatários dentro da propriedade dele. Aí 70% daqueles arrendatários perdia a lavoura e os outros 30 ganhavam, só que aqueles 70% que perdia, as vezes na verdade não perdia, ele fazia era uma espécie de rolo, perdia a lavoura de mentira. Ele passava a produção dele para outro arrendatário, o outro colhia muito e esse não colhia nada e pegavam o seguro Proagro (Entrevista n° 8, realizada em 12/01/2016).

É possível inferir que uma situação como essa deveria acontecer, provavelmente, com a participação de outros agentes ligados à fiscalização e/ou financiamento. Também, essa informação se faz importante para possíveis estudos que poderão vir a ser realizados sobre a questão fundiária de Porto Nacional que envolve arrendamento de terras.

Clemente Barros descreve outra situação que ocorria no acesso ao Proagro por parte de sócios e não sócios da Cappol. Segundo ele nem todos os produtores eram beneficiados pelo Proagro, porque os recursos do mesmo diminuíram. Isso porque também aumentou a quantidade de produtores em Porto Nacional, pois, estava havendo um processo migratório de outras regiões brasileiras para este município, sobretudo da região Sul do Brasil. Migrantes estes que vinha com a expansão da fronteira agrícola e trazia consigo experiência previa do cultivo com a soja em seus locais de origem.

De acordo com o Sr. Clemente Barros com a diminuição do seguro Proagro muitas pessoas não conseguiam quitar suas dívidas com o banco. Já que muitos produtores de arroz perdiam a produção e não conseguiam acessar o seguro, e conseqüentemente não conseguia pagar o financiamento feito para investir da produção, o que gerava um grau de inadimplência alto nas áreas de atuação da Cappol. Uma das soluções encontrada por parte do proprietário segundo o entrevistado, era a venda da propriedade para o migrante que estava chegando.

Quando o migrante chegava ao município de Porto Nacional e comprava a propriedade do produtor local, o migrante renegociava a dívida diretamente com o banco, pagando apenas a diferença do valor da propriedade para o proprietário e a outra parte pagava em parcelas para o banco. O Sr. Clemente Barros afirma que houve casos que o proprietário portuense não recebeu nada pela sua propriedade, simplesmente limpou o nome com o banco,

vendia sua propriedade no valor da dívida, por um valor simbólico. Nas palavras do entrevistado.

As pessoas do sul chegavam compravam a propriedade e renegociavam a dívida do próprio banco [...]. Então na negociação dava-se outra negociação entre banco e novo proprietário, aumentava-se os prazos, dava novas condições para que o novo proprietário pudesse quitar a dívida para com o Banco. Ou seja, o migrante assumia a dívida do proprietário da região, e em vez da terra ir para o Banco, ia para o migrante [...]. O migrante chegava encontrava a terra penhorada no banco, então ele juntava as partes e negociava o cara que tava comprando levava alguma vantagem porque ele livrava de ta colocando o capital que ele tinha trazido, o dever se livrava da dívida, e o banco se livrava do compromisso que ele tinha assumido com o antigo proprietário (BARROS, Clemente. Entrevista realizada em 11/05/2016).

O crescimento da cultura do arroz na década de 1970 proporciona possibilidades de ampliação da Cappol, que se moderniza para atender a demanda dos produtores da época, que tinha dificuldades em estocar a produção. Nesse contexto a Cappol ao mesmo tempo em que se moderniza em função da expansão da fronteira agrícola e da modernização agrícola em Porto Nacional torna-se também, um agente/elemento de modernização.

A Cappol como um agente de modernização tornou-se o maior centro de recebimento e armazenamento de arroz no antigo Norte Goiano, bem como funcionava como ponto de encontro entre cooperados que aproveitavam a oportunidade para discutir novas estratégias de crescimento da cooperativa e de modernização da/na agricultura local.

Este primeiro momento de modernização agrícola Rocha (2015) destaca que se deu por meio da ação do Estado, com a instalação em 1968, de uma unidade da ACAR-GO, substituída pela EMATER – GO em 1975 em Porto Nacional.

Segundo Rocha (2015), foi a partir da instalação da EMATER – GO que o município de Porto Nacional deu um salto na modernização havendo uma transição de uma pecuária, ainda em moldes tradicionais de criação para uma agricultura em larga escala de arroz de sequeiro, iniciada por produtores locais e migrantes, sobretudo do sul do Brasil. O autor cita ainda que os primeiros plantadores de arroz em moldes modernos foram o goiano (migrante com naturalidade não especificada) Sr. Júlio Tormim e o portuense Deijayme Aires da Silva, que também foi presidente da Cappol (1974-1982).

A Emater dava assistência a todos os produtores da região sendo sócios ou não da Cappol. A Cooperativa entrava apenas com a parte de secagem e armazenagem da produção. Para haver a modernização da produção de arroz em Porto Nacional, Rocha (2013) afirma que houve reuniões e dias de campo, com o objetivo de divulgar a produção e as tecnologias a serem empregadas, conforme ilustrado nas Figuras 24 e 25.

Figura 24 - Reunião de técnicos da EMATER com produtores rurais



Fonte: Rocha (2015, p. 75)

Figura 25 - Produtores de Porto Nacional Participando de um dia de campo



Fonte: Rocha (2015, p. 75)

O salto tecnológico foi qualitativo e representou um novo momento para Porto Nacional e para a Cappol. Segundo a entrevista nº 30, quem mais investia em tecnologias na agricultura era quem tinha dinheiro, recursos próprio para investir na produção. Estes na maioria das vezes eram migrantes. Essas novas tecnologias sejam com máquinas (Figura 26) ou com novas práticas de cultivo, como a realização de curvas de níveis (Figura 27), marcavam uma ruptura com o modelo tradicional de produção até então existente.

Figura 26 - Dia de Campo na Fazenda do Sr. Deijayme, para divulgação da curva de nível



Fonte: ROCHA, 2015, p. 74

Figura 27 - Colheita mecanizada de arroz



Fonte: Arquivo pessoal de Deijayme Aires da Silva

O Sr. Raimundo Dias, como funcionário da EMATER e sócio da Cappol, também concorda com o Sr. Deijayme e acrescenta ainda, que todo esse empreendedorismo só foi possível com uma ação conjunta, mesmo que de forma indireta de produtores, o Estado e a cooperativa.

Em relação ao armazenamento do arroz o entrevistado n° 28 afirma que a Cappol recebia a produção de sócios e não sócios da cooperativa, porém, a diferença e que os sócios tinha um desconto na secagem e na armazenagem do produto. O Sr. José de Nazaré Martins dos Reis descreve os passos desse produto quando chegava no armazém convencional⁴⁸: 1°) os grãos de arroz passavam na balança para serem pesados; 2°) os grãos após pesados iam para o secador se tivesse com um teor de umidade acima de 13%; 3°) Após esse momento os grãos voltavam novamente para a balança; 4°) o arroz era ensacado e empilhado. Após passar por todo esse processo o arroz era armazenado para ser comercializado.

A classificação do arroz era realizada em um escritório de classificação vegetal que funcionava dentro das dependências da cooperativa. Segundo o Sr. Willian Silva Luz⁴⁹, a Cappol era responsável por armazenar, secar e classificar o produto. O governo federal, por meio da CFP, pagava a Cappol pela quebra técnica, ou seja, pela perda de umidade do produto, e pelo expurgo (controle de pragas). O limite de umidade aceito na Cooperativa era de 13%. Quando o produto chegava geralmente era entre 14%, 15% e 16%, tendo que passar pelo processo de secagem até alcançar a umidade aceita pela Cappol e ser classificado como um produto dentro do padrão.

Em relação à classificação do arroz o Sr. William Silva Luz destaca que era classificado em seis tipos, 1, 2, 3, 4, 5 e abaixo do padrão (AP), que servia apenas para o consumo animal, sendo usado geralmente para fazer ração. “[...] o arroz da região era de boa qualidade. A nossa média aqui era tipo 1 e 2 com uma média de 48% de grãos inteiros. Portanto era um produto de boa qualidade” (LUZ, William Silva. Entrevista realizada em 15/01/2015).

De acordo com o Prof. Rafael José de Oliveira, havia uma variedade considerável de espécies de arroz cultivadas na área de abrangência da Cappol. Em maior escala era produzido o arroz de sequeiro, pois era o que melhor se adaptava as condições climáticas e geográficas do lugar. O entrevistado destaca ainda, que a variedade de espécies de arroz é compreendida pelo fato que muitos dos produtores locais, buscavam sempre novas espécies de arroz em diferentes lugares, indo desde a propriedade do vizinho a outros estados e municípios e inclusive adquiria-se muitas sementes do Projeto Rio Formoso

Nas palavras do entrevistado:

⁴⁸ Armazenava a produção em sacas.

⁴⁹Trabalhou na Cappol como classificador vegetal de 1986 a 2000. Atualmente é funcionário do Instituto De Desenvolvimento Rural Do Tocantins (Ruraltins).

O arroz daqui era arroz de terra alta, arroz de sequeiro, e ainda tinha uma dificuldade que a cada ano surgiu uma variedade nova de arroz. Tinha a importação de arroz de fora, tinha gente que produzia um tipo de arroz e no mesmo ano já estava produzindo outro tipo de arroz. Já tinha outro produtor tentando plantar aquilo ali, esse veranico aqui matava muito arroz muitos produtores perderam produções por causa das condições climáticas (OLIVEIRA, Rafael José de. Entrevista realizada em 23/02/2016).

Para atender a demanda crescente da produção de arroz de sequeiro, Rocha (2015) afirma que a Cappol ampliou sua estrutura, e isso foi fundamental para dar continuidade ao desenvolvimento da agricultura mecanizada no município de Porto Nacional, conforme ilustram as Figuras 28 e 29.

Figura 28 - Produtores visitando plantação de arroz



Fonte: Rocha (2015, p. 74)

Figura 29 - Plantação de arroz sequeiro



Fonte: Rocha (2015, p. 74)

Porém, em diálogos com produtores e sócios da CAPPOL, é possível afirmar que a produção de arroz, na década de 1980, estava a todo vapor e, comprovada por uma super safra que houve em 1988/1989, na área de atuação da cooperativa, produção essa, que ficou armazenada a céu aberto, pois não coube dentro do armazém da cooperativa. Antes dessa super safra o arroz já era armazenado a céu aberto, quando não cabia dentro do armazém, sendo este um dos motivos que levou a ampliação do mesmo, ilustrado na Figura 30, conforme relembra o Sr. William Silva Luz (2016), “[...] Por volta de 1988/89 lembro-me bem que houve uma safra tão grande que era muito arroz armazenado no pátio da cooperativa e até mesmo na rua. Choveu, molhou e mofou muito arroz e a cooperativa acabou prejudicando a comercialização e sua relação com a CFP por isso”.

Figura 30– Arroz armazenado a céu aberto no pátio da CAPPOL



Fonte: Franco (1987, p. 74)

Alguns dos motivos que levaram à decadência da lavoura do arroz, são elencados por Rocha (2015, p. 74):

- a) a rotação de variedade não era feita regularmente, ficando suscetíveis as pragas;
- b) a política de preço mínimo aplicada pelo Estado não cobria os custos de produção;
- c) pouca presença de empresas para comercialização da produção;
- d) dificuldade na aquisição de insumos e implementos agrícolas;
- e) falta de regulação de preços;
- f) diminuição na oferta de crédito para agricultores.

Mesmo com a introdução da soja, no início da década de 1980, o arroz ainda continuou sendo o principal produto armazenado na CAPPOL.

5.2. A CAPPOL e a produção de soja mecanizada

Durante a modernização agrícola em Porto Nacional, a soja marcou um segundo momento, sendo inserida nos primeiros anos de 1980, com plantios experimentais, segundo Rocha (2015), apoiados em pesquisas realizadas pela EMBRAPA e com apoio técnico da EMATER.

A disseminação da cultura da soja no município de Porto Nacional e em municípios circunvizinhos ocorreu, de acordo com o Sr. Deijayme Aires da Silva e o Sr. Raimundo Dias, através de reuniões e diálogos entre produtores e técnicos da EMATER, de Goiás e da EMBRAPA, que divulgaram a monocultura, conforme ilustram as Figuras 31 e 32

Figura 31 - Técnicas utilizadas por técnicos nas reuniões com produtores rurais



Fonte: Rocha (2015, p. 72)

Figura 32 - Reunião de técnicos da EMATER com produtores rurais.



Fonte: Rocha (2015, p. 72)

Segundo o Sr. Deijayme Aires da Silva, os primeiros plantios de soja foram realizados na fazenda do Sr. Julio Tormim Borges e em seguida nas propriedades rurais de Adecio Costa e do próprio Deijayme Aires da Silva, que na época era produtor, sócio e presidente da Cappol. Nesse contexto também ocorreram dias de campo para divulgação da produção de soja para os demais produtores (Figura 33 e 34).

Figura 33 - Plantação de soja em Porto Nacional



Fonte: Rocha (2015, p. 75)

Figura 34 - Plantação de soja em Porto Nacional



Fonte: Rocha (2015, p. 75)

Rocha (2015) destaca que entre os primeiros produtores de soja teve-se a presença de produtores locais que já tinham experiência com a lavoura de arroz, desde os primeiros anos da década de 1970. Segundo o Sr. Deijayme Aires da Silva, investia-se na plantação da soja por diferentes fatores: a) a monocultura era novidade na região; b) representava para ele e demais produtores uma nova oportunidade de desenvolvimento; c) havia incentivo e apoio técnico para se plantar esse tipo de lavoura.

De acordo com Rocha (2015), inicialmente a plantação da lavoura de soja em Porto Nacional ocorreu de forma incipiente com plantios experimentais. “[...] produzir soja no meio do Cerrado, para muitos era milagre, para outros era loucura, mas à medida que foram vendo

que dava certo mais sócios foram aderindo a esta monocultura” (SILVA, Deijayme Aires. Entrevista realizada em 23/03/2016).

A introdução da soja na década de 1980 contribuiu para a ampliação da Cooperativa e a Cappol também vai ser um elemento positivo para o crescimento dessa monocultura. A partir de 1984, quando Procópio Gama de Barcelos assume a presidência da Cooperativa, vai influenciar de forma positiva para ampliação da mesma em Porto Nacional, pois já tinha experiência prévia com esse tipo de lavoura na região sul do Brasil,

O Sr. Clemente Barros, que também foi presidente da Cappol (1989-1993), fala do papel e da influencia do Sr. Procópio Gama de Barcelos para o crescimento da produção de soja em Porto Nacional e na modernização da Cappol.

Como o Procópio era gaúcho, ele era plantador de soja no seu local de origem, e trouxe sua experiência para a Cappol, na sua administração. Inclusive ele foi um dos primeiros plantadores de soja em Porto Nacional. Então ele puxou muita gente para a Cappol, muitos sócios vieram por meio dele para a cooperativa, vindos por influencia dele. A influência do Procópio foi tão grande na Cappol, que o próprio irmão dele o Dr. Barcelos, foi deputado estadual a custa desta colônia gaúcha, sulista que foi chegando a Porto (BARROS, Clemente. Entrevista realizada em 11/05/20116).

Segundo o Sr. Procópio Gama de Barcelos, quando ele assumiu a presidência da cooperativa em 1984, ele tinha uma empresa particular em Porto Nacional que dava assistência ao produtor rural, sobretudo aos que produziam soja. Quando ele assumiu a presidência o cenário da Cappol se dava da seguinte maneira: a) tinha um armazém convencional com capacidade de armazenar 300 mil sacas; b) tinha um mercado que funcionava também como sede da cooperativa; c) havia um déficit na armazenagem da produção através da quebra técnica do produto; d) a demanda da produção era maior que a capacidade de armazenagem da cooperativa, chegando a armazenar arroz a céu aberto; e) havia cerca de 300 sócios na Cappol.

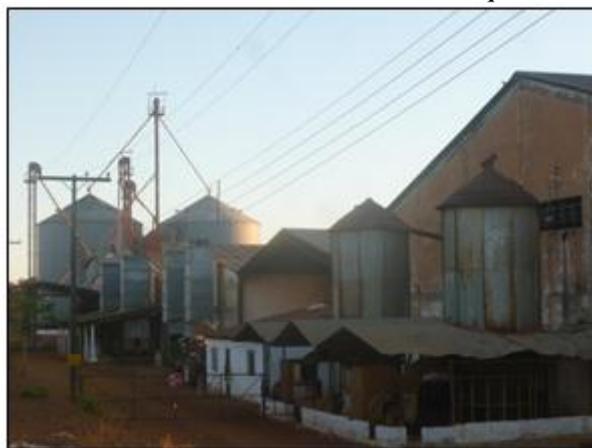
Ao longo da gestão do Sr. Procópio Gama de Barcelos houveram mudanças na Cappol, principalmente a sua ampliação para atender a nova demanda que se fazia presente a partir da introdução da soja.

Segundo o Sr. Procópio Gama de Barcelos, diante desse novo cenário agrícola no município de Porto Nacional e municípios circunvizinhos, procuraram-se mecanismos para ampliar o potencial de armazenagem da cooperativa e dar condições para os produtores investirem mais em suas lavouras. Buscaram-se empréstimos junto ao Banco do Brasil para ampliar a estrutura da Cappol, no intuito de pagá-los com o lucro da secagem e armazenagem da produção.

De acordo com o Sr. Procópio Gama de Barcelos, na sua gestão destacaram as seguintes ações: a) houve a ampliação do armazém convencional de Porto Nacional com a construção de dois silos graneleiros; b) houve a ampliação do mercado que já havia sido reestruturado na administração do presidente Raimundo Dias (1982-1984), agora com a introdução de secos e molhados e a colocação de frios; c) construiu-se o armazém graneleiro em Crixás, que também tinha um mercado na sua estrutura; d) abriu-se uma loja de peças voltada para manutenção de trator e equipamentos agrícolas; e) adquiriu a estrutura onde foi instalada a Unidade Básica de Produção de Sementes (UBS); d) criou a equipe de apoio e assistência técnica da Cooperativa; e) mias que dobrou o número de sócios.

a) Ampliação do potencial de armazenagem em Porto Nacional: partir dos financiamentos ampliou-se o armazém para estocar arroz e construíram-se dois silos para armazenagem de soja em grãos em Porto Nacional (Foto 35).

Figura 35 - Armazém da CAPPOL em Porto Nacional e, à esquerda da imagem, os dois silos



Fonte: Arquivo pessoal da autora, fotografado em 23/06/2016

b) Ampliação do mercado com a introdução de secos e molhados: o mercado da Cappol já havia passado por uma reestruturação na gestão do Sr. Raimundo Dias (1982-1984), agora além da comercialização de produtos alimentícios e agropecuários, inseriu-se também a venda de frios. Segundo o Sr. Rafael José de Oliveira esse fato era novidade para Porto Nacional e um passo importante na diversificação de atividades da Cappol. Esse mercado funcionava aonde atualmente encontra-se a Universidade Aberta do Brasil (UAB). A estrutura é a mesma, apenas não funciona mais como um mercado e está alugada (Figura 36).

Figura 36 - Prédio da CAPPOL alugado para a UAB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, fotografado em 23/06/2016

c) Construção do armazém graneleiro e mercado em Crixás: construído por volta de 1986-87, com financiamentos oriundos do Banco do Brasil, tendo a capacidade de armazenar 120 mil sacas. Segundo o Sr. Erazine Pinheiro Fonseca, a filial de Crixás foi construída para armazenar arroz e milho e em um segundo momento para armazenar também soja, com a implantação de quatro (4) baterias de silos e três secadores com capacidade total de 320 mil sacas.

Segundo o Sr. Erazine Pinheiro Fonseca o terreno na qual foi construída a filial de Crixás foi doado pelo sócio e também produtor Gilberto Ferreira de Assis, que doou cerca de cinco alqueires para a construção do armazém. Junto com o armazém de Crixás também foi construído um mercado que atendia sócios e não sócios da Cappol. Este mercado vendia os mesmos produtos que eram vendidos no mercado da Cappol que ficava em Porto Nacional.

De acordo com o Sr. Erazine Pinheiro Fonseca, na filial de Crixás trabalhavam dezesseis (16) chapas, seis (6) ajudantes, dois (2) telefonistas (tinha um posto telefônico da Telegoias administrado pela cooperativa), três (3) funcionários no escritório, uma (1) faxineira, dois (2) funcionários no supermercado. Segundo o entrevistado, o interposto de Crixás foi aberto para dar suporte aos produtores de Crixás e das mediações, bem como para baratear o custo do transporte da produção.

d) Abertura da loja de revenda de peças voltada para manutenção de trator e equipamentos agrícolas em Porto Nacional: construída para dar suporte à produção agrícola, dando manutenção em maquinários que trabalhavam nas lavouras e a população geral que

precisassem dos serviços desta loja. Essa loja funcionou por pouco tempo e foi aberta com recursos próprios da Cappol, segundo o Sr. Procópio Gama de Barcelos.

e) Aquisição da estrutura onde foi instalada a Unidade Básica de Produção de Sementes (UBS): na segunda metade da década de 1980 no auge da produção de arroz, a Cappol adquire um armazém já pronto no setor Umuarama em Porto Nacional que seria utilizado para a produção de sementes registrada de sementes Cappol (Figura 37). Segundo o Sr. Rafael José de Oliveira, esse armazém foi comprado já pronto em 1988/89 da mão de um empresário. Na estrutura física do armazém quando comprado, já havia um secador. Todas as sementes selecionadas eram enviadas para este armazém.

Figura 37 - Estrutura onde funciona a Unidade Básica de Produção, UBS, de Sementes CAPPOL



Fonte: Arquivo pessoal da autora, fotografado em 23/06/2016

A produção de sementes se dava mais por produtores que tinham um maior poder aquisitivo e podia arcar com os gastos da produção. A cooperativa entrava apenas com o apoio técnico e o produtor com toda mão de obra e tecnologia necessária para a produção de sementes de arroz, que tinha que ser um grão de ótima qualidade. As principais características dos produtores de sementes, na opinião do Sr. Rafael José de Oliveira, eram: a) ter dinheiro para investir na produção; b) ser empreendedor; c) geralmente eram migrantes que já tinham experiência com a soja.

O produtor arcava com os gastos e a Cappol entrava com a parte de assistência técnica. A produção de sementes foi pauta em uma reportagem do Jornal Paralelo 13 de 17/05/1988 a 02/06/1988, que destacava-a como um passo revolucionário na história da cooperativa e que a construção da ponte sobre o rio Tocantins foi um importante fator para

haver incentivo a produção de sementes, pois facilitava o escoamento do produto. Nessa reportagem têm-se falas do Engenheiro Agrônomo responsável da época, Rafael José de Oliveira, que tem sua foto em destaque (Figura 38). Outro fator que o Jornal destaca é a proximidade do município de Porto Nacional com de usinas de calcário, facilitando a correção dos solos do Cerrado.

Figura 38 - Reportagem do Jornal Paralelo 13 sobre Unidade Básica de Produção de Sementes, UBS



Fonte: Paralelo 13 (1988)

O Sr. Rafael, em entrevista para a dissertação, destaca que para se produzir as sementes havia todo um processamento acompanhado por uma equipe técnica. Esses produtores entravam com a tecnologia necessária para a produção das sementes e essa semente era vendida para produtores em Porto Nacional e arredores.

O entrevistado Rafael José de Oliveira, que era o agrônomo responsável por cuidar e dar assistência ao produtor por parte da Cappol destaca que o departamento técnico foi criado para dar suporte a produção de semente. Não era uma assistência a todos os produtores de uma forma geral como cooperado. Entretanto, quando os demais produtores, ou a população local iam até a sede da Cappol solicitar informações ou comprar algum produto, eles eram atendidos como os produtores de arroz e podiam tirar suas dúvidas e questionamentos com a pessoa que lá estivesse.

Em relação aos produtores de sementes, eles recebiam o apoio técnico necessário para produzir as sementes de arroz dentro das normas de produção da época. Eram cerca de onze a quinze produtores de sementes na área de atuação da Cappol, todos sócios da cooperativa. A maioria destes era oriunda de outros estados. Também se tinha produtores locais, porem em menor quantidade. Nas palavras do entrevistado:

A semente tem todo um processo de produção. São áreas previamente escolhidas e tinha lá cerca de 11 a 15 produtores. Então você via quem poderia dar assistência técnica certinha, e de adubar certinho, quem teria condições de manter a produção. E assim você escolhia e fechava com esses produtores e fornecia assistência técnica para os mesmos. Então escolhíamos os indivíduos, aí comprávamos as sementes certificadas, registramos isso como uma produtora de sementes, até porque tem toda uma fiscalização em cima. E aí, a gente começava a visitar as plantações para saber se tinha praga, ensinar a forma de separar e conferir que poderia ir para semente e o que não poderia. (Rafael, entrevista realizada em 23/02/2016)

Na época tinha-se relativa dificuldade em comprar sementes fora do município de Porto Nacional, além disso, o transporte desta semente encarecia todo o processo de compra para o produtor local. Foi neste sentido, na opinião do Sr. Rafael, que se comprou o armazém de sementes, local este que tinha como finalidade armazenar e revender sementes de produtores locais, previamente selecionados. O Sr. Rafael cita alguns dos produtores de sementes da época:

Dentre os produtores de arroz tínhamos no município de Crixás o Sr. Valmoci e o Sr. Ritter; em Porto Nacional tinha o Sr. Lulica; em Gurupi o Sr. Cabaxim que era irmão do presidente da cooperativa Procópio, ele também tinha uma área no Projeto Rio Formoso. Em Palmas tinha o Sr. Moises, e o Sr. Rubermal. O Rubermal era o cara mais organizado da Cappol. A produção dele ficava onde hoje é a atual cidade de Palmas. Com a criação deste município ele perdeu tudo e saiu de grande produtor para ser motorista de taxi. Ainda bem que hoje em dia ele deu a volta por cima e esta melhor do que naquele tempo (Rafael, entrevista realizada em 23/02/2016).

Ainda de acordo com o Prof. Rafael José de Oliveira, muitos dos produtores que investiam na produção de sementes eram migrantes de outros estados que tinham vindo com a abertura e expansão da fronteira agrícola, na busca de uma vida melhor com mais possibilidades. Também tinha pequenos produtores locais, entretanto estes representavam um número menor em relação aos médios e grades.

Segundo o Sr. Rafael, a produção de semente tinha marca registrada como Sementes Cappol. Nessa semente era feita o teste de germinação em Goiânia – GO na secretaria da agricultura. Quem levava a semente era o próprio Rafael, que na época era agrônomo e funcionário da cooperativa. As sementes eram levadas em lotes devidamente identificados com os dados dos lotes de cada produtor. O senhor Rafael descreve o processo de avaliação das sementes:

Lá eles tinham germinadores. Limpavam, viam a pureza e iam definido aquilo ali. Colocavam nos papéis de germe teste; levavam ao germinador onde passava sete dias; contavam o índice de germinação, teste de vigor e te davam o laudo do lote que você tinha levado. Toda semente vinha de um lote, aí no laudo falava Lote X ta dentro do padrão e [Lote] Y não e vice-versa (Rafael, entrevista realizada em 23/02/2016).

A boa avaliação das sementes da Cappol eram fruto da grande atenção dada na sua produção, como destaca o Segundo o Sr. Rafael José de Oliveira:

Preocupava-se muito com o controle de pragas presentes no meio do arroz para se ter uma boa semente. Tinha uma praga no arroz que era o Arroz Vermelho. Então tudo isso era tentado tirar no campo. No campo jogávamos quadrado⁵⁰ dentro da área para fazermos mapeamento da quantidade de praga que tinha. Então tudo isso era controlado, chegava a ensacar⁵¹. Aí quando levávamos a amostrar ate Goiás caia dentro do padrão que eles pediam, porque já produzíamos as sementes de acordo com os requisitos que eles pediam (Rafael, entrevista realizada em 23/02/2016).

O produtor entregava a semente na cooperativa e a cooperativa fazia a transação, ou seja, a venda da mesma. A única vantagem que o produtor de sementes tinha em detrimento aos demais sócios da cooperativa, e que o preço do arroz destinado a semente era mais valorizado que o a produção de arroz para o consumo.

d) Criação da equipe de apoio e assistência técnica da Cooperativa: composta por um agrônomo, um técnico agrícola, dois veterinários e um zootecnista. O Sr. Helder Luz Costa afirma que um dos objetivos da cooperativa era prestar assistência técnica aos seus cooperados. Os agrônomos e veterinários forneciam assistência técnica aos sócios da cooperativa. O agrônomo auxiliava na agricultura, e o veterinário dava assistência a animais de pequeno e grande porte. O agrônomo e técnico agrícola desempenharam um importante papel na produção de sementes da Cappol.

e) Mais que dobrou o número de sócios: a nova fase de modernização da Cappol despertou interesse de produtores em tornarem-se sócios da cooperativa. Os migrantes também quando chegavam nas áreas de atuação da Cappol a procuravam para aderir a sociedade. Com isso o número de sócios foi ampliado de aproximadamente 300 para cerca de 800 na gestão do Sr. Procópio Gama de Barcelos.

Ainda sobre a produção de soja, o Sr. Erazine Pinheiro Fonseca, afirma que a introdução da monocultura da soja na área de abrangência da Cappol se deu, dentre outros fatores, devido ao processo migratório de produtores de outros lugares do Brasil, para a região. Migrantes estes, oriundos, na maioria das vezes, dos estados de Mato Grosso, Paraná,

⁵⁰ Técnica para ver quantidade de praga por determinada área.

⁵¹ Ensacar as pragas para não cair as sementes.

Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com experiência nesse tipo de produção. O entrevistado chama a atenção para o fato de esses sujeitos migrarem devido à expansão e a abertura da fronteira agrícola na Amazônia Legal e à facilidade que se tinha em adquirir terras mais baratas na época, comparando com seus locais de origem.

Nas palavras dele:

Apesar de se ter na região de Porto Nacional por volta de 1983/84 produtores locais que investia no plantio da soja, estes em um pequeno número. O grande incentivo de se produzir soja na região veio por parte de migrantes, pessoas que vinham com a abertura e expansão da fronteira agrícola e diretas ou indiretamente incentivadas pelas políticas territoriais do Estado. Eles vendiam suas terras em seu local de origem e compravam com o dinheiro da venda da sua propriedade uma nova propriedade muito maior e mais barata. Era, geralmente, eles que vinham de fora, que investia na lavoura mecanizada da soja, por terem capital para investir na produção e em maquinários, acesso a financiamentos junto aos bancos e o conhecimento de como lidar com a lavoura. Os migrantes adquiriam as terras, tinha domínio em produzir lavoura mecanizada (FONSECA, Erasine Pinheiro, entrevista realizada em 28/04/2015).

O Sr. Rafael concorda com o entrevistado acima quando ele fala que a maioria desses produtores que investiam na lavoura mecanizada da soja eram procedentes de outros estados. Ele acrescenta, ainda, que quando esses migrantes chegavam à região de abrangência da Cappol, logo procuravam a cooperativa para se tornarem sócios da mesma, geralmente para terem mais facilidades na aquisição de produtos, mais facilidade no acesso aos empréstimos e financiamentos por parte dos bancos e para facilitar a comercialização do produto, que era feita via Cooperativa.

Segundo o Sr. Willian Silva Luz, o crescimento da monocultura da soja representou para a Cappol sua fortificação tanto em diversificação de atividades quando em crescimento econômico, pois para haver o armazenamento da soja na cooperativa teve-se que ampliar o armazém e construir os silos graneleiros para armazenar a produção. Silos estes construídos na gesta do Sr. Procópio Gama de Barcelos (1984-1989).

Nas palavras do Sr. William Silva Luz:

[...] o que impulsionou de fato o crescimento da cooperativa foi à plantação da soja na região. Isso porque os produtores de soja, mesmo sendo poucos naquela época, eram visionários e idealizadores. E a soja por ser um produto visionadamente de grande produtor ajudou inclusive na modernização agrícola da nossa região. (Entrevista realizada 15/01/2016)

Em relação à classificação da soja, o Sr, William Silva Luz (classificador vegetal) salienta que ela era considerada como dentro do padrão ou fora do padrão. A soja produzida na área de abrangência da Cappol era considerada, na sua grande maioria, dentro do padrão. Segundo o Sr. José de Nazaré Martins, quando a soja chegava ao armazém da Cooperativa

passava pelas seguintes etapas: a) os grãos passavam na balança para ser pesados; b) os grãos iam para o secador caso estivessem com um teor de umidade superior a 13%; c) era calculada a quebra técnica e encaminhada para os silos; d) era retirada dos silos segundo a necessidade do comprador.

A respeito da comercialização da produção de soja, Rocha (2015) destaca que a ausência de compradores era um empecilho, pois a venda da produção ocorria em Anápolis – GO, aumento o custo da produção e a diminuição na qualidade do produto.

Sobre a venda da soja o Sr. Erazine Pinheiro Fonseca salienta que era comercializada via cooperativa e transportada por “carretas” para usinas esmagadoras de óleo vegetal (Figura 39).

Figura 39 - Comercialização e transporte da soja na década de 1980



Fonte: Arquivo pessoal de Deijayme Aires da Silva

A década de 1980 é considerada por muitos dos entrevistados como sendo os anos dourados da Cappol. A modernização agrícola em Porto Nacional se ampliava, a cooperativa se modernizava, os sócios se multiplicavam e o crescimento econômico da Cappol era constante. Entretanto esse novo cenário empreendedor da Cappol despertava interesse políticos e econômicos de representantes políticos locais e estaduais, chegando a ocorrer até uma auditoria para fiscalizar a cooperativa. Nesse contexto saiu também uma reportagem no Jornal Paralelo 13 de Porto Nacional fazendo uma nota sobre a modernização da cooperativa e disputa política no cenário nos bastidores da cooperativa.

A referida reportagem⁵² do Jornal Paralelo 13 (17/05/1988 a 02/06/1988) apresenta uma entrevista com o então presidente Procópio Gama de Barcelos. O entrevistado apresenta como dificuldade enfrentadas pela gestão o desconhecimento de parte dos sócios em relação ao trabalho da cooperativa, a não participação assídua dos sócios nas assembleias e reuniões e a falta de informação geral sobre cooperativismo. O entrevistado acrescenta, também, que muitos sócios não tinham a consciência que estava ocorrendo uma crise em âmbito nacional na agricultura e pensavam que o problema que ocorria na cooperativa era restrito a Porto Nacional. Uma das opções por ele indicada foi criar comitês educativos em cada município que a Cappol abrangia a fim de sensibilizar e informar os cooperados, mesmo já ocorrendo um trabalho de sensibilização por parte Organização das Cooperativas de Goiás.

Em relação à auditoria realizada na cooperativa na gestão do Sr. Procópio Gama de Barcelos, em entrevista ao Jornal Paralelo 13, ele destaca que a mesma ocorreu por perseguição política. Segundo ele, a denúncia partiu de uma minoria, cerca de 20 sócios, enquanto a Cappol tinha 870 cooperados. A denúncia foi feita alegando existir sobras de produtos na cooperativa e que essas sobras eram vendidas aleatoriamente e ocorria desvio de dinheiro.

Tanto na entrevista feita ao Jornal Paralelo 13, quanto na entrevista realizada pessoalmente com o Sr. Procópio Gama de Barcelos, o mesmo afirmou que tudo que os dois auditores encontraram na cooperativa foram falhas administrativas como em qualquer outro órgão, nada fora do padrão ou executado de má fé. Os auditores identificaram que as sobras de produtos denunciadas eram na verdade “quebras técnicas” existentes dentro do armazém e que estas estavam dentro dos patamares aceitáveis. O entrevistado explica a quebra técnica: “o produto é armazenado com 13% de umidade e sai com 8%. E justamente esta diferença de 5%. A outros tipos de quebras como um saco rasgado ou do caruncho que estraga um pouco” (Jornal Paralelo 13, 1988 p.6).

Outro ponto questionando a gestão da Cappol envolveu o descredenciamento da cooperativa junto CFP. A explicação para tal situação dada na entrevista ao jornal Paralelo 13 foi de não foi um caso isolado, pois ocorreu com mais de 50 cooperativas e 180 armazéns. “isto foi uma tática da CFP para forçar o acerto da quebra técnica que todos os anos existe nos armazéns” (Jornal Paralelo 13, 1988 p.7).

De acordo com o Sr. Procópio Gama de Barcelos, a interferência política dentro da cooperativa foi um ponto negativo e que dificultou sua administração. Como a cooperativa

⁵² A reportagem completa do Jornal Paralelo 13 encontra-se nos apêndices da dissertação.

neste momento da produção da soja estava ganhando um maior destaque a interferência política começa a se fazer presente de uma maneira mais significativa.

No ano de 1988 ocorreram mudanças no Estatuto Social da Cappel. A aprovação deste novo estatuto ocorreu em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 24 de junho de 1988 e lançado no Livro de Atas nº 02, às folhas 21 (verso) a 23.

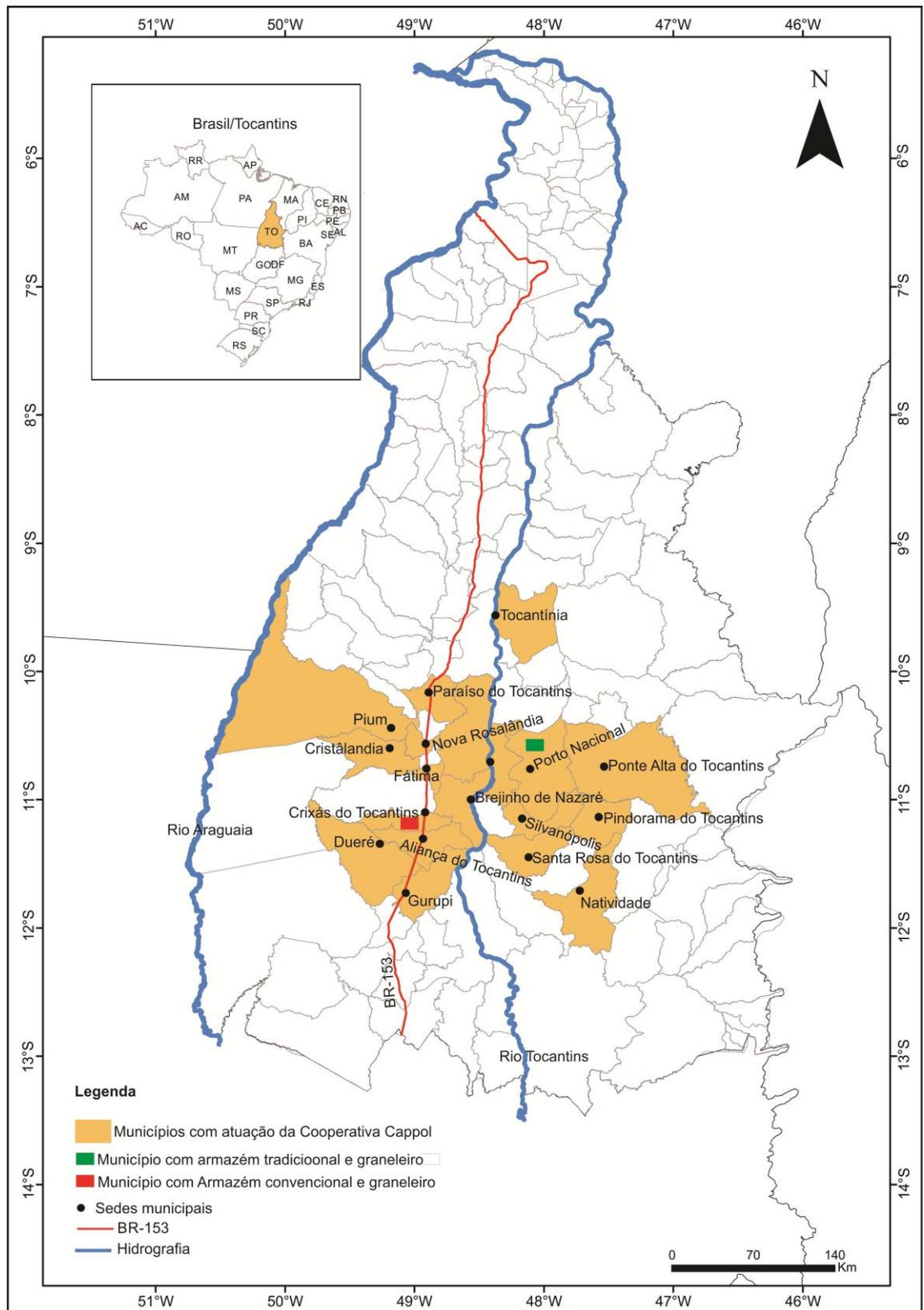
5.3. Organização geral da CAPPOL com base no Estatuto Social reformulado

A CAPPOL teve dois estatutos sociais, que direcionaram seus passos. O primeiro não foi localizado, sendo que o embasamento deste tópico dar-se-á no segundo Estatuto Social da cooperativa, reformulado em 24 de junho de 1988, que tinha como presidente, nesta época, o Sr. Procópio Cleber G. Barcellos, como secretário, o Sr. Fábio Martins Santana, e como advogado, o Sr. Antonio Luiz Bandeira Junior. Este estatuto segue vigente na atualidade.

De acordo com o Sr. Procópio Cleber Gama de Barcellos, houve poucas mudanças do primeiro estatuto em relação ao segundo. As reformulações se deram principalmente no âmbito das eleições, que antes ocorriam de dois em dois anos, e no atual estatuto, as eleições para presidente passaram a ocorrer, a cada três anos.

O Art. 1º, do I capítulo do Estatuto da CAPPOL, destaca que sua sede administrativa localiza-se em Porto Nacional, tendo este município como seu foro jurídico. A área, para efeito de admissão de associados, abrangia os municípios de Porto Nacional, Monte do Carmo, Ponte Alta do Tocantins, Pindorama do Tocantins, Silvanópolis, Natividade, Taquarussu do Porto, Tocantínia, Brejinho do Nazaré, Fátima, Aliança do Tocantins, Dueré, Gurupi, Santa Rosa do Tocantins, Nova Rosalândia, Paraíso do Tocantins, Cristalândia e Pium, ou seja, todos os municípios citados tinham produtores que eram sócios da cooperativa, conforme ilustra o Mapa 4.

MAPA 4 - Localização da Área de abrangência e atuação da CAPPOL



Fonte: Tocantins (2012), Cooperativa Agropecuária Portuense (1988), organizado por Reges Campos Sodré em 2016.

Os objetivos da Cooperativa estão descritos no Art. 2º. Do capítulo II, dos Objetivos Sociais, conforme Cooperativa Agropecuária Portuense (1988, p. 3):

- I – O estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas de caráter comum;
- II – A industrialização e venda em comum da produção agrícola ou pecuária, de seus associados, nos mercados locais, nacionais ou internacionais.

As atividades que a Cooperativa pode desempenhar, estão descritas no Art. 2º, § 1º em diversas alíneas, destacando-se suas respectivas alíneas intercaladas, conforme Cooperativa Agropecuária Portuense (1988):

- a) transportar a produção dos associados até suas dependências;
- b) fazer adiantamento em dinheiro sobre o valor da produção recebida dos associados ou que esteja em fase de produção;
- c) classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e registrar, se for o caso a marca de tais produtos bem como efetuar a sua comercialização;
- d) adquirir, na medida em que o interesse social o aconselhar, gêneros e artigos de uso doméstico e pessoal para fornecimento a seus associados, assim como implementos, máquinas agrícolas;
- h) Prestar serviços de assistência técnica e orientação técnicas [...];
- j) Produzir e comercializar sementes fiscalizadas, certificadas e mudas selecionadas;
- n) funcionar com armazéns gerais [...].

Em relação à admissão de sócios na cooperativa, o estatuto, em seu Art. 3º do III Capítulo, destaca que, um dos requisitos básicos para ser sócio da CAPPOL, era o sujeito desenvolver alguma atividade agrícola, pecuária ou extrativa vegetal, em imóvel rural. Não havia um numero limite para admissão de novos associados, sendo que o mínimo eram vinte associados, não podendo haver, de maneira alguma, uma quantidade inferior à esta, sob pena de fechar à cooperativa, conforme Cooperativa Agropecuária Portuense (1988, p. 5):

Art. 4º - Para associar-se o interessado preencherá a respectiva proposta de admissão fornecida pela Cooperativa, assinando-a com um associado e apresentando, no ato da inscrição, documento de propriedade do imóvel, CPF/CGC, documento de identificação e, se for o caso, contrato de parceria ou arrendamento.

No que tange aos agricultores arrendatários, ou seja, aqueles sujeitos que, mesmo não sendo dono da propriedade rural, tinha uma produção agrícola ou pecuária no terreno arrendado. Para esse publico em especifico segundo o Art. 4º, § 1º, do estatuto da Cooperativa Agropecuária Portuense (1988), os documentos necessários para se agregarem à sociedade cooperativa eram: apresentar o contrato de arrendamento ou parceria registrado, com vigência mínima de três anos da data de admissão ou três períodos agrícolas; só poderia operar na sociedade com aval de pessoa idônea, aceita pela Diretoria Executiva, Caso fosse aprovada pelo Conselho de Administração, a entrada do novo sócio na cooperativa, o mesmo

assinava as quotas partes do Capital, e na companhia do Diretor-presidente assinava o livro de matrícula.

Assim como eram aceitos na cooperativa, os sócios poderiam se excluído, caso ocorressem algumas situações, conforme especifica o Art. 9º § 2º e no Art. 10 e respectivas alíneas e respectivos incisos do estatuto da Cooperativa Agropecuária Portuense (1988, p. 6-7):

Art. 9º § 2º:

1. Vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial a Cooperativa ou que colida com os seus objetivos.
2. Houver levado a Cooperativa a pratica de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas.
3. Depois de notificado, voltar a infringir disposição da Lei, desse Estatuto, das resoluções ou deliberações da cooperativa;
4. Deixar de atender os requisitos Estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.
5. Deixe de entregar a sua produção à Cooperativa, desviando-a ao comércio intermediário, e de realizar com ela as demais operações que constituem seus objetivos econômico-sociais.
6. Praticar atos que atentem contra os princípios do Cooperativismo.

Art. 10º- A exclusão do associado será feita:

1. Por morte da Pessoa Física;
2. Por incapacidade civil não suprimida;
3. Por dissolução da Pessoa Jurídica.

No caso de exclusão do associado, o mesmo tinha direito de restituir o capital que investiu na Cooperativa, com os juros devidamente atualizados, conforme estabelece o Art. 11º do estatuto da Cooperativa Agropecuária Portuense (1988). Para as pessoas que desejavam se tornar sócio da CAPPOL, o valor mínimo estipulado para ser investido era Cz\$ 305.584,20 (trezentos e cinco mil, quinhentos e oitenta e quatro cruzados e vinte centavos) e, esse valor, era dividido em quotas-partes de Cz\$ 5.093,07 (cinco mil e noventa e três cruzados e sete centavos). Porém, nem todos recebiam esse valor quando saíam da CAPPOL, como afirma Barcelos (2016), “[...] infelizmente muitos socos saíram da cooperativa sem receber nada, saíram no prejuízo”.

O Art. 2º do V capítulo do estatuto da Cooperativa Agropecuária Portuense (1988, p. 7-8), especifica quantidade de quotas-parte correspondente a extensão territorial em hectare da propriedade rural de cada sócio:

- § 2º - No ato subscrição para ingresso na Cooperativa, o interessado subscreverá quotas-partes de acordo com área cultivadas, obedecendo ao seguinte critério:
- de 01 a 20 há – Subscreverá 03 quotas-partes.
 - De 21 a 50 há – Subscrevera 05 quotas-partes.
 - de 51 a 100 há – Subscreverá 08 quotas-partes.
 - De 101 a 200 há – Subscreverá 10 quotas-partes.
 - De 201 a 300 há – Subscreverá 15 quotas-partes.
 - Acima de 300 há – Subscreverá 20 quotas-partes.

Em relação às Assembléias, o estatuto da Cooperativa Agropecuária Portuense (1988, p. 7-8), destaca que, esta era formada por todos os sócios, entretanto, só podiam votar, os sócios que estavam em dia com a cooperativa. Havia/há Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária entre os sócios, sendo este o órgão supremo da Cooperativa. A Assembleia Geral Ordinária, ocorria sempre uma vez por ano, e a Assembleia Geral Extraordinária, ocorria sempre que necessário, sendo que as convocatórias ocorriam por meio de editais, divulgando o dia, horário, local de realização e a pauta de cada assembleia.

O estatuto da Cooperativa Agropecuária Portuense (1988), destaca que, a Assembleia Geral, deve ser convocada com antecedência mínima de dez dias, sendo prevista a possibilidade de três chamadas em sua convocação. A primeira com 2/3 (dois terços), a segunda com a metade mais um, ocorrendo uma hora depois de sua previsão inicial, e na terceira convocação, no mínimo dez associados, ocorrendo duas horas após a previsão do início da assembleia.

Com base nessas informações, é possível observar o que era dialogado nas assembleias, sendo que, na Assembleia Geral Ordinária, por exemplo, eram analisados os documentos referentes à prestação de contas, relatório da gestão, balanço geral da cooperativa, e ainda, eleições do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, etc. Já na Assembleia Geral Extraordinária, geralmente os assuntos discutidos eram, por exemplo, a reforma do estatuto, fusão incorporação ou desmembramento, mudança de objetivo da sociedade, dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes, contas dos liquidantes, destituição dos membros de Conselho de Administração e Fiscalização, etc.

Para fiscalizar e fornecer suporte, na CAPPOL havia a Diretoria Administrativa, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. A Diretoria Administrativa, de acordo com o estatuto da Cooperativa Agropecuária Portuense (1988), é composta por nove membros: Diretoria Executiva, 3 membros, e Conselheiros, 6 membros, ocupando o cargo por três anos, podendo ser reeleitos em Assembleia Geral.

O Conselho de Administração, conforme estabelece o Art. 28, § 1º, do estatuto da Cooperativa Agropecuária Portuense (1988), é composto por nove membros, todos associados, sendo que destes nove, três tem que ser da Diretoria Executiva, e seis conselheiros, ocupando o cargo por três anos, podendo ser reeleitos em Assembleia Geral, desde que ocorra a renovação de, no mínimo, um terço do total dos membros desse conselho, que se reúnem uma vez por mês e sempre que necessário, tendo como principal função, de acordo com o Art. 31,

do estatuto da Cooperativa Agropecuária Portuense (1988), planejar e traçar normas para as operações e serviços da cooperativa e controlar os resultados.

O Conselho Fiscal é formado por três membros efetivos e três suplentes, todos associados, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição de um terço dos seus componentes, conforme Art. 36, e a principal função desse Conselho Fiscal é, segundo o Art. 39, do estatuto da Cooperativa Agropecuária Portuense (1988), exercer assídua fiscalização sobre as operações e serviços da Cooperativa.

Pautada nas informações do estatuto da Cooperativa Agropecuária Portuense (1988), sabe-se que a Cooperativa poderia criar um Comitê Educativo, sendo esse facultativo, ou seja, caberia à cada gestão, definir se iria ter ou não. Esse comitê poderia ser formado por sócios, técnicos, ou pessoas familiarizadas com o assunto, nas comunidades existentes na área de ação da Cooperativa. Entretanto esse comitê educativo não teria ação ou deliberações administrativas, e o mesmo poderia ser criado ou extinto pela Assembleia Geral.

No que tange a parte de Contabilidade, o Art. 53 e respectivas alíneas do estatuto da Cooperativa Agropecuária Portuense (1988, p. 21), estabelecem que cabe ao contador:

- a – Preparar o plano de contas e organizar a execução dos registros da contabilidade geral;
- b – Manter sempre em dia os serviços contábeis a seu cargo;
- c – Levantar mensalmente o balancete, um demonstrativo comparado da execução orçamentária ou que lhe seja solicitado pelo Conselho de Administração;
- d – Responsabilizar-se pela guarda dos livros e documentos relacionados com a contabilidade;
- e – Responsabilizar-se pela guarda dos livros e documentos relacionados com a contabilidade;
- f – Transmitir ao Conselho de Administração as informações que julgar conveniente sobre o andamento dos serviços contábeis;
- g – Prestar aos Conselhos de Administração e Fiscal e à Assembléia Geral os esclarecimentos que lhe forem solicitados sobre o estado da contabilidade e dos negócios sociais.

Sobre a possível dissolução da Cooperativa, o Art. 48 do estatuto da Cooperativa Agropecuária Portuense (1988,), estabelece que a CAPPOL se dissolverá, caso mude sua forma jurídica, se tiver um numero inferior a vinte associados, pelo cancelamento da autorização de funcionamento ou pela paralisação de suas atividades por mais de cento e vinte dias.

CAPÍTULO VI - DELINEAMENTOS DA DECADÊNCIA DA CAPPOL À ATUALIDADE

O processo de decadência da CAPPOL é percebido na transição do final da década de 1980 e início de 1990, período em que a Companhia de Financiamento da Produção, CFP, deixa de comprar a produção da cooperativa, e a produção de soja e arroz também diminui de forma paulatina.

A crise da CAPPOL é decorrente de uma série de fatores internos e externos. Em âmbito nacional, ocorria nesse período, no final da década 1980 e início de 1990, uma crise nacional na agricultura, e uma crise no cooperativismo, onde o Estado diminui sua relação de financiamento junto às cooperativas agrícolas no Brasil, e a CAPPOL não ficou alheia à esta crise, sofrendo também as consequências.

6.1. Decadência da CAPPOL

A Cappel, desde seu surgimento na década de 1960, passou por períodos de auge e crises. O período de auge, segundo os entrevistados foi no final da década de 1970 e ao longo de 1980. Já os períodos de crises ocorreram na primeira metade da década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1990. Durante o último período de crise da Cappel o Brasil vivenciava uma crise na economia e na agricultura, como mostra o tópico 6.2, abaixo.

Segundo o Sr. Valdivino, a partir de 1985 a Cappel já dá os primeiros indícios que as coisas não vão tão bem, mesmo tendo ainda uma produção considerável, pois a economia e o incentivo para a agricultura e a modernização agrícola já davam indícios de desaceleração.

A decadência da Cappel se deu tanto por fatores internos quanto externos, dentre as quais se destacam: 1 – externos - crise agrícola e a crise cooperativista; 2 – internos - a) perda de produção armazenada; b) descredenciamento da Companhia de Financiamento da Produção (CFP); c) endividamento da Cappel; d) quebra técnica da produção; e) diminuição da produção; f) atitudes ilícitas por diferentes sujeitos ligados a Cappel.

a) Crise agrícola e a crise cooperativista: em âmbito nacional, na década de 1980 e início de 1990, o setor agrícola e cooperativismo enfrenta uma grave crise, em consequência da crise econômica brasileira que ocorria neste período. Ocorreu a diminuição dos investimentos para a produção e para o cooperativismo, o que levou a diminuição da produção.

b) Perda da produção armazenada: por volta de 1988/89 na área de atuação da Cappel teve uma safra acima da média, denominada por muitos dos entrevistados de super

safrá. Essa safra ficou armazenada pela Cappol a céu aberto, pegando chuva e sol, o que acarretou em perda de parte da mesma. Como a Cappol era a responsável pelo armazenamento do produto ela teve que pagar o valor da produção perdida. Sobre esta situação o Sr. Joaquim Maria Rocha Mascarenhas destaca:

[...] vieram carretas e mais carretas para pegar o produto (arroz) que tava molhando, mofando e se perdendo, foi para o mato mais de 100 mil sacas de arroz aqui e em Crixás. Foi empurrado de trator. Isso foi uma das coisas que enfraqueceu a cooperativa, porque os sócios ficaram com medo de pagar e de investir na cooperativa. Tudo isso no final na década de 1980 (MASCARENHAS, Joaquim Maria Rocha. Entrevista realizada em 03/05/2016).

c) **Descrédenciamento da Companhia de Financiamento da Produção (CFP):** a perda de grande parte do produto armazenado, que já pertencia a CFP, fez com que ela rompesse contrato com a Cappol. Como o principal comprador da produção era a CFP, quando esse órgão deixa de comprar a produção tem-se dificuldades de vender a produção e nas condições que a mesma proporcionava. Isso faz com que muitos dos sócios vão saindo paulatinamente da Cappol.

Em relação ao rompimento da CFP com a Cappol, o Sr. Joaquim Maria Rocha Mascarenhas, o relaciona com a perda de parte da produção estocada:

Foi essa grande perda da produção que contribuiu de forma direta para o rompimento da CFP com a Cappol, quando a CFP rompe com a cooperativa a mesma começa a entrar em um processo de crise que se estende até hoje (MASCARENHAS, Joaquim Maria Rocha. Entrevista realizada em 03/05/2016).

Com o descrédenciamento da CFP a Cappol já não tinha mais a garantia de compradores para comprar a produção, já que a que o principal comprador da produção era o Governo Federal.

d) **Endividamento da Cappol:** O projeto de ampliação da estrutura de armazenagem da Cappol foi ousado, mas à medida que a cooperativa é ampliada à produção da soja e do arroz tem uma queda de forma gradativa, e o pagamento pela secagem e armazenagem da produção existente nem sempre paga os custos das parcelas dos financiamentos existentes. Isso seria possível caso todas as instalações da cooperativa estivessem operando na sua totalidade.

A Cappol devia três grandes financiamentos para o Banco do Brasil, dois foram quitados e um foi renegociado e a dívida se estende até a atualidade (Valdivino Fraga de Melo).

e) **Quebra técnica da produção:** a quebra técnica não foi levada em consideração por muitos dos cooperados. A porcentagem da quebra técnica na cooperativa era acima da

média aceita pela CFP (2%), isso gerou para a Cappol uma dívida, pois ela teve que pagar por essa produção que não se encaixava na taxa de 2%.

Segundo a entrevista n° 29, uma das coisas que levou a Cappol ao processo de falência foi a perda da umidade natural do grão (quebra técnica) não calculada ao longo dos anos, e isso gerou um desfalque na cooperativa, provocando um endividamento da mesma com a CFP. Nas palavras da entrevista n° 29.

Levamos em consideração que o produtor quando coloca sua mercadoria no armazém da cooperativa ela tem umidade (pesa um peso x) e quando ela passa pelo processo de secagem ela fica mais leve, e como vivemos numa região de clima seco, as sacas armazenadas secavam ainda mais. Isso fez com que tivesse grande diferença na entrada (pesava mais) e na saída da mercadoria (pesava menos). Isso não contabilizado da uma grande diferença, que a cooperativa teve que arcar. Acredito que o que houve foi na verdade a não contabilização dessa perda natural anual e quando viram eram muito grande e pensaram que houve roubo (Entrevista realizada em 03/06/2016).

f) diminuição da produção: O Sr. Clemente Barros destaca que a principal fonte de renda da Cooperativa era advinda da secagem e armazenamento da produção. Com a diminuição da produção e conseqüente queda na secagem e armazenamento, a renda da Cappol diminuiu, sendo que a mesma começa a ter dificuldade de manter-se como estava.

A Cappol que antes empregava tantas pessoas, já mostrava no início dos anos 1990 que já não ia bem economicamente, já deixava de pagar os fornecedores, o pagamento dos funcionários atrasavam, e as dívidas com o Banco do Brasil viravam uma bola de neve. À medida que ia atrasando, os juros iam aumentando e a dificuldade de pagar a dívida também. O problema econômico ficou tão grande que não conseguiram mais fazer a cooperativa reerguer e a população foi perdendo a fé e a confiança na cooperativa (entrevista n° 15, realizada em 11 de fevereiro de 2016).

Essa mesma situação é destacada pelo Sr. Valdivino quando destaca que: “[...] o principal fator que levou a falência da Cappol foi à queda acentuada da produção, pois o dinheiro não entrava para quitar as dívidas já feitas com os bancos e com os trabalhadores” (Entrevista realizada em 16 de junho de 2016).

g) Atitudes ilícitas por diferentes sujeitos ligados à Cappol: esse entendimento é colocado na fala de alguns entrevistados e não tem-se maiores detalhamentos e nem como comprová-los. Dentre tais atitudes destacam-se: desvios de verbas da cooperativa, utilização indevida de alguns financiamentos pegos por sócios e responsáveis pela Cooperativa, uso indevido de bens da cooperativa por terceiros, individualismo e ganância sem levar em consideração todo o conjunto de pessoas que compunha a cooperativa. Sobre esta questão serão apenas apresentadas, de forma anônima, algumas falas de entrevistados.

Entrevista nº 9: “[...] muitos enricaram a custa da Cooperativa, eram coisinhas: desvio de um objeto ou outro, desnível na balança, eu colocava um produto pegava outro. Era muito individualismo envolvido”.

Entrevista nº 15: “Eram tantos problemas, que virou uma bola de neve e a cooperativa caiu, e não conseguiu se reerguer enquanto cooperativa”.

Entrevista nº 18: “Vi tanta injustiça nos bastidores da Cappol que sinceramente se fosse para mim entrar em um sistema cooperativo novamente, eu nunca mais entraria”.

Entrevista, nº 27: “Eu vi uma cena na cooperativa que me marcou muito. Houve um roubo e colocaram a culpa no vigilante só porque ele era mais pobre, e na verdade quem pegou era quem tinha acesso ao cofre, isso me deixou profundamente triste”.

Entrevista nº 7: “Foram tantos sócios que ficaram no prejuízo, que muitos até adoeceram porque investiram tanto naquele empreendimento e no final das contas só se endividaram. Porém tem muita gente rica por causa da cooperativa”.

Entrevista nº 12: “Menina esse assunto de falência é tão complicado porque você nem imagina o tanto de falcatura que existia na cooperativa. Tinha as coisas boas e direitas, mas também tinha muita gente ambiciosa”.

Uma das conseqüências da crise da Cappol foi a redução do número de funcionários. Em relação a isso o Sr. Clemente Barros destaca que quando ele assumiu o cargo de presidente da Cappol em 1989⁵³, a cooperativa já estava tendo problemas em pagar funcionários e por este motivo houve uma redução de cerca de 50% da taxa de trabalhadores, principalmente dos trabalhadores do setor de armazenagem, pois a produção também estava diminuindo.

No início da década de 1990 o mercado da Cappol já não representava uma considerável fonte de renda. Ele servia apenas para regular o preço no município, pois outros mercados já se faziam presente em Porto Nacional. Nas palavras do presidente da Cappol na época:

Em relação ao supermercado, a idéia de sua manutenção era para regular preço, porque existia certa especulação entre os comerciantes que eram poucos na época. O supermercado da cooperativa funcionava como uma espécie de regulador de preço, não deixando o preço disparar, talvez isso tenha contribuído também com a falência (BARROS, Clemente. Entrevista realizada em 11/05/2016).

Segundo o Sr. Valdivino nesse processo de falência a Cappol tinha ainda, em 1993, quando ele assumiu o cargo de presidente, cerca de cento e cinquenta (150) trabalhadores, alguns contratados e outros com carteira assinada. Para ele muitos desses trabalhadores

⁵³ Sua gestão foi de 1989 a 1993.

estavam ociosos na Cooperativa porque já não entrava o mesmo percentual de produção na Cappol como antes e por isso já não tinha como manter todos esses trabalhadores. Ele cita ainda, que como a Cappol estava passando por um momento difícil financeiramente, foram feitos acordos com os funcionários para paga-los à medida que entrava dinheiro na Cappol. Nas palavras do entrevistado:

A maioria dos trabalhadores foram dispensados porque a Cooperativa já tinha como os pagar. Quando eu assumi os trabalhadores não estavam satisfeitos com a Cooperativa porque muitos estavam com o salário atrasado. Teve uma época, assim que eu assumi a presidência, que quiseram até entrar na justiça. Para tentar resolver a situação eu chamei todos, fiz uma reunião, falei a realidade da Cappol e disse que a cooperativa não tinha dinheiro para pagar, mas fiz um compromisso que os pagaria à medida que fosse entrando dinheiro na cooperativa e disse que a partir daquele momento quem quisesse procurar outro trabalho poderia, porque eu não tinha mais como paga-los. Assim foi feito, muitos saíram e eu como presidente fui pagando mensalmente a todos, às vezes de cinco a dez em um mês até acertar com todo mundo. Não era justo eles ficarem sem receber. Me empenhei e cumpri o meu compromisso feito com eles (VALDIVINO, entrevista realizada em 16 de junho de 2016).

É possível descrever o cenário geral da cooperativa no início da década de 1990 com base nas entrevistas realizadas⁵⁴. Segundo os entrevistados, a cooperativa devia fornecedores, estava totalmente desacreditada pelos sócios e por moradores da região, ocorria muito extravio de produtos, objetos, maquinários, dívidas altíssimas com o banco e com o Estado, dívidas trabalhistas, desvios de verbas, reivindicações trabalhistas, desistências dos cooperados, inadimplências em todos os setores da cooperativa, venda do armazém de Crixás para quitar dívidas, dentre outras situações.

⁵⁴Em relação ao processo de falência da cooperativa, os entrevistados pediram para não divulgarem seus nomes

6.2 A CAPPOL no século XXI

Nos primeiros anos do século XXI a Cappol não consegue se reerguer economicamente, acentuando-se o processo de falência. Dívidas não são totalmente quitadas e os juros ampliam a dificuldade econômica da cooperativa. Nesse aspecto o entrevistado nº 19 destaca: “[...] os problemas viram uma bola de neve, que não consegue se administrar, a Cappol não funciona mais como uma cooperativa, agora sua estrutura é alugada a terceiros, como forma de pagar dívidas”.

Em 2001 o Sr. Marcelo Bezerra Maia assume a presidência da Cappol na seguinte condição:

Em 2001 quando eu peguei a cooperativa ela estava com todos os armazéns sem funcionar, equipamentos elétricos cedidos a terceiros. No armazém de Crixás já não existia mais os silos e o armazém tinha sido cedido a um fazendeiro da região. Muitos dos equipamentos de pré-limpeza estavam em fazendas particulares, equipamentos elétricos como transformadores estavam cedidos a outras pessoas. A UBS estava ocupada por uma pessoa que não era da cooperativa. Havia pessoas morando nas casas da cooperativa e os armazéns estavam todos sucateados. Havia também muitas dívidas trabalhistas, previdenciárias e com os bancos (Maia, Marcelo Bezerra. Entrevista realizada em 25/05/2016).

Segundo o Sr. Marcelo Maya, sua aceitação em se tornar presidente da Cappol se deu por três motivos: 1) preservar o patrimônio da Cappol, mantendo-a viva enquanto cooperativa; 2) regularizar a Cappol documentalmente; 3) Arrecadar e manter todo o patrimônio da Cappol a serviço dos sócios. Na opinião dele os objetivos foram alcançados.

O entrevistado acima cita ainda que uma das suas maiores preocupações era(re) organizar a cooperativa, no sentido de negociar suas dívidas, buscar seus documentos e paulatinamente organizá-los, tentar levantar fundo financeiro para a cooperativa a fim de quitar suas dívidas para com os bancos.

Com o aumento do cultivo da soja em Porto Nacional e municípios circunvizinhos, nos primeiros anos deste século (XXI), o Sr. Marcelo Maia destaca que a Cappol consegue alugar o armazém de Porto Nacional para armazenar esta monocultura. Isso porque as empresas que posteriormente se instalam no município, como Granol, Fiagril, Bunge, etc. ainda não tinham armazém próprio para colocar a produção.

Para entender o que levou a soja a ser cultivada novamente em Porto Nacional nos primeiros anos do século XXI, Rocha (2015) fornece-nos informações que levam à compreensão de tal fato. O que conseqüentemente contribui para o entendimento da Cappol voltar a armazenar soja nos primeiros anos deste século.

Para Rocha (2015) a soja volta a ser produzida na região de Porto Nacional – TO, em meados da década de 2000 devido à chegada de empresas de originação da soja e migrantes sulista especializados nos plantio desta monocultura. Estes migravam por encontrar condições favoráveis para se instalarem na região, como por exemplo, “[...] o valor baixo do preço da terra, as dificuldades de produzirem nas áreas que possuem e, possivelmente, à instalação da multinacional Bunge, em 2003 [...]” (ROCHA, 2015, p. 79).

Quando a dívida da Cappol, o entrevistado n° 20, salienta que essas dívidas eram tanto trabalhistas, bancarias, ICMS, particulares, advogados, dentre outras dividas. Foram feito três grandes financiamentos, para ampliação da cooperativa, desses três dois foram pagos e o maior ainda se estende ate hoje. Quando a dívida foi negociada a Cappol devia ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) “[...] três milhões e meio de reais. A dívida foi renegociada por um milhão e duzentos e cinquenta mil reais, pagos em dez parcelas individuais de cento e vinte e cinco mil reais por ano” (entrevistado n° 20).

Na atualidade (2016) a cooperativa continua existindo juridicamente, porém não desempenha mais atividades enquanto uma cooperativa, sua estrutura está alugada para diferentes órgãos e instituições, como: a) Prefeitura Municipal de Porto Nacional (Figuras 40); b) Universidade Aberta do Brasil (UAB) (Figura 41); c) Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Tocantins⁵⁵ (Detran –TO); d) Dil Produções (Figura 42); e) Luiz Maia (entrevista n° 20, e levantamento de campo).

a) Prefeitura Municipal:

Figura 40 - Parte interna do armazém alugada para a Prefeitura Municipal



Fonte: Arquivo pessoal da autora, fotografado em 12/05/2016

b) Universidade Aberta do Brasil (UAB):

⁵⁵ Não autorizaram fotografar a parte do armazém que está alugada para o Detran - TO

Figura 41 - Prédio da CAPPOL alugada para a Universidade Aberta do Brasil, UAB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, fotografado em 12/05/2016

c) Dil Produções:

Figura 42 - Visão interna da parte do galpão alugada para o Dil produções



Fonte: Arquivo pessoal da autora, fotografado em 12/05/2016

A estrutura física do galpão, atualmente, está organizada da seguinte maneira, segundo o entrevistado n° 29: são dois galpões grandes, subdivididos em quatro compartimentos. No primeiro galpão, funciona o Departamento de Transito do Estado do Tocantins, DETRAN-TO, no segundo galpão, com três divisões, sendo que a 1° está alugada para a Prefeitura Municipal de Porto Nacional, servindo como a garagem; a 2° está alugada para o Sr. Luiz Maya, que armazena produtos de outros produtores da região, e a 3°, está alugado para Dil Produções, para armazenagem de adubo.

Com base nas imagens de satélite do Software Google Earth, foi montada a Figura 43, que mostra a situação relatada no parágrafo anterior, contendo a estrutura física do armazém da Cooperativa, já terceirizada, e o recorte da primeira imagem de satélite, que mostra a localização de cada responsável pelo armazém e suas divisões.

Figura 43 - Terceirização do Prédio da CAPPOL



Fonte: Google Earth, organizado por REINALDO, Thayssllorranny Batista.

Segundo o entrevistado nº 26, a dívida da Cappel que está causando a negatização de alguns membros junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), débito oriundo segundo o entrevistado do Banco do Brasil. “[...] essa dívida era em torno de cinco milhões de reais, com a negociação a dívida foi parcelada em 10 anos, já pagamos cerca de 7 a 8 anos da dívida” (Entrevista nº 26, realizada em 13/06/2016).

Segundo o entrevistado n° 26, atualmente a Cappol tem cerca de 500 associados e os projetos e providencias da atual gestão são:

1. Fazer a prestação de conta;
2. Organizar a audiência para eleição do novo presidente;
3. Proceder à liquidação judicial para o passivo com o ativo e assim encerrar com a cooperativa.

“A possibilidade da Cappol continuar ativa e praticamente 0%, porque atualmente em Porto Nacional – TO, tem muitas empresas que fazem esse serviço e com um custo bem menor, por isso os gestores da Cappol terceirizaram a cooperativa, considerando o custo benefício” (Entrevista n° 26 realizada em 13/06/2016). Esse entrevistado destaca que a previsão é que tenha uma assembléia ainda em 2016 para saber que destino terá a cooperativa.

De maneira sintetizada a Figura 44 apresenta a localização e as principais modificações ocorridas na estrutura física da Cappol desde sua fundação em 1963. A foto “a” destaca o 1° comércio da CAPPOL, que funcionava na casa do Sr. Adão Teixeira Vilarim, antigo Comércio Santa Rosa. Localizado atualmente na Rua Getúlio Vargas esquina com a Rua Joaquim Pinheiros. O 1° comercio da Cappol ficou por cerca de 5 anos neste local segundo a Sr. Iarirene Costa Braga, mudando para uma sede própria por volta de 1969. É importante observar que mesmo a foto registrada seja atual, a estrutura continua a mesma de 1963, segundo o Sr. Deijayme Aires da Silva, mudando apenas a pintura.

A foto “g” apresenta o 2° mercado da Cappol, que por volta de 1969 é inaugurado na sede própria, em terreno doado pela prefeitura municipal de Porto Nacional, que contou com doações dos cooperados para a construção. O mesmo fica localizado na atual Rua Getúlio Vargas, esquina com a Rua Bartolomeu Bueno, centro. A foto “h” mostra o prédio da Cappol aonde funcionava o 2°armazém, depois de estruturado na década de 1980 na Gestão do Sr. Raimundo Dias (1982-1984), passando a vender secos e molhados na gestão do Sr. Procópio Gama de Barcelos (1984-1989). Atualmente este local está alugado para a Universidade Aberta do Brasil (UAB), mas o prédio continua sendo da Cappol.

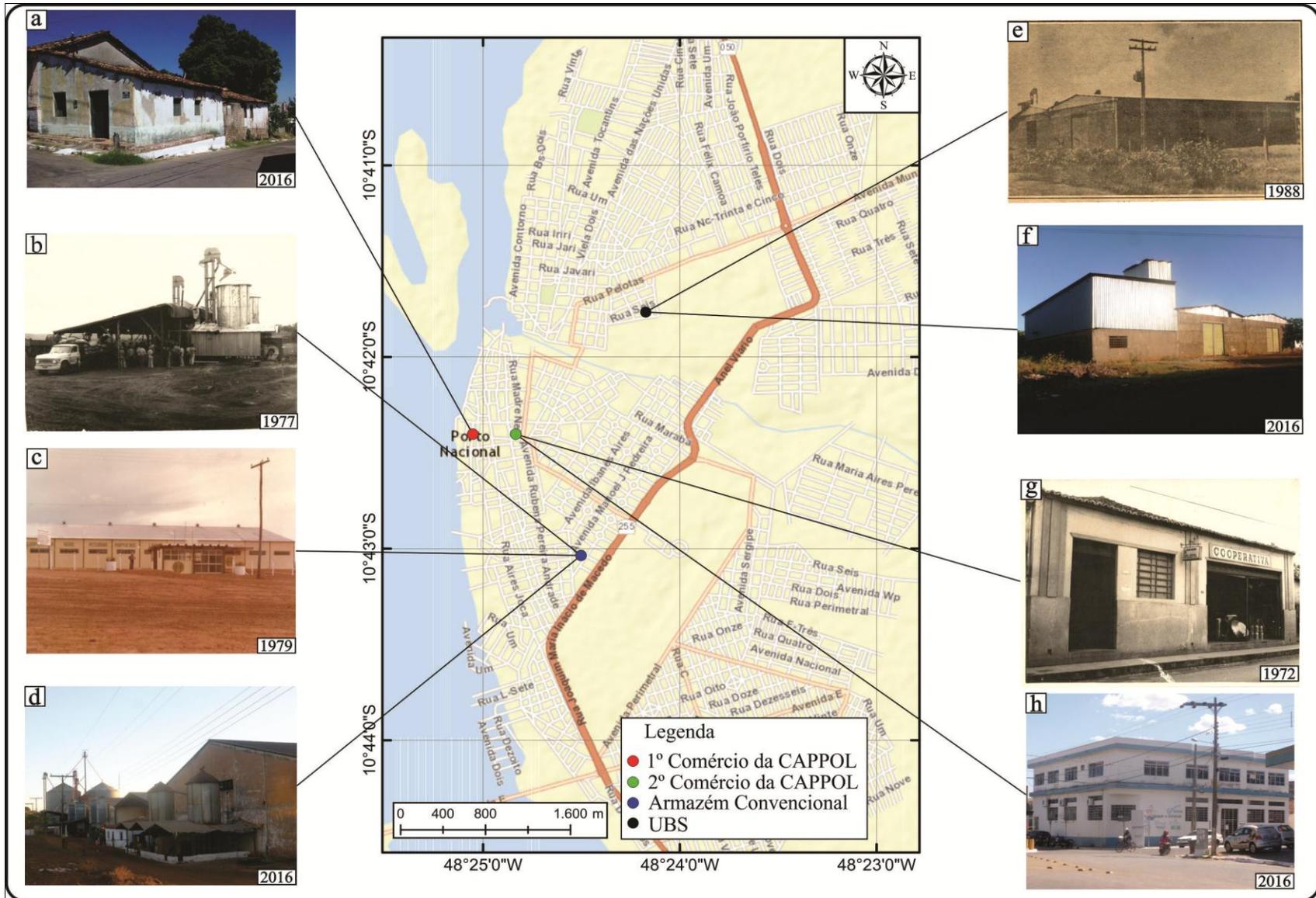
A foto “b” retirada em 1977 (arquivo pessoal de Deijayme Aires da Silva) mostra o armazém convencional da Cappol inaugurado em 1979 e representando um novo momento na diversificação de atividades da cooperativa.

A foto “c” registrada em 1979 (arquivo pessoal do Sr. Deijayme Aires da Silva) mostra o armazém da Cooperativa após sua inauguração, bem mais modernizado, construído

com o financiamento do BNCC. A foto “d” mostra o armazém na atualidade já ampliado com os silos graneleiros. Atualmente a cooperativa esta alugada para terceiros.

A foto “e” registrada em 1988 pelo Jornal Paralelo 13 em Porto Nacional, mostra a Unidade Básica de produção de sementes funcionando a todo vapor em 1988. Momento importante para a Cappol, pois agora a cooperativa também era um elemento modernizador, fornecendo apoio técnico aos produtores de sementes. A foto “f” mostra a UBS na atualidade, agora está inativa e ainda pertence a Cappol.

Figura 44 – Localização das estruturas da CAPPOL em Porto Nacional - TO



Fonte: Organizado por Gilney Pereira, 2016

Sobre processos que envolvem a CAPPOL, foram encontrados, na página do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sete deles identificados no Quadro 3. Dentre estes, dois encontram-se arquivados, os de nº 5000018-03.1987.827.2737 e o nº 5007171-76.2013.827.2737. Os outros cinco encontram-se em movimento. Observa-se que tem processo tramitando na justiça a mais de uma década, o que reflete o quando a justiça brasileira é demorada.

QADRO 3 - Processos envolvendo a CAPPOL

Nº do Processo	Data de atuação	Descrição	Situação
5000018-03.1987.827.2737	08/05/1987	Juros/correção monetária, Crédito Tributário, Direito Tributário	Baixado
5000007-27.1994.827.2737	20/09/1994	ICMS/Incidência sobre o ativo fixo, ICMS/imposto sobre Circulação de mercadorias.	Em movimento (tramitando)
5000121-77.2005.827.2737	14/02/2005	ICMS/incidência sobre o ativo fixo, ICMS/Imposto sobre circulação de mercadorias, Imposto, Direito tributário	Em movimento (tramitando)
5000120-92.2005.827.2737	01/09/2005	Civil/fazenda e Reg. Públicos	Em movimento (tramitando)
5000408-64.2010.827.2737	19/11/2010	Contribuição sobre Nota Fiscal de Execução de Serviços, Contribuições previdenciárias	Em movimento (tramitando)
5000408-64.2010.827.2737	19/11/2010	Contribuição sobre Nota Fiscal de Execução de Serviços, Contribuições previdenciárias, contribuições. Direito tributário	Em movimento (tramitando)
5007171-76.2013.827.2737	15/10/2013	Aquisição, posse, coisas, Direito Civil	Baixado

Fonte: Tocantins (2016), organização da autora.

O futuro da CAPPOL vai depender da decisão tomada em Assembleia, que provavelmente, possa ocorrer ainda em 2016, portanto, o futuro da cooperativa ainda é incerto, não podendo se afirmar se a mesma vai continuar a existir ou não. Pois essa é uma decisão que tem que ser tomada em conjunto com todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das entrevistas, observações realizadas em campo e de todo o levantamento teórico sobre o tema, é possível afirmar que os elementos contemplados nesta pesquisa - fronteira agrícola modernização agrícola e o cooperativismo agrícola -, estão interligados na área de abrangência da Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda. (Cappol).

A cooperativa foi criada com base na grande propriedade fundiária de Porto Nacional, que até então ainda pertencia ao antigo Norte Goiano, atual estado do Tocantins. Três elementos principais contribuíram direto ou indiretamente para o surgimento da Cooperativa Cappol: a) a experiência prévia de alguns membros com o associativismo; b) Incentivo do Banco de Crédito da Amazônia, atualmente BASA por meio de um trabalho de sensibilização sobre o cooperativismo e seus benefícios em Porto Nacional; c) o relativo isolamento de Porto Nacional em relação aos grandes centros urbano-econômicos do Brasil levando à necessidade de se realizar compra conjunta entre os pecuaristas de Porto Nacional.

De porte desses elementos compreende-se que a criação da Cappol em 1963 contribuiu com a pecuária e a população em geral, com seu mercado, pois a mesma vendia produtos agropecuários e alimentícios para sócios e não sócios, sendo uma referência aos pecuaristas de Porto Nacional e de municípios circunvizinhos.

O mercado que inicialmente foi instalado em uma área pertencente a terceiro, na segunda metade da década de 1960 foi transferido para uma sede própria, o que representou um primeiro passo no crescimento da Cappol.

A década de 1970 foi marcada pela expansão da fronteira agrícola e por políticas territoriais de fomento e incentivo a migração na Amazônia Legal e nos domínios do Cerrado, o que contribuiu e influenciou no processo de modernização e ampliação da Cappol, que diversificou suas atividades para atender a demanda da nova realidade que se fazia presente. A atuação no processo de modernização agrícola, inicialmente com a produção de arroz e posteriormente na produção de soja, contribuiu para a modernização da Cappol e esta, por sua vez, tornou-se um importante elemento de modernização em sua área de abrangência.

Utilizando-se de financiamentos públicos a Cappol cria uma estrutura de secagem e armazenamento da produção, bem como na produção de sementes de arroz, tornando-se a maior referência da modernização agrícola em sua área de abrangência.

A presença de migrantes sulistas vai marcar o processo de modernização agrícola na área de abrangência da Cappol, principalmente vinculados à produção de soja.

Ao longo da década de 1980 a Cappol alcançou como muitos dos entrevistados falaram “seus anos dourados”, considerados por muitos como a melhor fase da cooperativa. Isso é compreensível pelo fato de ter sido justamente nesta década que as maiores modificações ocorreram na cooperativa, investiu-se na criação de silos graneleiros em Porto Nacional e criou-se um armazém graneleiros em Crixás, modernizou o mercado colocando frios, criou a Unidade Básica de Produção de Sementes (UBS), cria-se uma equipe própria da Cooperativa para dar suporte e apoio aos produtores de sementes, cria-se uma loja de peça para automóveis e tratores.

O final da década de 1980 e início da de 1990 vai marcar o surgimento de crise do cooperativismo e da Cappol, ligada a uma grave crise econômica do Brasil, que incidirá sobre a produção agrícola. Essa crise é marcada pela diminuição dos investimentos do governo na produção agrícola e no cooperativismo. Nesse contexto várias cooperativas agrícolas, no Brasil, tiveram problemas econômicos e conseqüentemente faliram e a Cappol não se manteve a alheia a esse processo, pelo contrário ela também sofreu conseqüências.

A Cappol já tinha dívidas relacionadas a ampliação de sua estrutura além de outros problemas internos. Com a diminuição de atuação do Estado na atividade agrícola diminuiu a possibilidade de atuação da Cappol. Com isso a mesma entra em decadência e não consegue mais se manter na ativa. Como se investiu no crescimento da infraestrutura da Cappol e a produção caiu de forma acentuada, não foi possível manter-se o equilíbrio econômico, pois diminuiu acentuadamente a renda oriunda da secagem e armazenamento da produção, que eram a principal fonte de renda da mesma.

Na atualidade a Cappol está com um futuro incerto tendo suas estruturas alugadas para terceiros e com dívidas em andamento. Caberá aos gerenciadores aos cooperados decidir sobre os rumos da cooperativa.

Se ao longo dessa pesquisa conseguiu-se fazer um mapeamento histórico da Cappol, ao mesmo tempo foram surgindo outros questionamentos que precisam de uma análise mais aprofundada. Dentre esses podemos destacar a necessidade de uma análise

aprofundada sobre a organização fundiária da área de estudo; fazer uma análise comparativa entre cooperativas que faliram e as que se mantiveram atuantes mesmo com a crise econômica pela qual o Brasil passou no final da década de 1980 e início de 1990, para poder entender quais foram os elementos que as diferenciaram; a influência da migração vinculada à expansão da fronteira na área de estudo.

Para finalizar apresenta-se o Quadro 4, que destaca o nome em ordem cronológica dos presidentes da Cappol, apontando acontecimentos vinculados a mesma. É importante destacar que o fato dos acontecimentos estarem ligado a determinada gestão, não significa que o gestor seja responsável pela mesma.

QADRO 4 – Características e acontecimentos nas áreas da Cappol desde sua criação em 1963

Período	Presidente	Acontecimentos
1963 -1969	# Francisco Mascarenhas (1963-1969)	# Inauguração da Cappol (07/08/1963); # Compra de forma conjunta entre os produtores e pecuaristas; # Formação do primeiro mercado da cooperativa; # Viagens semanais ao centro urbano de Goiânia e Anápolis para abastecer o depósito do mercado e trazer medicamentos para o hospital. #Pecuária rudimentar e plantação de arroz de roça de toco.
1974 -1982	# Djaime Aires da Silva (1974-1982)	#Cercamento das propriedades (incentivo do Programa Proterra). #Chegada de imigrantes com a expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal. #Primeiros plantios de arroz mecanizado. #Adesão de novos sócios na cooperativa. #Construção do primeiro armazém convencional inaugurado no dia 11 de março de 1979, junto com a inauguração da ponte sobre o rio Tocantins. #Acesso ao crédito do Proagro. #Introdução da monocultura da soja no início da década de 1980 .
1982-1984	# Sr. Raimundo Dias de Sousa (1982-1984)	# Ampliação do armazém convencional.
1984-1989	Procópio Gama de Barcelos Clemente Barros (1989-1993)	#Construção do armazém graneleiro em Crixás, que também tinha um mercado na sua estrutura. # Venda de peças voltada para manutenção de trator e equipamentos agrícolas. # Aquisição da Unidade Básica de Produção de Sementes (UBS). # Criação da equipe de apoio e assistência técnica da Cooperativa. # Aumento do número de sócios da Cappol. #Divisão do estado de Goiás, e a criação do atual estado do Tocantins, que não interferiu na Cappol. # Ampliação do mercado com a introdução de secos e molhados.

		#Super safra de arroz e seu armazenamento a céu aberto nos pátios da Cappol. # Rompimento da CFP com a Cappol.
1990-1994	Clemente Barros (1989-1993) Valdivino Fraga (1993-1999)	# Queda acentuada na produção de arroz e da soja. # Diminuição no número de sócios. # Acordo com os trabalhadores e pagamento de dívidas trabalhista.
1995-2000	Valdivino Fraga de Melo (1993-1994)	# Acerto financeiros com trabalhadores e redução drástica dos mesmos. # Venda da filial de Crixás para quitar dívidas junto ao Banco do Brasil (decisão em Assembléia Geral).
2000-2014	Sr. Marcelo Maia Sr. Fábio Martins (a partir de 2010)	# Renegociação de dívidas. # Aluguel das estruturas da Cappol para particulares.

Fonte: Entrevistas⁵⁵ realizadas para elaboração da dissertação, organizado pela autora.

⁵⁵ Como a disponibilidade de tempo de cada entrevistado foi diferente, é possível que ocorra um maior destaque das ações de uns em relação a outros.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Lindomar. Conflito e integração nas fronteiras dos “brasiguaios”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 579-590, Set./Dez. 2010.
- ALMEIDA, Maria Geralda. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, Dourados, MS, n. 2, p. 103-114, 2005. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/86/46>>. Acesso em: 15 maio 2015.
- ARACRI, Luiz Angelo dos Santos *et al.* A expansão do cultivo da soja e as transformações do espaço agrário no Cerrado Mineiro. **Revista de Geografia – PPGeo**, Juiz de Fora, MG, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://geografia.ufjf.emnuvens.com.br/geografia/about>>. Acesso em: 15 maio 2016.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. **Conflitos sociais na fronteira amazônica**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- BASSO, David. **As relações entre cooperativa e produtores Rurais: uma avaliação da importância do Cooperativismo Empresarial para os produtores associados**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1990. (Tese)
- BECKER, Berta K. **Amazônia**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1994.
- BECKER, Bertha K. A fronteira no final do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia brasileira. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 3, p. 59-73, 1984.
- BECKER, Berta K. **Geopolítica da Amazônia a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BECKER, Berta K.; MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica: questão sobre gestão de território**. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.
- BECKER, Berta K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In. AUBERTIN, Catherine (org.) **Fronteiras**. Brasília: Universidade de Brasília, 1988, p. 60-89.
- BERTUOL, Rafael. **A prática dos princípios cooperativistas: um estudo de caso no Tocantins**. Palmas, TO: UFT, 2012. (Dissertação). Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/766-aos/v01n02/7571-a-pratica-dos-principios-cooperativistas-um-estudo-de-caso-no-tocantins.html>>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- BESSA, Kelly. A Dinâmica da diferenciação espacial entre os centros do segmento de rede urbana no Tocantins. In. SANTOS, Roberto de Souza *et al.* **Território e Diversidade Territorial no Cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais**. Goiânia: Kelps, 2013.

BESSA, Kelly; CORADO, Vaneça Ribeiro. A dinâmica recente do segmento de rede urbana no Tocantins: as implicações da construção de Palmas para Porto Nacional. **Geotextos**, Salvador, BA, UFBA, v. 7, n. 1, jul. 2011. p. 31-57. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/5268>>. Acesso em: 22 maio 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.212, de 21 de janeiro de 1943: cria a comissão de Financiamento da Produção (C.F.P.), e dá outras providências. Rio de JANEIRO: Câmara dos Deputados, 1943. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5212-21-janeiro-1943-415228-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

BRASIL. **Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999**: aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP. Brasília, DF: Casa Civil, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3017.htm> Acesso em; 16 fev. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 6.151, de 4 de dezembro de 1974**: Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (P ND), para o período de 1975 a 1979. Brasília, DF: Senado Federal, 1974. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/492>>. Acesso em: 22 jun.. 2016.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**: define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5764.htm> Acesso em: 26 de agosto de 2015,

BRASILIENSE, Eli. **Bom Jesus do Pontal**. São Paulo: Martins, 1954.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. **Cooperativismo**. Brasília, DF: MAPA, 2012. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%C3%A7%C3%B5es%20e%20M%C3%ADdias/cooperativismo%20atualizada%202012.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BRITO, Eliseu Pereira. **O papel de Palmas - TO na rede de integração regional**. Dourados, MS: UFGD, 2009. (Dissertação) Disponível em: <http://tede.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/tede/200/1/EliseuPereiraBrito_introd_Cap1e2.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. São Paulo: USP. 200.

CAVALCANTE, Zedequias Vieira; SILVA, Mauro Luiz Siqueira da. A importância da Revolução Industrial no mundo da tecnologia. In: ENCONTRO INTERNACIONAL

DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 7, 2011, Maringá, PR. **Anais...** Maringá: CESUMAR, 2011. p. 25-28. Disponível em: <http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/zedequias_vieira_cavalcante2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO TOCANTINS. **Nossa História: COAPA – 17 anos desenvolvendo o agronegócio.** Pedro Afonso: COAPA, 2016. Disponível em: <<http://www.coapa.coop.br/site/pagina.asp?pagina=Endere%E7os>>. Acesso em: 10 maio 2016.

COOPERATIVA Agropecuária Portuense: em quatro anos, uma nova realidade. **O Paralelo 13**, Porto Nacional, 17 maio/2 jun. 1988.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA PORTUENSE. **Estatuto social.** Porto Nacional: CAPPOL, 1988.

CORADINI, Odacir Luiz. Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja. In: CORADINI, Odacir Luiz; FREDERICQ, Antoniette. **Agricultura, cooperativas e multinacionais.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 1-65. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/qqx82/pdf/coradini-9788579820090.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

COSTA, Wanderley Messias da Costa. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** São Paulo: Contexto. 1988. p. 43-61.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: UFRGS, 2012, (Estudos Rurais). Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/DoCapitalFinanceiroNaAgricultura%20-%20GUILHERME_DELGADO.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

DICIONÁRIO Online de Português. (s. l.: s. n., s. d.). Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/moratoria/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em Geografia. *Perspectiva Geográfica*, Cascavél, PR, V.9, N.10 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161/7550>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

FURSTENAU, Viviane. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. **EnsaioFEE**, Porto Alegre, FEE, v. 8, n. 1, p. 139-154, 1987. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1075/1416>>. Acesso em: 22 maio 2016.

FRANCO, Solange Maria. **Porto em foto & verso.** Goiânia. (s. l: s. n), 1987.
FURTADO, Paulo José. O governo e o incentivo de acesso á Terra na Amazônia Legal: Controle e favorecimento do capital privado (1964 – 1980). **Outras Fronteiras**, Cuiabá, v. 1. n.1, jun, 2014.

GODINHO, Durval C. **História de Porto Nacional**. (s. l: s. n), 1988.

GONÇALVES, Jaksosn Eduardo. Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário. XLIII CONGRESSO DA SOBER, 53, 2005, Ribeirão Preto, SP. **Anais...** Ribeirão Preto, SP: SOBER, 2005. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/2/955.pdf> > Acesso em: 12 março, 2015.

GONÇALVES, José Sidnei; VEGRO, Celso Luis R. Crise econômica e cooperativismo agrícola: uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). Agricultura em São Paulo, São Paulo, IEA, v. 41, n. 2, p. 57-87, 1994. Disponível em:<<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/asp4-0294.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e a Agricultura no Brasil, política agrícola e modernização econômica Brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec. 1997.

GONZALE, Bernardo Celso de Rezende; COSTA, Silvia Maria Almeida Lima. Agricultura brasileira: modernização e desempenho. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, RS, UPF, v. 5 n. 10, p. 7-35 maio 1998. Disponível em: <http://cepeac.upf.br/download/rev_n10_1998_art1.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.

GURGACZ, Acir. **Cooperativismo no Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2013. Disponível em:<<http://www.acirgurgacz.com.br/pdfs/cooperativismo.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica: Fronteira agrícola e integração territorial**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 107-157.

IBGE. **Histórico do município de Porto Nacional**. Brasília, DF: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=171820&search=tocantins|porto-nacional>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

INOCÊNCIO, Maria Erlan; CALAÇA, Manoel. Cerrado: fronteira da produção agrícola capitalista do século XX. In. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. **Anais...** São Paulo: 2009.p. 1-16. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Inocencio_ME.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

LACERDA JÚNIOR, Benjamim de. **Territórios e políticas públicas espaciais do agronegócio no município de Rio Verde-GO**. Goiás: UFG, 2011. (Tese) Disponível em:<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2743>>. Acesso em: 12 maio 2016.

LAGO, Adriano. **Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário**. Porto Alegre, RS: UFRGS. 2009. (Tese) Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18439>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas espaciais**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1992.

LUCENA, Romina Batista de. SOUZA, Nali de Jesus. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950-00. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, FEE, v. 29, n. 2, p. 180-200, ago. 2001. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1313/1680>>. Acesso em: 20 maio 2016.

MACHADO, Lia Osorio. A fronteira agrícola na Amazônia Brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, v. 54, n. 2, abr./jun., p. 27-55, 1992.

MANZANO, Eduardo. **Tocantins: novo Estado, antigas lutas**. Goiânia: América, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 9-205.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social: Revista de Sociologia**, São Paulo, USP, v.8, n. 1, p. 25-70, maio 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141/88825>>. Acesso em: 15 maio 2016.

MATTOS, Carlos de Meira. Uma **Geopolítica Pan-Amazonica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1980.

MEDEIROS, Marlon Clóvis. PADILHA, Willian. Os ciclos de desenvolvimento do cooperativismo agropecuário e o crédito rural no Sudoeste do Paraná. **Geosul**, Florianópolis, UFSC, v. 29, n. 58, p. 185-204, jul./dez 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/37524>>. Acesso em: 10 maio 2016.

MIRANDA, Mariana. O papel da colonização dirigida na expansão da Fronteira na Amazônia. In:____. BECKER, Berta K; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia O. (orgs.) **Fronteira Amazônica: questão sobre a gestão do território**. 1990, p. 47-62.

MORENO, Gislaene. O processo de ocupação na Amazônia Mato-Grossense : o exemplo de dois Municípios da Bacia do Médio Teles Pires: Sinop e Lucas do Rio Verde. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Mato Grosso, n. 3/4, p. 9-38 outubro, 1998/1999.

MOURA, Rosa. Fronteiras invisíveis: o território sem limites. **Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, jul-dez, p. 85-101, jul./dez., 2000. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_6_moura.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2015.
OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Amazônia e a nova geografia da produção de soja. **Terra Livre**, Goiânia, AGB, v. 1. n. 26, jan./jun., 2006. Disponível em:

<<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/206>. Acesso em: 26 abr. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em:<<http://www.ffiich.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Cidades ribeirinhas do rio Tocantins**. Goiânia: PUC, 2007. Disponível em:<https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/oliveira_MariadeFatima.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Um Porto no Sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910**. Goiânia: UFG, 1997. Disponível em:<<https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/OLIVEIRA__Maria_de_F_tima._1997.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Promoção e defesa dos interesses das cooperativas**. Brasília, DF: OCB, 2009. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/SITE/ocb/index.asp?CodIdioma=1>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO ESTADO DO TOCANTINS. **Sindicato E organização das cooperativas no Estado do Tocantins – OCB/TO**. Paraíso do Tocantins: OCB, 2015. Disponível em: <<http://www.ocbto.coop.br/conteudo.php?l=52b72f916cc2a5044a61a1fb1b5aa39a>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

PINHO, Diva Benevides. **As cooperativas no desenvolvimento do Brasil: passado, presente e futuro**. Santo André, SP: ESETec, 2007. Disponível em: <<https://archive.org/stream/DIVAPINHOASCOOPERATIVASNODESENVOLVIMENTODOBRASIL/DIVA%20PINHO%20%20AS%20COOPERATIVAS%20NO%20ESENVOLVIMENTO%20DO%20BRASIL#page/n15/mode/2up>>. Acesso em: 26 ago. 2015

PRADO JÚNIOR, CAIO. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROCHA, Carlos Eduardo. **O processo de territorialização da agricultura moderna e expansão da produção de soja no município de Porto Nacional – TO**. Porto Nacional – TO: UFT, 2015. (Dissertação)

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. Os Pioneiros de Rochdale: **aprimeira cooperativa do mundo – Rochdale na Inglaterra. (s. l., s. n., s. d.)**

Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/>>. Acesso em: 7 ago. 2016.

RODRIGUES, Daniel Bartkus. **O Projeto Rio Formoso e a reprodução ampliada do capital no entorno da Ilha do Bananal**: concentração da riqueza, exclusão e resistência. Porto Nacional, TO: UFT, 2013. (Dissertação)

SANTOS, Roberto de Souza. **Os condicionamentos das políticas territoriais e do processo de territorialização dos atores hegemônicos no desenvolvimento regional e local**: uma análise crítica no contexto de Tocantins. Goiânia, GO: UFG, 2013. (Relatório científico de Pós-Doutoramento)

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 1991.

SEAGRI. Instrumentos de gestão de risco agrícola: o caso do Brasil. Informativo **Técnico SEAGRI**, Brasília, DF, BNDES, n. 1, jan. 2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/informativo_SEAGRI/InformativoSEAGRI_01_2011.pdf>. Acesso em 20 jan. 2016.

SERRA, Elpídio. Cooperativismo empresarial e suas contradições: o distanciamento entre a teoria e a prática do sistema. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA JORNADA ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA, 2, 2005, Presidente Prudente, SP. **Anais...** Presidente Prudente, SP: UNESP, 2005. p. 2-11. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Elpidio%20Serra.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2016.

SERRA, Elpídio. O cooperativismo híbrido e suas formas de atuação no Paraná. **Agrária**, São Paulo, USP, n. 8, p. 4-22, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/137>>. Acesso em: 10 maio 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A rede política territorial da soja em Pedro Afonso (TO). **ACTA Geográfica**, Boa Vista, UFRR, v. 4, n. 7, p.91-107, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://revista.ufrr.br/actageo/article/view/258>>. Acesso em: 12 maio 2016.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A Fronteira agrícola capitalista da soja na Amazônia. **Revista da Sociedade Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1. n. 1, p. 2006. Disponível em: <http://www.socbrasileiradageografia.com.br/revista_sbg/carlos%20a%20f%20silva.html>. Acesso em: 26 maio 2015.

SILVA, Carlos Franco da Silva. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territorius**: ensaios sobre o ordenamento territorial..3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 282-312

SILVA, Gutemberg de Vilhena. A Fronteira Política:alguns apontamentos sobre este tema clássico da Geografia Política. **ACTA GEOGRÁFICA**, Boa Vista, RR,UFRR, v.

2, n. 4, p. 7-15, jul./dez. p 2008. Disponível em:<<http://revista.ufr.br/actageo/article/view/191/370>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

SILVA, Mauricio Alves da. **Geotecnologia aplicada ao ordenamento territorial do município de Porto Nacional, Tocantins**. Uberlândia, MG: UFU:. 2013. (Tese). Disponível em:<<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15978>. Acesso em: 8 maio 2016.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2007.

TAVARES, Maria Goreti da Costa *etal*. Redes de Distribuição de energia e desenvolvimento regional na Amazônia Orienta. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, UFPA, v. 9. n. 2, dez. 2006. 2006.

UNIMED. **Os precursores do cooperativismo**. (Portal Nacional da Saúde: UNIMED, s.d.) Disponível em: <http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd_canal=58672&cd_secao=58664&cd_matéria=294925>. Acesso em: 7 ago. 2016.

TOCANTINS. Secretaria de Planejamento e Orçamento. **Base cartográfica**. Palmas, TO: seplan, 2012. Disponível em:<<http://seplan.to.gov.br/zoneamento/mapas/estado-do-tocantins/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

TOCANTINS. Tribunal de Justiça. **Consulta Processual: busca de processo. Palmas, TO: TJT, 2016. Disponível em:** <https://consultaeproc.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=processo_consulta_publica>. Acesso em: 10 jun. 2016.

VELOSO, Tatiana Ribeiro; LOCATEL, Celso. A trajetória do movimento cooperativista no Brasil: da vertente de controle estatal para instrumento de promoção de desenvolvimento regional. In: CONGRESSO LUSO AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DIVERSIDADE E (DÊS) IGUALDADE, 11, 2011, Salvador, BA. **Anais...** Salvador, BA: UFBA, 2011. p. 1-16. Disponível em:<<http://docplayer.com.br/6683885-A-trajetoria-do-movimento-cooperativista-no-brasil-da-vertente-de-controle-estatal-para-instrumento-de-promocao-de-desenvolvimento-regional.html>>. Acesso em: 12 maio 2016.

WALTER, Carolina Palma. **O socialismo utópico e a crítica a razão utilitária**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2011. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/34857>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

WORDPRESS. **Bichinhos de jardim**: superação. New York: Wordpress, 2012. (Tirinhas: imagem.). Disponível em:<<https://abobrinhaecia.files.wordpress.com/2012/03/bdj-120323-web.jpg>. Acesso em: 28 jul. 2016 .

ENTREVISTADOS

BARCELOS, Procópio Gama de. **Entrevista realizada em 11/05/2016.** Entrevistadora: Thayssllorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

BARROS, Clemente. **Entrevista realizada em 11/05/2016.** Entrevistadora: Thayssllorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

BRAGA, Iarirene Costa. **Entrevista realizada em 20/02/2016.** Entrevistadora: Thayssllorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

COSTA, Helder Luz. **Entrevista realizada em 20/02/2016.** Entrevistadora: Thayssllorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

DIAS, Raimundo. **Entrevista realizada em 20/02/2016.** Entrevistadora: Thayssllorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

FONSECA, Erazini Pinheiro. **Entrevista realizada em 28/04/2016.** Entrevistadora: Thayssllorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

LUZ, William Silva. **Entrevista realizada em 15/01/2015.** Entrevistadora: Thayssllorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

MACEDO, Jurimar Pereira de. **Entrevista realizada em 11/05/2016.** Entrevistadora: Thayssllorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

MAYA, Marcelio Bezerra. **Entrevista realizada em 25/05/2016.** Entrevistadora: Thayssllorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

MANZANO, Eduardo. **Entrevista realizada em 17/06/2016.** Entrevistadora: Thayssllorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

MARTINS, José de Nazaré. **Entrevista realizada em 17/06/2016.** Entrevistadora: Thayssllorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

MASCARENHAS, Joaquim Maria Rocha. **Entrevista realizada em 11/05/2016.** Entrevistadora: Thayssllorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

MELO, Valdivino Fraga de. **Entrevista realizada em 16/06/2016.** Entrevistadora: Thayssllorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

OLIVEIRA, Olegário José de. **Entrevista realizada em 11/11/2015.** Entrevistadora: Thayssllorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2015.

OLIVEIRA, Rafael José de. **Entrevista realizada em 16/06/2016.** Entrevistadora: Thayssllorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

REIS, José de Nazaré Martins dos. **Entrevista realizada em 16/06/2016.**

Entrevistadora: Thaysslorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

RODRIGUES, Hercilia de Souza. **Entrevista realizada em 16/06/2016.** Entrevistadora:

Thaysslorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

SILVA, Djaime Aires da. **Entrevista realizada em 23/03/2016.** Entrevistadora:

Thaysslorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

SILVA, José Henrique Preirada. **Entrevista realizada em 12/01/2016.** Entrevistadora:

Thaysslorranny Batista Reinaldo. Porto Nacional, TO; UFT, 2016.

ANEXOS



ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____
_____, portador do RG. _____ e CPF: _____ estou
ciente da pesquisa de Thayssllorranny Batista Reinaldo, mestranda do curso de Pós-
Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins/Campus de Porto
Nacional, intitulada: **Fronteira e Modernização Agrícola na Amazônia Legal: A
experiência da Cooperativa Agro-pecuária Portuense Ltda – Cappol – Porto
Nacional/TO.**

Tenho ciência que minha participação na referida pesquisa é voluntária e sei
que posso desistir da mesma a qualquer momento, sem nenhum prejuízo a minha
pessoa, bem como não terei nenhuma despesa e também não receberei nenhuma
remuneração para participar da mesma.

Sei que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas minha
identidade não será divulgada sem minha autorização, sendo guardada em sigilo, caso
eu não queira mi identificar.

. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os meus dados,
esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, eu poderei entrar em contato
com a pesquisadora no endereço e-mail: thayssllorrannygeo@hotmail.com, ou pelo
telefone (63) 9242-2062.

Diante do exposto afirmo que minha participação é voluntária e sem fins
lucrativos. Por isto autorizo que meus dados sejam:

- () Entrevista gravada e com a divulgação do meu nome.
- () Entrevista gravada e sem a divulgação do meu nome.
- () Entrevista não gravada e com a divulgação do meu nome.
- () Entrevista não gravada sem a divulgação do meu nome

Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e
pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós. Data: ___/___/___

Assinatura do participante

Assinatura da mestranda



ANEXO B: ROTEIRO DE ENTREVISTA – COOPERADOS E DIRIGENTES

- 1) Como ocorreu o processo de criação da CAPPOL?
- 2) Quando a cooperativa foi criada?
- 3) Antes da CAPPOL ser cooperativa, como era organizada a produção agrícola em Porto Nacional?
- 4) A cooperativa foi criada com capital próprio dos cooperados, ou por intermédio do Estado?
- 5) Qual o principal objetivo com a criação da CAPPOL?
- 6) O que a CAPPOL produzia? Ou armazenava?
- 7) Como era organizada a cooperativa?
- 8) Quem eram os sócios?
- 9) Descreva como o Sr./Sra. Entrou para a cooperativa?
- 10) Quais eram os requisitos para ser sócio da CAPPOL?
- 11) Houve assembleias gerais, no processo de criação da CAPPOL? Se sim, como eram? Quem participava? Quem tinha direito ao voto?
- 12) Ainda sobre as assembleias Gerais:
 - a) Quando eram realizadas?
 - b) Como era escolhida a pauta de discussão?
 - c) Como se dava a presença dos cooperados?
 - d) Eles participavam ativamente e freqüentemente nas reuniões?
 - e) Havia algum incentivo para a participação?
 - f) Como era feita as votações durante as assembleias?
- 13) Havia outras formas de participação direta dos cooperados além da Assembleias Gerais? Se sim, quais eram?
- 14) Em relação a saída do sócio da cooperativa.
 - a) Como se dava o procedimento de saída da cooperativa?
 - b) Alguém já foi expulso da cooperativa? Se sim, por quê?
 - c) A cooperativa fazia os devidos ressarcimentos ao cooperado que optava por sair?

- 15) A cooperativa ofereceu cursos de cooperativismo? Se sim, era obrigatório? Quem podia participar?
- 16) A cooperativa oferecia outros cursos de formação para os cooperados, funcionários ou comunidade? Se sim, quais e quem pode participar?
- 17) Fale sobre a comunicação entre cooperativa e cooperados e sobre a comunicação entre dirigentes e funcionários.
- 18) Havia alguma relação da Cappol com outras cooperativas e com o Estado? Se sim, como se dava essa relação?
- 19) Havia ações sócias desenvolvida pela cooperativa? Se sim, como essas ocorriam?
- 20) O que a cooperativa produzia?
- 21) Havia um estatuto próprio para a cooperativa?

Observação: Ao longo das entrevistas outras questões iam surgindo, e acrescentava-se a estas perguntas.



ANEXO C: ROTEIRO DE ENTREVISTA DR. EDUARDO MANZANO

- 1º) Como era a base fundiária de Porto Nacional quando você chegou (quem era os grandes fazendeiros e camponeses)?
- 2º) O que os camponeses produziam? E o que os fazendeiros produziam?
- 3º) Os fazendeiros moravam na fazenda ou não?
- 4º) Existiam diferença no agir de cada um deles?
- 5º) Que entidades tiveram importância nesse debate (UDR, igreja, consaude)?
- 6º) Que conflitos agrários ocorreram na região? Como eles se deram? Quem estava organizado? (Conflito como forma de debate) (quais eram as reclamações)
- 7º) Como os conflitos se concretizaram na prática?
- 8º) em que momento você conheceu a Cappol, como você viu o surgimento da Cooperativa?
- 9º) Se a Cappol teve alguma ação em cima de conflitos?
- 10º) Como você vê a atuação da Cappol ao longo do tempo?

ANEXO D – Reportagem do Jornal Paralelo 13 (1988)

Página 6

O PAR

COOPERATIVA AGROPECUARIA PORTUE

Em quatro anos, um nov

Há praticamente quatro anos a frente da Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda., Procópio Cleber Gama de Barcelos duplicou a capacidade de armazenagem e investiu no aprimoramento técnico, visando oferecer maiores benefícios e de melhor qualidade a seus associados. Em entrevista ao Paralelo 13, Procópio fala de sua administração e esclarece dúvidas sobre recentes denúncias contra sua gestão que, na sua opinião, serviram apenas a interesses políticos. Abaixo entrevista na íntegra:



Procópio Barcelos



Armazém da cooperativa portuense

O Paralelo 13 - Presidente, sua administração a frente da Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda. completará quatro anos. Como você encontrou a cooperativa e o que se fez neste período?

Procópio - Como estamos em uma região produtora de grãos investimos no setor de armazenagem. Quando assumi a presidência nossa capacidade de armazenagem era de 350 mil sacas, hoje nós dobramos para 700 mil sacas. No que diz respeito a participação do produtor, ou seja, número de associados, a performance foi quase a mesma, passando de 500 para quase 900 associados. Há mais de um ano estamos trabalhando no setor de sementes para baratear os custos e melhorar a qualidade para a região. A partir de agosto a cooperativa já estará oferecendo aos seus associados sementes próprias. Também, ainda este ano, a cooperativa entrará na área de projetos.

P 13 - Qual é atualmente a área de ação da cooperativa?

Procópio - Abrangemos os municípios de Porto Nacional, Silvanópolis, Monte do Carmo, Fátima, Ponte Alta e Natividade. Pretendemos aumentar esta área de ação e estender até aos municípios de Dueré, Aliança do Norte, Cristalândia e Paraíso do Norte. Isto por que já temos cooperativas que trazem produtos destas regiões.

P 13 - Quais são as principais dificuldades enfrentadas hoje pela cooperativa?

Procópio - Uma delas é o desconhecimento, que às vezes o sócio tem em relação ao trabalho da cooperativa. É uma região tradicional e de muitos costumes e isso dificulta um pouco. A cooperativa é criada para o benefício de toda a comunidade e é difícil, na crise que o país hoje atravessa, satisfazer a todos. O pessoal daqui também ainda não participa assiduamente das reuniões e são as pessoas que procuram a cooperativa para se informar do que ela está realizando e planejando. Por isso, apesar da Organização das Cooperativas de Goiás já estar desenvolvendo um trabalho de conscientização dos cooperados, nós vamos criar comitês educativos em cada município atingido pela cooperativa.

P 13 - Recentemente a cooperativa foi alvo de algumas denúncias. Que denúncias foram essas?

Procópio - A cooperativa tem 870 cooperados. Essa denúncia partiu de apenas 20 associados e realmente existiu embutido aí motivos políticos, que acarretaram na vinda de dois auditores até Porto Nacional. Ficaram uma semana na cooperativa e reviram tudo que puderam e o que apuraram no final? Só algumas falhas administrativas, e as mais com uns de qualquer outro órgão e empresa, que aconteceram sem má fé. Na verdade, pequenas falhas de caráter burocrático. Bem, na verdade a denúncia feita era de que existia na cooperativa sobras de produtos e que eram vendidas aleatoriamente. A partir disso os auditórios fizeram um amplo levantamento na cooperativa e comprovaram que as tais sobras denunciadas não passavam de quebras técnicas existentes dentro do armazém. E o que é uma quebra técnica? O produto é armazenado com 13% da unidade e sai com 8%. E juntamente esta diferença de 5%

a outros tipos de quebra como um saco rasgado ou do caruncho que estraga um pouco, é que apareceu esta denúncia. Entretanto, os auditores confirmaram que eram quebras técnicas normais e dentro dos patamares aceitáveis.

P 13 - Quais foram, na sua opinião, os reais motivos desta denúncia? Desconhecimento da quebra pelos cooperados ou articulação política?

Procópio - Desconhecimento total por parte dos associados e não acredito, por que dentre os associados que fizeram a denúncia existem alguns que possuem armazéns e estes devem conhecer esta mecânica de quebra de técnica. Existe um motivo maior, que por sinal no final da auditoria os técnicos que a realizaram disseram que havia intenção de se fazer até uma intervenção na cooperativa por parte dos denunciadores. Estes associados queriam me tirar da cooperativa. Daí, tem que ter tido motivos políticos.

P 13 - E o descredenciamento da cooperativa? Parece que houve um mal entendido nesta questão?

Procópio - O fato é que não foi descredenciada somente a nossa cooperativa como pensavam alguns associados. Isto atingiu mais de 50 cooperativas e mais de 180 armazéns particulares. Isto foi uma tática da CFP para forçar o acerto da quebra técnica que todos os anos



Secador de grãos da cooperativa em Porto

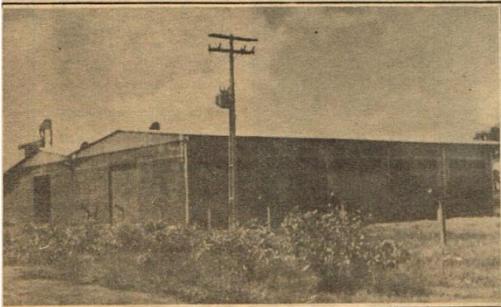
ANEXO E – Reportagem do Jornal Paralelo 13 (1988)

LELO 13

Página 7

SE LTDA

na realidade



Sementeira em pleno funcionamento

existe nos armazéns. E ao contrário do que correu por aqui, não foi só em nossa cooperativa. Por sinal, entre as cooperativas descredenciadas estava a Comigo de Rio Verde, que é a maior do Estado. Então, o que houve foi a intenção de um grupo de pessoas querendo tumultuar o nosso trabalho, mas agora já estamos reconhecidos, em pleno funcionamento e dentro da normalidade.

P 13 - Procópio você comentou anteriormente que a cooperativa vai entrar em agosto na área de projetos. O que você pode adiantar sobre isso?

Procópio - Na verdade já estamos com um projeto aprovado junto ao Banco do Brasil para a construção de dois silos com capacidade para 100 mil sacas o primeiro, e 50 mil o segundo, visando desenvolver a produção de soja na região. Também já estamos com o projeto de construção da sementeira, para o desenvolvimento de uma qualidade superior e para separar as sementes dos produtos armazenados. Este projeto também sofreu com a política de um certo grupo, que prefiro não citar nomes, que tentou impedir que fosse aprovado junto ao Banco do Brasil. Ele quer diminuir o trabalho da direção atual, afinal, estamos próximos da eleição para a nova presidência e um projeto dessa grandeza valoriza em muito a nossa atuação. E se não fosse a ajuda prestada pelo

deputado federal Roberto Balestra não teríamos conseguido êxito.

P. 13 - Como você vê o papel da UDR hoje no país? Ela interfere no trabalho das cooperativas?

Procópio - Eu considero a UDR, no sentido em que ela foi criada, muito benéfica aos produtores. Entretanto, a atuação de alguns de seus filiados em certas regiões tentam interferir dentro do sistema de cooperativismo. Eles desconhecem que a cooperativa é uma coisa e a UDR é outra totalmente diferente. Elas poderiam trabalhar juntas no auxílio ao produtor. Agora na nossa região a UDR está interferindo nos problemas internos da cooperativa. Inclusive temos documentos que provam estar a entidade pedindo a realização de assembleias, quando isso só pode ser solicitado pelo associado da cooperativa. Quero deixar claro que não estou criticando a UDR enquanto entidade. Eu tenho até admiração pelo trabalho dela, porém não podemos aceitar interferência junto a cooperativa. Se tivesse no lugar da UDR, no momento que soubesse que a cooperativa havia sido descredenciada, eu não criaria tumulto, eu me prontificaria a ajudar na solução do problema.

P. 13 - Por que você acha que este grupo e a UDR local não ajudaram a cooperativa e tentaram tumultuar mais ainda a situação?

Procópio - Vou responder curto e grosso: interesses próprios.

Aprimorando o processo de produção de sementes

Assumindo em outubro de 1986 na cooperativa, o engenheiro agrônomo, Rafael de Oliveira foi incumbido de aprimorar o processo de produção de sementes. Um passo que a cooperativa achou necessário para além de ser independente nesta área, ainda conseguir qualidade compatível à região. Um passo revolucionário na sua história, que antes não tinha um técnico para este setor.

Para Rafael de Oliveira é importante que os associados prestigiem a iniciativa. "É necessário uma maior ampliação do quadro técnico da cooperativa. Isto vai intensificar as atividades e abrir espaço para novos horizontes com a viabilização de projetos de custeio agrícola", ressaltou o engenheiro, que acredita no potencial produtivo da região e que não faz parte do rol dos que pensam que a margem direita do Tocantins não tenha chance de desenvolvimento. "Depois da construção da ponte, toda a perspectiva dos produtores rurais da região mudou. Criou-se condições necessárias para que o agricultor investisse mais em sua propriedade, afinal, não havia como comercializar grandes quantidades de produtos dependendo de um transporte ineficiente como a balsa", completa afirmando que o transporte era o único entrave para o desenvolvimento agrícola.

PRODUTIVIDADE

Quando a fertilidade do solo o engenheiro diz que a produtividade na região é tão boa como qualquer outra do cerrado, e o fato de Porto Nacional estar cercado de usinas de calcário facilitará o trabalho dos agricultores da região. Entretanto, na visão do engenheiro, os principais problemas dos produtores da região residem na falta de armazéns e dependência de comercialização com o governo. Rafael acha que se deve dar maiores espaços para a iniciativa privada para que o agricultor local possa comercializar melhor o seu produto", e quem sabe partir para a exportação.



Rafael: "Novos horizontes"

Maior controle em busca de melhor qualidade

Recentemente a pecuária do país foi abalada com a rejeição, por parte do Mercado Comum Europeu, da carne brasileira, motivada, segundo os técnicos estrangeiros, pela baixa qualidade do produto. E como principal deficiência do rebanho nacional foi apontado o precário controle das doenças infecto-contagiosas. Daí a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido pela cooperativa através de seu departamento de veterinária, que está aos cuidados de Elder Luz Costa.

A cooperativa está dando total atenção a este problema, e por ser um trabalho de médio a longo prazo, os produtores da região ainda não estão sentindo as mudanças de controle iniciado no ano passado. "Mas é de fundamental importância que os produtores se conscientizem dessa iniciativa", enfatiza Elder Costa, salientando que a carência de minerais no solo exige cuidados especiais para evitar contaminação dos rebanhos.

Os custos para a criação de gado, na opinião do veterinário, são elevados - "computando desde o fechamento da área, formação das pastagens, manutenção das mesmas até os medicamentos com os animais" - e isso deve ser encarado como mais um motivo de união dos produtores, através da cooperativa, para baratearem a produção. "A cooperativa atualmente oferece gratuitamente a assistência aos produtores, orientação à formação de mão-de-obra, e na profilaxia de doenças há 10% de desconto na aquisição de materiais veterinários. "As vezes esses benefícios não são buscados pelos produtores por falta de conhecimento do funcionamento da cooperativa, ou até mesmo, por acharem que deve existir uma posição paternalista. Outro fator que atrapalha o desenvolvimento de nosso trabalho, e até mesmo da cooperativa como um todo, é a questão política. Quando está na sua direção pessoas de posições políticas diferentes de algum grupo de sócios, mesmo que os dirigentes não usem isto para se favorecerem politicamente, há uma resistência prejudicial à cooperativa por parte deste ou daquele grupo. A cooperativa deve ser apolítica", assegura Elder Costa.



Elder: "Há falta de conhecimento"

ICONOGRAFIA

Foto 1 - Comércio da Cappol



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 2 - Comércio da Cappol



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 3 - Dialogo com o Ministro da Agricultura Alisson Paullinele, buscando recurso para a construção do primeiro armazém da Cappol



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 4 – Recepção do governador de Goiás em Monte do Carmo em 1979



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 5 – Inauguração da ponte sobre o rio Tocantins



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 6 - Inauguração da ponte sobre o rio Tocantins



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 7 - Inauguração da ponte sobre o rio Tocantins e do armazém da CAPPOL em 1979



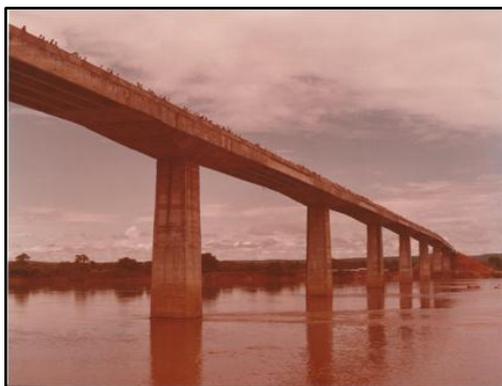
Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 8 - Inauguração da ponte sobre o rio Tocantins e do armazém da CAPPOL em 1979



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 9 - Inauguração da ponte sobre o rio Tocantins e do armazém da CAPPOL em 1979



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 10 - Inauguração da ponte sobre o rio Tocantins e do armazém da CAPPOL em 1979



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 11 - Inauguração da ponte sobre o rio Tocantins e do armazém da CAPPOL em 1979



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 12 - Inauguração da ponte sobre o rio Tocantins e do armazém da CAPPOL em 1979



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 13 - Lançamento da pedra fundamental da construção do 1º armazém da Cappol em 1975



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 14 - Lançamento da pedra fundamental da construção do 1º armazém da Cappol em 1975



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 15 - Armazém improvisado



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 16 - Armazém improvisado



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 17 - Armazém convencional da CAPPOL em 1979 depois de inaugurado



Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 18 – Curso de capacitação sobre o coopeativismo



Fonte: Hercília Rodrigues de Souza

Foto 19 - Arroz armazenado a céu aberto no pátio da CAPPOL



Fonte: Franco, 1987, p. 23

Foto 21 – Dia de Campo



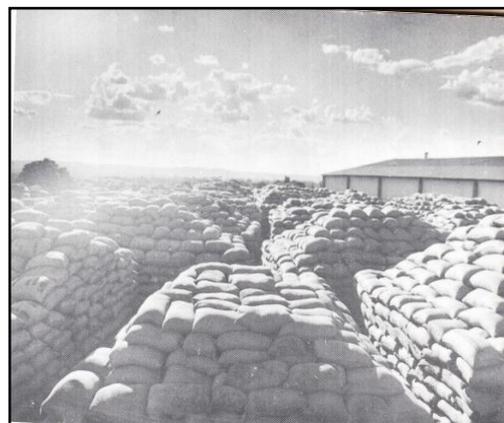
Fonte: Deijayme Aires da Silva

Foto 23 - Colheita de soja em Porto Nacional



Rocha (2015)

Foto 20 - Arroz armazenado a céu aberto no pátio da CAPPOL



Fonte: Franco, 1987, p. 23

Foto 22 – Dia de Campo



Rocha (2015)

Foto 24 - Colheita de soja em Porto Nacional



Rocha (2015)

<p>Foto 25 – Local aonde funcionava a UAB</p>	<p>Foto 26 – visão intera da estrutura que funcionava a UAB</p>
 <p>Fonte: autora</p>	 <p>Fonte: autora</p>
<p>Foto 27 – visão intera da estrutura que funcionava a UAB</p>	<p>Foto 28 – visão intera da estrutura que funcionava a UAB</p>
 <p>Fonte: autora (2016)</p>	 <p>Fonte: autora (2016)</p>
<p>Foto 29 – Armazém da Cappol na atualidade</p>	<p>Foto 30 – Armazém da Cappol na atualidade</p>
 <p>Fonte: autora (2016)</p>	 <p>Fonte: autora (2016)</p>

Foto 31 - Armazém da Cappol na atualidade

Fonte: autora (2016)

Foto 32 - Armazém da Cappol na atualidade

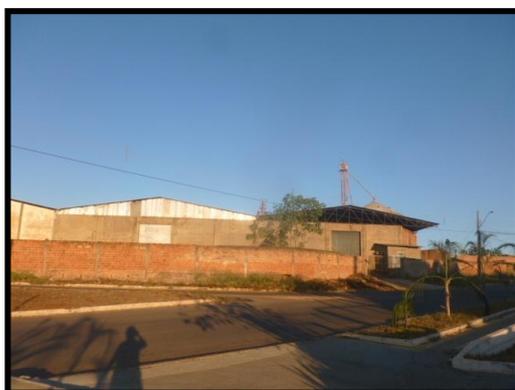
Fonte: autora (2016)

Foto 33 - Armazém da Cappol na atualidade

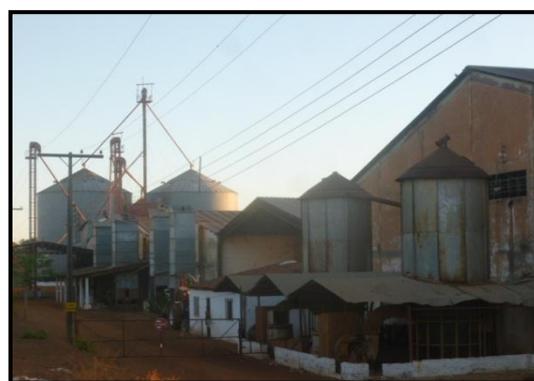
Fonte: autora (2016)

Foto 34 - Armazém da Cappol na atualidade

Fonte: autora (2016)

Foto 35 - Armazém da Cappol na atualidade

Fonte: autora (2016)

Foto 36 - Armazém da Cappol na atualidade

Fonte: autora (2016)